



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIX Nº 087 DE 3-FEIRA, * DE 34 DE 2014

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3º - João Durval - (PDT-BA)
4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 27</p> <p>Líder Eunício Oliveira - Bloco (66,68)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (66,68)</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (104) Romero Jucá (40,105) Vital do Rêgo (107)</p> <p>Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64)</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88)</p> <p>Líder do PSD - 1 Sérgio Petecão (84,87)</p> <p>Líder do PV - 1 Paulo Davim (76)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 25</p> <p>Líder Humberto Costa - Bloco (116,121)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,70,99) Rodrigo Rollemberg (65,98) Inácio Arruda (89,94,117)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 13 Humberto Costa (116,121)</p> <p>Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,103) Anibal Diniz (25,102) Paulo Paim (101) Eduardo Suplicy (100)</p> <p>Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,70,99)</p> <p>Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86)</p> <p>Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (65,98)</p> <p>Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,83)</p> <p>Líder do PCdoB - 2 Vanessa Grazziotin (1,91,115)</p> <p>Vice-Líder do PCdoB Inácio Arruda (89,94,117)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,75)</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15</p> <p>Líder Wilder Morais - Bloco (95,112,118)</p> <p>Vice-Líderes Mário Couto (34,61,122) Jayme Campos (28,106,110,123) Alvaro Dias (73,124)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 11 Aloysio Nunes Ferreira (7,62,113)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (77) Alvaro Dias (73,124) Paulo Bauer (5,35,72,78)</p> <p>Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,74)</p> <p>Vice-Líder do DEM Wilder Morais (95,112,118)</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 12</p> <p>Líder Gim - Bloco (56,58,59)</p> <p>Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,63) Eduardo Amorim (17,47,48,80)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59)</p> <p>Líder do PR - 4 Alfredo Nascimento (41,63)</p> <p>Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,80)</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (36,120)</p>	<p>Governo Líder Eduardo Braga - Governo (39)</p> <p>Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,83) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)</p>	<p>SDD - 1 Líder Vicentinho Alves - SDD (42,54,71,111)</p> <p>PROS - 1 Líder Ataídes Oliveira - PROS (96,108,114)</p>

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE	
<p>Antônio Helder Medeiros Rebouças Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial</p>	<p>Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de Plenários e de Elaboração de Diários Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia e Redação de Debates Legislativos</p>

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 48ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 7 DE ABRIL DE 2014	6
1.1 – ABERTURA.....	6
1.2 – EXPEDIENTE.....	6
1.2.1 – Pareceres	
Nºs 246 e 247/2014, das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária; e de Constituição, Justiça e Cidadania, respectivamente, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 57/2013.	6
Nº 248/2014, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 74/2013....	20
Nº 249/2014, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 88/2013.	24
1.2.2 – Comunicações da Presidência	
Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que o Projeto de Lei da Câmara nº 57/2013, cujos pareceres foram lidos anteriormente, seja apreciado pelo Plenário (Ofício nº 68/2014-CCJ).	30
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 74/2013, cujo parecer foi lido anteriormente.....	30
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 88/2013, cujo parecer foi lido anteriormente.	30
Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 435/2010, 164, 247, 262, 264, 277, 290, 305, 311, 314, 326, 330, 332, 335, 336, 337, 340, 343, 345, 347, 348, 352, 354, 355, 362, 371, 382, 383, 391, 399, 430, 432, 446 e 455/2013.	30
Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 343/2012.	32
1.2.3 – Leitura de requerimentos	
Nº 354/2014, de autoria do Senador Armando Monteiro, solicitando a oitiva da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle sobre o Projeto de Lei do Senado nº 50/2012.	32
Nº 355/2014, de autoria dos Senadores Inácio Arruda e Ruben Figueiró, solicitando homenagem de pesar pelo falecimento do Sr. José Wilker.	33
Nº 356/2014, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando voto de aplauso e congratulações à Sua Santidade o Papa Francisco.	33
Nº 357/2014, de autoria dos Senadores Eduardo Suplicy e Ruben Figueiró, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. José Wilker.	34
1.2.4 – Mensagens da Presidente da República	
Nº 29/2014 (nº 70/2014, na origem), encaminhando a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2014.	35
Nº 73/2014, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 115/2013, sancionado e transformado na Lei nº 12.961/2014.	60
1.2.5 – Discursos do Expediente	
SENADOR RUBEN FIGUEIRÓ – Insatisfação com a gestão do Governo Federal e defesa de mudanças nas orientações políticas e econômicas do País.	60
SENADOR ALVARO DIAS – Críticas à política de preços de combustíveis e de energia elétrica do Governo Federal; e outro assunto.	62
1.2.6 – Comunicação	
Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Ofício nº 18/2014). Designação do Deputado Hugo Napoleão para compor a referida Comissão.....	66
1.2.7 – Discursos do Expediente (continuação)	
SENADOR JORGE VIANA – Registro de medidas adotadas pelo Governo do Acre com vistas a diminuir os danos causados por cheia do rio Madeira que atinge aquela Unidade Federativa; e outros assuntos.....	66

SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG, como Líder – Comentários sobre resultado de pesquisa divulgado pelo Instituto Datafolha na qual foi avaliada a expectativa da população em relação à economia brasileira; e outro assunto.	72
SENADOR EDUARDO SUPLICY – Registro da canonização do Padre José de Anchieta; e outro assunto.....	75
1.2.8 – Comunicação da Presidência	
Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada .	78
1.3 – ENCERRAMENTO.....	82
2 – ATAS	
2.1 – Comissão Temática de Conteúdos em Meios de Comunicação	
Ata Circunstanciada da 1ª Reunião, realizada em 2 de dezembro de 2013	83
2.2 – Conselho de Comunicação Social	99
Ata Circunstanciada da 2ª Reunião, realizada em 17 de março de 2014.....	
3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL EM 7.4.2014.....	271

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

Por Unidade da Federação	272
Bancadas dos Partidos	273
Por ordem alfabética	274

5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

6 – LIDERANÇAS

7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos	295
CAS – Comissão de Assuntos Sociais.....	304
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	307
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte.....	314
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.....	319
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	328
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	336
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura.....	345
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.....	352
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária	359
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	364
CSF – Comissão Senado do Futuro.....	368

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17/1993).....	369
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20/1993)	370
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40/1995)	372
Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9/2013).....	372
Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1/2005).....	372
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2/2001).....	373
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35/2009).....	375
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14/2010)	377
Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42/2010)	379
Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15/2012).....	381
Conselho da Comenda Dorina Gouveia Nowill (Resolução nº 34/2013)	383
Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento (Resolução nº 47/2013)	385

CONGRESSO NACIONAL

11 – COMISSÕES MISTAS

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006)	387
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008).....	392
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007).....	396
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999).....	397
CMCVM – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Resolução nº 1/2014).....	398

CMCPLP – Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Resolução nº 2/2014)	399
Comissões Mistas Especiais.....	400
12 – CONSELHOS E ÓRGÃO	
Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972)	404
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991)	405
Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1/2011).....	409

Ata da 48ª Sessão, Não Deliberativa, em 7 de abril de 2014

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência dos Srs. Jorge Viana e Ruben Figueiró

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 24 minutos e encerra-se às 16 horas e 26 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sobre a mesa, pareceres que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PARECERES NºS 246 E 247, DE 2014

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2013 (nº 3.312/2012, na Casa de origem, do Deputado Alceu Moreira), que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para desobrigar as máquinas agrícolas do registro e licenciamento anual.

PARECER Nº 246, DE 2014 (Da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária)

RELATORA: Senadora ANA AMÉLIA

I – RELATÓRIO

Por designação do Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal, cabe-me relatar o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 57, de 2013 (PL nº 3.312, de 2012, na origem), do Deputado Alceu Moreira, que *altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para desobrigar as máquinas agrícolas do registro e licenciamento anual.*

A Proposição contém três artigos. O art. 1º especifica o objetivo da Lei. O art. 2º altera o art. 115 da Lei nº 9.503, de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispensar do registro e licenciamento da repartição competente as máquinas agrícolas e veículos automotores destinados a executar trabalhos agrícolas.

Conforme a justificação do PLC, o autor argumenta que o registro e licenciamento de máquinas agrícolas e veículos automotores

destinados a executar trabalhos agrícolas, determinado pela Resolução nº 281, de 2008, e pela Deliberação nº 87, de 2009, ambos do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), impõe custos a produtor rural. Afirma ainda que tais equipamentos muito raramente trafegam em vias públicas.

Expirado o prazo regimental, não foram oferecidas emendas ao PLC nº 57, de 2013, perante a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). A proposição será ainda apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em decisão terminativa.

II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão, nos termos do inciso XXI do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, opinar em assuntos correlatos à Agricultura, como é o caso de máquinas agrícolas e veículos automotores destinados ao uso agrícola.

Os aspectos referentes à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa serão oportuna e terminativamente tratados pela CCJ.

Com respeito ao mérito, o Projeto de Lei reveste-se de grande importância para a agricultura nacional. Segundo dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), de setembro de 2012 a agosto de 2013 foram vendidas 82 mil unidades de máquinas agrícolas e automotrizas. Nos doze meses anteriores foram vendidas 65,9 mil unidades, o que indicou um crescimento de 24,3 % no setor.

Em 7 de novembro de 2013 a CRA realizou Audiência Pública, por requerimento de minha autoria, com a finalidade de instruir o PLS ora em análise. Participaram, como convidados dessa Audiência, o Deputado Federal Alceu Moreira, o Sr. Paulo César Dias do Nascimento, coordenador do ramo agropecuário da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), o Sr. Antonio Alvarez, Secretário do Meio Ambiente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura, e o Sr. Milton Walter Frantz, Coordenador Geral da Infraestrutura de Trânsito (Denatran) e representante do Ministério das Cidades.

Conforme esclareceram os palestrantes, havia uma lacuna no Código de Trânsito Brasileiro, cujo Capítulo IX, Dos Veículos, Seção III, mais precisamente no art. 115, disciplina que o veículo será identificado externamente por meio de placas dianteira e traseira, sendo esta lacrada em sua estrutura, obedecidas as especificações e modelos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran). Mas não havia nenhuma norma que regulamentasse essa disposição. A Resolução nº 281, de 2008, do Contran, foi sucedida então pela Resolução nº 429, de 2013, para regulamentar o §4º do art. 115 do Código. A grande diferença entre a Resolução nº 281 e a Resolução nº 429 é o fato de que a primeira era mandatória e a outra é facultativa, quanto ao registro das máquinas.

Exemplificou-se o caso de uma colheitadeira, que custe até R\$700 mil, e é capaz de em toda a sua vida útil não transitar 0,01% da sua operação numa rodovia pública e, no entanto, pela norma em vigor, deveria ser licenciada.

Até a edição da Resolução nº 429, de 2013, o registro e licenciamento eram realizados juntos. A Resolução criou a possibilidade de registrar as máquinas no sistema Renavan e, posteriormente, a realização do licenciamento, o que permitiu ter uma máquina registrada no sistema sem estar licenciada.

Atualmente quem registra as máquinas é o fabricante, ação relevante no sentido de garantir a rastreabilidade das máquinas agrícolas, cumprindo a exigência normalmente apresentada pelas seguradoras.

Entretanto, a Resolução nº 429, de 2013, dispõe no art 10 que ao veículo referido nesta Resolução, facultado a transitar em via pública, e portador do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV), é obrigatório o uso de placa traseira de identificação lacrada ao veículo, juntamente com a tarjeta, em local de visualização integral.

Então, a partir do custo do Renavam, haverá outros custos. O produtor terá de emplacar, pagar IPVA a 5% do valor do inicial do trator, que extrapola, em muito, o de qualquer veículo automotor para passageiro. E o produtor terá ainda custos para fazer a transferência do seu trator, ir ao órgão vistoriador, o Detran, para até fazer inspeção veicular. Isso implica necessariamente altos custos para o produtor.

Se fizermos uma simulação de uma máquina agrícola em torno de R\$80 mil, 3 % de IPVA seriam R\$2,4 mil anualmente que se estariam sobrecarregando os custos do produtor rural. Se pensarmos que, de janeiro a outubro, de acordo com os dados apresentados na Audiência Pública, foram vendidos mais de 51 mil tratores, o custo total para o setor produtivo rural seria de R\$27 milhões.

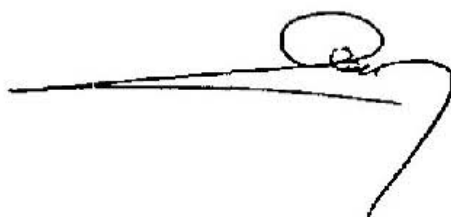
Portanto, a dispensa expressa de registro e licenciamento de máquinas agrícolas e veículos automotores destinados a executar trabalhos agrícolas, proposta no PLC nº 57, de 2013, representará uma redução de custos e de procedimentos burocráticos que trará significativa contribuição para o aumento da competitividade do agronegócio brasileiro, merecendo todo o nosso apoio.

III – VOTO

Pelos motivos expostos, opinamos pela *aprovação* do Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2013, na forma apresentada.

Sala da Comissão, 21 de novembro de 2013.

, Presidente



, Relatora

SENADO FEDERAL
Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57, de 2013

ASSINAM O PARECER, NA 35ª REUNIÃO, DE 21/11/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Sen. Benedito de Lira

RELATORA: Sen. Ana Amélia

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Zeze Perrella (PDT)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	4. João Durval (PDT)
Eduardo Suplicy (PT)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Clésio Andrade (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	3. João Alberto Souza (PMDB)
Ana Amélia (PP) (Relatora)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP) (Presidente)	6. Ivo Cassol (PP)
Kátia Abreu (PMDB)	7. Garibaldi Alves (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Ruben Figueiró (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Osvaldo Sobrinho (PTB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Gim (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
	2. Blairo Maggi (PR)

PARECER Nº 247, DE 2014
(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

RELATOR: Senador **LUIZ HENRIQUE**

I – RELATÓRIO

Submete-se ao exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 57, de 2013 (Projeto de Lei nº 3.312, de 2012, na Casa de origem), de autoria do Deputado Alceu Moreira, que objetiva alterar o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) para desobrigar as máquinas agrícolas do registro e licenciamento anual.

Argumenta o autor da iniciativa que a obrigatoriedade vem causando transtorno, especialmente para os pequenos produtores, que adquirem máquinas usadas, e que “unidades produtivas agrícolas, sempre que possível, têm que ser isentadas da burocracia cartorial”.

Na Câmara dos Deputados, o projeto tramitou pelas Comissões de Viação e Transportes, e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No Senado Federal, o PLC nº 57, de 2013, foi distribuído para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), e para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), cabendo à última a decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre a matéria, pronunciando-se sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, e, por se tratar de alteração ao Código de Trânsito Brasileiro, também acerca de seu mérito.

Em relação aos aspectos formais, encontram-se atendidos os requisitos de constitucionalidade e juridicidade. No tocante à constitucionalidade, estão obedecidos os requisitos que dizem respeito à

competência legislativa da União (art. 24, da Constituição Federal – CF); às atribuições do Congresso Nacional (art. 48, caput, CF); e à iniciativa (art. 61, caput, CF).

Além disso, do ponto de vista da juridicidade, a matéria, ao inserir seu comando normativo, corretamente o faz no Código de Trânsito Brasileiro, em vez de produzir lei esparsa. A técnica legislativa é adequada, segundo os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 1998.

O mérito do PLC já foi analisado pela CRA, que se pronunciou favoravelmente, nos seguintes termos, aos quais subscrevemos:


Com respeito ao mérito, o Projeto de Lei reveste-se de grande importância para a agricultura nacional. [...] [A] dispensa expressa de registro e licenciamento de máquinas agrícolas e veículos automotores destinados a executar trabalhos agrícolas, proposta no PLC nº 57, de 2013, representará uma redução de custos e de procedimentos burocráticos que trará significativa contribuição para o aumento da competitividade do agronegócio brasileiro, merecendo todo o nosso apoio.

III – VOTO

Em razão do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa do Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2013, e, no mérito, por sua **aprovação**.

Sala da Comissão, 2 de abril de 2014.

SENADOR VITAL DO RÊGO, Presidente

, Relator

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57, de 2013

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 11ª REUNIÃO, DE 02/04/2014, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: SENADOR VITAL DO RÊGORELATOR: SENADOR LUIZ HENRIQUE

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
José Pimentel (PT)	1. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Anibal Diniz (PT)	4. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Walter Pinheiro (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	7. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	8. Paulo Paim (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	9. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. VAGO
Ricardo Ferraço (PMDB)	4. Clésio Andrade (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	5. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Francisco Domelles (PP)	7. Waldemir Moka (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	8. Kátia Abreu (PMDB)
Comero Jucá (PMDB)	9. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cássio Cunha Lima (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Paulo Bauer (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	5. Cyro Miranda (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Gim (PTB)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Magno Malta (PR)	3. Cidinho Santos (PR)
Antonio Carlos Rodrigues (PR)	4. Alfredo Nascimento (PR)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PLC 57/2013.

TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOSÉ PIMENTEL (PT)					1. ANGELA PORTELA (PT)	X			
GLEISI HOFFMANN (PT)	X				2. LÍDICE DA MATA (PSB)	X			
PEDRO TAQUES (PDT)	X				3. JORGE VIANA (PT)				
ANÍBAL DINIZ (PT)	X				4. ACIR GURGACZ (PDT)				
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)					5. WALTER PINHEIRO (PT)				
INÁCIO ARRUDA (PCdoB)					6. RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)				
MARCELO CRIVELLA (PRB)					7. HUMBERTO COSTA (PT)	X			
RANDOLFE RODRIGUES (PSOL)					8. PAULO PAIM (PT)	X			
EDUARDO SUPLICY (PT)	X				9. ANA RITA (PT)				
TITULARES - Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA (PMDB)					1. CIRO NOGUEIRA (PP)				
VITAL DO RÉGO (PMDB) (PRESIDENTE)					2. ROBERTO REQUIÃO (PMDB)	X			
PEDRO SIMON (PMDB)	X				3. VAGO				
RICARDO FERRAÇO (PMDB)					4. CLÉSIO ANDRADE (PMDB)				
LUIZ HENRIQUE (PMDB) (RELATOR)	X				5. VALDIR RAUPP (PMDB)				
EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)					6. BENEDITO DE LIRA (PP)	X			
FRANCISCO DORNELLES (PP)					7. WALDEMIR MOKA (PMDB)				
SÉRGIO PETECÃO (PSD)	X				8. KÁTIA ABREU (PMDB)				
ROMERO JUCÁ (PMDB)					9. LOBÃO FILHO (PMDB)				
TITULARES - Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AÉCIO NEVES (PSDB)					1. LÚCIA VÂNIA (PSDB)	X			
CASSIO CUNHA LIMA (PSDB)					2. FLEXA RIBEIRO (PSDB)				
ALVARO DIAS (PSDB)	X				3. CÍCERO LUCENA (PSDB)				
JOSÉ AGRIPINO (DEM)					4. PAULO BAUER (PSDB)	X			
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)					5. CYRO MIRANDA (PSDB)				
TITULARES - Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PRB, PSC, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PRB, PSC, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ARMANDO MONTEIRO (PTB)					1. CIM (PTB)				
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)	X				2. EDUARDO AMORIM (PSC)	X			
MAGNO MALTA (PR)					3. CÍDINIO SANTOS (PR)				
ANTÔNIO CARLOS RODRIGUES (PR)	X				4. ALFREDO NASCIMENTO (PR)				

Quórum: TOTAL 20 AUTOR 1 PRESIDENTE 19
 Votação: TOTAL 19 SIM 19 NÃO 1 ABS 1

SALA DE REUNIÕES Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL, EM
 02/04/2014

SERGIU VITAL DO RÉGO
 Presidente

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUÓRUM (RISF, art. 132, § 8º)
 OBS: O PRESIDENTE TERÁ APENAS VOTO DE DESEMPATE NAS VOTAÇÕES OSTENSIVAS, CONTANDO-SE, PORÉM, A SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUÓRUM (RISF, art. 51)

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

.....

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

II - orçamento;

III - juntas comerciais;

IV - custas dos serviços forenses;

V - produção e consumo;

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

IX - educação, cultura, ensino e desporto;

X - criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas;

XI - procedimentos em matéria processual;

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

XIII - assistência jurídica e Defensoria pública;

XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

XV - proteção à infância e à juventude;

XVI - organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.

§ 1º - No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º - A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º - Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º - A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Ofício nº 68/2014 – PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 2 de abril de 2014.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2013, que “Altera a lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para desobrigar as máquinas agrícolas do registro e licenciamento anual”, de autoria do Deputado Alceu Moreira.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,


Senador VITAL DO RÊGO
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO

RELATÓRIO

RELATORA: Senadora ANA AMÉLIA

I – RELATÓRIO

Por designação do Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal, cabe-me relatar o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 57, de 2013 (PL nº 3.312, de 2012, na origem), do Deputado Alceu Moreira, que *altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para desobrigar as máquinas agrícolas do registro e licenciamento anual.*

A Proposição contém três artigos. O art. 1º especifica o objetivo da Lei. O art. 2º altera o art. 115 da Lei nº 9.503, de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispensar do registro e licenciamento da repartição competente as máquinas agrícolas e veículos automotores destinados a executar trabalhos agrícolas.

Conforme a justificação do PLC, o autor argumenta que o registro e licenciamento de máquinas agrícolas e veículos automotores destinados a executar trabalhos agrícolas, determinado pela Resolução nº 281, de 2008, e pela Deliberação nº 87, de 2009, ambos do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), impõe custos ao produtor rural. Afirma ainda que tais equipamentos muito raramente trafegam em vias públicas.

Expirado o prazo regimental, não foram oferecidas emendas ao PLC nº 57, de 2013, perante a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). A proposição será ainda apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em decisão terminativa.

II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão, nos termos do inciso XXI do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, opinar em assuntos

correlatos à Agricultura, como é o caso de máquinas agrícolas e veículos automotores destinados ao uso agrícola.

Os aspectos referentes à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa serão oportuna e terminativamente tratados pela CCJ.

Com respeito ao mérito, o Projeto de Lei reveste-se de grande importância para a agricultura nacional. Segundo dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), de setembro de 2012 a agosto de 2013 foram vendidas 82 mil unidades de máquinas agrícolas e automotrizas. Nos doze meses anteriores foram vendidas 65,9 mil unidades, o que indicou um crescimento de 24,3 % no setor, compatível com a importância econômica da agricultura na economia brasileira.

De fato, os custos de emplacamento de toda estrutura de máquinas e equipamentos tracionados utilizados na implantação e manejo de uma lavoura podem onerar significativamente os custos de produção, até porque além dos tratores e colheitadeiras, muitos equipamentos de reboque são utilizados pelos produtores no transporte de água, defensivos e fertilizantes aplicados no decorrer do ciclo da cultura.

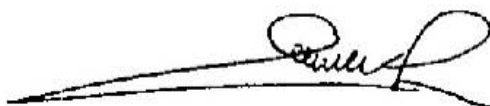
Dessa forma, a dispensa de registro e licenciamento de máquinas agrícolas e veículos automotores destinados a executar trabalhos agrícolas, proposta no PLC nº 57, de 2013, representará uma redução de custos e de procedimentos burocráticos que trará significativa contribuição para o aumento da competitividade do agronegócio brasileiro, merecendo todo o nosso apoio.

III – VOTO

Pelos motivos expostos, opinamos pela *aprovação* do Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2013, na forma apresentada.

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relatora

PARECER

Nº 248, DE 2014

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2013 nº 3.838/2012, na Casa de origem, do Deputado Ronaldo Benedet), que confere ao Município de Braço do Norte, no Estado de Santa Catarina, o Título de Capital Nacional do Gado Jersey.

RELATOR: Senador **PAULO BAUER**

RELATOR “AD HOC”: Senador **INÁCIO ARRUDA**

I – RELATÓRIO

Submete-se ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2013 (Projeto de Lei nº 3.838, de 2012, na origem), do Deputado Ronaldo Benedet, que confere ao Município de Braço do Norte, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional do Gado Jersey.

A proposição contém dois artigos, dos quais o primeiro confere o título mencionado na ementa ao Município de Braço do Norte, enquanto o segundo estabelece a vigência da lei a partir da data de sua publicação.

Como exposto na justificção, o município catarinense de Braço do Norte é referência nacional na criação do gado Jersey, detendo um rebanho de cerca de 20 mil cabeças, que vem a ser o maior do País. Realiza-se igualmente em Braço do Norte a maior exposição de gado Jersey da América Latina, a Feira e Exposição Agropecuária do Vale de Braço do Norte e Região (FEAGRO).

Aprovado pela Comissão de Educação e Cultura e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Casa de origem, o projeto de lei foi encaminhado ao Senado Federal, onde foi submetido ao exame da CE.

II – ANÁLISE

Compete à Comissão de Educação, Cultura e Esporte opinar sobre proposições que tratem de homenagens cívicas, como estabelecido no art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

A proposição reconhece os esforços e o empenho dos pecuaristas de Braço do Norte, em Santa Catarina, que têm investido há décadas na criação do gado Jersey, buscando não apenas sua expansão quantitativa, mas seu aprimoramento genético e outros cuidados que resultaram em um rebanho de alta qualidade e produtividade.

A raça Jersey, oriunda de uma pequena ilha do Canal da Mancha que detém esse nome, é mundialmente reconhecida como a mais eficiente na produção de leite. Características como a rusticidade e a adaptabilidade, a precocidade leiteira e a longevidade tornaram-na atraente para os produtores da região do Vale de Braço do Norte, onde predominam as pequenas e médias propriedades, frequentemente em terreno acidentado.

O resultado da dedicação do município à criação do gado Jersey pode ser aferido por sua importância para a economia local, pelo prêmios que seus animais têm obtido no País e, ainda, pela realização, na cidade, do maior evento de gado Jersey da América Latina, a já referida Feira e Exposição Agropecuária do Vale de Braço do Norte e Região (Feagro).

Tanto em reconhecimento pelos longos esforços despendidos pela população de Braço do Norte para criar um rebanho já famoso no Brasil e em outros países, como pelo estímulo para sua contínua expansão e


aprimoramento, mostra-se meritória a concessão do título de que trata o Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2013.

Não encontramos, ademais, quaisquer óbices na proposição no que se refere a sua constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e adequação ao Regimento da Casa.


III – VOTO

Consoante o exposto, o voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2013 (Projeto de Lei nº 3.838, de 2012, na origem).

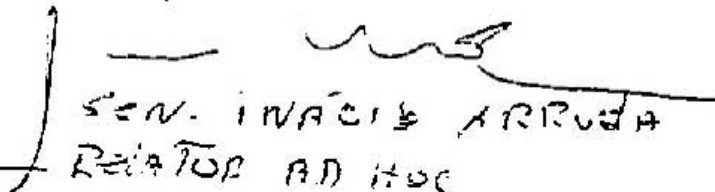
Sala da Comissão, 1º de abril de 2014.



, Presidente
SENADOR PAULO PAIM



, Relator



SEN. INÁCIO ARRUDA
Relator AD HOC

Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74, de 2013

ASSINAM O PARECER, NA 7ª REUNIÃO DE 01/04/2014, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: SENADOR PAULO PAIM

RELATOR: SENADOR INÁCIO ARRUDA

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Aníbal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Palm (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Lídice da Mata (PSB)	7. Zezé Perrella (PDT)
Inácio Arruda (PCdoB)	8. Rodrigo Rollemberg (PSB)
João Capiberibe (PSB)	9. VAGO
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Ricardo Ferraço (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	2. Vital do Rêgo (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Valdir Raupp (PMDB)
João Alberto Scuza (PMDB)	4. VAGO
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Pedro Simon (PMDB)
Ana Amélia (PP)	6. VAGO
Benedito de Lira (PP)	7. VAGO
Ciro Nogueira (PP)	8. VAGO
Kátia Abreu (PMDB)	9. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyrol Miranda (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB)	3. Cássio Cunha Lima (PSDB)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB)
José Agripino (DEM)	5. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Amarildo Monteiro (PTB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Gim (PTB)	2. João Vicente Claudino (PTB)
VAGO	3. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
VAGO	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR)

PARECER

Nº 249, DE 2014

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2013 (nº 5.171/2013, na Casa de origem, do Deputado Ângelo Agnolim), *que altera a redação do § 1º do art. 53 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os Registros Públicos, para dispor sobre o registro do nome e do prenome que forem dados ao natimorto.*

RELATOR: Senador **ACIR GURCACZ**

RELATOR “AD HOC”: Senador **GIM**

I – RELATÓRIO

Submete-se ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 88, de 2013, de autoria do Deputado Ângelo Agnolim.

Objetiva a proposição conferir aos pais o direito de incluir o nome e o prenome do natimorto no registro feito no cartório de registro civil de pessoas naturais.

Na justificção, realça-se o reconhecimento da possibilidade de inclusão do nome do nascituro no registro civil por parte da doutrina e de decisão da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de São Paulo.

Lida no Plenário, a matéria foi distribuída a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Em 14 de novembro de 2013, foi-nos outorgada a relatoria.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

A matéria não exhibe **inconstitucionalidade formal** alguma. Com efeito, a matéria insere-se no feixe de competência legislativa da União, nos termos do art. 22, incisos I e XXV, da Constituição Federal, que versa sobre a competência privativa da União para legislar sobre direito civil e registros públicos.

No tocante à **constitucionalidade material**, observa-se que a proposição harmoniza-se com os direitos fundamentais tutelados na Carta Magna.

Nenhuma censura, igualmente, há contra a **regimentalidade** da matéria.

É evidente, também, a **juridicidade** da proposição, pois há: (1) adequação do meio eleito (normatização da matéria via lei) para o alcance dos objetivos pretendidos; (2) inovação no ordenamento jurídico; (3) generalidade dos comandos normativos; (4) potencial coercitividade da norma; e (5) compatibilidade com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

No **mérito**, entendemos pela plausibilidade da proposição.

É inimaginável a dor lancinante causada pela frustração da expectativa de vida que alegrava os pais e os familiares ao longo da gestação. Ver o filho nascer morto aflige qualquer indivíduo e, em respeito aos valores da dignidade da pessoa humana, deve merecer total conforto do Direito.

Nesse contexto, o mínimo que o ordenamento jurídico pode fazer é permitir que os pais, conservando a memória do natimorto, possa inserir no registro civil o nome que atribuíram a esse pequeno facho de luz que se foi e que por um breve momento iluminou suas vidas.

A doutrina civilista empresta total adesão a essa possibilidade, como se constata no primeiro enunciado editado pelos mais respeitados juristas no âmbito do famoso evento conhecido como “Jornadas de Direito Civil”, organizado pelo Conselho da Justiça Federal, órgão vinculado ao Superior Tribunal de Justiça. Assim dispõe o enunciado nº 1 das Jornadas de Direito Civil:

A proteção que o Código defere ao nascituro alcança o natimorto no que concerne aos direitos da personalidade, tais como nome, imagem e sepultura.

O projeto em análise merece, portanto, os mais efusivos elogios por parte desta Casa.

Um ajuste meramente redacional há de ser feito na proposição. Em respeito à terminologia doutrinariamente adotada, o “nome” é instituto de direito civil que identifica a pessoa e que pode ser composto por outros elementos, como o prenome, o sobrenome e o agnome. O projeto em pauta deveria ter mencionado apenas o “nome”, sem necessidade de fazer alusão ao “prenome”, que já está incluído naquele primeiro verbete. Por essa razão, oferecemos, ao final, duas emendas de redação para adaptar a ementa e o corpo do texto do projeto à taxonomia doutrinária.

III – VOTO

Ante o exposto, votamos pela **aprovação** do PLC nº 88, de 2013, com as seguintes emendas de redação:

EMENDA Nº 1 – CCJ

Dê-se à ementa da PEC nº 88, de 2013, a seguinte redação:

“Altera a redação do § 1º do art. 53 a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os Registros Públicos, para dispor sobre o registro do nome que for dado ao natimorto.”

EMENDA Nº 2 – CCJ

Dê-se ao § 1º do art. 53 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, nos termos do que dispõe o art. 2º do PLC nº 88, de 2013, a seguinte redação:

“Art. 53.

§ 1º No caso de ter a criança nascido morta, será o registro feito no livro “C Auxiliar”, com os elementos que couberem, inclusive, caso seja vontade dos pais, com o nome que lhe for posto.

.....” (NR)

Sala da Comissão, 2 de abril de 2014.

Senador Vital do Rêgo, Presidente


Senador Acir Gurgacz
PDT/RO

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, de 2013

ASSINAM O PARECER, NA 11ª REUNIÃO, DE 02/04/2014, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: SENADOR VITAL DO RÊGO

RELATOR: "AD HOC": SENADOR GIM

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
José Pimentel (PT)	1. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Aníbal Diniz (PT)	4. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Walter Pinheiro (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	7. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	8. Paulo Paim (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	9. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. VAGO
Ricardo Ferraço (PMDB)	4. Clésio Andrade (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	5. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Francisco Domelles (PP)	7. Waldemir Moka (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	8. Kátia Abreu (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	9. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cássio Cunha Lima (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Clécio Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Paulo Bauer (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	5. Cyro Miranda (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Gim (PTB)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Magno Malta (PR)	3. Cidinho Santos (PR)
Antonio Carlos Rodrigues (PR)	4. Alfredo Nascimento (PR)

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

XXV - registros públicos;

LEI Nº 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973.

Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.

Art. 53. No caso de ter a criança nascido morta ou no de ter morrido na ocasião do parto, será, não obstante, feito o assento com os elementos que couberem e com remissão ao do óbito. (Renumerado do art. 54, com nova redação, pela Lei nº 6.216, de 1975).

§ 1º No caso de ter a criança nascido morta, será o registro feito no livro "C Auxiliar", com os elementos que couberem. (Incluído pela Lei nº 6.216, de 1975).

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 68, de 2014**, do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, do **Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2013**.

E o seguinte o Ofício:

Ofício nº 68/2014–PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 2 de abril de 2014

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em reunião ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2013, que “Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para desobrigar as máquinas agrícolas do registro e licenciamento anual”, de autoria do Deputado Alceu Moreira.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Vital do Rêgo**, presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Com referência ao **Ofício nº 68, de 2014**, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2013**, seja apreciado pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 248, de 2014**, da Comissão de Educação Cultura e Esporte, sobre o **Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2013**.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “d”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 249, de 2014**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o **Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2013**.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “d”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 435, de 2010** (nº 2.249/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Campo Grande Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bataiporã, Estado de Mato Grosso do Sul*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 164, de 2013** (nº 759/2012, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à *Rádio e Televisão Século 21 Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campanha, Estado de Minas Gerais*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 247, de 2013** (nº 976/2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à *Associação Cultural Comunitária de Radiodifusão de Presidente Prudente/SP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 262, de 2013** (nº 1.043/2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária e Escola de Rádio Galeão FM (ACERG) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 264, de 2013** (nº 1.046/2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Comunicação Educativa Maktub para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Perdões, Estado de Minas Gerais*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 277, de 2013** (nº 1.010/2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Lagoa de Montanhas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Montanhas, Estado do Rio Grande do Norte*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 290, de 2013** (nº 1.111/2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à *Rede Central de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro*;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 305, de 2013** (nº 1.073/2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão de Campo Largo do Piauí para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Largo do Piauí, Estado do Piauí;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 311, de 2013** (nº 1.096/2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Central Missioneira Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Luiz Gonzaga, Estado do Rio Grande do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 314, de 2013** (nº 1.112/2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Sombrio FM Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sombrio, Estado de Santa Catarina;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 326, de 2013** (nº 1.167/2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária da Praia de Outeiro do Município de Cedral - ACOPO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cedral, Estado do Maranhão;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 330, de 2013** (nº 1.186/2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária de Mata Grande - ADICO-MAG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mata Grande, Estado de Alagoas;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 332, de 2013** (nº 1.198/2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Areia Branca FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Areia Branca, Estado de Sergipe;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 335, de 2013** (nº 1.547/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural dos Moradores do Lago Sul para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brasília, Distrito Federal;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 336, de 2013** (nº 757/2012, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação do Movimento de Radiodifusão Comunitária de Lajedão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lajedão, Estado da Bahia;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 337, de 2013** (nº 770/2012, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Resgate Cultural para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaraí, Estado do Tocantins;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 340, de 2013** (nº 784/2012, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Voluntários ao Desenvolvimento Sustentável do Bico do Papagaio - AVDESBIP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maurilândia do Tocantins, Estado do Tocantins;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 343, de 2013** (nº 856/2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à RECC Radiodifusão e Comunicação Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 345, de 2013** (nº 882/2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pradópolis, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 347, de 2013** (nº 967/2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Serra Alta para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra Alta, Estado de Santa Catarina;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 348, de 2013** (nº 970/2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária de Vidal Ramos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 352, de 2013** (nº 1.029/2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à A2 Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ourilândia do Norte, Estado do Pará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 354, de 2013** (nº 1.087/2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária de Charrua para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Charrua, Estado do Rio Grande do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 355, de 2013** (nº 1.133/2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rota Comunicações Limitada para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Adamantina, Estado de São Paulo;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 362, de 2013** (nº 1.188/2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Revolução para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Joaquim da Barra, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 371, de 2013** (nº 1.244/2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Paraguaçu Paulista FM Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 382, de 2013** (nº 1.014/2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Moradores do Bairro Vila Nova para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mombuca, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 383, de 2013** (nº 1.109/2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Sudoeste FM Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Pedro da Aldeia, Estado do Rio de Janeiro;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 391, de 2013** (nº 881/2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Noroeste de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fervedouro, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 399, de 2013** (nº 805/2012, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Gtoll Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Clevelândia, Estado do Paraná;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 430, de 2013** (nº 840/2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda. - SIR para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José da Bela Vista, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 432, de 2013** (nº 884/2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à KRTV - Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Muniz Freire, Estado do Espírito Santo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 446, de 2013** (nº 1.216/2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Adonai de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro; e
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 455, de 2013** (nº 1.165/2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Sul Fluminense de Rádio Mangaratiba FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mangaratiba, Estado do Rio de Janeiro.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação pelo Plenário do **Projeto de Lei do Senado nº 343, de 2012**, do Senador Cássio Cunha Lima, que altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para determinar que as companhias telefônicas identifiquem a prestadora de destino das chamadas realizadas pelo usuário.

Tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, o Projeto vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 354, DE 2014

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do **item 12 da alínea "c" do inciso II do art. 255**, combinado com o **inciso III do artigo 102-A**, todos do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), seja encaminhado o **Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2012**, que "Altera a Lei nº 9.099 de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre o Código de Defesa do Consumidor", para apreciação também pela **Comissão Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA)**.

Justificação

O projeto, além de aumentar o limite para julgamento de causas no âmbito dos juizados especiais estaduais, propõe mudanças no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – CDC), a fim de que as decisões de primeira instância em ações individuais tomadas no âmbito das relações de consumo, cujas condenações sejam iguais ou inferiores a sessenta salários mínimos, ou quando o direito controvertido não exceder esse montante, não possam mais ser impugnadas mediante apelação, cabendo apenas embargos infringentes de alçada, nos moldes do disposto no art. 34, § 2º da Lei de Execuções Fiscais (Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980), e embargos de declaração.

Assim, traz relevante impacto sobre o julgamento de processos relacionados a direito do consumidor, de modo que entendemos pela necessidade de análise Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2012, também pela CMA.

Sala das Sessões, 17 de outubro de 2013 – Senador **Armando Monteiro**

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 355, DE 2014

Requeiro, nos termos regimentais, inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do ator, diretor, e escritor cearense **José Wilker**, ocorrido no último sábado, 05.04.2014, no Rio de Janeiro.

Justificação

Nascido em Juazeiro do Norte/CE, em 20 de agosto de 1944, José Wilker começou sua carreira artística em Pernambuco, onde, ainda muito jovem, atuou no MCP – Movimento de Cultura Popular, que, apoiado pelo Governo Miguel Arraes e inspirado nos ensinamentos de Paulo Freire, buscava promover a conscientização popular por meio de produções culturais que discutiam os problemas nacionais sob a perspectiva das classes trabalhadoras. Estreou como ator com a peça *“Julgamento em Novo Sol”*, de Augusto Boal e Nelson Xavier.

Em 1963, muda-se para o Rio de Janeiro, onde participa de produções do Grupo Opinião e faz sua estreia no cinema no clássico *“A Falecida”* – adaptação de Leon Hirszman para a peça de Nelson Rodrigues. Em 1969, é agraciado com o prêmio Molière de melhor ator por seu desempenho na peça *“O Arquiteto e o Imperador da Assíria”*. Em 1971, a novela *“Bandeira Dois”* marca sua estreia na televisão.

Embora jamais tenha abandonado o teatro, ao qual continuou se dedicando, seja como ator ou diretor, José Wilker construiu uma carreira impressionante no cinema e na televisão. Sua produção cinematográfica inclui mais de sessenta filmes, nos quais atuou como ator, diretor ou narrador. Na televisão, foram mais de cinquenta trabalhos, entre telenovelas e minisséries.

Ator de vastos recursos, interpretou personagens inesquecíveis e tão variados como Tiradentes (*“Os Inconfidentes”*), Vadinho (*“Dona Flor e Seus Dois Maridos”*), Mundinho Falcão (*“Gabriela”*), Tenório Cavalcanti (*“O Homem da Capa Preta”*), Juscelino Kubitschek (*“JK”*), Antônio Conselheiro (*“Guerra de Canudos”*), Roque Santeiro, Giovanni Improtta (*“Senhora do Destino”*), entre outros.

Artista talentoso e intelectual comprometido com o seu povo e o seu tempo, José Wilker honra a cultura cearense e brasileira.

Sala das sessões, 2014 – Senador **Inácio Arruda** – Senador **Ruben Figueiró**

REQUERIMENTO Nº 356, DE 2014

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno, seja apresentado Voto de Aplauso à Sua Santidade o Papa Francisco, à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e à Arquidiocese de São Paulo, pela canonização, no último dia 3, do Padre José Anchieta, como o terceiro Santo que desenvolveu seu ministério no Brasil.

Justificação

O Papa Francisco proclamou Santo o “Apóstolo do Brasil”, por meio da assinatura de um decreto, na última quinta-feira, três de abril, em Roma.

Na manhã deste domingo, dia seis, milhares de fieis lotaram a Catedral Metropolitana de São Paulo – a Catedral da Sé – na missa solene em Ação de Graças pela Canonização de São José Anchieta. A cerimônia foi

presidida pelo Cardeal Dom Odilo Pedro Scherer, Arcebispo Metropolitano, concelebrada por Dom Cláudio Hummes, Arcebispo Emérito, pelos bispos auxiliares e pelo clero presente na Catedral.

Dom Odilo disse, em sua homilia, que todos são encorajados a imitar o exemplo de São José de Anchieta e a crer que a santidade não está fora do alcance, a qual, em última análise, se expressa na profunda sintonia e comunhão com Deus. “Peçamos a Deus que nos dê a graça de olhar para São José de Anchieta, e aprender dele, as lições que ele nos ensina para os nossos dias e ter nele um companheiro, alguém que está ao nosso lado, também como um intercessor, que olha para as nossas necessidades e as apresenta a Deus”.

O prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, externou o orgulho que todos os paulistanos sentem pela Canonização do Padre Anchieta e elogiou sua trajetória de vida: “Anchieta deixou um legado no plano da cultura, da ética e do respeito à diversidade, que precisa ser resgatado”.

Já o governador do Estado, Geraldo Alckmin, afirmou que Anchieta é exemplo de humildade, amor ao próximo, fé, e de trabalho missionário não apenas para os Católicos, mas a todos de boa vontade. “Que São José de Anchieta derrame suas bênçãos entre nós”.

Mieczyslaw Smyda, Provincial da Província Centro-Leste do Brasil, da Companhia de Jesus, falou sobre a vida e obra de Anchieta, destacando os 44 anos de sua dedicação na missão evangelizadora dos Jesuítas no Brasil.

“A convivência com os pobres, o diálogo evangelizador e a catequese foram grandes marcas deste nosso ‘Apóstolo do Brasil’. Ele aprendeu a servir aos diferentes e mais necessitados não pela imposição, mas pela atração e convencimento. Como vela, que se consome para irradiar a luz, calor e vida, assim se esvaziou a vida desse nosso Santo, em nossas terras”.

No próximo dia 24, às 18h, horário de Roma, o Papa Francisco presidirá Missa em Ação de Graças pela Canonização de Anchieta, na Igreja de Santo Inácio de Loyola, em Roma. O Padre José de Anchieta, um dos fundadores da cidade de São Paulo, será o terceiro santo brasileiro. Ele se junta a Madre Paulina, canonizada pelo Papa João Paulo II, em 2002, e a Frei Galvão, proclamado Santo Antônio de Sant’Ana Galvão, em 2007, pelo Papa Bento XVI.

Sala das Sessões, 7 de abril de 2014 – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**

REQUERIMENTO Nº 357, de 2014

Requeiro, nos termos do art. 218, inciso VII, e art. 221, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ator, diretor e crítico de cinema, José Wilker de Almeida, no último sábado, aos 67 anos; e apresentação de condolências à sua companheira, Cláudia Montenegro, e às filhas Isabel, Mariana e Madá.

Justificação

A dramaturgia brasileira está de luto; perdeu um de seus filhos mais talentosos, admirados e queridos: o ator, diretor, narrador, apresentador e crítico de cinema José Wilker. Durante quase 50 anos de carreira, ele trabalhou em mais de 30 novelas e 70 filmes, além de minisséries e programas de TV.

Nasceu em Juazeiro do Norte, Ceará, em 20 de agosto de 1947. A mãe, Raimunda, era dona de casa, e o pai, Severino, caixeiro. Ainda criança, mudou-se com a família para o Recife, onde estudou teatro e dirigiu espetáculos pelo sertão.

Mudou-se para o Rio de Janeiro em 1967, aos 19 anos, para estudar sociologia na PUC-RJ. Porém, logo abandonou o curso para se dedicar exclusivamente ao teatro.

Como muitos dos grandes atores, José Wilker nunca passou por uma escola de teatro para exercer o ofício. A formação artística do menino de Juazeiro do Norte, no Ceará, começou aos oito anos de idade, dia após dia, como ele contou em entrevista à Globo News em 2012:

(Abre aspas) “Ouvi muito rádio, era a janela para o mundo que tinha. Fui muito ao circo, vi muito palhaço... Junto com isso aconteceu uma coisa para mim quase acidental, mas formadora, que foi participar de um movimento de teatro que se fundava em Recife, cuja função era ilustrar o método de alfabetização do Paulo Freire”. **(Fecha aspas)**

A carreira de José Wilker foi marcada por personagens célebres. O primeiro protagonista de sucesso foi Mundinho Falcão, em “Gabriela”, adaptação do romance de Jorge Amado, um marco na história da teledramaturgia brasileira. Em 1985, viveu Roque Santeiro, personagem central da trama escrita por Dias Gomes e Aguiinaldo Silva, uma das novelas de maior sucesso da televisão.

Outro personagem carismático foi Giovanni Improtta, de “Senhora do Destino”, onde interpretou um ex-bicheiro e lançou bordões repetidos em todo o país.

Ele atuou também em mais de 40 filmes. Um dos destaques foi a interpretação de Vadinho, em “Dona Flor e seus Dois Maridos”. Em “Bye Bye Brasil”, de Cacá Diegues, viveu Lorde Cigano, artista que cruzou o Brasil em uma caravana fazendo espetáculos mambembes.

A última participação como ator de novelas foi em 2013, em “Amor à Vida”, de Walcyr Carrasco, na qual interpretou o médico Herbert.

José Wilker fazia e entendia de arte.

Amigos e colegas de trabalho de José Wilker comentaram a perda do ator. Todos foram unânimes em destacar o talento dele, sua alegria de viver e dom natural para a arte. Consideraram uma perda irreparável e que sem ele a dramaturgia fica mais pobre.

E assim como sua filha escreveu em uma rede social, agora só resta muito amor e saudade; saudade do homem, do ator, do pai, do diretor, do crítico, dos seus personagens e do seu exemplo de vida.

Sala das Sessões, 7 de abril de 2014. – Senador **Eduardo Suplicy** – Senador **Ruben Figueiró**

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – O Senado Federal recebeu a **Mensagem nº 29, de 2014** (nº 70/2014, na origem), da Senhora Presidente da República, encaminhando a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2014.


É a seguinte a Mensagem:

MENSAGEM
Nº 29, DE 2014
(Nº 70/2014, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, encaminho a Vossas Excelências a Programação Monetária, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Banco Central do Brasil, destinada à Comissão de Assuntos Econômicos dessa Casa.

Brasília, 3 de abril de 2014.



EM nº 00014/2014 BACEN

Brasília, 31 de Março de 2014

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Encaminho à consideração de Vossa Excelência, de acordo com o que estabelece o art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a anexa programação monetária para o 2º trimestre e para o ano de 2014, aprovada pelo Conselho Monetário Nacional em sessão de 27 de março de 2014, para que seja enviada à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Alexandre Antonio Tombini

**Diretoria Colegiada
Departamento Econômico – DEPEC**

Programação Monetária

2014

Março – 2014

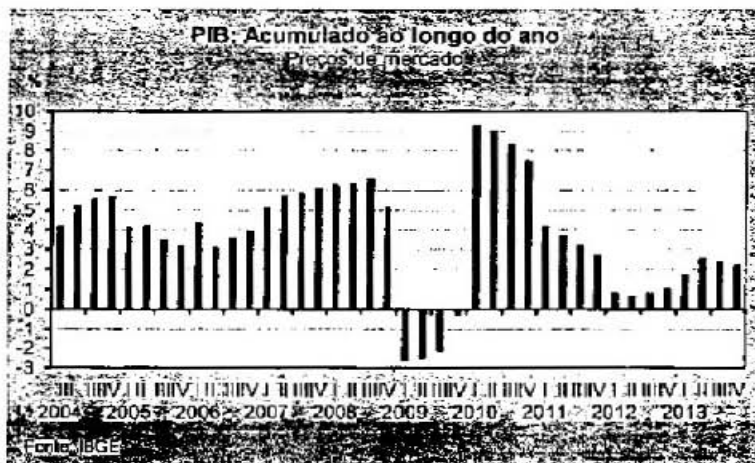


BANCO CENTRAL DO BRASIL

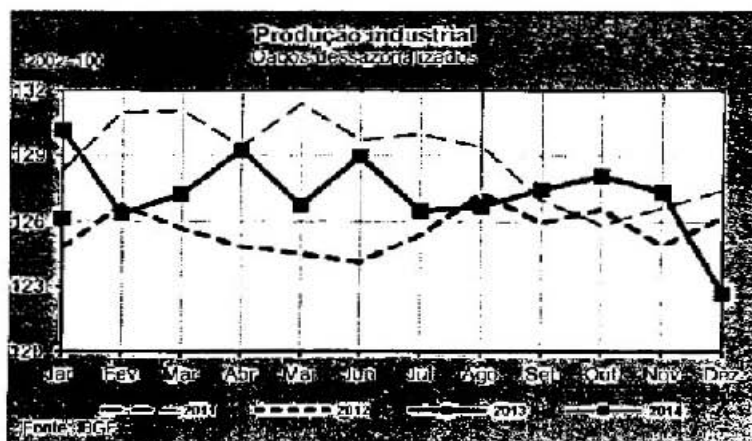
Programação Monetária para o segundo trimestre e para o ano de 2014

A. A economia brasileira no primeiro trimestre de 2014

1. O PIB cresceu 1,9% no quarto trimestre de 2013, em relação a igual intervalo de 2012, segundo as Contas Nacionais Trimestrais do IBGE, acumulando expansão anual de 2,3%. Na margem, o agregado aumentou 0,7% em relação ao terceiro trimestre do ano, de acordo com dados dessazonalizados. A expansão interanual do PIB decorreu, na análise da oferta, de crescimentos na agropecuária (2,4%), indústria (1,5%) e do setor de serviços (1,8%). No âmbito da demanda, a contribuição de 1,9 p.p. do componente doméstico refletiu variações respectivas de 1,9%, 2,0% e 5,5% no consumo das famílias, no consumo do governo e na Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), enquanto a contribuição nula do setor externo decorreu de aumentos de 5,6% nas exportações e de 4,8% nas importações. O desempenho anual do PIB refletiu os crescimentos da agropecuária (7,0%), indústria (1,3%) e do setor de serviços (2,0%). No âmbito da demanda, a contribuição do componente doméstico atingiu 3,2 p.p., reflexo, em especial, de elevações da FBCF (6,3%) e do consumo das famílias (2,3%), e a do setor externo totalizou -0,9 p.p., resultado de aumentos de 2,5% nas exportações e de 8,4% nas importações. Na margem, o desempenho do PIB no quarto trimestre de 2013 refletiu, sob a ótica da produção, estabilidade na agropecuária, recuo de 0,2% na indústria e crescimento de 0,7% no setor de serviços. No âmbito da demanda, o consumo do governo cresceu 0,8%, o das famílias, 0,7% e a FBCF, 0,3%. As exportações e as importações variaram, na ordem, 4,1% e -0,1%, no período.

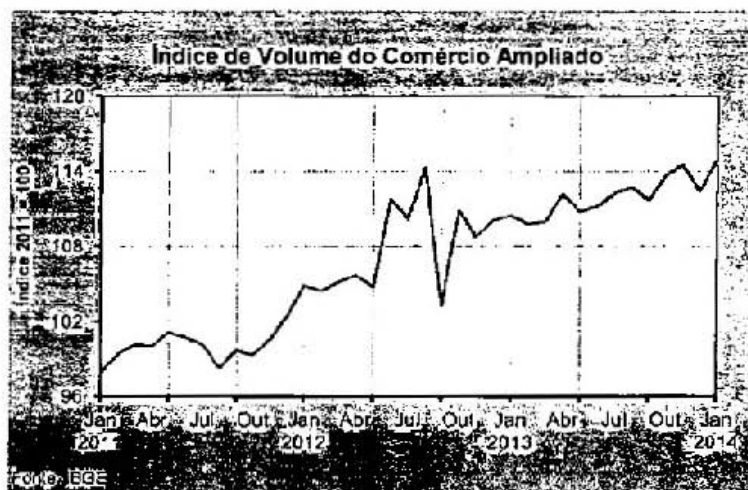


2. A produção física da indústria decresceu 1,6% no trimestre finalizado em janeiro, em relação ao encerrado em outubro, quando recuara 0,2%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) do IBGE. A produção da indústria extrativa recuou 2,2% e a da indústria de transformação retraiu 1,5%, destacando-se os resultados negativos nos segmentos equipamentos de instrumentação médico-hospitalar, ópticos e outros, 18,4%; veículos automotores, 13,1%; e fumo, 10,5%. A análise por

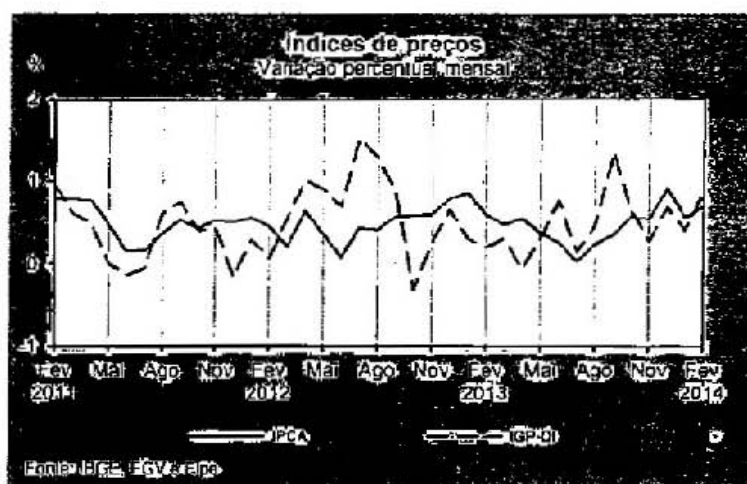


categorias de uso indica recuos nos segmentos de bens de capital (7,0%), bens de consumo duráveis (1,9%), de bens de consumo semi e não duráveis (0,8%) e bens intermediários (0,7%).

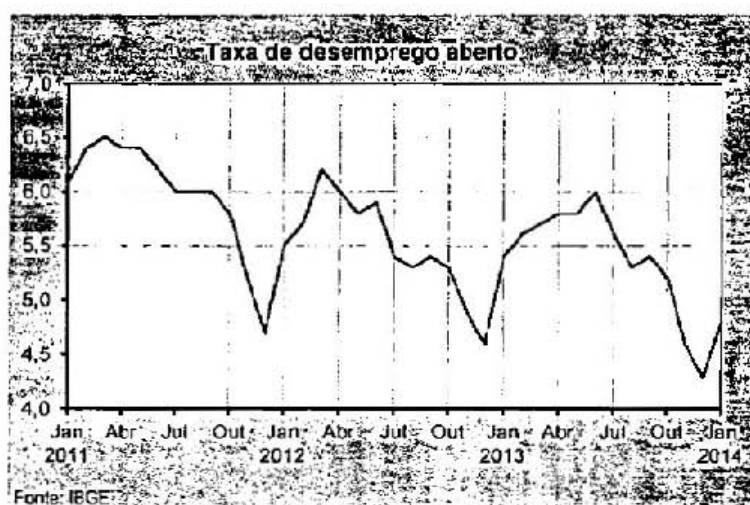
3. As vendas do comércio ampliado aumentaram 3,6% em 2013 (8,0% em 2012), de acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada pelo IBGE. Esse resultado, o menos expressivo desde 2006, decorreu de desacelerações nas vendas nos segmentos de bens duráveis, semiduráveis e não duráveis. O comércio varejista, que exclui do comércio ampliado os segmentos veículos e motos, partes e peças, e material de construção, cresceu 4,3% em 2013 (8,4% em 2012), menor taxa desde 2003. As vendas do comércio ampliado e do varejista aumentaram 0,8% no trimestre encerrado em janeiro, em relação ao finalizado em outubro de 2013, destacando-se as elevações nos segmentos livros, jornais, revistas e papelaria, 2,5%; automóveis, motocicletas, partes e peças, 2,3%; tecidos, vestuário e calçados, 2,2%.



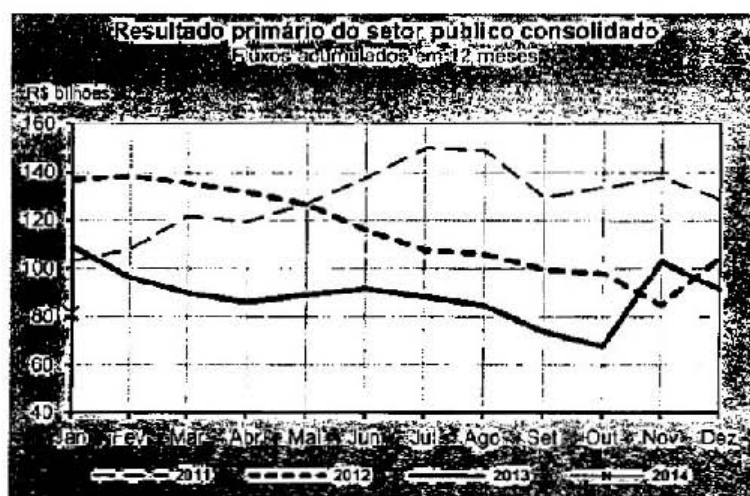
4. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo IBGE, variou 2,18% no trimestre encerrado em fevereiro (1,47% no terminado em novembro), resultado de acelerações dos preços livres (de 1,68% para 2,32%) e dos monitorados (de 0,78% para 1,70%). A variação do IPCA acumulada em doze meses atingiu 5,68% em fevereiro (5,77% em novembro de 2013), resultado de desaceleração dos preços livres, de 7,31% para 6,28%, e aceleração dos monitorados, de 0,95% para 3,71%. O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), divulgado pela FGV, aumentou 1,95% no trimestre encerrado em fevereiro (2,28% no finalizado em novembro). A variação do Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) passou de 2,75% para 1,91%; a do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), de 1,53% para 2,36%; e a do Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), de 1,05% para 1,31%. Considerados intervalos de doze meses, o IGP-DI aumentou 6,30% em fevereiro (5,49% em novembro e 8,24% em fevereiro de 2013).



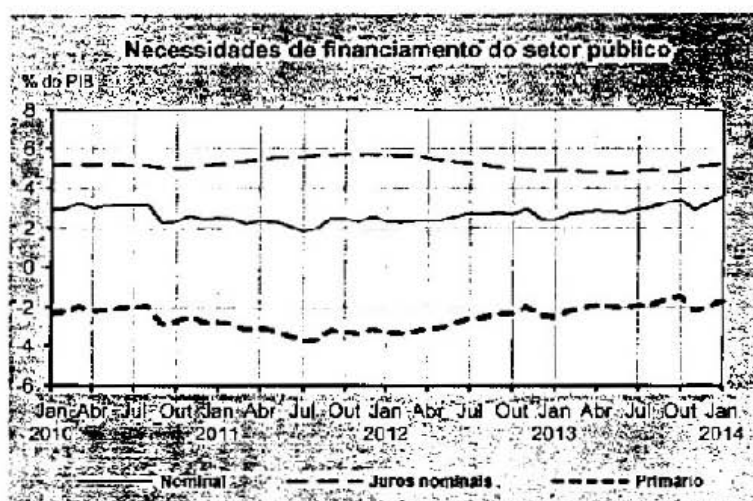
5. A taxa média de desemprego, consideradas as seis regiões metropolitanas abrangidas pela Pesquisa Mensal do Emprego do IBGE (PME), situou-se em 4,6% no trimestre encerrado em janeiro (5,0% em igual período de 2013). Considerando dados dessazonalizados, a taxa de desemprego atingiu 5,0% no trimestre, ressaltando-se que o recuo de 0,3 p.p. em relação ao trimestre encerrado em outubro de 2013 resultou de retração de 0,3% da população economicamente ativa e estabilidade da população ocupada. Foram eliminados, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), 159 mil postos formais de trabalho no trimestre encerrado em fevereiro (344,6 mil em igual período de 2013), dos quais 73,9 mil na indústria de transformação, 62,2 mil na agropecuária e 61,9 mil no comércio.



6. O *superavit* primário do setor público consolidado atingiu R\$91 bilhões em 2013 (1,90% do PIB), ante 2,39% do PIB em 2012. Os *superavits* do Governo Central e dos governos regionais representaram, na ordem, 1,6% e 0,3 do PIB, recuando 0,39 p.p. e 0,15 p.p. do PIB, respectivamente, em relação a 2012. Resalte-se que o *superavit* do Governo Central cumpriu a meta fixada para o ano, após deduzidas despesas com o PAC e desonerações estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A receita bruta do Governo Federal totalizou R\$894,7 bilhões em 2013 (aumento anual de 11,4%), com destaque para os crescimentos nas arrecadações do Imposto de Renda (10,9%), do Pis/Pasep (12,3%), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (14,3%), da Cofins (15,5%) e do imposto de importação (19,6%). As desonerações de tributos foram estimadas em R\$77,8 bilhões (R\$46,5 bilhões em 2012). As despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$552,9 bilhões em 2013, aumento anual de 14,1% decorrente de crescimentos de 8,9% nos gastos com pessoal e encargos e de 17,5% nos gastos relativos a custeio e capital. O *superavit* primário do setor público totalizou R\$19,9 bilhões em janeiro de 2014 (R\$30,3 bilhões em igual período de 2013), acumulando 1,67% do PIB em doze meses (2,46% do PIB em igual intervalo de 2013).



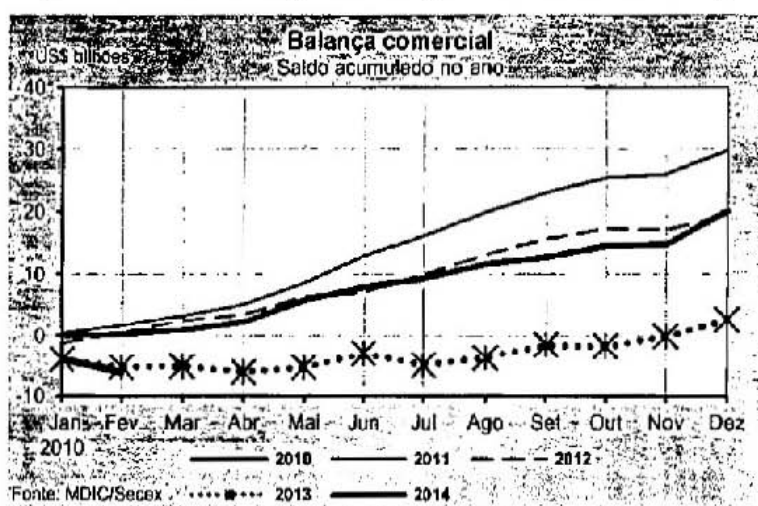
7. Os juros nominais, apropriados por competência, totalizaram R\$248,8 bilhões em 2013 (5,18% do PIB), aumentando 0,31 p.p. do PIB em relação ao ano anterior. O *deficit* nominal do setor público, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, atingiu R\$157,6 bilhões (3,28% do PIB) no ano (2,48% do PIB em 2012). O financiamento desse *deficit* ocorreu mediante expansões da dívida mobiliária, da dívida bancária e das demais fontes de financiamento interno, que incluem a base monetária, neutralizadas, em parte, pela redução no financiamento externo líquido. Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$30,4 bilhões em janeiro (R\$22,6 bilhões em igual mês de 2013), aumento decorrente, em parte, do maior estoque da dívida e do resultado desfavorável nas operações de *swap* cambial (-R\$3,9 bilhões, ante R\$136 milhões em janeiro de 2013). O resultado nominal foi deficitário em R\$10,5 bilhões no mês (*superavit* de R\$7,6 bilhões em janeiro de 2013). Considerados períodos de doze meses, o *deficit* nominal representou 3,63% do PIB em janeiro (aumento de 1,2 p.p. em relação a igual período de 2013).



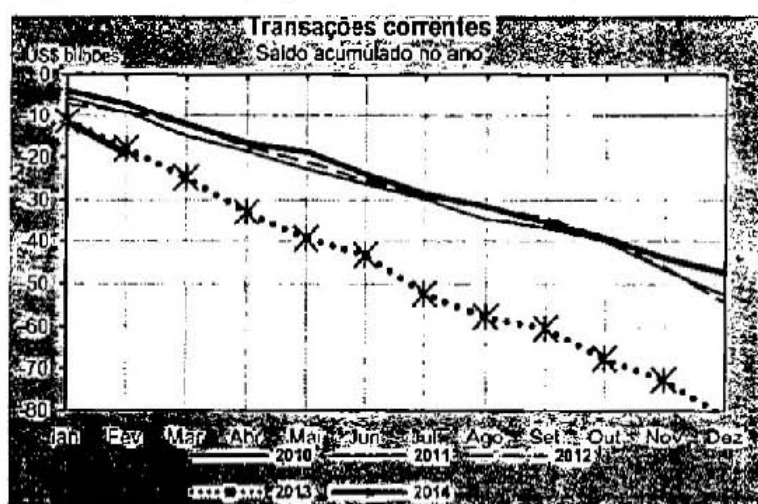
8. A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) atingiu R\$1.626,3 em 2013 (33,8% do PIB). O recuo de 1,5 p.p. do PIB em relação a dezembro de 2012 decorreu de variação de -1,5 p.p. no Governo Central e estabilidade nos demais segmentos. A DLSP totalizou R\$1.613,2 bilhões (33,3% do PIB) em janeiro de 2014. A evolução anual da relação DLSP/PIB refletiu as contribuições do *superavit* primário (1,9 p.p.), do crescimento do PIB corrente (3,0 p.p.), da depreciação cambial de 14,6% no período (2,0 p.p.), do reconhecimento de ativos (0,1 p.p.), da apropriação de juros nominais (-5,2 p.p.) e do ajuste de paridade da cesta de moedas que compõem a dívida externa líquida (-0,4 p.p.). As alterações mais acentuadas na composição da DLSP em 2013 ocorreram nas parcelas vinculadas à taxa de câmbio (-3,0 p.p.) e a índices de preços (1,7 p.p.), e na parcela pré-fixada (1,7 p.p.). As mudanças mais elevadas em janeiro, em relação a dezembro de 2013, ocorreram nas parcelas vinculadas à taxa Selic (10,7 p.p.) e pré-fixada (-5,8 p.p.).



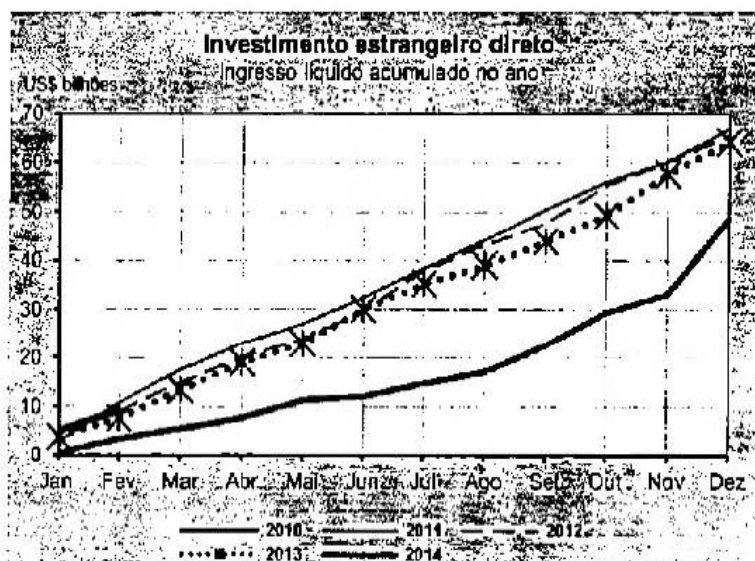
9. O *deficit* da balança comercial atingiu US\$6,2 bilhões nos dois primeiros meses de 2014, elevando-se 16,2% em relação ao mesmo período de 2013. As exportações aumentaram 1,4% e as importações, 3,6%, totalizando US\$31,9 bilhões e US\$38,1 bilhões, respectivamente. As exportações médias diárias recuaram 3,4% no bimestre, reflexo de reduções nas vendas de bens semimanufaturados (7,2%); manufaturados (5,6%); e básicos (1,5%), que representaram, na ordem, 14,6%, 38,1% e 44% das exportações totais no bimestre. A menor participação dos manufaturados foi influenciada pela aplicação de cotas de importações, pela Argentina, no comércio de automóveis, com vigência a partir de primeiro de janeiro de 2014. A média diária das importações recuou 1,4% no primeiro bimestre de 2014, em relação a igual intervalo de 2013, resultado de reduções nas aquisições de combustíveis e lubrificantes (7,2%), de bens de capital (2,7%), de bens de consumo não duráveis (2,6%) e de matérias-primas (0,7%), e elevação de 14,0% nas compras de bens de consumo duráveis. A representatividade das importações destas categorias de uso no total importado no bimestre atingiu, na ordem, 18,1%, 21,7%, 8%, 42,9% e 9,3%.



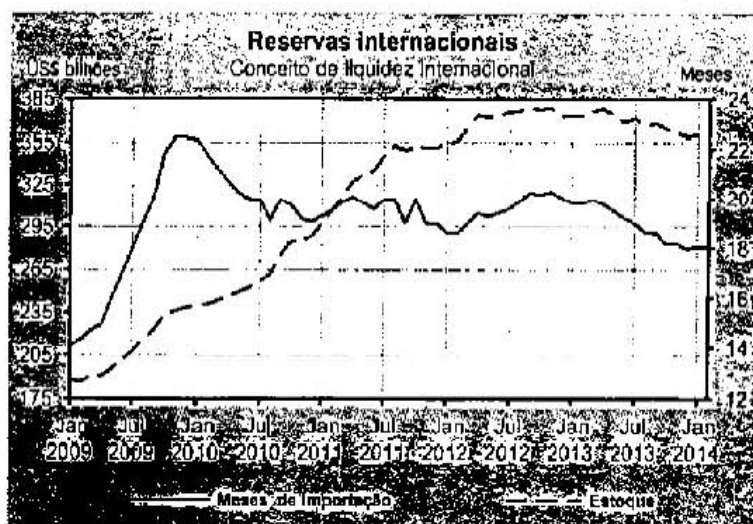
10. O *deficit* em transações correntes, após totalizar US\$81,4 bilhões em 2013, atingiu US\$19 bilhões nos dois primeiros meses de 2014 (US\$17,9 bilhões em igual período de 2013). O *deficit* acumulado em doze meses somou US\$82,5 bilhões em fevereiro (3,69% do PIB). As despesas líquidas de serviços totalizaram US\$6,8 bilhões, aumentando 0,7% em relação ao primeiro bimestre de 2013. As despesas líquidas com aluguel de equipamentos cresceram 8,3% e com viagens internacionais retraíram 1,4%. As despesas líquidas com transportes diminuíram 1,1% em relação a igual período de 2013. As despesas líquidas com juros totalizaram US\$2,6 bilhões e as remessas líquidas de lucros e dividendos, US\$3,8 bilhões (variações respectivas de 10,4% e -10,8% em relação a igual período de 2013).



11. Os ingressos líquidos de IED somaram US\$9,2 bilhões no primeiro bimestre de 2014, dos quais US\$6,8 bilhões relativos a aumento de participação em capital de empresas e US\$2,4 bilhões, a empréstimos intercompanhias. O IED acumulado em doze meses atingiu US\$65,8 bilhões em fevereiro (2,94% do PIB). Os retornos líquidos de investimentos brasileiros em carteira no exterior totalizaram US\$1,3 bilhão (aplicações líquidas de US\$1,2 bilhão nos dois primeiros meses de 2013), ressaltando-se as vendas líquidas de ações de empresas estrangeiras e no retorno líquido nos títulos estrangeiros adquiridos por residentes. Os ingressos líquidos de investimentos estrangeiros em carteira totalizaram US\$4,9 bilhões, incluindo saídas líquidas de US\$984 milhões nos investimentos estrangeiros em ações. As aplicações líquidas de investimentos estrangeiros em títulos de renda fixa negociados no país atingiram US\$5,9 bilhões (US\$993 milhões nos dois primeiros meses de 2013).



12. As reservas internacionais totalizaram, em fevereiro, US\$367,7 bilhões no conceito caixa e US\$377,2 bilhões no conceito liquidez, aumentando US\$3,9 bilhões e US\$1,4 bilhão, respectivamente, em relação a dezembro de 2013. O Banco Central liquidou compras de US\$2,5 bilhões de operações de linhas com recompra; a receita de juros, que remuneraram os ativos de reservas, somou US\$481 milhões; e as variações por paridades e por preços exerceram impactos respectivos de -US\$43 milhões e US\$812 milhões, no mês. Considerando o impacto de eventos antecipáveis, as reservas internacionais totalizariam US\$380,2 bilhões ao final de 2014. Estão previstas, para o ano, receitas de remuneração de reservas de US\$3,5 bilhões; despesas de juros de US\$2,6 bilhões; e amortizações de US\$987 milhões.



B. Política Monetária no quarto trimestre de 2013

13. Os saldos da base monetária restrita, base monetária ampliada e dos meios de pagamentos, nos conceitos M1 e M4, situaram-se nos intervalos estabelecidos pela Programação Monetária para o quarto trimestre de 2013.

14. A base monetária restrita, no conceito de média dos saldos diários, atingiu R\$240,3 bilhões em dezembro, com crescimentos de 8,5% no mês e de 4,1% em 12 meses. O saldo médio do papel-moeda emitido somou R\$198,4 bilhões, elevando-se 10,5% no mês e 10,0% em doze meses. As reservas bancárias atingiram R\$41,9 bilhões, variando -0,1% e -16,9%, respectivamente, nas mesmas bases de comparação.

15. O saldo da base monetária ampliada, que inclui a base restrita, os depósitos compulsórios e os títulos públicos federais fora da carteira do Banco Central, totalizou R\$3,1 trilhões em dezembro. O crescimento de 7,6% em doze meses refletiu aumentos de 6,9% na base restrita, de 6,4% no saldo dos títulos públicos federais e de 18,1% nos depósitos compulsórios em espécie.

Quadro 1. Resultados previstos pela programação monetária e ocorridos no quarto trimestre de 2013^{1/}

Discriminação	Previsto		Ocorrido	
	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses
M1 ^{2/}	320,0 - 375,7	11,1	339,0	8,3
Base restrita ^{3/}	216,1 - 292,3	10,1	240,3	4,1
Base ampliada ^{4/}	2974,6 - 3492,0	11,7	3114,6	7,5
M4 ^{4/}	3744,4 - 5065,9	7,3	4459,4	8,7

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.

4/ Saldos em fim de período.

16. Os meios de pagamento (M1), mensurados pela média dos saldos diários, somaram R\$339 bilhões em dezembro, elevando-se 10,6% no mês e 8,3% em doze meses. O saldo de papel-moeda em poder do público atingiu R\$162,2 bilhões, crescendo 10,7% no mês e 11,4% em doze meses, enquanto os depósitos à vista situaram-se em R\$176,8 bilhões, com variações respectivas de 10,5% e 5,6%.

17. O agregado monetário M4 totalizou R\$4,5 trilhões em dezembro, elevando-se 1,2% no mês e 8,7% em doze meses.

18. As operações com títulos públicos federais, incluídas as de ajuste de liquidez realizadas pelo Banco Central, determinaram impacto expansionista de R\$122,1 bilhões no quarto trimestre de 2013, resultante das colocações líquidas de

R\$42,6 bilhões no mercado primário e de resgates líquidos de títulos de R\$164,7 bilhões no mercado secundário.

19. O Copom ponderou, nas reuniões de outubro e de dezembro de 2013, que a elevada variação dos índices de preços ao consumidor nos últimos doze meses; os mecanismos formais e informais de indexação; e a percepção dos agentes econômicos sobre a dinâmica da inflação contribuíam para que o processo inflacionário ainda mostrasse resistência. Tendo em vista os danos que a persistência desse processo causaria à tomada de decisões sobre consumo e investimentos, na visão do Comitê, fazia-se necessário que, com a devida tempestividade, o mesmo fosse revertido. Nesse contexto, o Copom entendeu ser apropriada a continuidade do ritmo de ajuste das condições monetárias ora em curso e, dando prosseguimento ao ajuste da taxa básica de juros, decidiu, por unanimidade, elevar a taxa Selic para 9,50% a.a. e 10,00% a.a., sem viés, nas reuniões mencionadas.

C. Política Monetária no bimestre janeiro-fevereiro de 2014

20. A base monetária restrita, calculada pela média dos saldos diários, totalizou R\$227,8 bilhões em fevereiro, com redução de 3,3% no mês e crescimento de 6,0% em doze meses. As reservas bancárias variaram -6,9% e -7,3%, respectivamente, situando-se em R\$42,5 bilhões, e o saldo médio do papel-moeda emitido atingiu R\$185,3 bilhões, retração de 2,5% no mês e elevação de 9,6% em doze meses.

21. A base monetária ampliada totalizou R\$3,2 trilhões em fevereiro, com redução de 0,2% no mês e expansão de 8,8% em doze meses. O resultado anual refletiu elevações de 9,6% na base restrita, de 7,2% no saldo de títulos públicos federais e de 22% nos depósitos compulsórios em espécie.

22. Os meios de pagamento (M1), avaliados pela média dos saldos diários, atingiram R\$311,8 bilhões em fevereiro, decréscimo de 3,5% no mês e aumento de 7,3% em doze meses. O saldo do papel-moeda em poder do público somou R\$152,3 bilhões, variações respectivas de -2,4% e 12,2%, e os depósitos à vista atingiram R\$159,5 bilhões, declínio de 4,6% no mês e crescimento de 3,1% em doze meses.

23. O agregado monetário mais amplo (M4) totalizou R\$4,5 trilhões em fevereiro, aumentando 0,7% no mês e 7,9% em doze meses.

Quadro 2. Resultados previstos pela programação monetária para o primeiro trimestre de 2014 e ocorridos em janeiro/fevereiro^{1/}

Discriminação	Previsto		Ocorrido	
	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses
M1 ^{2/}	288 - 338,1	8,0	311,8	7,3
Base restrita ^{3/}	191,6 - 259,2	9,6	227,8	6,0
Base ampliada ^{4/}	2971,2 - 3487,9	9,8	3179,9	8,8
M4 ^{4/}	3866,9 - 5231,7	9,0	4466,6	7,9

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.

4/ Saldos em fim de período.

24. As operações com títulos públicos federais, incluídas as de ajuste de liquidez realizadas pelo Banco Central, resultaram em contração monetária de R\$16,7 bilhões no bimestre janeiro-fevereiro, com resgates líquidos de R\$94,1 bilhões no mercado primário e venda líquida de títulos de R\$111,1 bilhões no mercado secundário. As operações no extramercado foram expansionistas em R\$309 milhões.

25. O Copom avaliou, na reunião de janeiro, que a elevada variação dos índices de preços ao consumidor nos últimos doze meses contribuía para que a inflação ainda mostrasse resistência ligeiramente acima daquela que se antecipava. Tendo em vista os danos que a persistência desse processo causaria à tomada de decisões sobre consumo e investimentos, na visão do Comitê, fazia-se necessário que, com a devida tempestividade, o mesmo fosse revertido. Diante disso, dando prosseguimento ao processo de ajuste da taxa básica de juros, iniciado na reunião de abril de 2013, o Copom decidiu por unanimidade, naquele momento, elevar a taxa Selic em 0,50 p.p., para 10,50% a.a., sem viés. Na reunião de fevereiro, o Copom ponderou que, não obstante a moderação observada na margem, a elevada variação dos índices de preços ao consumidor nos últimos doze meses seguia contribuindo para que a inflação mostrasse resistência ligeiramente acima daquela que se antecipava. Dessa forma, o Copom entendeu ser apropriado o prosseguimento do processo de ajuste da taxa básica de juros e decidiu, por unanimidade, elevar a taxa Selic em 0,25 p.p., para 10,75% a.a., sem viés.

Reunião do Copom	Aplicação do viés de baixa	Meta para a taxa Selic (% a.a.) ^{1/}
16.04.2008	-	11,75
4.06.2008	-	12,25
23.07.2008	-	13,00
10.09.2008	-	13,75
29.10.2008	-	13,75
10.12.2008	-	13,75
21.01.2009	-	12,75
11.03.2009	-	11,25
29.04.2009	-	10,25
10.6.2009	-	9,25
22.07.2009	-	8,75
2.09.2009	-	8,75
21.10.2009	-	8,75
9.12.2009	-	8,75
27.01.2010	-	8,75
17.03.2010	-	8,75
28.04.2010	-	9,50
9.06.2010	-	10,25
21.07.2010	-	10,75
1.09.2010	-	10,75
8.12.2010	-	10,75
19.1.2011	-	11,25
2.3.2011	-	11,75
20.4.2011	-	12,00
8.6.2011	-	12,25
20.7.2011	-	12,50
31.8.2011	-	12,00
19.10.2011	-	11,50
30.11.2011	-	11,00
18.1.2012	-	10,50
7.3.2012	-	9,75
18.4.2012	-	9,00
30.5.2012	-	8,50
11.7.2012	-	8,00
29.8.2012	-	7,50
10.10.2012	-	7,25
28.11.2012	-	7,25
16.01.2013	-	7,25
06.03.2013	-	7,25
17.04.2013	-	7,50
29.05.2013	-	8,00
10.07.2013	-	8,50
28.08.2013	-	9,00
09.10.2013	-	9,50
27.11.2013	-	10,00
15.1.2014	-	10,50
26.2.2014	-	10,75

1/ Vigência a partir do primeiro dia útil seguinte à reunião ou à aplicação do viés.

D. Perspectivas para o segundo trimestre e para o ano de 2014

26. A dinâmica da economia global esteve condicionada, no quarto trimestre de 2013, pela desaceleração do PIB dos EUA, Reino Unido e China, e pelo maior ritmo da atividade na Área do Euro. As taxas de inflação situaram-se, nas principais

economias maduras, em patamar inferior à taxa de referência para a política monetária dos respectivos bancos centrais, que mantiveram as taxas básicas de juros nos menores níveis históricos. Em janeiro, os mercados financeiros mostraram maior aversão ao risco, em cenário de divulgação de indicadores mais fracos para a atividade econômica nos EUA e na China, e de aumento das incertezas em relação aos mercados emergentes.

27. No Brasil, a recuperação da atividade econômica deverá persistir em 2014, sustentada pelo consumo doméstico, que se beneficia de taxas de desemprego em patamares historicamente baixas; e pelo impacto, sobre o componente externo da demanda, do cenário de maior dinamismo da economia global e depreciação da taxa de câmbio.

28. De fato, a taxa de desemprego, consideradas as seis regiões metropolitanas abrangidas pela Pesquisa Mensal do Emprego do IBGE (PME), situou-se em 4,6% no trimestre encerrado em janeiro (5,0% em igual período de 2013). Considerando dados dessazonalizados, a taxa de desemprego atingiu 5,0% no trimestre, ressaltando-se que o recuo de 0,3 p.p. em relação ao trimestre encerrado em outubro de 2013 resultou de retração de 0,3% da população economicamente ativa e estabilidade da população ocupada.

29. A evolução das operações de crédito foi condicionada, no trimestre encerrado em fevereiro, pelos efeitos sazonais do período. Nesse contexto, destacaram-se as contratações nas modalidades de curto prazo, ressaltando-se, no entanto a manutenção do dinamismo no crédito habitacional. Importante enfatizar que, embora as taxas de juros e dos *spreads* bancários mantivessem trajetória consistente com a política monetária, as taxas de inadimplência situaram-se nos menores níveis históricos.

30. As receitas do Governo Central cresceram, em 2013 e em janeiro de 2014, em ritmo inferior ao das despesas. Essa trajetória, influenciada, pela moderação da atividade econômica e pelas medidas de estímulo adotadas no período, deverá ser revertida em 2014, perspectiva sustentada pelo contingenciamento de despesas anunciado pelo Governo Central na programação orçamentária de 2014 e pela continuidade, nos próximos trimestres, da retomada da atividade econômica doméstica.

31. No âmbito do setor externo, o *deficit* da balança comercial cresceu 43,7% nos dois primeiros meses de 2014, em relação a igual período de 2013, reflexo de recuo das exportações e desaceleração das importações. No mesmo período, as despesas líquidas de serviços e rendas decresceram 20,5% e 1,3%, respectivamente, resultando em elevação de 7,8% no *deficit* em transações correntes. Ressalte-se que o *deficit* em transações correntes acumulado em doze meses atingiu 3,68% do PIB em fevereiro de 2014, mesmo patamar desde outubro de 2013.

32. Os ingressos relativos a investimentos estrangeiros líquidos diretos e a outras modalidades de captação relevantes para o financiamento do *deficit* em transações correntes aumentaram no bimestre. Esse cenário, fortalecido pela renovação, no

mínimo até o final do primeiro semestre de 2014, do programa de oferta cambial, garantiu fluidez ao mercado cambial, expressa na reversão do *deficit* apresentado pelo mercado de câmbio contratado no primeiro bimestre de 2013.

33. Nesse ambiente, a trajetória dos índices de preços gerais e ao consumidor foram distintas, na margem, no trimestre encerrado em fevereiro. A desaceleração observada no primeiro grupo evidenciou o recuo nos preços agrícolas, e a aceleração nos preços ao consumidor foi consistente com a sazonalidade de itens importantes, no período.

34. Ressalte-se que a aceleração do IPCA no trimestre encerrado em fevereiro foi menor que no mesmo intervalo de 2013, reflexo, em parte, de variações menos intensas nos preços dos alimentos *in natura* e dos efeitos de ações de política monetária recentemente implementadas. Nesse cenário, manteve-se a trajetória declinante da variação acumulada em doze meses do indicador

E. Metas indicativas da evolução dos agregados monetários para o segundo trimestre e para o ano de 2014.

35. A programação dos agregados monetários para o segundo trimestre de 2014 considerou o cenário provável para o comportamento do PIB, da inflação, das taxas de juros e do câmbio e outros indicadores pertinentes, além de ser consistente com o atual regime de política monetária, baseado no sistema de metas para a inflação.

Quadro 3. Programação monetária para o segundo trimestre e para ano de 2014^{1/}

Discriminação	R\$ bilhões			
	Segundo Trimestre		Ano	
	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses ^{2/}	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses ^{2/}
M1 ^{3/}	283,9 - 333,3	4,2	327,7 - 384,6	5,1
Base restrita ^{3/}	190,4 - 257,6	9,7	219,7 - 297,3	7,6
Base ampliada ^{4/}	3008,3 - 3531,4	8,7	3116,1 - 3858,1	8,8
M4 ^{4/}	3906,3 - 5285,0	7,8	4090,2* - 5533,8	7,9

^{1/} Referência ao último mês do período.

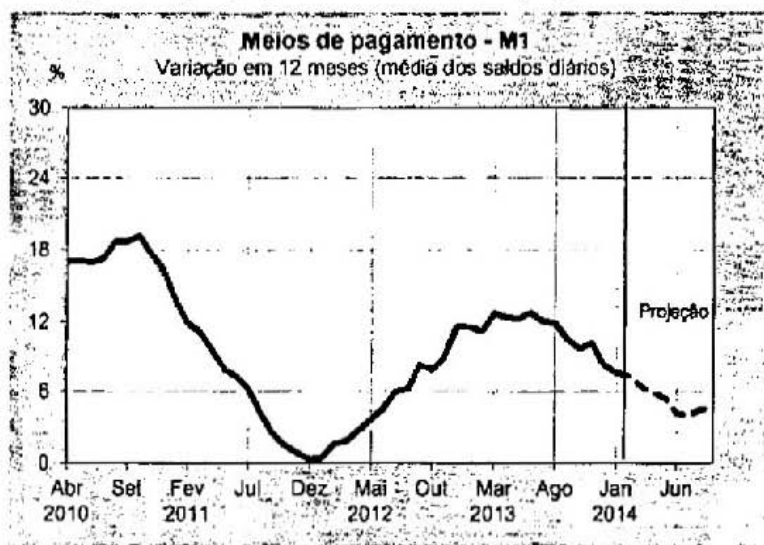
^{2/} Para o cálculo da variação percentual considera-se o ponto médio das previsões.

^{3/} Média dos saldos nos dias úteis do mês.

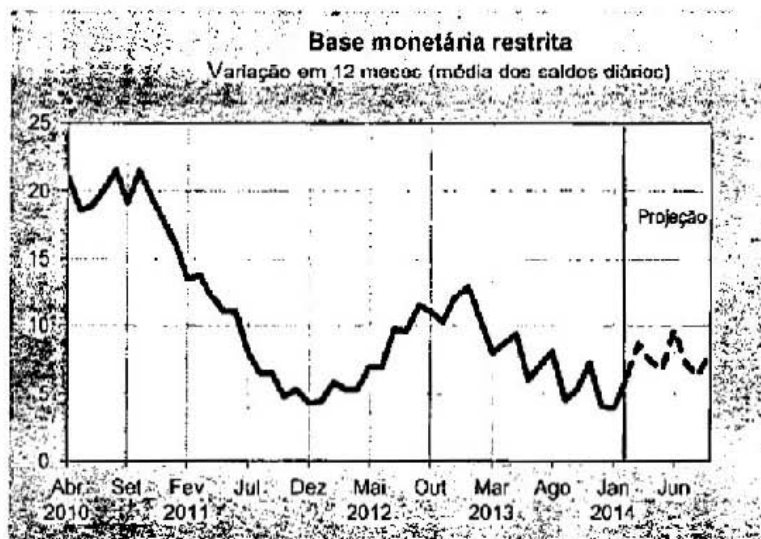
^{4/} Saldo em fim de período.

36. As projeções dos meios de pagamento foram efetuadas com base em modelos econométricos para a demanda por seus componentes, considerando-se as trajetórias esperadas para o produto e para a taxa Selic, e a sazonalidade característica daqueles agregados. Em decorrência, a variação em doze meses da média dos saldos diários dos meios de pagamento foi estimada em 4,2% para junho e em 5,1% para dezembro de 2014.

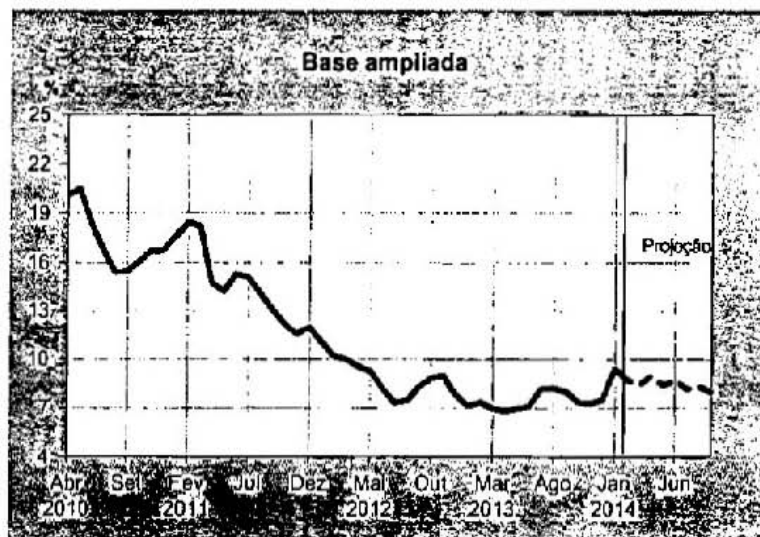
37. Considerou-se ainda, para a projeção dos meios de pagamento, como variáveis exógenas, a expansão das operações de crédito do sistema financeiro e a elevação da massa salarial.



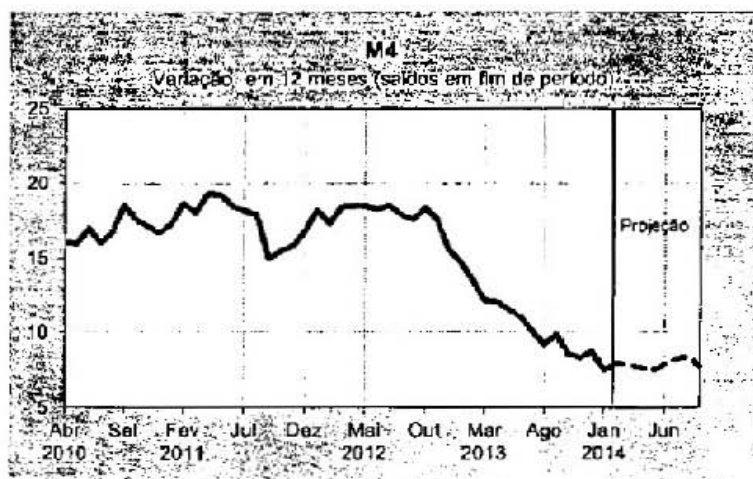
38. Tendo em vista a projeção feita para a demanda por papel-moeda e por depósitos à vista, que são relacionadas à demanda por meio circulante e por reservas bancárias, e considerando-se a atual alíquota de recolhimentos compulsórios sobre recursos à vista, projeta-se elevação em doze meses para o saldo médio da base monetária de 9,7% em junho e de 7,6% em dezembro de 2014.



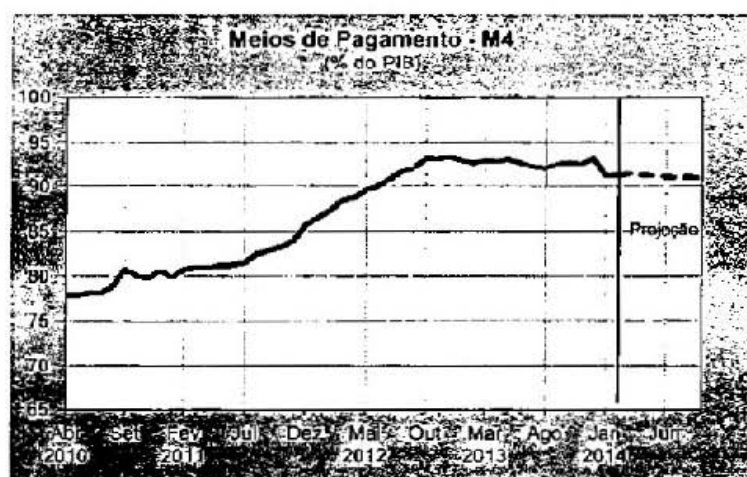
39. As projeções da base monetária ampliada, que consiste de uma medida da dívida monetária e mobiliária federal de alta liquidez, foram efetuadas adotando-se cenários para resultados primários do governo central, operações do setor externo e emissões de títulos federais, assim como estimativas de taxas de juros e de câmbio para projetar a capitalização da dívida mobiliária federal. Os resultados indicam variação em doze meses de 8,7% em junho e de 8,8% em dezembro de 2014.



40. Para os meios de pagamento ampliados, as previsões estão baseadas na capitalização de seus componentes e nos fatores condicionantes de seu crescimento primário, que correspondem às operações de crédito do sistema financeiro, aos financiamentos com títulos federais junto ao setor não financeiro e às entradas líquidas de poupança financeira externa. Em decorrência, o crescimento em doze meses esperado para o M4 corresponde a 7,8% em junho e de 7,9% em dezembro de 2014.



41. A proporção entre o M4 e o PIB deverá apresentar estabilidade ao longo de 2014, consistente com o comportamento esperado para as respectivas variáveis no período.



42. A evolução dos agregados monetários é resumida no quadro a seguir, onde são apresentados os valores ocorridos no bimestre janeiro/fevereiro de 2014, bem como os valores previstos para o segundo trimestre de 2014.

Quadro 4. Evolução dos agregados monetários^{1/}

Discriminação	2014 ^{2/}		2014 ^{2/}		2014 ^{3/}	
	Janeiro - Fevereiro		Segundo Trimestre		Ano	
	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses
M1 ^{4/}	311,8	7,3	308,6	4,2	356,1	5,1
Base restrita ^{4/}	227,8	6,0	224,0	9,7	258,5	7,6
Base ampliada ^{5/}	3179,9	8,8	3 269,9	8,7	3 387,1	8,8
M4 ^{5/}	4466,6	7,9	4 595,7	7,8	4 612,0	7,9

^{1/} Refere-se ao último mês do período.

^{2/} Projeção.

^{3/} Ponto médio das previsões.

^{4/} Média dos saldos nos dias úteis do mês.

^{5/} Saldos em fim de período.

43. A evolução dos diversos multiplicadores, implícita na programação monetária, é resumida no quadro a seguir:

Quadro 5. Multiplicador monetário^{1/}

Discriminação	2014		2014 ^{2/}			
	Janeiro - Fevereiro ^{3/}		Segundo Trimestre		Ano ^{2/}	
	Multiplicador	Var. % em 12 meses	Multiplicador	Var. % em 12 meses	Multiplicador	Var. % em 12 meses
M1 / Base restrita ^{3/}	1,369	1,3	1,378	-5,0	1,378	-2,3
Res.bancárias / dep.vista ^{3/}	0,262	-10,1	0,268	10,1	0,270	9,5
Papel-moeda / M1 ^{3/}	0,482	4,5	0,483	5,7	0,482	1,7
M4 / Base ampliada ^{4/}	1,405	7,9	1,405	7,8	1,421	7,9

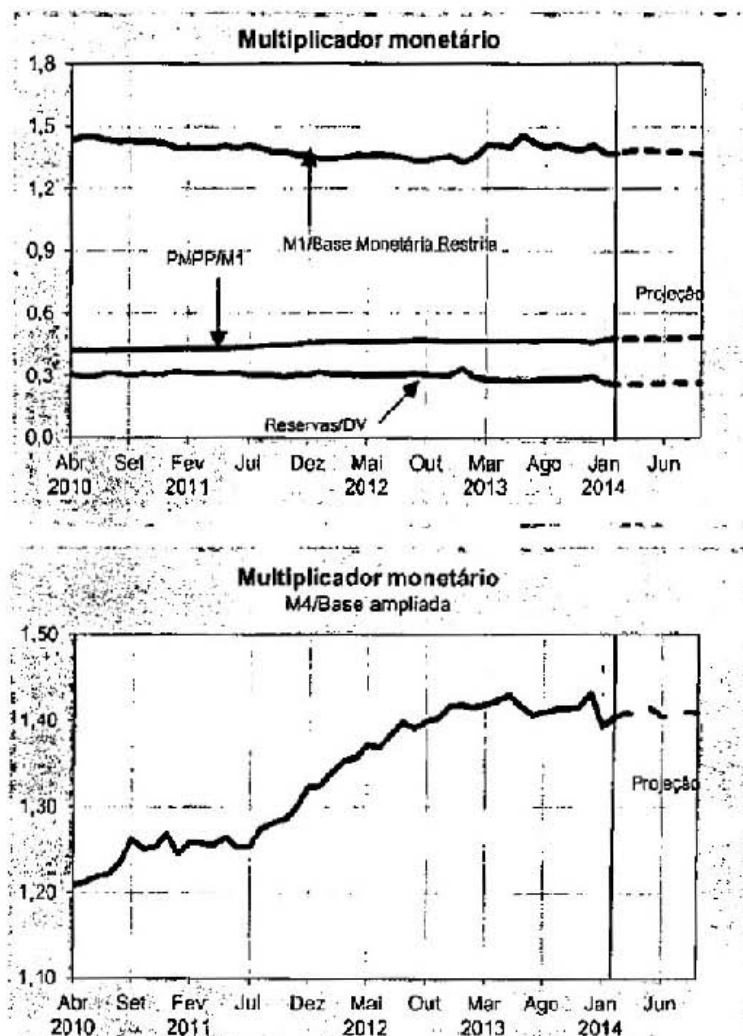
1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Projeção

3/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

4/ Saldo em fim de período.

44. Os multiplicadores da base monetária restrita e da base monetária ampliada não deverão apresentar tendência pronunciada em qualquer direção ao longo do segundo trimestre e do ano de 2014.



Resumo das projeções

Quadro 1. Resultados previstos pela programação monetária e ocorridos no quarto trimestre de 2013^{1/}

Discriminação	Previsto		Ocorrido	
	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses ^{2/}	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses
M1 ^{3/}	320,0 - 375,7	11,1	339,0	8,3
Base restrita ^{3/}	216,1 - 292,3	10,1	240,3	4,1
Base ampliada ^{4/}	2974,6 - 3492,0	11,7	3114,6	7,6
M4 ^{4/}	3744,4 - 5065,9	7,3	4459,4	8,7

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.

4/ Saldos em fim de período.

Quadro 2. Resultados previstos pela programação monetária para o primeiro trimestre de 2014 e ocorridos em janeiro/fevereiro^{1/}

Discriminação	Previsto		Ocorrido	
	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses ^{2/}	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses
M1 ^{3/}	288 - 338,1	8,0	311,8	7,3
Base restrita ^{3/}	191,6 - 259,2	9,6	227,8	6,0
Base ampliada ^{4/}	2971,2 - 3487,9	9,8	3179,9	8,8
M4 ^{4/}	3866,9 - 5231,7	9,0	4466,6	7,9

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.

4/ Saldos em fim de período.

Quadro 3. Programação monetária para o segundo trimestre e para ano de 2014^{1/}

Discriminação	Segundo Trimestre		Ano	
	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses ^{2/}	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses ^{2/}
M1 ^{3/}	283,9 - 333,3	4,2	327,7 - 384,6	5,1
Base restrita ^{3/}	190,4 - 257,6	9,7	219,7 - 297,3	7,6
Base ampliada ^{4/}	3008,3 - 3531,4	8,7	3116,1 - 3858,1	8,8
M4 ^{4/}	3906,3 - 5285,0	7,8	4090,2 - 5533,8	7,9

R\$ bilhões

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo da variação percentual considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

4/ Saldos em fim de período.

Quadro 4. Evolução dos agregados monetários^{1/}

Discriminação	2014		2014 ^{2/}			
	Janeiro - Fevereiro		Segundo Trimestre ^{3/}		Ano ^{3/}	
	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses	R\$ bilhões ^{3/}	Var. % em 12 meses
M1 ^{4/}	311,8	7,3	308,6	4,2	356,1	5,1
Base restrita ^{4/}	227,8	6,0	224,0	9,7	258,5	7,6
Base ampliada ^{5/}	3179,9	8,8	3 269,9	8,7	3 387,1	8,8
M4 ^{5/}	4466,6	7,9	4 595,7	7,8	4 812,0	7,9

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Projeção.

3/ Ponto médio das previsões.

4/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

5/ Saldos em fim de período.

Quadro 5. Multiplicador monetário^{1/}

Discriminação	2014		2014 ^{2/}			
	Janeiro - Fevereiro ^{3/}		Segundo Trimestre		Ano ^{2/}	
	Multiplicador	Var. % em 12 meses	Multiplicador	Var. % em 12 meses	Multiplicador	Var. % em 12 meses
M1 / Base restrita ^{3/}	1,369	1,3	1,378	-5,0	1,378	-2,3
Res. bancárias / dep. vista ^{3/}	0,262	-10,1	0,268	10,1	0,270	9,5
Papel-moeda / M1 ^{3/}	0,482	4,5	0,483	5,7	0,482	1,7
M4 / Base ampliada ^{4/}	1,405	7,9	1,405	7,8	1,421	7,9

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Projeção.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

4/ Saldos em fim de período.

Glossário

Base monetária: passivo monetário do Banco Central, também conhecido como emissão primária de moeda. Inclui o total de cédulas e moedas em circulação e os recursos da conta “Reservas Bancárias”. Essa variável reflete o resultado líquido de todas as operações ativas e passivas do Banco Central.

Fatores condicionantes da base monetária: refere-se às fontes de criação (emissão de moeda pelo Banco Central) ou destruição (recolhimento de moeda pelo Banco Central) de moeda primária (base monetária). Toda operação/intervenção do Banco Central que resulta em entrega de papel-moeda e/ou crédito em contas de “Reservas Bancárias” significa expansão monetária e é apresentada com sinal positivo. Ao contrário, toda operação/intervenção do Banco Central que resulta em recebimento e/ou débito em contas de “Reservas Bancárias” significa contração monetária e é apresentada com sinal negativo. Deve-se ressaltar a diferença entre fabricação e emissão de moeda: a fabricação é um processo fabril de cédulas e moedas e a emissão é um processo econômico que resulta em crescimento da oferta monetária, tanto física (cédulas e moedas) quanto escritural (Reservas Bancárias).

Base monetária ampliada: conceito amplo de base monetária, introduzido no Plano Real com o pressuposto de que agregados mais amplos sejam melhor correlacionados com os preços na economia brasileira, visto que mais perfeitamente captam a substitutibilidade entre a moeda, em seu conceito mais restrito, e os demais ativos financeiros. Inclui, além da base restrita, os principais passivos do Banco Central e do Tesouro Nacional (compulsórios e títulos federais).

Meios de pagamento: conceito restrito de moeda (M1). Representa o volume de recursos prontamente disponíveis para o pagamento de bens e serviços. Inclui o papel-moeda em poder do público, isto é, as cédulas e moedas metálicas detidas pelos indivíduos e empresas não financeiras e, ainda, os seus depósitos à vista efetivamente movimentáveis por cheques. Com a redução da inflação, a partir da introdução do real, ocorreu forte crescimento dos meios de pagamento no conceito restrito, processo esse conhecido como remonetização, resultante da recuperação da credibilidade da moeda nacional.

Meios de pagamento ampliados: inclui moeda legal e quase-moeda, correspondendo aos instrumentos de elevada liquidez, em sentido amplo. O M2 corresponde ao M1 mais as emissões de alta liquidez realizadas primariamente no mercado interno por instituições depositárias – as que realizam multiplicação de crédito. O M3 é composto pelo M2 e as captações internas por intermédio dos fundos de renda fixa e das carteiras de títulos públicos federais registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic). O M4 agrega o M3 e a carteira livre de títulos públicos do setor não financeiro.

Depósitos compulsórios de instituições financeiras: refere-se aos valores recolhidos ao Banco Central e/ou mantidos pelas instituições na forma de encaixe para fins de cumprimento das diversas normas prudenciais e de controle monetário, estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional. Os recolhimentos “em espécie” correspondem aos valores que foram transferidos das contas “Reservas Bancárias” para outras contas de depósitos no Banco Central e que têm movimentação limitada aos períodos regulamentares, geralmente semanais, mediante demonstrativo de evolução da base de cálculo. Estes recolhimentos podem ser remunerados ou não. Os recolhimentos “em títulos” correspondem aos valores dos títulos públicos federais que foram vinculados no Selic, e que ficaram indisponíveis para negociações enquanto mantida a vinculação. Os recolhimentos “em títulos” são considerados remunerados em função da rentabilidade implícita no valor atualizado do título, não recebendo qualquer remuneração adicional por parte do Banco Central.

Glossário

Base Monetária: passivo monetário do Banco Central, também conhecido como emissão primária de moeda. Inclui o total de cédulas e moedas em circulação e os recursos da conta "Reservas Bancárias". É a principal variável de política monetária, refletindo o resultado líquido de todas as operações ativas e passivas do Banco Central.

Fatores condicionantes da Base Monetária: refere-se às fontes de criação (emissão de moeda pelo Banco Central) ou destruição (recolhimento de moeda pelo Banco Central) de moeda primária (base monetária). Toda operação/intervenção do Banco Central que resulta em entrega de papel-moeda e/ou crédito em contas de "Reservas Bancárias" significa expansão monetária (criação de moeda) e é apresentada com sinal positivo. Ao contrário, toda operação/intervenção do Banco Central que resulta em recebimento e/ou débito em contas de "Reservas Bancárias" significa contração monetária e é apresentada com sinal negativo. Deve-se ressaltar a diferença entre fabricação e emissão de moeda: a fabricação é um processo fabril de cédulas e moedas e a emissão é um processo econômico que resulta em crescimento da oferta monetária, tanto física (cédulas e moedas) quanto escritural (Reservas Bancárias).

Base Monetária – Conceito B1: corresponde à base monetária restrita acrescida dos valores adicionais de compulsório remunerado incidente sobre depósitos à vista.

Base Monetária ampliada: conceito amplo de base monetária foi introduzido no Plano Real com o pressuposto de que agregados mais amplos sejam melhor correlacionados com os preços na economia brasileira, visto que mais perfeitamente captam a substitutibilidade entre a moeda, em seu conceito mais restrito, e os demais ativos financeiros. Inclui, além da base restrita, os principais passivos do Banco Central e do Tesouro Nacional (compulsórios e títulos federais).

Meios de Pagamento: conceito restrito de moeda (M1). Representa o volume de recursos prontamente disponíveis para o pagamento de bens e serviços. Inclui o papel-moeda em poder do público, isto é, as cédulas e moedas metálicas detidas pelos indivíduos e empresas não financeiras e, ainda, os seus depósitos à vista efetivamente movimentáveis por cheques. Com a redução da inflação, a partir da introdução do real, ocorreu forte crescimento dos meios de pagamento no conceito restrito, processo esse conhecido como remonetização, resultante da recuperação da credibilidade da moeda nacional.

Meios de pagamento ampliados: inclui moeda legal e quase-moeda, correspondendo aos instrumentos de elevada liquidez, em sentido amplo. O M2 corresponde ao M1 mais as emissões de alta liquidez realizadas primariamente no mercado interno por institui-

ções depositárias – as que realizam multiplicação de crédito. O M3 é composto pelo M2, pelas quotas dos fundos de renda fixa e pelo saldo das operações compromissadas com títulos públicos federais em poder do público não financeiro registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic). O M4 agrega o M3 e a carteira livre de títulos públicos do setor não financeiro.

Recolhimentos/encaixes obrigatórios de instituições financeiras: refere-se aos valores recolhidos ao Banco Central e/ou mantidos pelas instituições na forma de encaixe para fins de cumprimento das diversas normas prudenciais e de controle monetário, estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional. Os recolhimentos "em espécie" correspondem aos valores que foram transferidos das contas "Reservas Bancárias" para outras contas de depósitos no Banco Central e que têm movimentação limitada aos períodos regulamentares, geralmente semanais, mediante demonstrativo de evolução da base de cálculo. Estes recolhimentos podem ser remunerados ou não. Os recolhimentos "em títulos" correspondem aos valores dos títulos públicos federais que foram vinculados no Selic, e que ficaram indisponíveis para negociações enquanto mantida a vinculação. Os recolhimentos "em títulos" são considerados remunerados em função da rentabilidade implícita no valor atualizado do título, não recebendo qualquer remuneração adicional por parte do Banco Central.

Aviso nº 105 - C. Civil.

Em 3 de abril de 2014.


A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Programação Monetária.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem da Excelentíssima Senhora Presidenta da República destinada à Comissão de Assuntos Econômicos, contendo a Programação Monetária.

Atenciosamente,


ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Assuntos Sociais)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em atendimento ao disposto no §2º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 1995.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – O Senado Federal recebeu a **Mensagem nº 73, de 2014**, na origem, da Senhora Presidente da República, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2013 (nº 1.598/2007, na Casa de origem, do Deputado Lincoln Portela), que *altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre a destruição de drogas apreendidas*, sancionado e transformado na Lei nº 12.961, de 2014.

Encaminhe-se à Câmara dos Deputados um exemplar do autógrafo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Temos hoje aqui, iniciando a semana, uma sessão não deliberativa.

Queria cumprimentar a todos que estão ligados na Rádio Senado e que acompanham o andamento dos trabalhos da Casa pela TV Senado e a todos os funcionários, também, que nos ajudam neste começo de semana a iniciar os nossos trabalhos aqui no plenário do Senado Federal.

Eu convido para fazer uso da palavra, como primeiro orador inscrito, o Senador Ruben Figueiró. Daqui a pouco, vai falar o Senador Alvaro Dias, e eu também devo falar sobre o primeiro transplante de fígado no Acre, sobre a situação em que se encontra o Rio Madeira e o lançamento de uma revista prestando contas do mandato que fiz em Rio Branco nesse fim de semana.

Senador Ruben Figueiró, V. Exª tem a palavra.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Excelência.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, senhores ouvintes da Rádio Senado, senhores telespectadores da TV Senado, senhoras e senhores que nos prestigiam com sua presença em plenário, a soma de notícias negativas das últimas semanas merece profundas reflexões. A partir de agora, à medida que o calendário eleitoral avança, grandes camadas da opinião pública nacional começam a finalmente dar início a um profícuo debate sobre que País desejamos ter no futuro.

O argumento muitas vezes lançado de que iniciativas da oposição visam apenas a potencializar seu coeficiente eleitoral não se coaduna com a verdade, pela simples razão de que os fatos graves que estão sendo denunciados pela imprensa, como, por exemplo, o que envolve diretamente a Petrobras – empresa que sempre foi motivo de orgulho de todos brasileiros – exigem tomadas consistentes de decisão para salvaguardar valores e princípios das instituições.

Não se trata, Srªs e Srs. Senadores, de assumir posições para fazer média com o eleitorado, criando fatores oportunistas para desgastar o Governo, visando meramente faturar nas eleições de outubro. Esse tipo de oposição não é construtiva. O problema é de outra ordem: há um evidente esboroamento dos pilares da estabilidade política e econômica. Não podemos ser copartícipes de equívocos que colocam o País numa encruzilhada institucional.

Há uma crescente fragilização moral do Estado, permitindo que o jogo de trocas e barganhas nada republicanas seja escancarado sem a mínima desfaçatez. Ao mesmo tempo, vejo que parte da classe política age como se a sociedade não tivesse acuidade suficiente para perceber o que está verdadeiramente acontecendo no País. Esse é o grande equívoco que o Governo está cometendo. Ele está fazendo um voo cego, sem ter clara a rota a seguir e sem dizer aonde quer chegar.

De nada adiantam manobras, articulações de bastidores, articulações, acordos e atendimento a conveniências individuais, o povo está cansado disso. Esse material está em fase de fadiga, representa apenas velhos costumes. Os sinais de mudanças são evidentes, só não vê quem está inebriado por conceitos antigos, da velha política.

Vivemos atualmente sob o pressuposto basilar das sociedades abertas e democráticas: tudo se sabe, tudo se vê, tudo se analisa, tudo se informa.

O povo tem um sensível discernimento sobre aquilo que está correto e está errado; sobre aquilo que é decente e o que não é; sobre o que é boa política e o que não é. Não adiantam argumentos fantasiosos, propagandas ilusionistas, medidas salvadoras.

Basta que analisemos as últimas pesquisas de opinião. Nem me refiro à queda da aprovação do Governo da Senhora Presidente Dilma Rousseff, porque neste momento esse índice é meramente residual. Refiro-me a dados mais consistentes e elementares da realidade brasileira.

Há uma reprovação brutal quanto à forma que o Governo está administrando a coisa pública. Os índices de reprovação das áreas de saúde, educação, segurança pública, gestão econômica ultrapassam os 70%. Ou seja, a esmagadora maioria da população está profundamente incomodada com o uso e o abuso dos recursos que são recolhidos aos cofres públicos todos os dias sob a égide de uma política tributária injusta, pesada e caótica.

O que estamos vendo diariamente é a crescente tomada de consciência da sociedade brasileira mostrando que deseja outro caminho. Reconhecemos que até recentemente havia uma certa apatia permeando os vários segmentos de nossa população. Mas estou surpreso com a rapidez das mudanças. Conforme o debate vai se tornando mais acirrado, as contradições tendem a aumentar. O interesse pelos temas políticos começa a entrar na ordem do dia. Dizem alguns especialistas que com a realização da Copa do Mundo as atenções e os ânimos podem se dissipar e adensar a audiência na direção de um abrandamento das tensões.

Mas alerto aqui que cada vez mais vivemos num tempo de incertezas. O povo pode, mais uma vez, nos surpreender, como em junho do ano passado, quando tudo aconteceu como uma faísca acesa na pólvora.

Vivemos numa fase em que as informações são difundidas com rapidez estonteante. As correntes de opinião não se dobram tão facilmente ao *marketing* enganoso. Isso está ficando cada vez mais evidente.

As pessoas não gostam de ser enganadas. Não há como dizer que estamos vivendo um momento mágico na economia quando as pessoas percebem o crescimento inflacionário, o aumento dos déficits comerciais, a falta de competitividade, a queda da produção industrial e o acirramento social nas cidades e nos campos.

Não tem como afirmar que há uma onda de pessimismo difundida pela mídia, principalmente quando está mais do que claro o domínio da corrupção e do crime organizado, quando não conseguimos dar passos consistentes na superação das desigualdades; que o consumo das famílias se encontra em queda e que o endividamento geral fomentado pelo consumismo conspícuo dos últimos anos só melhorou da casa para dentro e nada foi realizado da casa para fora.

Nossa infraestrutura claudica. As privatizações chegaram tarde, atrasadas mais de 11 anos. Os juros são crescentes. O gasto público está descontrolado. As agências de risco internacionais estão dando constantes sinais de alerta. Ou seja, para o lado que se olha há sinais e ruídos mostrando que o volume de coisas erradas está crescendo. O controle de preços da energia elétrica e da gasolina causará danos irreversíveis às futuras gerações, sacrificando o País pelos próximos anos.

Por isso, temos que reverter esse processo. Temos que mudar de rumo. Mudar as orientações políticas e econômicas. Enfrentar os desafios que governos populistas não conseguem e não sabem enfrentar. Temos que construir um novo país.

Por isso, considero que as oposições têm obrigação moral de levar avante uma política de redução de danos, não permitindo que o atual Governo agrave ainda mais os problemas que estão aí, infelicitando a maioria em nome da manutenção de um projeto de poder.

Sr. Presidente, eminente Senador Jorge Viana, nesta segunda-feira, início de uma semana de algumas decisões importantes do Congresso Nacional, venho reiterar a minha preocupação com relação às coisas que ocorrem neste País.

O povo está aguardando uma definição e espera que a Comissão de Constituição e Justiça do Senado se manifeste de acordo com o clamor popular. Deseja-se, sinceramente, que haja uma investigação rigorosa e honesta com relação à Petrobras e que os fatos sejam apurados na sua mais absoluta lucidez e não partidatismo. É o que se espera ansiosamente. Isso se sente em todos os recantos do nosso País. Eu tenho certeza de que a Comissão de Constituição e Justiça do Senado haverá de perceber essa realidade e, acima das conveniências político-partidárias e de poder, conceder ao requerimento apresentado pelas oposições para que se realize, unicamente, a análise dos fatos que ocorrem, infelizmente, na nossa maior empresa, no nosso maior orgulho, que é a Petrobras.

Concedo um aparte ao eminente Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (Bloco Minoria/PSDB - PR) – Senador Ruben Figueiró, cumprimentando-o, acrescento à sua fala final que o que há aí é uma tentativa de desvio de foco e de ganhar tempo. É evidente, o Presidente Renan Calheiros já respondeu às questões de ordem que foram suscitadas e – ele próprio – recorreu da própria decisão, ou seja, uma visível estratégia para ganhar tempo, para tentar esvaziar o assunto em tempo, antes que se iniciem os trabalhos de uma eventual CPI. Não creio que esse seja o melhor caminho para a instituição que nós representamos. Esse jogo de cena nos deixa muito mal. Não há por que não enfrentar, de forma radical, essa questão. O escândalo ganhou proporções, a Petrobras tem seu patrimônio dilapidado, há vários anos. São tantas as denúncias de escândalos, que a exigência é a instalação de uma CPI exclusiva, para investigar todas as denúncias que dizem respeito à Petrobras, sem prejuízo de outra CPI, se desejarem, que possa investigar outras questões, como o cartel de metrô, no que diz respeito a metrô em construção no Brasil – em São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Fortaleza, Brasília, Rio de Janeiro. Não creio que misturar alhos com bugalhos seja a melhor solução, para quem deseja realmente esclarecer os fatos para a opinião pública, elucidar o que vem ocorrendo. É evidente que a CPI se torna um palco para a transparência, para a revelação dos fatos, para o estímulo à investigação judiciária, para a motivação necessária, a fim de que os investigadores se dediquem a esclarecer todos os pontos duvidosos, para finalmente se responsabilizarem, civil e criminalmen-

te, aqueles que eventualmente se envolveram em falcaturas, em delitos, em ilícitos praticados no desvio de recursos públicos. É isso que se deseja, evidentemente se proporcionando depois as providências necessárias de ressarcimento aos cofres públicos, se possível. Enfim, essa é a missão do Senado Federal nesta hora. É claro, a Polícia Federal deve investigar, o Ministério Público deve investigar, mas o Senado também deve investigar. É nossa obrigação, Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Senador Alvaro Dias, eu concordo em gênero, número e grau com o que o V. Ex^a tão bem explanou no seu aparte. Acho que é competência nossa, do Congresso Nacional, especificamente do Senado da República, pesquisar e procurar a verdade. Essa é uma das nossas missões aqui no Parlamento.

Concordo com V. Ex^a em fazermos uma investigação a respeito de outros fatos que hoje também despertam certa tensão na opinião pública, mas nenhum deles é mais sensível, mais preocupante para a opinião pública do que esse da Petrobras. Podemos analisar os outros, não há a menor dúvida. Não há por que esconder a verdade se ela existe, como V. Ex^a deu indicações, em outros setores da atividade humana com relação a cartéis, metrô, Porto de Suape e outras coisas mais, e eles devem ser pesquisados, devem ser investigados. Mas que não se frustre a Nação brasileira de analisar o que está acontecendo realmente na Petrobras. Que a verdade verdadeira surja. E essa verdade surgirá também através de um trabalho responsável do Senado da República ou do Congresso Nacional.

Sr. Presidente, manifestando a minha solidariedade ao aparte do Senador Alvaro Dias, agradeço a V. Ex^a a atenção que me dispensou quando do exercício da Presidência a que rendo as minhas homenagens.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Cumprimento V. Ex^a, Senador Ruben Figueiró, e convido para fazer uso da palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é evidente que esse escândalo que envolve a Petrobras é o assunto do dia e prioridade para o Congresso Nacional.

A responsabilidade, neste momento, se concentra em apurar os fatos e revelar a existência de desvios do dinheiro público a fim de que se possa responsabilizar os envolvidos. Mas não podemos também descuidar de outros setores da vida nacional. Nós não podemos deixar de estar atentos com fatos que podem significar impacto na vida de todos os brasileiros. E é hora de um alerta necessário, oportuno.

No Rio de Janeiro, já por intermédio de emissoras de rádio, de telefonemas, mensagens das distribuidoras de energia locais, convidam e apelam para que o consumidor faça economia de energia. Na verdade, deveria ser o Governo Federal a assumir publicamente a necessidade de economizar energia.

O que ocorre é que o Governo da Presidente Dilma confunde racionalização de energia com racionamento de energia. Sem que a população brasileira seja devidamente advertida sobre o possível e, pelo que tudo indica, inevitável problema de racionamento ou desligamento seletivo e programado, caminhamos para impasses em nosso cenário energético.

Implantar um esquema de racionalização no uso da energia elétrica seria o mais sensato e oportuno. Infelizmente, o Governo Federal avalia questões sob a ótica do *marketing* e da propaganda. Se o racionamento não vier, é devido à falta de tempo para implantá-lo, a típica letargia gerencial do Governo aliada a uma avaliação em torno dos possíveis estragos eleitorais. É bom frisar que o Governo nesta hora se preocupa muito mais com a eleição do que com os problemas da população brasileira. E todos nós conhecemos o desastre que é a insuficiência de energia elétrica para o setor produtivo nacional e para a vida de todos os brasileiros.

As distribuidoras de energia no Brasil vivem um momento dramático. O investidor estrangeiro suspira fundo quando dimensiona que 30% dos recursos direcionados ao caixa das distribuidoras são oriundos do Tesouro Nacional. É bom repetir este número: 30% dos recursos direcionados ao caixa das distribuidoras são oriundos do Tesouro Nacional. Que administração é essa? Em que pese o socorro, o aporte emergencial do Governo às distribuidoras, a situação econômica é delicada. A situação econômica dessas distribuidoras é delicada. Postergar medidas, as mais necessárias, para o setor é um risco não calculado, e o Governo posterga exatamente porque tem que dourar a pílula, sempre em função das eleições que se avizinham.

Existem cálculos muito precisos sobre os malabarismos feitos pelo Governo da Presidente Dilma para evitar reajustes na conta de luz e na gasolina. O Centro Brasileiro de Infraestrutura, dirigido pelo competente Professor da Universidade do Rio de Janeiro Adriano Pires, a pedido do jornal *Folha de S.Paulo*, calculou que os gastos para evitar reajustes na conta de luz, na gasolina e no diesel, às vésperas das eleições presidenciais, podem chegar a R\$63 bilhões neste ano!

Veja, Senador Ruben Figueiró, R\$63 bilhões poderá o povo brasileiro ter de pagar, porque esses recursos que saem do Tesouro Nacional são recursos que saem do trabalho dos brasileiros, dos contribuintes. O valor

disparou em proporção ao PIB no Governo da Presidente Dilma, crescendo de 0,29%, em 2011, para 1,19% neste ano.

Este tema é muito importante, Sr. Presidente. Creio que o Senado deveria, desde já, convocar ou convidar o Ministro Edison Lobão e representantes das empresas distribuidoras de energia elétrica no País para um debate, quem sabe na Comissão de Assuntos Econômicos, a fim de que este tema possa convocar o Governo à responsabilidade, antes que seja tarde, e nós possamos enfrentar consequências as mais dramáticas com a escassez, com a redução do fornecimento de energia ao País.

É importante destacar que a despesa para conter o aumento da luz e dos combustíveis já é quase igual aos da assistência social, incluindo o Bolsa Família: R\$62,5 bilhões!

Portanto, Sr. Presidente, justifica-se o pedido que faço agora a V. Exª para que registre, nos *Anais do Senado Federal*, o artigo da brilhante socióloga Maria Lúcia Victor Barbosa, que é da minha cidade de Londrina e que, de quando em vez, publica um artigo analisando a conjuntura nacional.

Neste momento, ela encaminha o artigo – que peço ao Presidente Jorge Viana considere lido – sob o título “A Presidente é uma Miragem”, fazendo a análise da situação vigente. Inclusive faz referência de que, como Ministra de Minas e Energia e, depois, como Ministra da Casa Civil, ao longo dos oito anos do governo Lula, houve a tentativa de fazer com que a população brasileira visse na atual Presidente da República uma grande gestora. E hoje é uma frustração, porque, sem dúvida, a capacidade como gestora da Presidente Dilma está comprometida até aqui – comprometida sobretudo pelo sistema vigente do aparelhamento do Estado, do loteamento dos cargos, um balcão de negócios que puxa para baixo a qualidade da Administração Pública Federal. Isso compromete a gestão da Presidência da República, o que faz com que se verifique estarmos léguas de distância daquilo que se propagava para eleger a Presidente Dilma como sucessora de Lula, aquilo que se propagava no sentido de fazer com que o povo brasileiro acreditasse ser ela a grande gestora. Portanto, esse artigo faz um diagnóstico da realidade da gestão comandada pela Presidente Dilma.

Antes de encerrar, Sr. Presidente, nós teremos nesta semana, na Comissão de Constituição e Justiça, certamente mais um debate sobre a necessidade de instalação de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar as denúncias que envolvem a Petrobras, especialmente no que diz respeito a essa negociação escusa na aquisição da refinaria de Pasadena, no Texas; e, evidentemente, o superfaturamento em refinarias, as irregularidades cometidas em relação às plataformas, refinarias, sobretudo a de Abreu e Lima, em Pernambuco, e a Getúlio Vargas, no Paraná, obviamente, denúncias conhecidas desde 2009.

A denúncia mais recente, essa da compra de Pasadena, é de 2012 – portanto, não é tão recente, Senador Ruben Figueiró. A verdade é que são denúncias que foram esquecidas durante certo tempo e agora foram revividas em função do trabalho do jornalismo investigativo, que acaba apresentando novos detalhes, nuances até então desconhecidas, que amarram as pontas de um grande escândalo de corrupção escondido nessa caixa-preta que se chama Petrobras – uma empresa fantástica, sempre orgulho nacional, com quadros técnicos de significativa competência, quadros técnicos reconhecidos pela sua competência internacionalmente, especialmente no que diz respeito ao *know-how* em exploração de petróleo em águas profundas. Portanto, uma empresa preciosa para o povo brasileiro, que tem o seu patrimônio dilapidado há anos, em função da gestão claudicante e da desonestidade.

A Petrobras é uma empresa que deixou de ser a décima segunda no mundo – é bom repetir esses números, porque eles são enfáticos e elucidam – e passou a ser a centésima vigésima empresa do mundo e a mais endividada do Planeta, com mais de US\$100 bilhões, com o valor do seu patrimônio reduzido à metade, proporcionando agora a ação, inclusive, judicial de acionistas minoritários que pretendem ressarcimento pelos prejuízos sofridos em razão da gestão claudicante a que assistimos nos últimos anos. Essa ação envolve a Presidente Dilma e o Ministro Mantega – ela Presidente do Conselho anteriormente, e ele Presidente do Conselho atualmente da Petrobras. Portanto, já há uma reação dos acionistas minoritários em razão dos prejuízos enormes provocados por uma gestão incompetente e corrupta, conforme as denúncias.

Imagine, Senador Ruben Figueiró, se lá no exterior, em Nova York especialmente – já que tivemos ações da Petrobras colocadas na bolsa de Nova York em mais de uma oportunidade, portanto os acionistas se encontram em várias partes do mundo –, imagine se todos eles resolverem acionar o Governo brasileiro, buscando ressarcir-se de prejuízos que sofreram em razão da desvalorização da empresa como consequência da gestão incompetente e corrupta que tivemos a oportunidade, infelizmente – e lastimamos profundamente –, de conferir à frente da Petrobras.

Eu concedo a V. Exª, antes de encerrar, o aparte que solicita, Senador Ruben Figueiró, com muita satisfação.

O Sr. Ruben Figueiró (Bloco Minoria /PSB - SE) – Meu caro Líder Senador Alvaro Dias, V. Exª despertou a minha atenção para dois assuntos: um V. Exª, com a natural proficiência, já analisou, que é a questão da energia elétrica. Eu temo, sinceramente, que isso amanhã rebente nas costas do povo. Hoje, indiretamente o povo está

pagando. V. Exª alertou aí que 30% da remuneração às distribuidoras é feita pelo Tesouro Nacional. Eu imagino o que poderá acontecer após as eleições. O Governo terá que se ressarcir dessas despesas, e o assalto será na bolsa do povo, sem dúvida alguma. Mas quero dizer a V. Exª também que, com relação à Petrobras, ocorrem-me dois assuntos que não se restringem apenas à questão de Pasadena. Outros fatos ocorreram, e um deles inclusive foi lembrado, que é a questão da refinaria de São Lourenço, na Argentina, de cujos detalhes não se sabe exatamente qual a profundidade. E o outro diz muito respeito ao meu Estado, o Mato Grosso do Sul, que é a nacionalização da Petrobras da Bolívia. Parece-me que não está constando da pauta. V. Exª, naturalmente, vai fazer parte da representação das oposições na comissão parlamentar de inquérito, e gostaria que V. Exª se lembrasse também: algo esquisito por lá aconteceu. E eu queria, ao concluir, Sr. Senador Alvaro Dias, lembrar de uma questão que também merece uma análise: a questão do gasoduto Bolívia-Brasil. Há coisas que não se compreendem e absolutamente estão ocorrendo. Meu Estado está sendo prejudicado imensamente com a negativa da Petrobras para lá se estabelecer uma usina separadora do gás, principalmente do GLP. Então, não há portas abertas na Petrobras para que se analise a questão. Talvez aí exista alguma coisa. Já no governo do Presidente Fernando Henrique se desejou realmente a implantação dessa usina separadora. No governo do Presidente Lula, também houve uma manifestação simpática de S. Exª para instalação dessa usina. Infelizmente, a coisa parou. Não há explicação, não há justificativas, até o presente momento, para dizer por que a Petrobras não permite a instalação, ou por ação própria dela, ou por ação da iniciativa privada, de uma usina separadora do gás boliviano, que é rico. Não sei se V. Exª sabe, o gás boliviano propicia mais de cem subprodutos. Além do propano e do butano, que dão o GLP, também a ureia, que é muito útil para fertilizantes em nosso Estado. Enfim, Sr. Senador Alvaro Dias, aproveitei a oportunidade para adicionar esses fatos, que também podem constituir motivos de indagação na comissão parlamentar de inquérito. E digo a V. Exª: V. Exª prestou um inestimável serviço à Nação, ao dar início a esse trabalho de levantamento de assinaturas e dados para que a Nação pudesse, através dessa CPI, conhecer a verdade verdadeira por que passa a nossa principal empresa, que é a Petrobras. Reitero a V. Exª os meus cumprimentos pela oportunidade de suas palavras e de seu alerta à Nação.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB - PR) – Muito obrigado, Senador Ruben Figueiró.

V. Exª tem razão quando enumera outros fatos que podem exigir investigação numa comissão parlamentar de inquérito. Nós selecionamos os principais, mas são muitos os fatos. Tanto é que, de 2009 até 2012, nós protocolamos 19 representações junto ao Procurador-Geral da República, com denúncias de irregularidades na Petrobras. Foram 19! Nós poderíamos elencar, como fatos determinados, 19 pontos, com base nessas representações, mas procuramos elencar aquilo que era mais contundente, mais veemente, mais escandaloso em matéria de corrupção, e ficamos em 4 pontos essenciais. Não citei anteriormente o pagamento de propina, através de uma empresa holandesa, que também foi alvo de denúncia recentemente.

Mas é importante que essa caixa-preta da Petrobras... A Petrobras dificultou sempre o fornecimento de informações ao Tribunal de Contas da União, inclusive há uma CPI que instalamos em 2009.

A Petrobras se recusava a fornecer as informações requeridas pelo próprio Tribunal de Contas, que sempre teve dificuldades para avaliar os procedimentos administrativos adotados pela empresa, mas que, apesar disso, denunciou o superfaturamento em várias usinas, sobretudo a de Abreu e Lima. À época, em 2009, a assessoria técnica do PSDB na Comissão Parlamentar de Inquérito avaliou em US\$2 bilhões o superfaturamento, quando a previsão de custo da obra era de US\$2,9 bilhões. E na usina Getúlio Vargas, em Araucária, no Paraná, o Tribunal de Contas constatou um desvio de mais de R\$800 milhões.

Portanto, os fatos gritam forte, os fatos assustam todas as pessoas de bem, pela gravidade dos acontecimentos, e nós temos que dar resposta às expectativas da Nação em relação à Petrobras.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Meu tempo se esgotou. Agradeço ao Senador Ruben Figueiró pelo generoso aparte e a V. Exª pela oportunidade de colocarmos questões fundamentais para o futuro do nosso País. Muito obrigado.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– “A Presidente é uma Miragem”, de Maria Lúcia Victor Barbosa

A PRESIDENTE É UMA MIRAGEM

Maria Lucia Victor Barbosa

07/04/2014

Dilma Rousseff foi chamada por Lula da Silva de Mãe do PAC e sua imagem passada ao povo como a de uma competente administradora. O povo acreditou em que pese não se ter notícia de grandes feitos de Rousseff

como ministra de Minas e Energia e depois como ministra da Casa Civil ao longo dos oito anos do governo Lula. Na verdade, a “gerentona” não conseguiu em tempos passados sequer manter uma lojinha daquelas de R\$ 1,90.

Com relação aos dois cargos desempenhados no governo petista do Rio Grande do Sul Rousseff esteve léguas de distância de qualquer eficiência.

Lula da Silva, é claro, estava ciente do curriculum da afilhada, mas, para ser justa, ele não foi o único político brasileiro a cometer o engano de se cercar dos piores. Isso é costume entre aqueles que detêm o poder, pois temem que assessores os suplantem, coisa insuportável para egos descomunais. E, assim sendo, Lula da Silva escolheu os piores em termos de caráter e conduta, a começar pelo mentor do mensalão agora recolhido á Papuda, José Dirceu. Este, coisa de pascar, seria o próximo presidente da República se Roberto Jefferson não o tivesse defenestrado.

Dirceu, baseado na crença de que os petistas pairam acima da lei e possivelmente fiado no apoio do poderoso chefe, tanto corrompeu que foi parar atrás das grades, mas não foi só. Junto com ele, condenados no mesmo julgamento do mensalão, importantes companheiros de seu partido e de outras agremiações denominadas bases de apoio seguiram para a cadeia. Algo inédito no Brasil e que aconteceu graças ao notável desempenho do ministro Joaquim Barbosa. Outros ministros do STF seguiram Barbosa, como o brilhante ministro Luiz Fux, além dos ministros Gilmar Mendes e Marco Aurélio de Mello. Demais ministros, lamentavelmente, procederam como advogados do PT. De todo modo, Lula da Silva ficou sem quadros para dar seguimento ao projeto de poder do PT, segundo o qual o partido deve permanecer eternamente no comando na nação. Então, inventou Dilma Rousseff.

A sucessora, mesmo sendo monitorada pelo chefe Lula conjugou sua incompetência ao que foi legado por ele e por ela mesma como ministra nas gestões anteriores. E de tal modo é arrasadora a herança maldita que Rousseff está legando ao Brasil que bem poderia ganhar outros cognomes, tais como: Furacão Rousseff, Mãe da Hecatombe da Petrobras, Rainha dos Apagões, Dirigente do Custo do Modelo Elétrico, Recordista de Impostos e Juros Altos, Campeã de Inflação, Padroeira da inadimplência, Vencedora do Prêmio Pibinho, Líder das Promessas não Cumpridas, Excelsa Chefe de Programas Inacabados, Grande Matriarca do Plano Afunda Brasil.

Muito outros títulos podem ser dados à governanta Rousseff para ilustrar seu governo. A lista é grande e não cabe em um pequeno artigo, mas vale citar trecho de uma matéria do O Estado de S. Paulo (25 de março de 2014 – Economia – B3) para se ter ideia do descabro, que por sinal só vai aumentando:

“A decisão da Standart & Poor’s (S&P) de rebaixar a nota de crédito do Brasil está baseada em uma crítica generalizada da política econômica do governo Dilma Rousseff, inaugurada em 2011”. “A S&P critica a condução da política fiscal, o baixo ritmo de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), o uso de bancos públicos para sustentar programas federais, o abatimento das desonerações na meta fiscal, o chamado superávit primário e a saída encontrada para bancar o setor elétrico”.

Detalhes variados estão na imprensa como trambiques, fraudes, negociatas do partido mais corrupto que já governou o Brasil, além de notícias da queda da indústria, da venda de automóveis, o começo das demissões, o descabro da Educação e da Saúde e tudo mais que infelicitava a vida dos brasileiros. Qualquer outro presidente já teria sofrido o impeachment.

Há um ponto, porém, que é crucial. Dilma Rousseff é uma miragem, um avatar mal feito, uma realidade virtual que não consegue sequer falar de modo coerente. O grande e real responsável pelo que está acontecendo se chama Lula da Silva, o presidente de fato que governa do seu gabinete das sombras. Por ele corrompeu-se, mentiu-se, fraudou-se, arrebitou-se a Petrobras. Tudo foi feito a seu favor. Ele não sabia? Impossível. Por que suas desculpas esfarrapadas são piores que as do seu seguidor André Vargas e todo mundo acredita? Por que ninguém o denuncia e o chama para depor no Congresso? Porque ele é intocável? Estão todos envolvidos em suas maracutaia? Temem sua popularidade? De todo modo, se a oposição não tirar a coroa da cabeça do rei o corpanzil petista se fortalecerá ainda mais. Afinal, sem Lula da Silva ou o Barba, como o chamou Romeu Tuma Junior, o PT não existe. Falta algum corajoso entender e mostrar isso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Cumprimento V. Ex^a, Senador Alvaro Dias. Lerei o Expediente sobre a mesa e, em seguida, passarei a condução dos trabalhos para o Senador Ruben Figueiró para que eu possa, como orador inscrito, fazer uso da tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 18, de 2014**, do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo Barbosa, comunicando a eleição do Deputado Hugo Napoleão, para integrar a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, por indicação da CREDN, nos termos da alínea “e” do inciso III do art. 7º da Resolução nº 2, de 2013, do Congresso Nacional.

A Presidência designa o Deputado Hugo Napoleão para compor a referida Comissão.

É o seguinte o Ofício:

Of. PRES. nº 18/14-CREDN

Brasília, 3 de abril de 2014

Assunto: Informa resultado da eleição para a vaga da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional (CCAI).

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que na data de ontem, 02 de abril, esta Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados realizou eleição, mediante votação secreta dos seus membros, para a vaga da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional (CCAI), em observância ao disposto na alínea “e”, inciso III, do art. 7º da **Resolução nº 2, de 2013- CN**¹, tendo sido eleito para a referida cadeira o Deputado Hugo Napoleão (PSD/PI), com um total de 18 (dezoito) votos.

Dessa forma, solicito a Vossa Excelência a adoção das providências necessárias, para que o candidato recém-eleito seja empossado naquele Colegiado Parlamentar Misto e passe a exercer as atribuições legiferantes inerentes ao cargo.

Ao agradecer a atenção de Vossa Excelência, despeço-me renovando os meus votos de consideração.

Respeitosamente, – Deputado **Eduardo Barbosa**, Presidente

¹Art. 7º. A CCAI será composta:

(...)

III - por mais seis parlamentares, com mandato de dois anos, renováveis, nos seguintes termos:

(...)

e) um Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, mediante votação secreta de seus membros;

(...)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Feito isto, passo a Presidência para que eu possa usar da tribuna.

O Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ruben Figueiró.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB - MS) – Com a palavra o ilustre Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT- AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Caro Presidente, eu queria, cumprimentando todos e todas que nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado e também pela internet, cumprimentar todos os meus irmãos acrianos. Cheguei do Acre ontem, passei esses dias lá, sendo solidário, junto ao Governo do Estado, ao Prefeito Marcus Alexandre e a todos os setores do Estado que enfrentam ainda uma grave situação em decorrência da cheia do Rio Madeira.

Venho à tribuna, Sr. Presidente, para dar algum informe sobre essa situação do Rio Madeira. O rio segue baixando lentamente, como acontece, mas ainda está muito alto. A situação se agrava a cada dia no Baixo Madeira, ou seja, no Rio Madeira abaixo de Porto Velho, em parte de Rondônia e do Amazonas. O Brasil ainda vai ouvir falar e ver, porque agora está havendo uma melhor cobertura, pela grande imprensa, desse grande desastre natural provocado por uma cheia recorde do Rio Madeira.

No caso do Acre, a situação só não é mais grave, não é pior, por conta das medidas que o Governador Tião Viana adotou. Agora estão chegando cinco milhões de litros de combustível do Peru, usando a estrada do Pacífico, que também, felizmente, é fruto de um trabalho intenso que fizemos nos últimos anos. Uma parte estava vindo de Cruzeiro do Sul, fruto, também, de um trabalho que fizemos nos últimos anos, com a ajuda do Governo Federal – comigo, quando eu era Governador, com o Governador Binho e, agora, com o Governador Tião Viana –, pela BR-364. Duas grandes balsas com mercadorias saíram de Porto Velho, desceram o Rio Madeira para pegar o Rio Amazonas, abaixo de Manaus, e devem chegar ao Acre nos próximos 14 ou 15 dias.

Mas a grande luta hoje é travada hoje no transporte aéreo, feito graças à ação do Ministério da Defesa, do Governo Federal, pela determinação da Presidenta Dilma, o que a Aeronáutica tem cumprido. Faço este registro sempre com o agradecimento. São pelo menos 60 ou 80 toneladas por dia nos aviões que o Governo alugou, em parceria com o setor privado, e que a Aeronáutica pôs à disposição, fazendo o transporte de mercadorias de primeira necessidade entre Porto Velho e Rio Branco.

Mas a grande epopeia, Sr. Presidente e todos que me acompanham, é que é inimaginável se ter uma estrada que segue aberta graças à compreensão da Polícia Rodoviária Federal – e aqui vai o meu agradeci-

mento –, coordenada pelo Coronel Alvarez, e também à participação direta do Exército e do DNIT na área do Acre e de Rondônia. Não fosse a determinação do Governador Tião Viana de pôr equipes do Governo do Acre, passando carreta por carreta – estive no local duas vezes –, garantindo a chegada de produtos de primeira necessidade ao Acre, a situação estaria mais grave ainda. Ontem ainda passaram 32 carretas, mas anteontem passaram apenas 11. É uma a uma.

Imaginem vencer uma lâmina d'água de mais de 1,20 metro, que ainda temos, sendo que chegou a haver uma lâmina d'água de 1,70 metro em cima da estrada. É uma verdadeira operação de guerra.

Nós fizemos reuniões com os empresários, com as federações, e eu queria, rapidamente, registrar nos Anais do Senado o documento que recebi da Federação do Comércio do Acre, assinada pelo seu Presidente, Leandro Domingues. Ele veio num papel timbrado da Fecomércio, mas foi assinado por Carlos Sasai, Presidente da Fieac, por Assuero Veronez, Presidente da Feac, Federação da Agricultura do Acre, por George Pinheiro, Presidente da Federacre, Federação das Associações Comerciais, por Jurilande Aragão, Presidente da Acisa, Associação Comercial do Acre, por Luiz Deliberato Filho, Presidente da Associação Acreana de Supermercados, por Pedro Neves, Presidente da Adacre, e por Maria de Nazaré Cunha, Presidente do Sindicato das Empresas de Transportes do Acre.

O documento é fruto de uma reunião que eu, o Senador Sérgio Petecão e o Senador Anibal Diniz realizamos. Eu sugeri essa reunião por entender que, mesmo com todas as medidas adotadas pelo Governador Tião Viana, nós tínhamos que trazer este tema para o Parlamento. Eu, que tive o privilégio de ser Prefeito e Governador do Acre por oito anos, tenho a obrigação de estar junto ao povo do Acre numa hora de tanto sofrimento. É no momento em que enfrentamos dificuldades que conhecemos os amigos. A Presidenta Dilma foi ao Acre na hora da dificuldade, e não nos cansamos de agradecer a ela por isso.

O documento, então, é fruto de uma reunião que fizemos e traz alguns pontos que são da maior importância. É o apelo, é o pedido que essas instituições fazem ao Governo Federal. Eles pedem a suspensão de toda e qualquer fiscalização punitiva dos órgãos federais, de todos eles. “No caso em questão, todos os órgãos federais e toda a sociedade aqui residente têm conhecimento da real situação que vive o Acre”, de profunda gravidade, e essa situação absolutamente atípica que levou o Governador a decretar situação de emergência requer também um tratamento diferenciado de todas as instituições federais.

E segue o documento: “Em momento algum somos contra qualquer tipo de fiscalização, mas na situação atual precisamos de fiscalizações educativas”, de controle, mas que não aconteça como se tudo estivesse normal. Então, penso que esse é um apelo que se faz às instituições responsáveis pela fiscalização.

Segundo ponto: implantação de Programa de Refinanciamento da dívida junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, Instituto Nacional de Seguridade Social e demais órgãos ligados ao Governo Federal.

Terceiro ponto: imediato planejamento e programa de recuperação da BR-364, tão logo a cheia perca força.

Já estivemos com o Ministro dos Transportes, César Borges, e com o Diretor-Geral do DNIT, que já estão trabalhando nesse ponto.

Eles requerem também a intermediação junto à Presidência da República, Ministério da Defesa e Ministério da Aeronáutica, para viabilizar a ampliação do número de voos dos aviões Hercules da Força Aérea, que fazem o transporte de mercadoria de primeira necessidade entre Porto Velho e Rio Branco.

Não custa lembrar que são três aviões da Força Aérea que trabalham diariamente. Sem isso, teríamos uma situação ainda mais grave no Acre. Com mais dois, chegando a três os aviões fretados pelo Governo do Estado, e com o retorno de algumas carretas podendo fazer o percurso rumo a Rio Branco, a situação tende a melhorar nos próximos dias. Mas, certamente, a situação levará semanas para ser normalizada, se é que nós podemos dizer que a situação voltará ao normal apenas com as águas baixando e a rodovia voltando a ficar fora d'água, porque eu entendo que vai haver um trabalho caro, muito intenso e difícil tão logo o Rio Madeira baixe.

Outro aspecto. Eles pedem também a intermediação junto às instituições financeiras, a fim de viabilizar uma linha de crédito. Já fiz, da tribuna, vários pronunciamentos, faço um apelo ao Ministro da Fazenda, Guido Mantega, e nos reunimos com o Ministro-Chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante. É necessário termos uma ação, uma medida provisória que dê um tratamento diferente ao Estado do Acre no aspecto do financiamento, da rolagem de dívidas, para que a situação não fique ainda mais grave.

Então, eu faço a leitura desse documento agradecendo a todos os Presidentes de Federações e Associações Comerciais que enviaram esse documento, a que dou repercussão aqui, na tribuna do Senado Federal.

Sr. Presidente, antes de entrar num tema da maior importância – já fiz, inclusive, um cartão, que estou mandando para V. Ex^a, Senador Ruben Figueiró –, quero dizer que, na última sexta-feira, fiz o lançamento desta revista, que tem o nome *Acreanidade O tempero e a força dos povos da floresta*. É uma revista em que presto contas do mandato em 2013 e no início de 2014, como faço todos os anos. É a terceira revista que faço. Eu a faço com o trabalho da minha equipe daqui de Brasília e do Acre, do meu gabinete, e, claro, com a colaboração, a

competência e o trabalho eficiente da Gráfica do Senado Federal. Então, é uma revista em que falo não apenas da minha atividade parlamentar, mas falo também do que tem ocorrido no meu Estado, de temas importantes para o Acre, para a Amazônia e para o Brasil. Aqui, por exemplo, é possível ler, escrito pelo Arcebispo Emérito de Rondônia e Bispo no Acre durante muitas décadas, mais de duas décadas, Dom Moacyr Grechi, sobre o encontro que eu, ele e o Padre Ceppi tivemos com o Papa Francisco, em uma audiência privada no final do ano passado.

E temos aqui também, na revista, os “25 anos sem Chico Mendes”, os últimos dias de vida de Chico Mendes, descritos aqui com textos inéditos. Também a viagem que fiz acompanhando a Presidente Dilma a Nova Iorque, quando da abertura da Assembleia Geral da ONU do ano passado. Trago ainda a repercussão da cheia do Rio Madeira, que isolou o nosso Estado do Acre e nos pôe diante de uma situação muito grave.

Trago também aqui a situação dos haitianos. Com a cheia do Madeira, chegamos a ter 2.600 haitianos num acampamento improvisado, inadequado, no Município de Brasileia, pondo em risco os haitianos, os senegaleses e a população de Brasileia. Então, é uma situação gravíssima! O Ministro da Justiça está tratando desse assunto, mas é um tema que requer uma ação imediata. Os aviões que estão levando produtos de primeira necessidade ao Acre estão trazendo haitianos – já foram mais de 500 haitianos –, que aproveitam os voos da FAB. Então, a minha revista trata dos temas, dos projetos que discutimos aqui, como traz também um artigo do Presidente Lula. Na capa, inclusive, há uma fotografia da década de 90, onde estou com o Presidente Lula.

Além de tratamos também na publicação de todos os Municípios do Acre, ali fizemos uma homenagem a um servidor que trabalhou comigo, com lealdade, com dedicação, durante mais de vinte anos, o Léo, falecido no ano passado. Nela também faço uma homenagem ao Jorge Ferreira, ao Jorge do Feitiço, um amigo, um irmão aqui de Brasília, que faleceu no ano passado; e a um grande empresário do Acre, também amigo, Roberto Moura, também falecido no ano passado.

A revista foi lançada na Casa dos Povos da Floresta. E, daqui do Senado, aproveito para agradecer à Goretti e a toda a equipe de coordenação da Casa dos Povos da Floresta, uma espécie de museu, que trata da cultura, da história, das lendas dos povos da floresta, localizado no Parque da Maternidade, num lugar fantástico, extraordinário. Lá, eu pude, com a presença do meu pai, com 85 anos, familiares e amigos, representantes dos movimentos sociais, viver uma das noites mais interessantes, um dos eventos mais interessantes de que participei nos últimos anos.

Agradeço também a toda a equipe de Brasília, que trabalha no meu gabinete, pelo eficiente trabalho, especialmente também a equipe do Acre, na pessoa do Maxtane Dias, que trabalhou com sua competente equipe na diagramação. Queria ainda cumprimentar o historiador Marcos Vinícius, professor, que trabalha comigo, é um dos coordenadores do meu gabinete, bem como o grande jornalista acriano Elson Martins. Os dois coordenaram o trabalho.

Enviei um exemplar a cada Senador, a cada colega aqui do Senado, como forma também de a gente compartilhar sentimentos, porque a revista traz o nome “acrianidade” e fala de “florestania”, que é algo muito próprio nosso no Acre na busca de quebrar paradigmas, de fazer algo inovador na política, de fazer com que haja uma ação política que leve em conta o patrimônio que temos de cuidar na Amazônia, a nossa biodiversidade; e, mais ainda, o nosso povo, que é a maior riqueza que nós temos, o povo que vive na floresta, o povo que vive na Amazônia.

Sr. Presidente, eu queria, para encerrar, fazer aqui uma fala, como se fosse um outro discurso, para justificar o pedido que vou fazer de moção de aplauso a toda uma equipe que realizou um ato histórico no Acre.

Sr. Presidente, na manhã de ontem, encerrou-se a primeira cirurgia de transplante de fígado no Acre. O Acre é o primeiro Estado do Norte do País a realizar um transplante de fígado, graças à equipe e à determinação de um grande brasileiro, um grande médico, o Dr. Tércio Genzini, e sua equipe, bem como graças à determinação do Governador Tião Viana, médico, e à Secretária Sueli.

Ainda quando Tião Viana era Senador, nós começamos a trabalhar para que esse dia chegasse. E, com a ajuda do Tião, com determinação do governo, nós conseguimos implantar uma faculdade de Medicina na Universidade Federal do Acre. Com muito sacrifício, levamos a residência médica. E o Dr. Tércio, que trabalha há anos, dedicando a sua vida ao trabalho médico no Acre, desde a década de 90, realizou o primeiro transplante de fígado da história da Região Norte.

Rapidamente, Sr. Presidente, lembro que o primeiro transplante de fígado realizado no mundo foi em 1963, na cidade de Denver, nos Estados Unidos, pela equipe comandada pelo Dr. Thomas Starzl, numa criança de três anos. A criança faleceu durante o procedimento cirúrgico, em 1963. Depois, o mesmo médico realizou outros dois transplantes de fígado, mas a sobrevida dos pacientes foi curta. No Brasil, na América Latina, o primeiro transplante de fígado foi realizado, com sucesso, no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, pela equipe do Dr. Marcel Cerqueira César Machado, em 1968, cinco anos depois. Desde então, a técnica vem sendo desenvolvida, e o número de transplantados aumenta a cada ano.

Segundo dados da Associação Brasileira de Transplante de Órgãos, a taxa de sobrevivência, nesses casos, que era de 30%, em 1970, passou para 90%, no final da década de 80. Desde 2004, entre novecentos e mil transplantes de fígado são feitos, anualmente, no Brasil – isso de modo geral. No Brasil, 96% dos transplantes são feitos pelo SUS.

Eu quero – nós que cobramos tanto – cumprimentar o Ministério da Saúde e agradecer à Presidenta Dilma e ao Presidente Lula, porque, não fosse o apoio que vimos recebendo, desde 2000, nessa área para o Acre, o Estado não teria realizado duas grandes coisas: mais de 50 transplantes de rim, pela equipe do Dr. Tércio, e, agora, o primeiro transplante de fígado.

Foi com muita emoção que todos nós, acrianos, recebemos essa notícia, porque, Senador Presidente Ruben Figueiró, o Acre tem uma das maiores prevalências de hepatite no Brasil pela maneira de vivermos. Quando assumi o Governo, Senador Figueiró, a transfusão de sangue, em 1999, era braço a braço na grande maioria dos Municípios do Acre. Ou seja, nós fazíamos a transmissão das doenças, e, por conta disso, muitas vidas foram perdidas.

Quando assumi o governo, em 1999, não havia hemodiálise no Acre. Sessenta famílias, que tinham condições, estavam fora do Estado para poder seguirem vivos fazendo a hemodiálise. E nós resgatamos esses acrianos todos, implantamos a hemodiálise no Acre. Hoje, há um serviço de fígado, que é referência na área.

Eu queria aqui dizer, para concluir a minha fala, que o receptor desse primeiro transplante... E tenho uma relação direta: o coordenador do meu gabinete, o Sr. Carlos Alberto, Cacá, como nós o chamamos, é um sobrevivente, um transplantado. Eu o acompanhei. Foi a mesma equipe do Hospital Bandeirantes, comandada pelo mesmo Dr. Tércio que fez o transplante do meu coordenador de gabinete no Acre. Ele está, graças a Deus, com saúde e, numa hora como esta, pode até estar me assistindo.

Ele ficou emocionado e feliz quando soube. A mesma coisa, o Ricardo Valadares, que talvez seja o mais antigo transplantado de fígado do Brasil. Há mais de 20 anos, ele fez o transplante nos Estados Unidos, e, sempre que pode, estimula, apoia, como empresário, doando a todo e qualquer trabalho vinculado à área de transplante, especialmente de fígado. Falei com ele hoje, também. Ele estava muito feliz com essa notícia.

Mas quem fica feliz são os oito mil que estão nas filas. Há de 900 a mil transplantes por ano, mas há mais de oito mil na fila. E, lamentavelmente, as ocorrências de morte na fila do transplante ainda são altas. De 40% a 50% das pessoas que estão na fila morrem antes de alcançar o transplante. E uma das causas, Sr. Presidente... Faço um apelo aqui, celebrando o primeiro transplante de fígado no Acre, cumprimentando o médico, o Governador Tião Viana, que luta por isso, há muitos anos, dizendo que boa parte, quase 50% das pessoas que buscam um transplante não o alcançam no Brasil, porque há poucos doadores.

Para que V. Ex.^a tenha uma ideia, no Brasil existe a possibilidade de aumentar o número de doadores, porque se está subutilizando muitos deles. Um grande médico, Dr. Telesforo, que é professor e é do Hospital das Clínicas, da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, fala que, embora exista uma lei que obrigue a instituição de saúde a comunicar à central de transplante os casos de morte encefálica, isso não é feito. Passa o ano inteiro e muitos hospitais não comunicam nenhuma morte encefálica, ou seja, não salvam nenhuma vida.

Então, o Brasil precisa, na hora em que o Acre celebra o primeiro transplante de fígado, tratar com seriedade, principalmente as direções dos hospitais.

E eu encerro fazendo a leitura de uma carta, porque o receptor já apareceu sorrindo. Por uma questão de ética médica, cumprindo as regras da ética médica, não posso falar o nome do receptor, mas ele é um homem de 39 anos de idade que há três anos sofria com cirrose hepática e, há pouco mais de um ano, aguardava na fila por um transplante de fígado. Ele agora entra para história como o cidadão que recebeu o primeiro fígado, fruto de um trabalho heroico do Dr. Tércio e sua equipe.

Aqui há uma carta do Tércio que leio e peço para constar nos Anais do Senado, porque vou apresentar uma moção de aplauso a ele, ao Governador Tião Viana, à Secretária Sueli, a toda equipe da Secretaria, a Edna e a tantos outros que nos ajudaram a chegar aqui na tribuna e dizer que o Acre, hoje, faz procedimento de alta complexidade cirúrgica, que Belém não está fazendo, que Manaus não está fazendo, que Roraima não está fazendo, que Tocantins não está fazendo, que o Amapá não está fazendo, que Rondônia não está fazendo, mas o Acre está fazendo um procedimento de alta complexidade que é caríssimo e que, se não fosse uma política do nosso governo, do Presidente Lula, da Presidenta Dilma, através do SUS, não poderíamos estar celebrando aqui na tribuna um feito tão importante.

Diz o Dr. Tércio Genzini:

"Muitas vezes nos confrontamos com situações que colocam em dúvida os valores da honestidade, do mérito, da virtude. [O Dr. Tércio, que criou uma casa de passagem, é uma figura extraordinária e tem sofrido algumas injustiças.]

Fazer o que é certo nem sempre é o caminho mais curto para se atingir metas profissionais e pessoais, mas fazer o que é certo é mais um passo na direção certa, é o caminho que nos leva à paz, à felicidade e mais próximos de Deus! [diz o Dr. Tércio, que com essas mãos abençoadas tem salvado vidas e fez o primeiro transplante de fígado no Acre.]

Hoje foi coroado o esforço de muitos profissionais que escolheram fazer o que é certo. Independentemente de tudo que cerca suas vidas profissionais e pessoais, independentemente de seus problemas, estes profissionais deram algo a mais.

Nos últimos meses, estes profissionais participaram de inúmeras reuniões de Capacitação e Gestão, estudaram, treinaram, enfrentaram discussões e cobranças, trabalharam muito além de suas cargas horárias e suas remunerações. Trabalharam juntos, brigaram, riram e choraram.

Estes profissionais, para os quais a saúde de seus pacientes sempre foi prioridade, tinham o objetivo de trazer o procedimento de mais alta complexidade para seu hospital, para sua cidade, para seus pacientes! E este esforço resultou num marco histórico na vida de todos: a realização de um sonho, o transplante de fígado no Estado do Acre, o primeiro da rede pública na Região Norte!

Minhas homenagens àqueles que fizeram desta ideia uma realidade [deste sonho, eu diria, Dr. Tércio]: [...]

Aqui, ele faz uma lista de agradecimento.

Peço, Sr. Presidente, que conste nos *Anais do Senado* esta carta do Dr. Tércio, que é parte da história que estamos conquistando no Acre de procurar fazer uma saúde melhor para todos.

A saúde tem sido motivo de disputa política neste País, e isso é péssimo. É fato que ainda há gravíssimos problemas de saúde em qualquer parte do Brasil e, aliás, nos Estados Unidos também. Mas é fato que também já alcançamos grandes avanços. Mas, quando se trata de vida, não dá para fazer um trabalho pela metade. Lamentavelmente, tiraram dinheiro do SUS, acabaram com a CPMF, tiraram bilhões da saúde, por conta de uma política equivocada de tudo se transformar em campanha eleitoral. É um equívoco! Um problema grave na saúde hoje é seu financiamento, aqui e nos Estados Unidos, que é a nação mais rica do Planeta.

Mas nós, no Acre, que ainda temos muitos problemas, temos, sim, o que celebrar. A situação mudou muito no Acre, e, graças a Deus, isso se deu para melhor. Mudou quando estávamos no governo, mudou com o Governador Binho e muda agora com o Governador Tião Viana. O Tião, como Governador e como Senador, ajudou-nos muito.

Leio rapidamente a lista das pessoas a quem o Dr. Tércio agradece:

[...]

Enfermeira Edna [uma figura extraordinária que coordena o trabalho do setor que cuida de hepatite no Acre] e equipe de funcionários do SAE

Enfermeiros Pablo e Valéria [...]

Cirurgiões do HC Nilton Guiotti [grande figura], Isamu e Thadeu

Cirurgião do Grupo Hepato Dr. Marcelo Perosa, sócio, irmão, idealizador do Projeto Transplantes Sem Fronteiras [quero cumprimentar toda a direção do Hospital Bandeirantes SP, que dá suporte para que o Dr. Tércio possa implantar o programa Transplantes Sem Fronteira, inclusive chegando ao Acre]

Enfermeiros do grupo Hepato Márcio e Kamily

Colegas médicos e funcionários do Grupo Hepato SP, pelo suporte e cuidados aos pacientes de São Paulo nas nossas ausências

Anestesiista Eduardo - Grupo Hepato e Equipe PRISMA SP

Clínicos do SAE: Cirley, Judith, Daniela e [o grande e querido] Thor

Enfermeiras Sthefanie, Neuma e equipe do CC

Enfermeira Celiane e equipe da UTI do HC [Hospital das Clínicas do Acre]

Anestesistas Cid e Gilson

Enfermeira Carla Brunori

Enfermeira Luciana (Hospital Bandeirantes)

Parceiros de Manaus: cirurgiões Raymison e Fernando Fonseca

Parceiros do Projeto Transplantes Sem Fronteiras Eduardo Anastácio (radiologista) e Gustavo Ferreira (nefrologista)

Certamente, nada seria possível sem o suporte administrativo e o esforço e empenho pessoal de:

Regiane Ferrari - Central de Transplantes

Gestor Carlos Eduardo (Fundhacre) [que dirige a Fundação Hospitalar do Acre]

Secretária [de Saúde] de Estado Suely Melo e Sesacre

Governador Tião Viana

Hospital Bandeirantes de São Paulo [toda a equipe do Hospital Bandeirantes e do Ministério da Saúde] [...].

O primeiro passo foi dado na direção certa, e nossa maior recompensa será a plena recuperação do paciente, ao qual agradecemos a confiança que depositou nesta equipe!

Fica aqui esse registro, meu orgulho, minha alegria. Vou aprovar, sim, no Senado, uma moção de aplauso pelo feito no Acre nesse fim de semana. Muito me orgulha de alguma maneira ter dado minha parcela de contribuição.

Parabéns ao Dr. Tércio Gezini, a toda a equipe e, especialmente, ao médico e Governador Tião Viana, por mais essa vitória que salva vidas no Acre!

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR JORGE VIANA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso 1º e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– “Mais um passo na direção certa!”, carta de Tércio Gezini.

O receptor (paciente que recebeu o órgão) é um homem de 39 anos de idade que há três anos sofria com cirrose hepática e, há pouco mais de um ano, aguardava na fila por um transplante de fígado.

MAIS UM PASSO NA DIREÇÃO CERTA !

TÉRCIO GEZINI

Muitas vezes nos confrontamos com situações que colocam em dúvida os valores da honestidade, do mérito, da virtude.

Fazer o que é certo nem sempre é o caminho mais curto para se atingir metas profissionais e pessoais, mas fazer o que é certo é mais um passo na direção certa, é o caminho que nos leva à Paz, à Felicidade e mais próximos de Deus!

Hoje foi coroado o esforço de muitos profissionais que escolheram fazer o que é certo. Independentemente de tudo que cerca suas vidas profissionais e pessoais, independentemente de seus problemas, estes profissionais deram algo a mais.

Nos últimos meses estes profissionais participaram de inúmeras reuniões de Capacitação e Gestão, estudaram, treinaram, enfrentaram discussões e cobranças, trabalharam muito além de suas cargas horárias e suas remunerações. Trabalharam juntos, brigaram, riram e choraram.

Estes profissionais, para os quais a saúde de seus pacientes sempre foi prioridade, tinham o objetivo de trazer o procedimento de mais alta complexidade para seu hospital, para sua cidade, para seus pacientes!

E este esforço resultou num marco histórico na vida de todos: a realização de um sonho, o transplante de fígado no Estado do Acre, o primeiro na rede pública da Região Norte!

Minhas homenagens àqueles que fizeram desta idéia uma realidade:

Enfermeira Edna e equipe de funcionários do SAE

Enfermeiros Pablo e Valéria - Transplantes HC

Cirurgiões do HC Nilton Guiotti, Isamu e Thadeu

Cirurgião do Grupo Hepato - Dr Marcelo Perosa, sócio, irmão, idealizador do Projeto Transplantes Sem Fronteiras Enfermeiros do Grupo Hepato Marcio e Kamily

Colegas médicos e funcionários do Grupo Hepato SP, pelo suporte e cuidados aos pacientes de SP nas nossas ausências

Anestesiista Eduardo - Grupo Hepato e Equipe PRISMA SP

Clínicos do SAE: Cirley, Judith, Daniela e Thor

Enfermeiras Sthefanie, Neuma e equipe do CC

Enfermeira Celiane e equipe da UTI do HC

Anestesiistas Cid e Gilson

Enfermeira Carla Brunori

Enfermeira Luciana (Hospital Bandeirantes)

Parceiros de Manaus: cirurgiões Raymison e Fernando Fonseca

Parceiros do Projeto Transplantes Sem Fronteiras Eduardo Anastacio (Radiologista) e Gustavo Ferreira (nefrologista)

Certamente, nada seria possível sem o suporte administrativo e o esforço e empenho pessoal de:

Regiane Ferrari - Central de Transplantes

Gestor Carlos Eduardo (Fundhacre)

Secr de Estado Suely Melo e SESACRE

Governador Tião Viana ,

Hospital Bandeirantes de São Paulo, que dá suporte logístico e de RH ao projeto Transplantes Sem Fronteiras , aos quais todos os envolvidos agradecem imensamente!

O primeiro passo foi dado, na direção certa, e nossa maior recompensa será a plena recuperação do paciente, ao qual agradecemos a confiança que depositou nesta equipe!

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB - MS) – Governador Jorge Viana, toda vez em que V. Exª ocupa a tribuna, sinto e percebo o orgulho que V. Exª tem pelo seu Acre.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – É uma paixão!

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB - MS) – Realmente, é uma verdadeira paixão.

Meus cumprimentos, portanto, pela defesa que V. Exª faz, buscando a solução de grandes problemas em seu Estado! V. Exª fez um relato sobre as providências que o Governo do Acre e o Governo da Nação têm adotado para debelar essa crise existente nos transportes no Acre. Eu também gostaria de dizer a V. Exª que acreditar no Acre é o mesmo que acreditar no Brasil. V. Exª tem toda a razão nesse ato de civismo pelo seu Estado e, naturalmente, pelo nosso País.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB - MS) – Meus cumprimentos! Devolvo a Presidência a V. Exª.

Concedo a palavra ao eminente Senador Rodrigo Rollemberg, que falará pela Liderança do seu Partido, o Partido Socialista Brasileiro.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB - DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, uso a tribuna na tarde desta segunda-feira para comentar, rapidamente, o resultado da pesquisa do Datafolha publicada ontem no jornal *Folha de S.Paulo*. Quero comentar, sobretudo, dois aspectos daquela pesquisa.

Mas, antes disso, quero registrar que o Banco Central divulgou hoje mais um Boletim Focus, que traz as expectativas de cem instituições financeiras para a economia. O mercado está prevendo mais inflação e menos crescimento para 2014. A previsão para o IPCA, principal índice que mede a inflação, aumentou de 6,3% para 6,35%. Foi a quinta alta consecutiva do indicador. Para o crescimento do Produto Interno Bruto, a previsão dos economistas recuou de 1,69% para 1,63%.

Ou seja, Sr. Presidente, o pessimismo do mercado reflete também o pessimismo da população brasileira. O resultado da pesquisa do Instituto Datafolha divulgada no último fim de semana demonstra que os brasileiros temem a volta da inflação descontrolada. Para 65% dos entrevistados, a inflação vai aumentar nos próximos meses. O sentimento de que as coisas não vão bem na economia atinge, inclusive, áreas que são apontadas como pontos fortes do Governo.

Para 45% dos entrevistados pelo Datafolha, o desemprego vai aumentar. Na última pesquisa, realizada em fevereiro, o percentual de pessoas que temiam o desemprego era de 39%. Ou seja, em apenas dois meses, o índice aumentou seis pontos percentuais, o que indica uma preocupação com o fraco desempenho da economia.

A maioria dos brasileiros também acha que o poder de compra dos salários vai diminuir, aponta a pesquisa. As pessoas pensam isso porque já sentem no bolso que, a cada mês, fica mais caro fazer compras no supermercado ou adquirir outros bens de consumo.

O sentimento do mercado e das pessoas se baseia em dados reais da economia, não é simples pessimismo.

A Fundação Getúlio Vargas divulgou hoje os números do IGP-DI, que é o Índice Geral de Preços. A taxa aumentou 1,48% em março, contra 0,85% em fevereiro. Entre os itens que mais subiram de preço, estão as hortaliças e os legumes, com variação de 21,79% em março. É justamente a inflação dos alimentos que deixa a população mais temerosa.

As expectativas são ruins para o futuro, porque as pessoas e o mercado também percebem que o Governo faz um controle artificial de preços para reajustá-los apenas em 2015, depois das eleições. É o que acontecerá, por exemplo, com a energia elétrica. Para cobrir o rombo do setor, provocado pelo acionamento das usinas termoeletricas, o Tesouro já destinou quase R\$15 bilhões. A conta, como diz o próprio Governo, vai ser paga pelo consumidor. O próprio Governo está admitindo isso, só não informou de quanto e quando vai ser o reajuste. Na semana passada, já houve aumento dos impostos, para começar a cobrir o prejuízo. Ou seja, o

Governo está segurando de forma artificial uma situação e já admite o reajuste de preços, mas o reajuste vai acontecer em 2015, após as eleições.

Quero aqui, Sr. Presidente, comentar dois itens que me chamaram muito a atenção e que têm muito a ver com os dados que acabo de trazer, com as informações do Banco Central sobre as expectativas em relação à economia brasileira.

Vejam esta manchete: inflação vai aumentar para 65% da população. Este é um dado extremamente importante dessa pesquisa do Datafolha: a expectativa da população brasileira é a de que a inflação vai aumentar para 65% da população.

Outro dado extremamente relevante, Senador Ruben Figueiró e Senador Eduardo Suplicy, é que 72% da população querem mudar muito, querem mudar os rumos das coisas, a forma como elas estão sendo organizadas e governadas. Não é para menos esse sentimento de mudança, que já se reflete nos índices de intenção de voto da Presidenta da República, que caiu seis pontos e que, sem dúvida, vai cair muito mais, porque há um pessimismo no País em função da má condução da economia e da má condução da política no nosso País.

A gente percebe esse dado de que 65% acham que a inflação vai aumentar, porque as pessoas de menor renda, Senador Ruben Figueiró, aquelas que gastam grande parte dos seus salários comprando alimentos, comprando comida, estão percebendo que a inflação dos alimentos está muito superior à média de inflação. Ou seja, a inflação para os mais pobres já está em muito mais do que 6,5%, porque os produtos efetivamente consumidos pelos mais pobres estão sofrendo aumentos muito maiores do que os demais. Basta dar o dado referente aos alimentos, às hortaliças e aos legumes, cujos preços, só no mês de março, subiram 21,79%.

Agora, imagine que a mesma coisa acontece com a carne, com o leite, com os alimentos. No País, há um sistema tributário cruel que taxa igualmente todos, o que faz com que os mais pobres acabem pagando, proporcionalmente, muito mais impostos do que os mais ricos. O que está acontecendo neste momento é a percepção, sobretudo pela população de baixa renda, da carestia, da volta da inflação. O Governo está mantendo a inflação no pico da meta, mas a inflação para os alimentos já está muito maior do que esse índice de 6,3%. Basta ver esse dado. Se pegarmos o preço da carne, do leite e de outros produtos alimentícios, vamos ver como está crescendo a insatisfação no meio da população, sobretudo daqueles que ganham menos.

A condução política do País tem levado a muita insatisfação. Já tive a oportunidade de dizer e repetir aqui as frases do nosso Presidente, o Governador Eduardo Campos, que deixou o Governo de Pernambuco na última sexta-feira para se candidatar. Ele é pré-candidato a Presidente da República. Faremos um grande lançamento, um pré-lançamento da dupla Eduardo Campos e Marina Silva no próximo dia 14, em Brasília. Ele já dizia que o pacto político que sustenta este Governo está mofado. Os meios, os instrumentos que estão sendo utilizados para manter esse pacto estão mofados, e isso não permite que o Governo enfrente, como deveria enfrentar, os temas de relevante interesse para a sociedade brasileira, como o combate à inflação.

Não é por outro motivo que 72% da população querem mudanças. Não tenham dúvida. O que está acontecendo? Uma queda expressiva nas intenções de voto dada à Presidenta da República, que vai ser muito maior à medida que se aproxima o processo eleitoral, porque, até este momento, ela corre sozinha na raia, tem uma megaexposição como Presidente da República, utiliza, muitas vezes, os veículos de comunicação nas datas importantes para fazer o proselitismo, enquanto os outros candidatos se dedicam apenas às suas atividades e não têm essa visibilidade toda.

Mas o que é fato relevante nesta pesquisa são estes dados: a preocupação de 65% da população com o aumento da inflação, que torna sua condição de vida mais difícil, porque a inflação é muito alta nos alimentos, é alta nos aluguéis, que são itens que atingem diretamente a população mais pobre, e a população quer mudança. É por isso que quer mudança. Setenta e dois por cento 72% da população querem mudar, querem mudar radicalmente.

Ainda não se identifica quem é o portador dessa mudança, até porque, por exemplo, o pré-candidato Eduardo Campos ainda é pouco conhecido. Como a pesquisa mostra, 75% dos brasileiros não o conhecem ou só o conhecem de ouvir falar. É claro que essa dupla, Eduardo e Marina, a partir do momento em que se tornar mais conhecida, que começar a andar o Brasil e a apresentar sua proposta, esses candidatos são os que têm maiores condições de refletir esse desejo de mudança clamado pela população brasileira.

Portanto, eu não poderia deixar de fazer este registro, de manifestar a nossa preocupação com a volta da inflação; manifestar a nossa preocupação com a volta da inflação sobretudo nos alimentos, Senador Ruben Figueiró, porque essa é inflação mais cruel com as pessoas que ganham menos, porque eles gastam grande parte dos seus salários para comprar comida.

Muito obrigado.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Pois não, Senador.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco Apoio Governo /PT - SP) – Ainda que a inflação tenha se aproximado da meta de dois pontos além dos 4,5% e esteja próxima de 6%, ainda assim ela se mantém próxima da meta que o Copom e o Banco Central têm colocado como importante. Sim, é um alerta o resultado da pesquisa do Datafolha. A população tem muita preocupação com a inflação. Agora, tenho a convicção, Senador Rodrigo Rollemberg, das medidas que a Presidenta Dilma, o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, o Copom, o Presidente do Banco Central, Tombini, vão tomar para que se possa compatibilizar o crescimento da economia, o crescimento dos investimentos com a estabilidade de preços e outros objetivos maiores, tais como a erradicação da pobreza extrema, da pobreza absoluta e a melhoria da distribuição da renda. Se tomarmos os dados relativos a uma perspectiva desde 2002 para 2003 até 2014, podemos ver que o balanço é bastante positivo na combinação desses elementos. O crescimento, ainda que não tão acelerado como economias da China, da Índia e outros, é um crescimento que, desta vez, foi compatibilizado com a preocupação com a melhoria da distribuição da renda e com a erradicação da pobreza absoluta em nosso País. Os dados são de avanço significativo. É claro que precisamos aperfeiçoar. Quero transmitir, prezado Senador Rodrigo Rollemberg, que vejo como positivo que tenhamos candidatos à Presidência da qualidade do Governador Eduardo Campos, que tem Marina Silva, sua companheira, como candidata a Vice – pelo menos até agora assim estão definidos como pré-candidatos, não mais como Governador Eduardo Campos –; o Senador Aécio Neves, que ainda deve escolher o seu candidato a Vice-Presidente; o Senador Randolfe Rodrigues; e a Presidenta Dilma. Possivelmente outros, mas se trata de uma plêiade de candidatos à Presidência que muito contribuirá para que o povo brasileiro tenha uma possibilidade de escolha muito positiva. Espero que o nível dos debates entre os candidatos a Presidente seja o melhor possível, que haja um clima de respeito entre todos eles. Tenho certeza de que isso ocorrerá pela história dos candidatos, pela convivência que caracterizou a relação dos candidatos até hoje. Então, é o povo brasileiro que vai ganhar com a realização dessas eleições, que esperamos sejam caracterizadas da melhor maneira possível, com aprofundamento e melhoria da qualidade da nossa democracia em relação aos anos em que, infelizmente, estivemos sem eleições. Que possamos agora, depois de 1989, de já termos realizados diversas eleições com alternância de poder, saudar a boa oportunidade que o Brasil terá de confirmar uma Presidenta da qualidade da Presidenta Dilma Rousseff, que irei apoiar com todo o meu empenho, mas com muito respeito pela qualidade dos demais competidores que serão adversários. Acredito que é o povo brasileiro que se vai beneficiar com a qualidade da nossa democracia. Ainda temos muito que avançar. Temos que aperfeiçoar, realizar a reforma política eleitoral. Eu gostaria que não houvesse mais as contribuições de pessoas jurídicas ou de empresas. Isso ainda está, inclusive, por ser definido pelo Supremo Tribunal Federal, mas, se for objeto de proibição, eu saudarei isso, porque foi o voto que aqui defendi, e acredito que V. Ex^a também o fez, quando tivemos a oportunidade de votar essa matéria. Mas acho que há ainda o que avançar no aperfeiçoamento das eleições em nosso Brasil, tanto para o Executivo quanto para o Parlamento. Meus cumprimentos pela qualidade do pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Quero concordar com V. Ex^a no que diz respeito à qualidade dos candidatos do ponto de vista das suas trajetórias. Espero que possamos fazer um debate de alto nível, discutindo os rumos do Brasil. Apenas discordo de V. Ex^a em relação ao otimismo que demonstra a respeito da condução da política econômica.

O que nós estamos vendo já ao longo de todo este Governo é o risco de o Brasil perder as conquistas alcançadas nos oito anos do governo do Presidente Lula, conquistas de que nós participamos, conquistas que tiveram uma contribuição importante do governo Fernando Henrique, ao promover a estabilidade econômica, porque, efetivamente, nesses três últimos anos, o Brasil vem crescendo a taxas medíocres. A inflação está sempre próxima do pico da meta, e, como mostrei aqui, ela é muito mais cruel em relação ao preço dos alimentos. Portanto, acaba atingindo muito mais as pessoas de menor renda.

Temos diversos outros problemas que estão afetando essa geração, mas afetarão mais gravemente ainda as próximas gerações, como a crise energética, como o aumento do desmatamento. Como podemos imaginar que, em pleno século XXI, em 2013, o desmatamento na Amazônia tenha crescido 35% em relação ao ano anterior? Como podemos admitir que o Brasil esteja sendo recordista, na sua história, na utilização de termelétricas, aumentando, com isso, o aquecimento global, criando um rombo no Tesouro, que já colocou R\$15 bilhões para compensar a utilização de termelétricas?

É claro que isso tudo retira a confiança da população, como demonstra a pesquisa do Datafolha, e aumenta o desejo de mudança da população brasileira. Setenta e dois por cento querem mudanças profundas no País na condução da política e da economia.

Portanto, este é o registro que eu gostaria de ressaltar nesse momento. No nosso entendimento, os dados mais relevantes trazidos pela pesquisa do Datafolha são estes: a convicção de 65% da população de que

a inflação vai aumentar, porque está sentindo o reflexo da inflação no seu bolso, no seu salário, e o desejo de mudança expresso por 72% da população pesquisada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria. PSDB - MS) – Meus cumprimentos, Senador Rodrigo Rollemberg, pelo seu oportuno pronunciamento.

Concedo a palavra agora ao Senado Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezados Senador Ruben Figueiró, quero hoje prestar duas homenagens: uma, à canonização, decidida pelo Papa Francisco, do Padre José de Anchieta. Inclusive, venho requerer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, voto de aplauso a Sua Santidade o Papa Francisco, à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e à Arquidiocese de São Paulo, pela canonização, no último dia 3, do Padre José de Anchieta, como terceiro santo que desenvolveu seu ministério no Brasil.

O Papa Francisco proclamou Santo o “Apóstolo do Brasil”, por meio da assinatura de um decreto, na última quinta-feira, 3 de abril, em Roma.

Na manhã desse domingo, dia 6, milhares de fiéis lotaram a Catedral Metropolitana de São Paulo – a Catedral da Sé – na missa solene, comovente, em Ação de Graças pela Canonização de São José de Anchieta. A cerimônia foi presidida pelo Cardeal Dom Odilo Pedro Scherer, Arcebispo Metropolitano, concelebrada por Dom Cláudio Hummes, Arcebispo Emérito, pelos Bispos Auxiliares e por um numeroso clero presente na Catedral.

Antes da missa, houve uma bonita cerimônia no pátio do colégio, onde foi feita também uma homenagem justamente ali, na capela fundada por São José de Anchieta, e que se tornou o lugar onde foi fundada a metrópole de São Paulo. Hoje, a terceira maior do mundo.

Dom Odilo, em sua homilia, observou que todos são encorajados a imitar o exemplo de São José de Anchieta e a crer que a santidade não está fora do alcance, a qual, em última análise, expressa-se na profunda sintonia e comunhão com Deus.

Peçamos a Deus que nos dê a graça de olhar para São José de Anchieta e aprender dele as lições que ele nos ensina para os nossos dias e ter nele um companheiro, alguém que está ao nosso lado também como um intercessor que olha para as nossas necessidades e as apresenta a Deus.

Mieczyslaw Smyda, provincial da Província Centro-Leste do Brasil, da Companhia de Jesus, falou sobre a vida e a obra de Anchieta, destacando os 44 anos de sua dedicação na missão evangelizadora dos Jesuítas no Brasil:

A convivência com os pobres, o diálogo evangelizador e a catequese foram grandes marcas desse nosso Apóstolo do Brasil. Ele aprendeu a servir aos diferentes e mais necessitados não pela imposição, mas pela atração e convencimento. Como vela, que se consome para irradiar a luz, calor e vida, assim se esvaziou a vida desse nosso Santo, em nossas terras.

Estavam lá também o Governador Geraldo Alckmin, que destacou o quanto Padre José de Anchieta constitui-se numa pessoa de um valor extraordinário e de reconhecimento tão grande por todos os paulistas, paulistas e brasileiros.

No próximo dia 24, anunciaram Dom Cláudio Hummes e Dom Odilo Scherer, às 18 horas, horário de Roma, o Papa Francisco presidirá missa em ação de graças pela canonização de Anchieta, na Igreja de Santo Inácio de Loyola, em Roma. O Padre José de Anchieta, um dos fundadores da cidade de São Paulo, será o terceiro santo brasileiro. Ele se junta a Madre Paulina, canonizada pelo Papa João Paulo II, em 2002, e a Frei Galvão, proclamado Santo Antônio de Sant’Ana Galvão, em 2007, pelo Papa Bento XVI.

É importante que nós, agora – brasileiros e, sobretudo, nós, paulistanos e paulistas, e também os capixabas –, tenhamos no Padre José de Anchieta um santo assim considerado, principalmente por sua dedicação. Ainda que de saúde frágil, veio ao Brasil aos 19 anos de idade, primeiro a Salvador, depois a São Paulo, esteve no Rio de Janeiro e no Espírito Santo, e fundou cidades na região, como Iperuí, Itanhaém, Cananeia e outras. E ali escreveu seus poemas.

Ele percorria, com frequência, as praias e ia até o planalto, ao local onde acabou fundando a cidade de São Paulo, no local onde fica o Pátio do Colégio, ao tempo em que o Estado de São Paulo tinha apenas cento e oitenta e poucas pessoas.

E por ele ser um desbravador e ter justamente percorrido o caminho da serra no trajeto entre São Paulo e o litoral paulista, exatamente por isso, à época em que o Governador Adhemar de Barros inaugurou a via que liga São Paulo a Santos e ao litoral, foi dado o nome de Via Anchieta a uma das mais conhecidas estradas de rodagem do Brasil, que tem um significado especial não só para todos nós que moramos no Estado de São Paulo, mas para brasileiros de todos os Estados.

Desde os seus 19 anos, ao aportar no Brasil, José de Anchieta, resolveu conviver com os índios, com tal dedicação e amor a eles que aprendeu o Tupi-Guarani. Mais do que isso: através dos cantos e das formas de brincar, do teatro, etc., ele resolveu também escrever o primeiro dicionário e gramática Tupi-Guarani, prezado Senador Ruben Figueiró. Quer dizer, é uma pessoa de extraordinário talento e dedicação.

Quando houve guerra entre os índios e os franceses e portugueses, ele se colocou, inclusive, como réu voluntário para promover o entendimento e a paz. Era um homem dedicado à educação e uma pessoa que soube promover a boa convivência entre os povos indígenas originários do Brasil e os visitantes que aqui chegaram, portugueses e pessoas de outras nacionalidades.

Com esse espírito de quem quer realmente promover a paz e por seu exemplo e dedicação ao longo de toda a sua vida é que, secundando a beatificação do Padre Anchieta, que já havia sido beatificado pelo Papa Bento XVI, agora, logo no seu segundo ano de mandato, o Papa Francisco, conhecedor do trabalho dos Jesuítas, em especial do Padre Anchieta, no Brasil, lhe confere essa canonização.

Quero aqui saudar, cumprimentar Dom Odilo Scherer, Dom Cláudio Hummes, a Reitora da PUC, o Presidente do Tribunal de Justiça, o Deputado Gabriel Chalita e tantas autoridades que ali estiveram presentes. Cumprimento Agnaldo Rayol, que, ao cantar a Ave Maria, o fez de maneira tão bela que comoveu a todos os presentes na cerimônia de homenagem à canonização do Santo Padre José de Anchieta.

Quero também, Presidente Ruben Figueiró, hoje prestar uma homenagem ao extraordinário ator brasileiro José Wilker de Almeida, falecido no último sábado, aos 67 anos, vítima de infarto do miocárdio, e apresentar as condolências à sua companheira, Cláudia Montenegro, às filhas Isabel, Mariana e Madá, e também ao corpo de atores e de atrizes que, de maneira tão emocionada, prestaram seus depoimentos, os mais belos, pelas emissoras de rádio e de televisão desde o último sábado.

Assim, requero inserção em Ata de pesar pelo falecimento de José Wilker de Almeida.

A dramaturgia brasileira está de luto; perdeu um de seus filhos mais talentosos, admirados e queridos: o ator, diretor, narrador, apresentador e crítico de cinema José Wilker. Durante quase 50 anos de carreira, ele trabalhou em mais de 30 novelas e 70 filmes, além de minisséries e programas de TV.

Nasceu em Juazeiro do Norte, Ceará, em 20 de agosto de 1947. A mãe, Raimunda, era dona de casa, e o pai, Severino, caixeiro. Ainda criança, mudou-se com a família para o Recife, onde estudou teatro e dirigiu espetáculos pelo sertão. Em especial, jovem, ali em Recife, estudando teatro, foi um dos protagonistas do Novo Teatro, que procurava escolher as peças exatamente levando em conta em que medida poderiam ser levados ao conhecimento do público os problemas sociais e como superá-los. Essa foi uma de suas qualidades.

Mudou-se para o Rio de Janeiro em 1967, aos 19 anos, para estudar Sociologia na PUC-RJ. Porém, logo abandonou o curso para se dedicar exclusivamente ao teatro.

Como muitos dos nossos grandes atores, José Wilker nunca passou por uma escola de teatro para exercer o ofício. A formação artística do menino de Juazeiro do Norte, no Ceará, começou aos oito anos de idade, dia após dia, como ele contou em entrevista à Globo News em 2012 – abre aspas –:

Ouvi muito rádio, era a janela para o mundo que tinha. Fui muito ao circo, vi muito palhaço... Junto com isso aconteceu uma coisa para mim quase acidental, mas formadora, que foi participar de um movimento de teatro que se fundava em Recife, cuja função era ilustrar o método de alfabetização do Paulo Freire.

Ora, Paulo Freire, levando em conta a situação dos oprimidos, procurou fazer com que as pessoas fossem alfabetizadas debatendo os problemas do seu dia a dia. E, justamente, José Wilker achou importante que o teatro pudesse complementar essa ação educadora.

A carreira de José Wilker foi marcada por personagens célebres. O primeiro protagonista de sucesso foi Mundinho Falcão, em Gabriela, adaptação do romance de Jorge Amado, um marco na história da teledramaturgia brasileira. Essa novela tem sido reproduzida e também foi para o cinema, para deleite de todos nós que tanto apreciamos o trabalho notável: *Gabriela, Cravo e Canela*, de Jorge Amado.

Em 1985, viveu Roque Santeiro, personagem central da trama escrita por Dias Gomes e Aguinaldo Silva, uma das novelas de maior sucesso da televisão.

Outro personagem carismático foi Giovanni Improtta, de Senhora do Destino, onde interpretou um ex-bicheiro e lançou bordões repetidos em todo o País.

Ele atuou em mais de 40 filmes. Um dos destaques foi a interpretação de Vadinho, em Dona Flor e seus Dois Maridos. Em Bye Bye Brasil, de Cacá Diegues, viveu Lorde Cigano, artista que cruzou o Brasil em uma caravana, fazendo espetáculos mambembes.

A última participação como ator de novelas e de extraordinário sucesso foi, em 2013, em Amor à Vida, de Walcyr Carrasco, na qual interpretou o médico Herbert.

José Wilker fazia e entendia de arte.

Amigos e colegas de trabalho de José Wilker comentaram a perda do ator. Todos foram unânimes em destacar o talento dele, sua alegria de viver, o dom natural para a arte. Consideraram uma perda irreparável e que sem ele a dramaturgia fica mais pobre.

E assim como sua filha escreveu em rede social, agora só resta muito amor e saudade; saudade do homem, do ator, do pai, do diretor, do crítico, dos seus personagens e do seu exemplo de vida, que fica para todos nós.

Sr. Presidente, Ruben Figueiró, hoje, o cineasta Cacá Diegues, justamente o diretor de Bye Bye Brasil, Deus é Brasileiro e Xica da Silva, entre outros filmes, escreve um depoimento sobre o cinéfilo ator e diretor que amava o cinema de forma diversa e indistinta.

Aqui leio as palavras de Cacá Diegues, numa homenagem tão bela a José Wilker:

Conheci José Wilker num set de filmagem, e a ele voltamos juntos em pouco menos da metade de meus filmes. Em 1975, eu já estava no final da primeira semana de filmagem de “Xica da Silva”, quando recebi recado do ator que deveria fazer o Conde Valladares dizendo que não ia mais participar do filme por causa de outros compromissos.

A primeira pessoa em que pensei para substituí-lo foi Wilker, que eu já havia visto e admirado em palcos de teatro e cenas na televisão.

A meu pedido, nosso produtor Jarbas Barbosa o procurou nos camarins do Teatro Ipanema, e três dias depois ele estava conosco em Diamantina (MG), participando de sua primeira cena na produção, um banquete selvagem na companhia de Zezé Motta.

Atendendo a meu angustiante apelo, sem nunca ter me visto antes, deixava temporariamente o mesmo Teatro Ipanema em que acabo de vê-lo pela última vez, deitado no mesmo palco em que tanto brilhou ao longo de sua carreira.

Fizemos seis filmes juntos. Eu e Renata Magalhães ainda produzimos seu único filme como Diretor, “Giovanni Improtta”, lançado no ano passado. Em todos esses trabalhos, nunca o vi queixar-se de doença, sentir-se mal, reclamar do corpo. Ele era sempre uma locomotiva arrastando o elenco com seu ânimo e sua inteligência. Não é que estivesse sempre bem-humorado. Como todo sábio, ele também tinha seus momentos de fastio e desgosto. E não vacilava em expô-los a quem quer que estivesse à sua frente, fosse qual fosse a hierarquia ou protocolo presumido.

Minha longa amizade com ele foi construída em torno de nosso amor comum pelo cinema, que ele cultivava na companhia dos cerca de 4.000 títulos que estava sempre a assistir no porão bem arrumado da sua casa.

Quando fazíamos filmes juntos, enquanto estávamos trabalhando, citávamos um ao outro conceitos, cenas e autores de grandes mestres. Ou não.

Wilker tinha pelo cinema esse amor diverso e indistinto característico de grandes cinéfilos como Henri Langlois, o fundador da memória cinematográfica – ele sabia da qualidade de um clássico diante de uma chanchada, mas não distinguia a importância de ver e gostar dos dois.

Wilker fez teatro, cinema e televisão desde o início de sua carreira até sua morte. Sei de jovens produtores e diretores que contaram com ele, em papéis grandes ou pequenos, praticamente sem remuneração, apenas para ajudar os que estavam começando ou dar uma força aos veteranos em dificuldades.

Assim como os jovens fazem seu serviço militar, ele não parou nunca de fazer seu “serviço artístico”, com amor pelo cinema brasileiro e pelo próprio Brasil, um dos faróis de sua existência.

Filho de caixeiro-viajante e dona de casa, Wilker veio do Nordeste. Primeiro de Fortaleza, onde nasceu; depois de Recife, onde passou a maior parte de sua juventude. Como todo nordestino sensível, ele foi capaz de observar com emoção a miséria à sua volta e se dedicar, desde sempre, a combatê-la politicamente. Além de tarefas no Movimento Popular de Cultura do Recife, como ativista e membro de seu corpo de alfabetizadores, Wilker escolhia os filmes e peças que fazia à luz de suas ideias. Ele precisava acreditar na qualidade do que ia fazer, mas não vacilava em se juntar ao projeto que lhe falasse ao coração e à mente, voltado ao progresso social do país.

O grande artista foi embora, mas sua obra está aí para sempre, a serviço nosso e de nossos filhos, netos, assim por diante.

O que ele fez e deixou para nós será sempre imortal. Como no poema de Rimbaud, José Wilker é um oceano azul no horizonte do que se encontra a eternidade.

Meus queridos visitantes, de que Estado são? (Pausa.)

Santa Catarina.

Senador Ruben Figueiró, vamos dar as boas-vindas a essas senhoras e senhores que, certamente, também são admiradores de José Wilker.

Não sei se escutaram também a minha homenagem ao Padre José de Anchieta, que foi canonizado no dia 3 pelo Papa Francisco.

Mas quero fazer um agradecimento pessoal e especial ao José Wilker. Era 1985 e, pela primeira vez, depois de 20 e poucos anos, São Paulo e outras capitais poderiam, novamente, ter eleições diretas para prefeito. Fomos candidatos a Prefeito de São Paulo o ex-Presidente Jânio Quadros, o posteriormente Presidente Fernando Henrique Cardoso e eu fui candidato pelo PT, havia ainda Francisco Rossi e outros candidatos. Jânio Quadros teve 37%; Fernando Henrique Cardoso, 34%; e eu tive quase 20%.

Ainda nesses dias, eu estava me lembrando que diversos atores, como Lélia Abramo, Antônio Fagundes e tantos outros, resolveram prestar depoimentos a meu favor. Dentre eles, José Wilker.

Ele falou aproximadamente coisas como as seguintes, prezado Senador Ruben Figueiró: olhem, eu vim lá do Ceará, onde, muitas vezes, vi alguns políticos que ofereciam dentaduras e diversos outros bens, para que conseguissem angariar votos nas eleições. E ainda nesta eleição, lá em Pernambuco, vieram pedir a mim que eu desse depoimentos sobre certos políticos de partidos, mas que também estavam com procedimentos tais como aqueles que eu, de maneira alguma, aprovo. Mas eu gostaria de transmitir a vocês todos, aqui em São Paulo, que, se quiserem um candidato que vai defender o interesse público e não vai ter procedimentos tais como aqueles, que realmente leve a política com muita integridade, seriedade e com os melhores valores no sentido de se alcançar justiça em nosso País, então... Aí ele próprio recomendou o meu nome – Eduardo Matarazzo Suplicy – para candidato a prefeito. Não ganhei a eleição, mas o fato de ter pessoas como José Wilker recomendando meu nome trouxe a mim um grande ânimo para continuar a luta pelos ideais que aqui transmito a cada momento.

Quero apenas, para concluir, dizer que poucos artistas tiveram tantas declarações tão belas, e quem quiser pode acessar os *sites* relativos a José Wilker e vão verificar os depoimentos tão bonitos de pessoas como Beth Faria, Cacá Diegues, Tony Ramos, Andréa Beltrão, Marieta Severo, Paulo Betti, Gilberto Braga, Aderbal Freire Filho, pessoas como aquelas que interagiram com ele em todos os palcos, Beth Goulart, Paulo Goulart, Renée de Vielmond, Mônica Torres, sua filha Isabel e todos aqueles que com ele conviveram, como Milton Gonçalves, Stênio Garcia, Maitê Proença, Marcelo Serrado, Vera Holtz, dentre outros tantos.

Que bom que tenhamos como um exemplo, um espelho, sobretudo para aqueles que amam o teatro e o cinema, pessoas que honraram tão bem a sua profissão e que serão sempre exemplo para todos nós como o de José Wilker!

Muito obrigado, Presidente Ruben Figueiró.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB - MS) – Senador Eduardo Suplicy, os requerimentos apresentados por V. Ex^a de aplauso ao Papa Francisco pela canonização do Padre José de Anchieta, o referente ao pesar pelo falecimento do ator José Wilker de Almeida e também o requerimento apresentado pelo Senador Inácio Arruda de pesar pelo falecimento do ator José Wilker serão analisados na forma regimental e atendidos como solicitado.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Encaminho à Mesa os requerimentos assinados, Sr. Presidente Ruben Figueiró.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB - MS) – Muito grato.

Quero dizer a V. Ex^a a minha confissão, que, como cidadão brasileiro e católico apostólico romano, estou totalmente solidário às proposições feitas por V. Ex^a de homenagem ao Papa Francisco pela decisão feliz que teve com relação à canonização do Padre José de Anchieta, e também na minha manifestação de homenagem póstuma a esse grande ator José Wilker, que está comovendo a Nação pelo seu falecimento.

Eu gostaria também de afirmar que não há mais oradores inscritos para esta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB - MS) – Em razão disso e nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e Srs. Senadores, que será realizada a sessão deliberativa ordinária amanhã às 14 horas, com Ordem do Dia previamente designada.

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 48, DE 2014

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 48, de 2014 (apresentado como conclusão do Parecer nº 238, de 2014, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Waldemir Moka), que *aprova a programação monetária para o quarto trimestre de 2013*.

2**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 35, DE 2011**

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 35, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Henrique, que *revoga o inciso I do art. 49, acrescenta inciso ao art. 52 e altera a redação do inciso VIII do art. 84 da Constituição Federal, a fim de tornar privativa do Senado Federal a competência para decidir sobre tratados, acordos ou atos internacionais*. Parecer sob nº 190, de 2014, da Comissão Diretora, Relator: Senador João Durval, oferecendo a redação para o segundo turno.

3**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 15, DE 2011**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Ricardo Ferraço, que *altera os arts. 102 e 105 da Constituição, para transformar os recursos extraordinário e especial em ações rescisórias*. Parecer nº 1.470, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloysio Nunes Ferreira, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (substitutivo), que oferece.

4**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, DE 2009 - COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2009- Complementar (nº 59/1999-Complementar, na Casa de origem, da Deputada Nair Xavier Lobo), que *estende a estabilidade provisória prevista na alínea "b" do inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias à trabalhadora gestante, nos casos de morte desta, a quem detiver a guarda de seu filho*. Pareceres favoráveis, sob nºs 2.547 e 2.548, de 2009, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora: Senadora Fátima Cleide; e de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa.

5**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2014**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2014 (nº 3.059/2008, na Casa de origem, do Deputado Carlos Eduardo Cadoca), que *estabelece procedimento alternativo para a concessão de visto de turismo a estrangeiro e altera os arts. 9º, 10 e 56 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980*. Parecer favorável, sob nº 234, de 2014, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jorge Viana.

6**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 787, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 787, de 2009, do Senador Magno Malta, que *obriga as concessionárias de energia elétrica a instalarem, sem ônus adicional, relógios de dupla tarifação para produtores rurais*. Parecer sob nº 1.213, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Kátia Abreu, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7**PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 32, DE 2013**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 32, de 2013, do Senador Cristovam Buarque, que *institui o Grupo Parlamentar Brasil-Azerbaijão e dá outras providências*. Pareceres favoráveis sob nºs 1.176 e 1.177, de 2013, das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Vanessa Grazziotin; e Diretora, Relatora: Senadora Angela Portela.

8**REQUERIMENTO Nº 1273, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.273, de 2013, dos Senadores Eduardo Braga e Luiz Henrique, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 418, de 2012, além das Comissões constantes do despacho, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (direito dos quilombolas à propriedade das terras)*.

9**REQUERIMENTO Nº 1275, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.275, de 2013, do Senador Eduardo Suplicy, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2013, com o Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2008 (que já se encontra apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2009), por regularem matéria correlata (adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante).*

10**REQUERIMENTO Nº 1276, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.276, de 2013, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos (desonera participação do trabalhador no vale-transporte).*

11**REQUERIMENTO Nº 1277, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1277, de 2013, do Senador Cícero Lucena, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos (desonera participação do trabalhador no vale-transporte).*

12**REQUERIMENTO Nº 1315, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.315, de 2013, do Senador Humberto Costa, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 385, de 2009, além das Comissões constantes do despacho, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (remuneração dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate a Endemias).*

13**REQUERIMENTO Nº 1332, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.332, de 2013, do Senador Armando Monteiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos (desonera participação do trabalhador no vale-transporte).*

14**REQUERIMENTO Nº 1337, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.337, de 2013, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 422, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (inclusão do aviso prévio indenizado no salário-de-contribuição).*

15**REQUERIMENTO Nº 1338, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.338, de 2013, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 442, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (denominação de rodovia).*

16**REQUERIMENTO Nº 1344, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.344, de 2013, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 460, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (adicional por serviço penoso ao professor).*

17**REQUERIMENTO Nº 1378, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.378, de 2013, do Senador Alvaro Dias, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 288, de 2012; e 452, de 2013, por regularem matéria correlata (regimes de planos privados de assistência à saúde).*

18**REQUERIMENTO Nº 1394, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.394, de 2013, do Senador Vital do Rêgo, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 336, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (criação do Fundo de Aval para Micro, Pequenas e Médias Empresas).*

19**REQUERIMENTO Nº 1413, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.413, de 2013, do Senador Delcídio do Amaral, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (dispõe sobre o trabalho exercido a distância).*

20**REQUERIMENTO Nº 84, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 84, de 2014, do Senador José Pimentel, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2013, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (dispõe sobre a formação dos professores de educação física).*

21**REQUERIMENTO Nº 85, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 85, de 2014, da Senadora Ana Amélia, que *solicita o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 376, de 2012- complementar, dos Projetos de Lei do Senado nºs 150, de 2005; 90, 180, 298, 414, e 540, de 2007; 66, 72, 265 e 482, de 2008; 12, 128, 175, 229, 230, 243, 248, 302, 315, 350, 450 e 507, de 2009; 21, 75, 538 e 719, de 2011; 113, 135 e 382, de 2012, todos complementares, a fim de que tenha tramitação autônoma (alteram a Lei de Responsabilidade Fiscal).*

22**REQUERIMENTO Nº 113, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 113, de 2014, do Senador Paulo Paim, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 482, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (benefícios relativos ao transporte coletivo no Estatuto do Idoso).*

23**REQUERIMENTO Nº 122, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 122, de 2014, do Senador Ruben Figueiró, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2009 (que já se encontra apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 501, de 2007), com o Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008, por regularem matéria correlata (Lei dos Cartórios).*

24**REQUERIMENTO Nº 124, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 124, de 2014, do Senador Cyro Miranda, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2013, com o Projeto de Lei do Senado nº 728, de 2007, por regularem matéria correlata (honorários advocatícios no âmbito da Justiça do Trabalho).*

25**REQUERIMENTO Nº 130, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 130, de 2014, do Senador Sérgio Petecão, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2011, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (prorrogação de acordo ou convenção coletiva de trabalho).*

26**REQUERIMENTO Nº 170, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 170, de 2014, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 231 e 233, de 2013, por regularem matéria correlata (gratuidade em cursos técnicos oferecidos pelos serviços sociais autônomos).*

27**REQUERIMENTO Nº 172, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 172, de 2014, do Senador Humberto Costa, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 196, de 2009, e 31, de 2010, por regularem matéria correlata (exercício das profissões de pedagogo e psicopedagogo).*

28**REQUERIMENTO Nº 175, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 175, de 2014, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 501, de 2013 - Complementar, além da Comissão constante do despacho de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (incidência do ICMS nos serviços de rastreamento).*

29**REQUERIMENTO Nº 176, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 176, de 2014, do Senador Cyro Miranda, *solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 335, de 2013, de sua autoria.*

30**REQUERIMENTO Nº 192, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 192, de 2014, do Senador Vital do Rêgo, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 40, de 2014 - Complementar, além das Comissões constantes do despacho, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (concessão de incentivos fiscais).*

31**REQUERIMENTO Nº 206, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 206, de 2014, do Senador José Pimentel, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 159, de 2013; e 31, de 2014, por regularem matéria correlata (valor do Salário Mínimo).*

32**REQUERIMENTO Nº 225, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 225, de 2014, da Liderança do Bloco da Maioria, *solicitando urgência, nos termos do art. 336, III, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2014 (cria cargos no STJ).*

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB - MS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 26 minutos.)

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2013
DA COMISSÃO TEMÁTICA DE CONTEÚDOS EM MEIOS DE COMUNICAÇÃO**

**DIA 2 DE DEZEMBRO DE 2013, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 11H,
NA SALA Nº 6 DA ALA SENADOR NILO COELHO**

Ata Circunstanciada da 1ª reunião ordinária de 2013 da Comissão Temática de Conteúdos em Meios de Comunicação do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, realizada em 2 de dezembro de 2013, segunda-feira, às 11h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Coordenação do Conselheiro José Catarino do Nascimento, destinada ao item único: Instalação dos trabalhos e definição da agenda dos trabalhos.

Estiveram presentes os membros: ALEXANDRE KRUEL JOBIM, Representante de empresas da imprensa escrita; FERNANDO CESAR MESQUITA, Representante da sociedade civil; CELSO AUGUSTO SCHRÖDER, Representante da categoria profissional dos jornalistas; JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO, representante da categoria profissional dos radialistas; DANIEL PIMENTEL SLAVIERO, Representante das Empresas de Rádio; LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA, representante das categorias profissionais de cinema e vídeo; COUTINHO, representante da categoria profissional dos artistas; Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação Social LILIANA NAKONECHNYJ, Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação Social; RONALDO LEMOS, Representante da sociedade civil; ROBERTO FRANCO, Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação Social; JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO, Representante da sociedade civil; WRANA PANIZZI, Representante da sociedade civil; MARCIO NOVAES, Representante das Empresas de Televisão; e MARIA JOSÉ BRAGA, Representante da categoria profissional dos jornalistas.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA E REDAÇÃO DE DEBATES LEGI
COORDENAÇÃO DE REDAÇÃO DE DEBATES LEGISLATIVOS NA

Conselho de Comunicação Social (10ª Reunião)

(Texto com revisão.)

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Eu queria consultar o colegiado para saber se já podemos dar início, porque o nosso Presidente foi dar uma entrevista agora.

Não sei se a gente...

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Você é o coordenador, não precisa estar presente o Presidente.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – Você é o Presidente, Conselheiro Nascimento.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Então, o.k. Pelo dito e pelo não dito, declaro aberta esta nossa reunião sobre a Comissão de Produção e Conteúdo.

Eu quero fazer um registro e agradecer a este *staff*. O que esses profissionais fazem para nos orientar e nos ajudar é uma coisa fantástica. Eu tenho certeza de que eu teria muita, mas muita dificuldade para desenvolver parte do trabalho que desenvolvo aqui se não fossem esses profissionais. E aí, sem citar nenhum nome, referendando todos, muito, mas muito obrigado de verdade!

Esta nossa reunião será rápida, eu só vou copiar o que já foi feito e que deu resultado neste momento.

Então, vocês podem observar no nosso quadro que nós temos o PLC 59/2013, da Deputada Jandira Feghali, que fala sobre conteúdo e que regulamenta o inciso III do art. 221 da Constituição Federal, que foi aquilo que nós já discutimos na última reunião e trouxemos para a Comissão de Conteúdo.

Declaro aberta, então, a reunião de hoje sobre a Comissão de Produção e Conteúdo.

Existe o PLS 280/07, do Senador Flexa Ribeiro, que dispõe sobre produção, programação e provimento de conteúdo brasileiro para distribuição por meio eletrônico e dá outras providências.

O PLS 284/89, do Senador Iram Saraiva, que regulamenta o inciso III do art. 221 da Constituição Federal, que dispõe sobre a regionalização da programação jornalística, cultural e artística de rádio e TV.

O PL 1.858/99, do Senador Gerson Camata, na origem PSL 341/99, que dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas concessionárias de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens destinarem, pelo menos, dois minutos diários de sua programação à divulgação de informações sobre os menores desaparecidos.

Por último, há mais um aqui, que são *links* para acesso: o PL 3.979/2000, do Senador Lúcio Alcântara, que dispõe sobre inclusão de legenda oculta na programação das emissoras de televisão, fixa cota mínima de aparelhos de televisão com circuito de decodificação de legenda oculta e dá outras providências.

Eu havia solicitado que fossem remetidos para os demais conselheiros os *links*.

Eu estava até pensando em fazer cópias, mas nesse primeiro momento vamos pensar na admissibilidade, esse é o caminho correto, para ver se nós chegamos num consenso sobre se é isso aqui mesmo, e aí nós partiremos para as subcomissões.

O.k?

Com a palavra, os nobres conselheiros.

Alexandre Jobim.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Conselheiro Nascimento, em primeiro lugar, acho que é esse mesmo o procedimento. Acho que todos os projetos são admissíveis já de cara. Eu só queria colocar um ponto quanto ao PL 1.858, que tem um ponto que seria a obrigatoriedade de dois minutos diários de sua programação, no caso das televisões, na divulgação de informação sobre menores desaparecidos. Eu queria fazer a seguinte proposta: que a Secretaria trouxesse, para ficar no mesmo bojo, todos os projetos de lei que querem fazer destinações da mesma natureza. Porque não é só esse projeto, nós temos projetos de lei, como esse, para menores desaparecidos, não é o único projeto; nós temos projetos para maiores desaparecidos, para médios desaparecidos e para, digamos, a maior infinidade de objetos, ou seja, que fazem com que tenha uma destinação obrigatória por parte dos meios.

Por que eu entendo que tem de ser analisado numa conjuntura? Todos eles individualmente são meritórios, ou seja, é muito importante a questão.

Só que, se pegarmos toda a gama de projetos desse ponto, nós poderemos verificar que existem um sem-número de projetos, se todos eles fossem aprovados não teríamos mais espaço nenhum na televisão. Seriam mais de 20 horas diárias sobre isso.

Então, eu queria, como sugestão, que fossem pesquisados todos os projetos de lei onde há destinação obrigatória por parte dos meios de rádio e televisão para os mais diversos fins.

Fica essa sugestão de encaminhamento.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Estou sendo orientado aqui, que existem 20 apensados nos projetos.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Esses 20 dizem respeito somente a menores desaparecidos. Eu estou indo mais além. Quero deixar claro para a Secretaria: é toda e qualquer destinação. Acho que é objeto da Comissão.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – O.k. Nós teremos tempo para fazer esse levantamento.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Sim, nós estamos na fase de admissibilidade, e eu queria fazer essa sugestão.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Isso. O.k.

Alguém mais?

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – A sugestão do Conselheiro Jobim é pertinente porque, como foi colocado aqui, temos a destinação de dois minutos da programação de divulgação de informação de menores desaparecidos, temos mais dois minutos para a questão dos deficientes audiovisuais, daí mais dois minutos para os índios; então, que sejam colocado e apensados realmente todos esses que fazem destinação de espaço.

Mas minha intervenção é sobre outro ponto, Sr. Presidente. Diz respeito ao que eu levantei na reunião da Comissão de Marco Regulatório. Os três primeiros projetos aqui, da Deputada Jandira Feghali, do Senador Flexa Ribeiro e do Senador Iram Saraiva, tratam da regionalização da programação.

Então, acho que já foi deliberado lá, mas volta reflexão se o tema de regionalização da programação não é pertinente a essa Comissão e não à Comissão de Marco Regulatório. Tanto que está listado aqui como os três primeiros temas tratando disso.

Só para avaliação do Presidente e dos demais Conselheiros.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – O.k.

Acho que, na medida que nós vamos concretizando e fazendo com que o trabalho surta um efeito mais pragmático, ou seja, de montar as comissões, acho que vai nos dar uma oportunidade maior.

No meu entendimento, nós vamos discutir se iremos remeter para cá ou não.

Acho que já contempla a preocupação do nobre Conselheiro.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – Só para não fazer duas análises, uma aqui e outra lá, obviamente.

O SR. ROBERTO FRANCO – Conselheiro, vou na mesma direção da observação do Conselheiro Daniel, no seguinte aspecto: nós estamos tratando da admissibilidade. Eu acho que aqui a admissibilidade dos dois últimos itens está muito clara.

Na questão da destinação de horários, ficou apenas a observação feita pelo Conselheiro Jobim e pelo Conselheiro Daniel, que deveríamos olhar todos os projetos que destinam horário para a televisão, a qual eu corroboro. Agora, os três primeiros itens de regionalização, para podermos torná-los admissíveis nesta Comissão, temos que rever a admissibilidade desse tema na outra Comissão.

Então, sugiro que coloquemos em pauta de imediato a discussão de se a regionalização é afeita a esta Comissão ou se à Comissão de Marco Regulatório, como havíamos decidido há pouco, até porque, caso contrário, ficaremos apenas com dois temas nessa comissão. Por isso, acho de extrema importância e relevância que a gente priorize essa discussão.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – O.k. Conselheira Maria José.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Duas questões, Sr. Presidente: na primeira reunião da Comissão de Marco Regulatório, dois projetos de lei não foram admitidos como pertinentes para discussão na Comissão de Marco Regulatório, um projeto de lei e uma PEC, a PEC 24, do Senador Cristovam Buarque, que dá nova redação ao art. 205 da Constituição para deixar expresso que educação é dever dos meios de comunicação. Quando não se admitiu na Comissão de Marco Regulatório, não houve uma indicação para qual Comissão o projeto deveria ser encaminhado. Eu creio que cabe na Comissão de Conteúdo.

Do mesmo jeito, o PLC nº 79, do Deputado Lincoln Portela, que dispõe sobre as diretrizes gerais da política pública para promoção da cultura da paz, Estatuto da Paz. Então, como se trata de produção, de promoção, também creio que a gente poderia avaliar se não cabe na Comissão de Conteúdo.

Em relação aos três projetos que tratam da regionalização da produção, acho que já discutimos bastante na Comissão de Marco Regulatório e creio que não houve, na discussão da Comissão de Marco Regulatório, nenhuma objeção a que essa discussão se fizesse lá, principalmente porque estaremos tratando da regulação da proporção da programação, e não do conteúdo propriamente que vai estar contido nessa programação.

Então, creio que cabe sim permanecer na Comissão de Marco Regulatório.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – O.k. Estou entendendo que nós vamos conseguir resolver essas questões a partir do ano que vem. Acho que aí a gente dá conta. Nesse momento estamos pontuando as dificuldades ou as facilidades de entrar nessa ou naquela comissão.

Então, espero que a gente aguarde as manifestações futuras. Já existem comissões formadas para encaminhar essas propostas, se acha ou não... Então, vamos aguardar primeiro.

Não tenho aqui, neste momento, nenhum entendimento de que é esse o momento em que vamos resolver se vai entrar ou não, respeitando as demais comissões que se posicionaram, algumas contra e outras favoráveis.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Conselheiro Nascimento, nós discutimos, ainda há pouco, a formação de cinco comissões de relatoria na Comissão de Marco Regulatório. Uma dessas comissões de relatoria é justamente a Comissão que vai tratar da regionalização da produção artística, cultural e jornalística, conforme definido na Constituição Federal. Inclusive, definimos a composição dessa Comissão de Relatoria, em que, coincidentemente, estou eu, a Conselheira Liliana e o Conselheiro Jorge Coutinho.

Então, creio que, no âmbito da Comissão do Marco Regulatório, não houve, vamos dizer assim, dúvidas em relação à pertinência de esse tema ser tratado lá.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Bom, peço ajuda aos demais Conselheiros com relação à proposta da Conselheira Maria José.

Pois não, Roberto.

O SR. ROBERTO FRANCO – Minha colocação, Maria José, não foi de mérito, propondo se deveria estar numa Comissão ou noutra. Eu apenas levantei a questão de que, em estando em uma, não deveria estar em outra, correto?

Houve a decisão de instalar, porém, como está proposto aqui, estou colocando que, para podermos admitir a admissibilidade deste tema nesta Comissão, obrigatoriamente deveríamos rever a da outra, e não estou nem discutindo a Comissão de Relatoria.

Por outro lado, quando vemos aqui a Comissão Temática de Produção de Conteúdo, eu estava passando a vista aqui rapidamente, nos temas eleitos designados a esta Comissão, temos: classificação indicativa na programação de rádio e TV, que também está lá discutido no Marco Regulatório; respeito à regionalização da produção cultural e artística; respeito à produção da cultura nacional e regional e estímulo à condução.

Então, nesse processo de aprendizado em que todos estamos, de discutir as comissões, eu acho que cabe aqui, sim, discutirmos se esse tema é afeito a uma comissão ou a outra, sem antecipar o mérito de minha opinião pessoal, que deveria estar em uma ou outra.

Como disse na reunião passada, se levarmos ao pé da letra, tudo o que tratamos aqui é marco regulatório. O que nós estamos vendo é se existe alguma comissão temática que abrace mais adequadamente um tema ou outro, ou deixarmos aqueles temas para os quais não haja comissão ou que realmente forem mais amplos na Comissão do Marco Regulatório.

Apenas provoquei a discussão para que tenhamos essa clareza.

Concordo também que temos de encontrar um caminho para outros temas que ficaram fora da Comissão de Marco Regulatório, assim como devemos deliberar da admissibilidade, nesta Comissão, dos temas levantados pela Conselheira.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Conselheiro Jobim.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Eu vou tentar dar uma proposta de encaminhamento, meu caro Nascimento, que considero muito simples. Acho que temos de analisar se fica a regionalização aqui ou não. Na minha opinião pessoal – adiantando –, nós deliberamos, conforme colocou a Conselheira Maria José, que admitimos e criamos uma comissão que já estabelece a priorização.

Eu acho que seria o caso, então, de não admitirmos esse tema aqui, o que não significa dizer que não diz respeito a conteúdo, mas é porque nós já criamos uma comissão de relatoria lá na outra comissão. É somente por isso. Não é o caso de disputa, até porque estamos juntos na mesma comissão.

Considerando este ponto de criamos comissão de relatoria, isso não impede que essa Comissão venha interagir com a outra Comissão no momento oportuno, seja por algum ponto que queira agregar ou não.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – O.k.

Conselheira Maria José, você acha que está bom assim, que está adequado? Qual é a sua proposta?

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Sim, Conselheiro Nascimento. Eu acho que o Conselheiro Alexandre Jobim encaminhou no sentido que eu tinha colocado de que nós já admitimos o tema na Comissão de Marco Regulatório e já temos uma comissão de relatoria constituída. Então, não precisamos voltar ao tema, inclusive para deliberar onde ele vai ser tratado, porque ele já foi admitido na Comissão de Marco Regulatório.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – O.k.

Pelo que estou entendendo, então, nós vamos agora formar comissões. Perfeito?

Quem se dispõe? Pelo que nós temos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROBERTO FRANCO – Sr. Presidente!

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Diga.

O SR. ROBERTO FRANCO – Sr. Presidente, tomada essa decisão, os três primeiros projetos saem desta Comissão, ficam apenas os dois últimos

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Sim.

O SR. ROBERTO FRANCO – E há outros projetos que a Conselheira Maria José enumerou cuja admissibilidade eu acho que devemos, primeiro, discutir, para, então, eleger as comissões de todos. Quer dizer, há três projetos que, se ela puder repetir quais eram, seria interessante para nós, primeiro, julgarmos a admissibilidade.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Eu citei dois.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – O PL nº 24 e o PLC nº

79?

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Não. A PEC nº 24...

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Perdão, a PEC.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Eu falei projeto de lei, mas, na verdade, é uma PEC de autoria do Senador Cristovam Buarque, de 2008, que dá nova redação ao art. 205 da Constituição Federal para deixar expresso que a educação é dever também dos meios de comunicação social.

E o PLC nº 79, de 2012, de autoria do Deputado Lincoln Portela, que dispõe sobre as diretrizes gerais da política pública para a promoção da cultura da paz e dá outras providências.

Repito. Esses dois projetos não foram admitidos na Comissão de Marco Regulatório, e, na ocasião, nós não fizemos o encaminhamento para qual comissão...

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Não fez nenhuma indicação.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Não fizemos nenhuma indicação para qual comissão eles deveriam ser encaminhados.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Perfeito.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – O seguinte nós fizemos, que é: dispõe sobre a obrigatoriedade de mensagem estimuladora do exercício da cidadania na publicidade dos serviços e obras realizadas pelos órgãos públicos federais. Na ocasião, nós consideramos que deveria ir para a Comissão de Publicidade, e não para a de Conteúdo, o PLC 5, de 2006, da Deputada Luiza Erundina. Mas esse nós já encaminhamos para a Comissão de Publicidade, certo?

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Mas não está aqui. Isso.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Então, os dois nós não encaminhamos, e eu creio que devemos discutir a admissibilidade aqui na Comissão de Conteúdo.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Então, nós podemos substituir os três pelos dois. Seria isso.

Alguém é contra ou a favor? Mantenham-se... *(Pausa.)*

Então, vamos ter o PL 1.858, o 3.979, a PEC 24 e o PLC 79, o.k?

Agora, já podemos definir as subcomissões.

Alguém se manifesta?

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Acho que devia fazer o encaminhamento uma por uma, colocando... Essa é minha sugestão. Aí se formam as subcomissões.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Vou começar de baixo para cima.

O PL 3.979, do Senador Lúcio Alcântara, que dispõe sobre inclusão de legenda oculta na programação das emissoras de televisão, fixa cota mínima de aparelhos de televisão com circuito de decodificação de legenda oculta e dá outras providências.

O SR. ROBERTO FRANCO *(Fora do microfone.)* – Eu posso participar.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Roberto. Quem mais?

O SR. ROBERTO FRANCO – Dos trabalhadores e sociedade civil.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – É. *(Pausa.)*

O SR. RONALDO LEMOS – Pode me inscrever?

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Ronaldo.

O SR. RONALDO LEMOS – Sim.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Vou colocar o meu nome aqui para não demorar muito.

O PL 1.858...

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Sr. Presidente, como é que ficou a Comissão?

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Roberto Franco, Ronaldo e Nascimento.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Vamos ao PL 1.858/99.

Os empresários ou começamos com os trabalhadores.

O SR. ROBERTO FRANCO – O Daniel está ausente aqui. Mas seria interessante ele?

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Está inscrevendo?
(Risos.)

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Coloca o Daniel.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Daniel.

Eu tenho Luiz, dos trabalhadores, nesse 1.858? (Pausa.)

Luiz Gerace.

Sociedade civil?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Quem? Na próxima reunião, vou trazer um laço.

O SR. ROBERTO FRANCO (Fora do microfone.) – O Daniel, o Gerace e...?

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Por enquanto só o Daniel e o Gerace.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Maria José vai querer.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Não sou da sociedade civil.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Não, mas é sociedade civil.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM (Fora do microfone.) – Tem que ser da sociedade civil?

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Sim, temos trabalhadores, empresários e sociedade civil.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – O Ronaldo, de novo.

O SR. RONALDO LEMOS – Olha, topo. Pelo visto, vou estar em todas as sub-relatorias. Fazendo essa ressalva, tudo bem, eu aceito.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – O.k, com ressalva.

Agora, a PEC 24.

A SRª WRANA PANIZZI (Fora do microfone.) – Eu.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – O.k. Sociedade civil: Wrana Panizzi.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM (*Fora do microfone.*) – Eu me proponho.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Jobim. (*Pausa.*) Maria José.

Começou a andar o negócio.

E o PLC 79, sobre a Cultura da Paz, do Lincoln Portela, de Belo Horizonte. (*Pausa.*)

Começamos? Nascimento.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Márcio?

Sociedade civil. (*Pausa.*)

Presidente, o senhor falou alguma coisa?

O SR. FERNANDO CESAR MESQUITA – Não. Eu só tenho uma consulta ao Franco. Eu queria que ele explicasse, se fosse permitido, sobre este projeto: “inclusão de legenda oculta na programação das emissoras de televisão, fixa cota mínima de aparelhos de televisão com circuito de decodificação de legenda”.

Eu não entendi nada disso aqui.

O SR. ROBERTO FRANCO – Assim de supetão? (*Risos.*)

O SR. FERNANDO CESAR MESQUITA – Você é o engenheiro de notório saber.

O SR. ROBERTO FRANCO – Inclusive este trabalho nós temos que dar uma atualizada porque já existe lei de acessibilidade direcionada à ABNT, que é uma norma brasileira. Nós precisamos ver se esse trabalho já não está contemplado numa lei. Então, primeiro, a gente vai ter que fazer uma triagem, fazer um cotejamento para entender se há alguma novidade aqui ou se ele já está atendido pela legislação atual.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Uma lei de 2006, não?

O SR. ROBERTO FRANCO – Já existe lei, já existe portaria ministerial, com prazos, tanto do Ministério da Justiça quanto do Ministério das Comunicações. Então, a gente vai ter que buscar a lei, que, se eu não me engano, é de 2006, e as portarias para fazer um cotejamento. Talvez já esteja vencida esta matéria, mas aí nós analisamos e encerramos de uma vez por todas, ou trazemos aqui as novidades que ela apresenta.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – O.k. Então, Presidente, posso colocar o nome do senhor?

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA – Sim, claro.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Então, ficou, no PLC 79, da Cultura e da Paz: Nascimento, Márcio e Mesquita.

Agora o mais fácil: os coordenadores, os responsáveis.

No PLC 3.979/2000: Ronaldo, Roberto e Nascimento. (*Pausa.*)

Coordena? Está se candidatando a coordenar?

O.k. Roberto coordenador.

No PL 1.858, de 1999: Ronaldo, Daniel e Luiz.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – A gente podia aproveitar a ausência do Daniel e colocá-lo. *(Risos.)*

O SR. RONALDO LEMOS – Concordo com a sugestão do Conselheiro Jobim.

O SR. ROBERTO FRANCO – Seguindo os bons princípios democráticos, indicamos o Daniel.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – O.k.

A PEC 24: Jobim, Maria José e Wrana. Quem? *(Pausa.)*

A SRª WRANA PANIZZI – Eu fico.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Wrana.

PLC 79, Cultura da Paz: Nascimento, Márcio e Mesquita.

O SR. ROBERTO FRANCO – Nosso Presidente Mesquita está escondido à frente.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – É o PLC 79, que fala da Cultura da Paz, do Lincoln Portela, de Minas.

O.k.

A pergunta que eu faço: existe algum outro projeto que os nobres Conselheiros queiram colocar em pauta para admissibilidade?

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Nascimento, eu acho que sempre vai existir. A gente fez um primeiro levantamento, eu acho que inclusive em todas as outras comissões vai haver... A pauta deste Conselho não acaba. Pode ser que haja projetos novos. Penso que a gente devia se ater a esses que você e a Conselheira Maria José levantaram, e a gente dar conta desse trabalho. E, na eventualidade de aparecerem os novos, seria deliberada a admissibilidade de criação de novas relatorias. É assim que eu iria propor.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – O.k. Vamos priorizar então? *(Pausa.)*

O.k. Aberto a sugestões.

Eu acho... Eu não sei, Roberto, esse 3.979, a gente poderia dar uma priorizada nele.

O SR. ROBERTO FRANCO – Sem nenhum problema. Eu acho que esse, como disse a minha intuição, é pauta vencida, mas aí nós podemos fazer esse trabalho sem nenhuma objeção à prioridade.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Só uma consulta, Roberto. Nele está incluída aquela questão das pessoas que não enxergam?

O SR. ROBERTO FRANCO – Eu não conheço esse projeto...

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Pois é. Há um que fala...

O SR. ROBERTO FRANCO – O de acessibilidade trata tanto os deficientes visuais quanto auditivos.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – É.

O SR. ROBERTO FRANCO – A Lei de Acessibilidade em vigor, que remete à ABNT, e que existe portaria do Ministério das Comunicações e da Justiça, trata da questão da acessibilidade a deficientes visuais, que contém audiodescrição e trata dos deficientes auditivos onde tem a legenda oculta. Eu acredito que esse projeto provavelmente está vencido pela lei em vigor e pelas portarias ministeriais. Não posso antecipar, não conheço a fundo esse Projeto 3.979, aliás, só conheço aqui essa ementa, mas acredito que haverá tempo suficiente para análise e apresentação na próxima reunião.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Pois é. Há um clamor da sociedade...

O SR. ROBERTO FRANCO – Ele é mais antigo do que a lei.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Há um clamor da sociedade com relação a essa questão da audiodescrição e tenho certeza de que vai abrir mais campo de trabalho porque terá de haver um profissional para falar para o deficiente audiovisual.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Seguramente.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Então, tiramos aqui os projetos e tal.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Por uma questão de curiosidade, lembro que, na época da discussão desse projeto, havia uma ementa, uma proposta que queria colocar legenda oculta para rádio, e aí fica meio difícil, mas teve um Parlamentar lá que apresentou isso. (*Risos.*)

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Esse Parlamentar é de Minas? Não, não é. Foi bom não lembrar de onde ele é. Foi bom.

Roberto.

O SR. ROBERTO FRANCO – Eu gostaria de dar uma sugestão aqui, até pela ausência do Daniel. Nesse item do Projeto 1.858, como foi levantado pelo Conselheiro Jobim, por mim e pelo Conselheiro Daniel, existem diversos outros projetos de destinação de tempo para alguma causa, para alguma entidade, algo desse tipo. Acho que o primeiro trabalho desta Subcomissão seria tentar fazer uma triagem, um levantamento completo de todos esses projetos para que na próxima reunião nós pudéssemos discutir se há admissibilidade, tentar definir o escopo de trabalho desta Comissão, para que eles possam trabalhar o relatório em cima de algo mais concreto. Porque hoje nós conhecemos só este projeto que aqui está relacionado com o que está apenso a ele, mas acho que seria já um bom ritmo se esta Subcomissão conseguisse fazer um levantamento mais aprofundado e trazer para que nós pudéssemos apreciar na próxima reunião.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – O.k. Eu tenho uma preocupação porque a única Comissão que ainda não foi constituída, da forma como foi o Marco Regulatório, a Liberdade de Expressão e agora o Conteúdo, é Publicidade e Propaganda.

O SR. ROBERTO FRANCO (*Fora do microfone.*) – Publicidade e Tecnologia.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – E Tecnologia, perdão; Publicidade e Tecnologia.

Eu fico imaginando se a gente poderia realizar a próxima reunião da mesma forma que fizemos hoje, as 3.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Acho que sim, Presidente. Para que as outras comissões venham a atrapalhar essa dinâmica, elas têm que se apresentar para as reuniões. Ainda não o fizeram. Acho que a gente tem que tomar a dianteira e marcar as reuniões.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Perfeito. Estou sugerindo, então, que a próxima reunião seja no dia 10.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Deduzido o espaço que o Conselheiro Cançado me tirou da Comissão, agregar ao meu. Estou brincando.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Está certo. Então ficamos assim e na mesma proporção. Ou quer mudar? Quer Marco Regulatório primeiro? Numa postura mais democrática.

(Intervenção fora do microfone)

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Seria da seguinte forma: Marco Regulatório e depois viria... Não, primeiro Liberdade de Expressão em vez de Marco Regulatório; Marco Regulatório e Conteúdo. E depois a gente vai alternando.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Se quiserem.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Pode ser assim? *(Pausa.)* Então está certo.

No próximo encontro, então, a primeira reunião será Liberdade de imprensa.

Pois não.

A SRª WRANA PANIZZI – Na próxima reunião será o quê? Qual é a pauta?

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – A pauta da próxima reunião.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Nós já elencamos pelo menos uma até agora, porque ninguém falou nada.

A SRª WRANA PANIZZI – Foi o que o Roberto colocou.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Foi o PL nº 3.979. Vai fazer o levantamento e tal. O.k?

A SRª WRANA PANIZZI – O.k.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Ninguém se manifestou quanto a nenhum outro ponto.

Para não ficar cansativo, a gente vai...

A SRª WRANA PANIZZI – Está bem. Perfeito.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – O tempo da reunião vai dar legal. O.k?

Alguém mais... Algum Conselheiro quer manifestar mais alguma coisa? *(Pausa.)*

Declaro, então, encerrada...

Pois não.

O SR. ROBERTO FRANCO – Apenas parabenizar também pelo bom uso do tempo.

DOCUMENTOS PERTINENTES À 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2013 DA COMISSÃO TEMÁTICA DE PRODUÇÃO E CONTEÚDO, REALIZADA EM 2 DE DEZEMBRO DE 2013, A SEREM PUBLICADOS JUNTAMENTE COM A ATA, NO DIÁRIO DO SENADO FEDERAL.

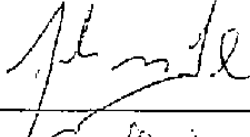




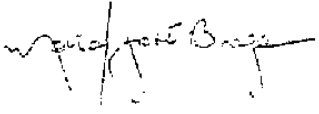
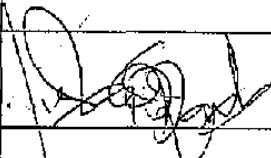



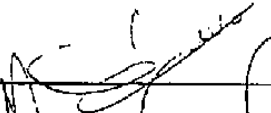
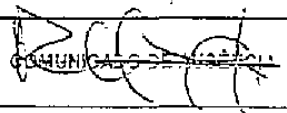

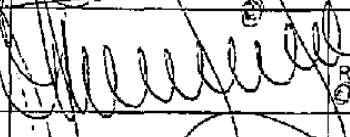
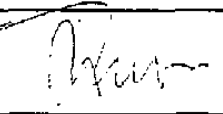

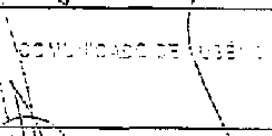
1. Lista de presença (01 folha); e

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
COMISSÃO TEMÁTICA DE PRODUÇÃO DE CONTEÚDO

**1ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 2 DE DEZEMBRO DE 2013, ÀS 11H,
 NO PLENÁRIO Nº 6 DA ALA SENADOR NILO COELHO**

LISTA DE PRESENÇA

COORDENADOR: JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO

MEMBROS	ASSINATURA	MEMBROS	ASSINATURA
ALEXANDRE KRUEL JOBIM Representante de empresas da imprensa escrita		LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo	
CELSO AUGUSTO SCHRÖDER Representante da categoria profissional dos jornalistas		MARCIO NOVAES Representante das empresas de televisão	
DANIEL PIMENTEL SLAVIERO Representante das empresas de rádio		MARIA JOSÉ BRAGA Representante da categoria profissional dos jornalistas	
D. ORANI JOÃO TEMPESTA Representante da Sociedade Civil		MIGUEL ANGELO CANÇADO Representante da Sociedade Civil	
FERNANDO CESAR MESQUITA Representante da sociedade civil		PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA Representante da sociedade civil	
GILBERTO CARLOS LEIFERT Representante das empresas de televisão		ROBERTO FRANCO Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social	
JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO Representante da sociedade civil		RONALDO LEMOS Representante da sociedade civil	
JORGE COUTINHO Representante da categoria profissional dos artistas		WALTER VIEIRA CENEVIVA Representante das empresas de rádio	
JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO Representante da categoria profissional dos radialistas		WRANA PANIZZI Representante da sociedade civil	
LILIANA NAKONECHNYJ Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social			
LOURIVAL SANTOS Representante de empresas da imprensa escrita			

VISTO:

COORDENADOR

em 2 de dezembro de 2013.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Eu sempre digo que uma reunião como esta só tem esse êxito por conta do plenário. Se não for o plenário, pode ter o melhor condutor aqui, não vai dar conta. Se tivesse Nascimento lá, provavelmente teria problemas.

Então eu agradeço a todos vocês.

Está encerrada a reunião de hoje.

(Iniciada às 11 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 52 minutos.)

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2014

**DIA 17 DE MARÇO DE 2014, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9H,
NO PLENÁRIO Nº 6 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA**

Ata Circunstanciada da 2ª reunião ordinária de 2014 do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, realizada em 17 de março de 2014, segunda-feira, às 14h, na Sala nº 6 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Conselheiro Dom Orani João Tempesta, destinada aos seguintes itens: Item 1 – Abertura da Reunião e Leitura do Expediente; Item 2 – Manifestação do Conselheiro Nascimento Silva a respeito da agressão sofrida por radialista na Bahia, bem como da situação dos funcionários da EBC (Empresa Brasileira de Comunicação), em Brasília; Item 3 – Manifestação do Cons. Celso Augusto Schröder acerca da Carta s/nº da Abepec, datada de 7 de fevereiro de 2014, distribuída ao Conselho por meio da Presidência do Congresso Nacional, e que traz considerações sobre a faixa dos 700 MHz, bem como das implicações da Audiência Pública do CCS, que tratou do tema em sua 10ª Reunião Ordinária de 2013, ocorrida em 2 de dezembro daquele exercício; Item 4 – Discussão do tema “programa A Voz do Brasil”, objeto do PLS 19/2011, da Senadora Marinor Brito, e do PL 595/2003, da Deputada Perpetua Almeida (com Substitutivo do Senado Federal); Item 5 – Continuação do relato das atividades desenvolvidas pelas Comissões Temáticas (Comissão do Marco Legal e Regulatório); Item 6 – Audiência Pública tratando do tema “Violência contra Jornalistas, Radialistas e outros comunicadores”, com a participação de Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Cardozo; de Sua Excelência a Senhora Ministra-Chefe da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário; do Conselheiro Luiz Cláudio Silva Allemand, representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); do Senhor Luis Roberto Antonik, Diretor-Geral da Associação Brasileira de Empresas de Rádio e Televisão – ABERT, representante das empresas de comunicação; e do Senhor Celso Augusto Schröder, da Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ), representante do

segmento dos trabalhadores da comunicação; e Item 7 – Assuntos Gerais e Comunicações dos Conselheiros. Estiveram presentes os Srs. Conselheiros Titulares: DOM ORANI JOÃO TEMPESTA, Presidente; FERNANDO CESAR MESQUITA, Vice-Presidente; ALEXANDRE KRUEL JOBIM, representante de empresas da imprensa escrita; JORGE COUTINHO, representante da categoria profissional dos artistas; JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO, representante da categoria profissional dos radialistas; LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA, representante das categorias profissionais de cinema e vídeo; RONALDO LEMOS, representante da sociedade civil; CELSO AUGUSTO SCHRÖDER, representante da categoria profissional dos jornalistas e JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO, representante da sociedade civil. Estiveram presentes, também, os Conselheiros Suplentes: LILIANA NAKONECHNYJ Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social, em substituição ao Conselheiro ROBERTO FRANCO E DANIEL PIMENTEL SLAVIERO, representante das empresas de rádio, em substituição ao Conselheiro WALTER VIEIRA CENEVIVA; MÁRCIO NOVAES, representante das empresas de televisão, em substituição ao Conselheiro GILBERTO CARLOS LEIFERT; WRANA PANIZZI, representante da sociedade civil, em substituição ao Conselheiro MIGUEL ANGELO CANÇADO; e MARIA JOSÉ BRAGA, representante da categoria profissional dos jornalistas.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Havendo número legal, nos termos do art. 6º da Lei nº 8.389, de 1991, declaro aberta a 2ª Reunião Ordinária de 2014 do Conselho de Comunicação Social, que, conforme pauta anteriormente enviada, se destina a:

- 1) Abertura da reunião e leitura do expediente;
- 2) Manifestação do Conselheiro Nascimento Silva a respeito da agressão sofrida por radialista na Bahia, bem como da situação dos funcionários da EBC (Empresa Brasileira de Comunicação) em Brasília;
- 3) Manifestação do Conselheiro Celso Augusto Schröder acerca da carta da Abepec, datada de 7 de fevereiro de 2014, distribuída ao Conselho por meio da Presidência do Congresso Nacional, e que traz considerações sobre a faixa dos 700MHz, bem como das implicações da audiência pública do Conselho de Comunicação Social, que tratou do tema em sua 10ª Reunião Ordinária de 2013, ocorrida em 2 de dezembro daquele exercício;
- 4) Discussão do tema “Programa A Voz do Brasil”, objeto do PLS 19, de 2011, da Senadora Marinor Brito, e do PL 595, de 2003, da Deputada Perpétua Almeida, com o substitutivo do Senado Federal;
- 5) Continuação do relato das atividades desenvolvidas pelas comissões temáticas, Comissão do Marco Legal e Regulatório;
- 6) Está prevista para hoje à tarde a audiência pública tratando do tema “Violência contra jornalistas, radialistas e outros comunicadores”, com a possível participação de S. Exª o Ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Cardozo, que foi convidado, mas ainda não respondeu, e com as presenças confirmadas de S. Exª a Srª Ministra-Chefe da Secretaria

Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário; do Conselheiro Miguel Angelo Cançado, representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; do Sr. Luis Roberto Antonik, Diretor-Geral da Associação Brasileira de Empresas de Rádio e Televisão (Abert), representante das empresas de comunicação; e do Sr. Celso Augusto Schröder, da Federação Internacional dos Jornalistas, representante do segmento dos trabalhadores da comunicação;

7) Assuntos gerais e comunicações dos Conselheiros.

Encontra-se sobre a mesa da Presidência para deliberação a ata circunstanciada da primeira reunião de 2014, enviada a todos os Conselheiros, com antecedência, por *e-mail*. Não havendo objeção, proponho a dispensa da leitura e discussão. (*Pausa.*)

Os Srs. Conselheiros que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Ata da reunião aprovada.

Comunicação de ausências.

A Secretaria recebeu *e-mail* do Conselheiro Roberto Franco, comunicando a impossibilidade de estar presente, em virtude de motivo alheio à sua vontade.

Sob igual justificativa, o Conselheiro suplente Lourival Santos comunicou a sua ausência.

O Conselheiro suplente Leonardo Petrelli informou encontrar-se no exterior na presente data, impedindo-o de estar aqui presente.

Nós convidamos também os suplentes para estarem aqui hoje oficialmente.

Em tempo, o Conselheiro Walter Vieira Ceneviva comunicou a sua ausência, tendo em vista compromissos imprevistos no mesmo dia, na cidade de São Paulo.

Por fim, temos a comunicação de ausência do Conselheiro suplente José Victor Castiel, em razão de compromissos assumidos na cidade de Porto Alegre.

Passamos ao Expediente.

A Secretaria encaminhou eletronicamente a todos os membros o ofício da Abepec, datado de 19 de fevereiro último, mediante o qual o Presidente daquela entidade, Sr. Pedro Luiz da Silveira Osório, solicita a manifestação deste Conselho em defesa das televisões públicas, nos termos da carta datada de 7 de fevereiro passado e distribuída previamente na primeira reunião ordinária do ano em curso. A matéria será objeto de exposição do Conselheiro Celso Augusto Schröder, sendo encaminhada à discussão tão logo anunciada na atual Ordem do Dia.

No dia 12 de fevereiro último, deu entrada na secretaria o Ofício nº 1, de 2014, do Conselho Curador da EBC, apresentando a Ata da 48ª Reunião, registrando as deliberações realizadas. Também deu entrada na secretaria o Ofício nº 3, de 2014, da mesma fonte, apresentando as deliberações levadas a termo em ata de sua 49ª Reunião Ordinária, realizada no dia 5 de fevereiro de 2014. Com os encaminhamentos, a empresa cumpre o que dispõe o inciso V do art. 17 da Lei nº 11.652, de 1998.

Comunico que em resposta à deliberação tomada por este Conselho em sua primeira reunião ordinária de 2014, foram encaminhados Ofícios nºs 20 e

21, datados de 10 de fevereiro próximo passado, à viúva, familiares e todos os profissionais que compartilharam a questão a respeito do repórter cinematográfico Santiago Ilídio Andrade, vítima fatal de artefato de fogo lançado por manifestantes, quando desenvolvia suas atividades profissionais.

Por último, comunico que foi distribuído a todos os membros o Acórdão nº 384, de 2014, encaminhado pelo Tribunal de Contas da União para a ciência deste Conselho de Comunicação Social. A decisão foi proferida em sessão ordinária de caráter reservado, realizada em 19 de fevereiro do exercício em curso. Os Ministros daquela Corte examinaram relatório de levantamento sobre as ações dos principais atores institucionais na regulação e governança do setor de radiodifusão no Brasil, Ministério das Comunicações e Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), cuja peça identificou possíveis ações futuras de controle externo.

Esses são os avisos que esta Presidência tinha a fazer sobre o acervo recebido e produzido e que se encontra disponibilizado sobre a bancada.

Algum conselheiro gostaria de se manifestar especificamente sobre esses assuntos, antes de passarmos para a Ordem do Dia? (*Pausa.*)

Não havendo manifestações, então, passemos para a Ordem do Dia.

Nós iniciamos com a manifestação do Conselheiro Nascimento Silva a respeito da agressão sofrida pelo jornalista na Bahia, bem como da situação dos funcionários da EBC (Empresa Brasileira de Comunicação), em Brasília.

Convido o Conselheiro Nascimento Silva, para encaminhar o seu relato.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Quero desejar um bom-dia a todas e a todos, em especial ao *staff* que, na medida do possível, nos atende da melhor forma.

Vou começar falando do documento que me foi enviado pelo Sindicato dos Radialistas da Bahia. Eu não fiz um relatório específico, eu vou traduzir a manifestação dos companheiros radialistas da Bahia.

Ele começa assim:

“É inaceitável, em pleno século XXI, ainda sermos surpreendidos com os fantasmas do passado, com as práticas nazistas do coronelismo baiano, marca maldita de épocas na imprensa baiana, que se perpetua até hoje, a de sonhar que estamos livres das sombras temerosas do passado.

Nada mudou com o surgimento de tantas evoluções tecnológicas e das mais variadas ferramentas instantâneas. Acreditávamos na intimidação a qualquer iniciativa perversa contra os radialistas, sejam elas profissionais ou comunicadores comunitários de veículos alternativos.

Lamentavelmente, nós, radialistas, que representamos uma das mais significantes profissões da comunicação brasileira, espalhados pelos quatro cantos da Nação, responsáveis por diversos setores dentro das mais ou menos importantes emissoras de rádios, TVs, jornais, produtoras, assessorias de comunicação, Poder Público, empresas privadas e até mesmo parlamentares, continuamos a sofrer com as desgraças do passado.

A situação vem se proliferando cada vez mais no Estado da Bahia, só alternam os personagens das barbáries praticadas contra a imprensa baiana, isso independente do veículo, seja emissora de rádio, TVs, jornais ou mídias alternativas.

No velho cenário das injustiças, o justiceiro da vez foi o advogado José Caetano, da cidade de Saúde, Bahia. Ofendido com a publicação de uma nota na Rádio Paiajá FM pelo radialista Ribeiro Sousa, o advogado-xerife, acompanhado de capangas, invadiu a residência do radialista, agredindo-o com socos das mais variadas formas,

além de ameaçar todos os seus familiares da forma mais covarde. Que exemplo de defensor da ordem!

Na contramão da profissão, mas no exercício do desrespeito aos princípios, por juramento, de garantia e preservação da ordem e defesa da cidadania, rasgou todos os conceitos constitucionais dos direitos humanos e judiciais do País, impondo sua própria lei e o grau da acusação, sem oferecer direito à defesa, além de determinar o julgamento, o castigo e a condenação por conta própria.

Como se não bastassem as impunidades, até mesmo nas catástrofes, sofremos com a incidência da própria mídia em persistir no menosprezo à profissão dos radialistas, sempre titulando os profissionais como jornalistas nas matérias.

'Vaidade, de vaidade, tudo é vaidade' (Salomão).

Chega de crimes, chega de agressões, chega de ameaças e de impunidades a radialistas ou a qualquer profissão, diga 'não' aos opressores, diga 'não' aos chicotes, diga 'não' aos coronéis da impunidade. O Brasil não precisa de justiceiros na comunicação."

Everaldo, Presidente do Sindicato dos Radialistas da Bahia.

Aqui está a imagem e a nota do radialista: "Radialista é agredido por advogado com soco no olho".

Eu havia pedido, não foi possível mandar com antecedência, peço desculpa a todos os Conselheiros, mas já pedi aqui para que até o final desta nossa reunião essa constatação seja entregue a cada um de vocês.

Com relação à EBC, eu estou aguardando até hoje um documento para externar aqui a preocupação com relação à EBC, e, infelizmente, o Sindicato dos Radialistas de Brasília não teve tempo. Não sei o que aconteceu, não sei se foi o meu e-mail que teve problema, enfim, não chegou. Mas eu gostaria muito que, na próxima reunião, se possível, colocássemos essa questão da EBC.

Se o companheiro Schröder tiver alguma coisa para falar, porque isso também atinge os jornalistas, seria interessante. Se não, aguardo a manifestação do sindicato, porque, querendo ou não, não posso aqui emitir nenhuma opinião própria – apesar de que nós, muitas vezes, o fazemos.

É importante que as instituições, que a sociedade civil organizada, de forma geral, se manifeste para que nós tomemos os encaminhamentos aqui possíveis para o colegiado.

Então, essa é a primeira intervenção que faço no dia de hoje, Presidente.

Obrigado e bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Obrigado, Conselheiro Nascimento Silva.

Quanto à questão da EBC, nós aguardaremos, então, uma manifestação do sindicato para outra ocasião. Não seria tratada hoje. Hoje, apenas a questão a respeito da agressão sofrida por radialista na Bahia.

Pergunto se alguém se inscreve para se manifestar.

Conselheiro Celso Schröder?

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Obrigado, Presidente.

Esse relato que o radialista da Bahia faz é um relato que, infelizmente, está dentro, digamos, de uma série de ações e acontecimentos de que vamos tratar à tarde. Então, eu proporia... Inclusive, estava previsto, eu ia referir-me a esse caso à tarde. Então, eu proporia que incorporássemos, Nascimento, esse debate e qualquer manifestação que fizéssemos ao rol da audiência pública, em que vamos tratar de jornalistas, radialistas, blogueiros, enfim, de todos os comunicadores agredidos, mortos ao longo desse tempo.

Estamos fazendo uma ação já bastante detalhada sobre isso a partir do relatório apresentado pela nossa Conselheira Wrana Panizzi. Então, eu proporia que fizéssemos o debate inclusive à tarde.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Há mais algum Conselheiro que queira se manifestar? *(Pausa.)*

O Conselheiro Nascimento Silva concorda com isto: passarmos esse assunto para continuarmos o debate à tarde?

O SR. NASCIMENTO SILVA – Sr. Presidente, estou sendo porta-voz de um fato. Então, de forma alguma vou querer dificultar os trabalhos desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Alexandre Jobim?

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Só um questionamento.

Entendi muito bem a proposta do Schröder. Estou completamente de acordo, e o Nascimento concordou. Eu queria só entender qual é o objeto de o Conselheiro Nascimento trazer isso aqui: se é discutirmos, se é fazermos algo... Estou de acordo, quero deixar claro. Acho um absurdo, acho um retrocesso isso que um advogado fez contra um radialista – não quer dizer que seja um representante da Ordem dos Advogados do Brasil, isso quero deixar muito claro, da mesma forma que não está lá representando uma instituição, obviamente. Mas eu queria saber qual é o objeto de o Conselheiro Nascimento trazer esse tema, o que ele espera do Conselho, qual é a proposta dele.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Como sempre, Conselheiro Jobim, manifestação deste Colegiado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NASCIMENTO SILVA – Só estou lhe respondendo. Manifestação, como foi feita a manifestação do Conselheiro Celso Schröder e como estão sendo feitas as suas considerações, os seus questionamentos. O objetivo é esse.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Justamente, é para entender qual é o requerimento da apresentação. Só para entender. Não tenho absolutamente nada a questionar.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – O Conselheiro Monteiro Filho quer falar?

O SR. JOÃO MONTEIRO FILHO – *(Fora do microfone. Inaudível.)* O Conselho deveria dar uma sugestão, em minha opinião, às autoridades competentes lá da Bahia para que realmente analisem esse atrito que está havendo com relação aos comunicadores. Surgindo, e eles percebendo que, pelo menos, esse assunto foi trazido aqui, a uma reunião do Conselho do Senado Federal, já haveria alguma repercussão, para que eles pudessem entender que agressão não é admitida em nenhum ponto do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Obrigado. Conselheiro Miguel Cançado?

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Bom dia a todos os integrantes do colegiado, aos servidores, enfim, a todos.

Presidente, não tendo podido estar aqui na sessão passada, o que foi devidamente justificado, digo da minha alegria de estar aqui hoje.

Quanto a esse tema, pertinente à provocação, à consulta e à indagação feita pelo Conselheiro Jobim, para saber qual é a ideia – e o

Conselheiro Nascimento já esclareceu –, este é um fato específico e isolado. Claro que contra as agressões, os fatos contra jornalistas, radialistas, assim como ocorre com relação a advogados – e aqui vejo um advogado envolvido no episódio específico, casual –, a Ordem se insurge e é natural que as entidades o façam e o façam com voz firme. Mas o Conselho precisa analisar se é o caso de, por um fato específico, fazer uma manifestação genérica, uma manifestação que não diga respeito a essa desavença – parece que li aqui, em rápida observação, o material que o diligente Conselheiro Nascimento apresenta; há uma desavença mesmo entre o radialista agredido e esse advogado –, para que isso não se desdobre em uma manifestação pública, geral, como se fosse um fato genérico. Acho que precisa ser uma manifestação analisada sob esta ótica: se vamos nos manifestar sobre esse caso ou sobre agressões a radialistas e jornalistas em geral. E aí não sei se é na sessão pública mesmo que vamos debatê-lo.

Aproveito – só para concluir, Presidente, desculpe – para dizer o seguinte: V. Ex^a me apresenta agora...

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Chegou um e-mail já.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – ...essa designação do Presidente, com quem estive ontem à noite. Certamente vivemos lá, no momento, alguns problemas. E no início da tarde, eu havia justificado a minha impossibilidade de estar aqui à tarde, porque hoje também há sessão do Conselho Federal e há um processo de significativa relevância lá, do qual sou Relator. Passei a última sexta-feira em Campo Grande, em diligências que preciso relatar ao Conselho pleno da OAB hoje. Então, não tenho condições alguma, até mandei uma mensagem lá para checar essa realidade de conflito de agendas, não tenho condição nenhuma de estar aqui à tarde, porque da minha presença lá – não por mim efetivamente, mas, pelo tema que está em debate – não se pode prescindir. De modo que não consigo estar lá e cá. Infelizmente o dom da ubiquidade não me foi dado.

Precisaria estar na ordem à tarde e peço desculpas a V. Ex^a e aos demais companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Está bem.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Sr. Presidente, sobre a audiência de hoje à tarde, essa audiência tinha uma dupla finalidade, que era, primeiro, dar uma dimensão suficiente para que esse problema da violência contra jornalistas, radialistas e comunicadores assumisse a importância que o País precisa atribuir a ele. Por isso essa audiência, com a presença dos ministros, etc., a participação da sociedade civil, à qual a OAB se representaria.

Estamos tendo problema, Sr. Presidente, de presença não só da OAB, representada aqui pelo nosso companheiro Cançado, mas também do Ministro da Justiça. Então estou começando a ter a sensibilidade, Presidente, de que talvez, embora o segundo propósito da audiência fosse de certa urgência:

respondermos para o País e sinalizarmos qual é a posição deste Conselho a respeito disso, estou começando a achar, Presidente, que talvez fosse mais ponderado, fosse mais sábio protelarmos e tentar fazer a audiência com esse tamanho que tínhamos nos proposto, com a presença do Ministro da Justiça, garantindo a presença da OAB, com o tempo necessário para o debate assumir a complexidade e a importância que ele tem.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Só uma pergunta: podemos ir para a questão do Conselheiro Nascimento Silva, que está lida e, digamos, colocada ao público e também nacionalmente? Podemos continuar e discutir esse outro assunto?

O SR. NASCIMENTO SILVA – Presidente, sem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Proponho que escutemos esse outro assunto sobre a questão da Ordem do Dia, que é essa audiência pública.

Chegou até mim que o Ministro da Justiça foi convidado. Há todo um relatório que nosso *staff* fez e, até sexta-feira à noite, não tinha recebido confirmação do Ministro da Justiça. Acho que foram vários telefonemas, vários *e-mails*. Acho que há duas páginas, frente e verso, de tentativa de contatos que fizeram, e não conseguiram resposta até agora.

A Ministra Maria do Rosário disse que só poderá falar até as 15 horas e não tem mais tempo de poder continuar, não pode mais continuar. Os outros foram confirmados. Aliás, acabou o Cançado, agora, dizendo que não pode vir, que é da OAB. Então, eu tenho a Abert e o próprio Schröder, que está aqui.

Proponho que vocês discutam, e estamos abertos já à opinião do Celso Schröder e, agora, então, ao Conselheiro Alexandre Jobim.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Sr. Presidente, eu concordo com o tom da proposta do Conselheiro Schröder por três motivos. O primeiro deles é que, independentemente da urgência, que foi um assunto trazido por nós, inclusive, na última sessão, a ideia, ou seja, foi discutido isso na Comissão de Liberdade de Expressão, a qual eu coordeno...

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Eu creio que estão pedindo para aumentar um pouco o volume. Quem é que aumenta o volume?

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Alô? É mesmo. Melhorou?

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Eu acho que todos nós estamos sentindo que está baixo o volume aqui.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Estão ouvindo agora? Conselheiro Nascimento?

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Está um volume baixo.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Voltando, eu concordo com o apontamento e com a proposta do Conselheiro Schröder por três motivos. O

primeiro deles é que, independentemente da questão da urgência, que foi colocada – e esse tema foi discutido na última reunião da Comissão de Liberdade de Expressão e trazido a este plenário do Conselho –, justamente veio essa proposta de um consenso entre os membros da Comissão, que praticamente coincidem com os membros do Conselho, que é dada a urgência da necessidade de discutir isso.

Por outro lado, há visivelmente uma deficiência nesse quórum, que nós queremos qualificado, para poder trazer um debate, não vou dizer em definitivo, mas um debate já bastante adiantado neste Conselho, ou seja, nós não vamos ter representante do Ministério da Justiça, vamos ter representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, ou seja, a Ministra Maria do Rosário, que, na verdade, já tem feito um trabalho, e já divulgado, num grupo de trabalho que envolve tanto o lado dos jornalistas, como o lado dos comunicadores, sociedade civil, que já é conhecido. Deduzo eu que ela venha aqui trazer o produto desse trabalho, que já é conhecido.

Nós não vamos ter representante da Ordem dos Advogados do Brasil, que é de suma importância, porque acompanha esses temas e tem a legitimidade justamente para colocar esse ponto até pelas propostas de natureza jurídica, de federalização da investigação dos crimes e tantos outros temas.

Quanto aos outros representantes, na verdade, temos representantes aqui que entendem, de certa forma, sentados aqui à Mesa, que é o Conselheiro Schröder, e eu também represento a Abert.

Eu acho que seria de bom tom nós postergarmos essa audiência pública talvez até, porque, em paralelo ao trabalho que a Secretaria de Direitos Humanos está realizando, o Ministério da Justiça também criou um grupo de trabalho que está estudando – e já houve duas ou três reuniões – o que seria, digamos, essa resposta do Estado conjuntamente com a sociedade civil organizada, ou seja, jornalistas, comunicadores, empresas de comunicação, vendo o que o Estado vai fazer. Eu acho que, talvez, num segundo estágio, mais maturado e com uma confirmação de pessoas que possam representar e trazer algo de novo e de concreto a essa discussão, seria de bom alvitre.

Agora, se nós adiarmos a audiência pública, eu proponho que a gente delibere sobre a manifestação do Conselheiro Nascimento. A minha pergunta, Nascimento, não foi nem criticando, mas é sobre o objeto, ou seja, se uma comunicação pode ser um registro apenas ou se requer alguma coisa do Conselho, alguma resposta do Conselho, que estaria, digamos, “consensado” para reunir à tarde.

Então, eu acho que nós teríamos esta preliminar: se nós adiarmos a audiência, poderíamos analisar o que fazer com a comunicação do Conselheiro Nascimento.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – O Vice-Presidente, Fernando, quer falar.

O SR. FERNANDO CESAR MESQUITA – Eu concordo com a proposta do Schröder e também com as ponderações sempre muito lúcidas do Alexandre Jobim. Só que eu represento aqui a sociedade civil, mas eu sou um jornalista.

Eu quero manifestar a minha estranheza e também acho que é censurável o fato de o Ministro da Justiça não vir aqui. Eu acho que eles estão esperando mais uma morte de jornalista para que novamente exista um clamor popular, exista uma reação grande dos veículos de comunicação, para que realmente se tomem providências. É assim no Brasil: cria-se um grupo de trabalho, que não dá em nada. Quando não se quer fazer nada, cria-se um grupo de trabalho.

Vem aí a Copa do Mundo, e ninguém vai me convencer de que não ocorrerão manifestações violentas, de que não vai haver violência contra jornalista, porque realmente o Governo está se preparando para reagir a essas manifestações, e não vai ser uma reação simples. Estão falando até em intervenção das Forças Armadas.

Então, acho lamentável que o Ministro da Justiça não venha. Acho que é um desrespeito até com o Conselho de Comunicação ele não vir, porque ele foi reiteradamente convidado.

Acho que a Secretária de Direitos Humanos está fazendo algum trabalho, mas também não acredito que vai dar em nada. Já ouvi algumas discussões na imprensa, criticando a ideia de federalização na investigação dos crimes contra jornalistas, alguns articulistas dizendo: "Por que se vai federalizar a investigação de crime contra jornalista, por que contra jornalista?"

Então, acho que essa questão da violência contra jornalista vai continuar – é um caso isolado lá na Bahia, outro no Ceará –, sempre vai haver, porque a intolerância sempre quer prevalecer. E, se não houver realmente uma reação firme, essa situação vai perdurar, e não vamos ter nenhuma providência concreta.

Era isso que queria registrar.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani Tempesta) – Conselheiro Shroöder, depois o Nascimento.

O SR. CELSO AUGUSTO SHROËDER – Bem, eu não queria antecipar o debate que vamos fazer.

Também queria... Compartilho da opinião do nosso Vice-Presidente, o Fernando. Acho lamentável que o Ministro não tenha sequer nos dado o retorno. Ele, de alguma maneira, no que diz respeito à Federação Nacional de Jornalistas, repetiu um comportamento. Nós passamos um ano inteiro tentando uma audiência pública com o Ministro, e foi necessária, infelizmente, a morte do Santiago para que o Ministério da Justiça se movesse em relação a esse tipo particular e peculiar da violência, que foram as manifestações.

Então, Fernando, também lamento que não venha. Mas é isto mesmo: acho que, até essa protelação, espero que apareça, que o Ministro compreenda como uma expectativa deste Conselho a sua participação.

Eu difiro um pouco da tua opinião sobre o resultado do GT, do trabalho da Secretaria de Direitos Humanos. A proposta – eu disse que não quero antecipar o debate – de federalização é uma proposta que, inclusive, a Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas) endossa, ou seja, ela não é uma panaceia, não resolve os problemas, não mexe com o que não resolveu, mas achamos que é um caminho, junto com tantos outros, a ser feito.

A Ministra está tentando, dentro do âmbito da sua pasta, resolver. Apresentou um relatório, que talvez fosse até interessante – tenho certeza – apresentar. Mas, como diz o Alexandre, isso, de alguma maneira, já foi apresentado, e agora espero que os resultados sejam contínuos.

Queria só endossar a nossa insatisfação e também a nossa preocupação com o fato de o Ministro da Justiça... O Ministro precisa sinalizar para o País uma reação do Estado, do Governo brasileiro, em relação a um tipo de violência muito particular, que é, principalmente, a violência que brota das manifestações, que é diferente da violência por encomenda, dos crimes por encomenda, que também, infelizmente, estão aumentando, principalmente nesses primeiros dois meses.

Então, sem antecipar o debate, acho que se deve sinalizar ao Ministério que a sua participação aqui é uma expectativa grande deste Conselho, na medida em que imaginamos que é preciso constituir um protocolo nacional, uma ação nacional, que dê conta dessa violência.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Nascimento Silva.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Eu pedi muito à minha companheira que me orientasse no dia de hoje, para que eu ponderasse algumas coisas, para que eu tivesse a capacidade da humildade, coisa que não tenho ainda, a inteligência – a inteligência eu acho que eu tenho –, a capacidade de ser pensante e não me envolver emocionalmente em alguns encaminhamentos que a gente tem na vida. Como eu não sou materialista, para acreditar em Deus, é complicado, mas pedi também a Deus – não o Deus da promoção, o Deus da indulgência, não esse Deus, mas um Deus mesmo – que me orientasse aqui para que, no momento em que fosse me manifestar, eu o fizesse com responsabilidade e com respeito, principalmente.

Na última reunião, nós definimos aqui – e, se eu estiver enganado, por favor, este Colegiado me coloque no meu lugar – que eu e o companheiro Schröder iríamos ser os responsáveis para indicações de nomes.

A companheira Zezé, naquela oportunidade, sugeriu o nome da Fiterf, ou que a Fiterf estivesse presente.

Pensando na reunião, ao ler a ata, manifestei ao companheiro Schröder, através do *staff* do Conselho de Comunicação Social – porque eu não conseguia falar com ele pelo telefone, e os dias estavam passando –, uma sugestão de nomes, incluindo o nome da Fitert. O Conselheiro Schröder sugeriu outras indicações, que são legítimas. Ele sugeriu a Marilena Chaui e mais uma outra pessoa. Incluiu o nome da Abert, o nome da Ministra e o do Ministro, porque nessa audiência só poderia haver cinco expositores.

Eu acho que eu fui indelicado com o companheiro Schröder ao escrever algumas coisinhas, o que não foi a público. O companheiro Schröder me respondeu à altura, do ponto de vista dele, e as pessoas que eu havia indicado não foram levadas em consideração – volto a dizer que legítimas pelo ponto de vista do Conselheiro Schröder.

Contudo, naquele momento havia o impasse de quem nós iríamos indicar. Como éramos os dois responsáveis por isso, fiquei aguardando manifestação do Conselheiro Schröder, que não veio até hoje. O companheiro Schröder indicou, inclusive, os conselheiros, os companheiros da OAB – legítimo também.

Então, mais uma vez, a Fitert foi substituída e a argumentação do companheiro Schröder para mim foi a seguinte: “Nós vamos falar entre nós mesmos.” Aí eu pergunto: falar com a OAB, já que nós temos aqui o brilhante representante da OAB Miguel Angelo Cançado, o Schröder, o Conselheiro Daniel e o Conselheiro Jobim, que são os representantes das empresas, não é falar para nós mesmos? E havia uma manifestação da Conselheira Wrana que dizia que não era para nós falarmos para nós mesmos. Naquele momento, eu interpretava isso dizendo o seguinte: que era necessário trazer alguém do Executivo. E estava contemplado o Executivo na pessoa da Ministra e do Ministro.

Vou continuar a solicitar que eu e o Conselheiro Schröder estejamos à frente deste trabalho e que indiquemos para o futuro, para a próxima conferência – há o adiamento dessa conferência –, que nós dois sejamos os responsáveis por isso e vamos exercer um trabalho conjunto, de novo. Vamos tentar. Eu vou tentar de novo.

Eu lembro aqui que, quando fui relator com o Conselheiro Jobim, havia divergência, mas foram respeitadas as divergências e foram manifestadas essas divergências.

Com relação ao Conselheiro Schröder, isso não aconteceu. Eu sei que é o atropelo. Entendo as dificuldades que nós temos, inclusive, de falar, de nos comunicar, mas, mais uma vez, eu gostaria muito, é um desejo meu... Olha, por incrível que pareça, com todas as dificuldades que a Fitert, naquele primeiro momento, quando eu assumi aqui, teve, pois disse que eu não era legítimo representante dos radialistas, esta é uma forma de provar que sou, sim, representante dos radialistas, e, por conta disso, estou convocando o

companheiro. Gostaria muito que esse colegiado atendesse este meu pedido de chamar aqui o Presidente da Fitert, o Coordenador da Fitert, José Antonio.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Bom, a minha pergunta é se, na Ordem do Dia, nós eliminamos, então, a audiência pública – precisaríamos avisar às pessoas que estão convocadas para isso – ou se continua como está, aceitando aqueles que virão. Em não continuando com a audiência pública, se transfira para uma outra data. E seria qual data? Como que seria a questão?

São duas perguntas: a primeira pergunta é – pois não, Celso! – se nós mudamos a Ordem do Dia e cancelamos a audiência pública desta tarde.

Manifestações a favor ou contra.

Celso.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Bem, reafirmo, Presidente, eu acho que seria cauteloso que nós transferíssemos por essas razões já apresentadas. Segundo, quanto à preocupação do Conselheiro Alexandre Jobim, eu proponho, inclusive, Nascimento, que esta questão pontual trazida, e ela é uma questão importante, obviamente todo mundo aqui se referiu a ela, seja incorporada. E me parece que é também mais pertinente à natureza deste Conselho que nós tratemos das questões genericamente. Ou seja, que incluamos esse debate, esta questão pontual dentro desse debate, embora, me parece, a proposta do nosso Conselheiro fosse de responder a esta questão, e talvez se pudesse fazer. Mas eu proponho que a gente faça o debate da violência de uma maneira genérica.

Não vou entrar no debate, Presidente, mas eu preciso responder, rapidamente, até para que as pessoas compreendam, exatamente, o que o Conselheiro Nascimento traz.

Efetivamente, a proposta do Conselheiro Alexandre Jobim foi de que eu assumisse aquela Coordenação. A Conselheira Maria José indica a presença do Conselheiro Nascimento para compor um conjunto, e nós dois trataríamos dessa audiência pública. Efetivamente, o Conselheiro Nascimento manda uma correspondência para a Secretaria, a mim e à Secretaria, dando um prazo: até o dia 24. Se eu não respondesse até o dia 24, a proposta do Conselheiro Nascimento seria considerada, enfim, a proposta da audiência.

Eu respondi ao Conselheiro Nascimento que eu não entendia assim, ou seja, não concordava com isso e que propunha a seguinte composição, que, na verdade, não era uma novidade, ela tinha saído do nosso debate. Deste debate aqui, deste Plenário aqui, havia saído, já, por proposta da Federação Nacional dos Jornalistas, a presença do Ministro, a presença da Ministra, a presença do setor empresarial, porque nós queremos ouvir o setor empresarial, não é uma concessão, nós queremos ouvir o setor empresarial sobre a questão da segurança nacional, e tinha a presença da Fitert e da Fenaj.

Quando a Conselheira Wrana reivindica a presença da sociedade civil, nós tínhamos que optar – nós tínhamos que optar –, e, para não ficar a presença da Fenaj, que poderia parecer um privilégio em relação à Federação dos Trabalhadores em Rádio e Televisão, e da Fiterf, nós propusemos a FIJ. E esta Secretaria, o *staff* da Secretaria, eu sou testemunha disso, fez um esforço enorme de conseguir trazer aqueles nomes que nós estávamos propondo. O nome que nós estávamos propondo era o da socióloga Marilena Chaui.

O Conselheiro Nascimento fez essas ponderações que repetiu aqui para mim. E eu disse a ele que ele poderia, se quisesse, então, porque fazia parte do grupo indicado por essa plenária, substituir a Marilena Chaui pela Fiterf e, se fosse o caso e as empresas achassem que ficaria redundante, ou seja, que os trabalhadores em comunicação ficariam com uma presença muito grande, que a Fiterf indicasse qual o Ministro que seria retirado.

Eu não recebi retorno nenhum e a Secretaria, me parece, pode testemunhar.

Então, aqui fazendo um elogio ao esforço da Secretaria de trazer essas pessoas todas que estavam indicadas e que foram caindo, Nascimento, uma a uma, e lembrando que a alternativa de representação universal para que esse debate tivesse uma contribuição nos pareceu que era a Ordem dos Advogados do Brasil, ou seja, não era particularmente o nosso Conselheiro Cançado – inclusive, o nome indicado pela OAB não era esse, não porque obviamente não represente, mas para dar essa dimensão de universalidade que nós queríamos –, infelizmente nós estamos vendo isso e por isso nós estamos propondo o cancelamento, propondo o adiamento, pois não foi possível. Então, em que pese o esforço do *staff* e da Secretária de dar conta da proposta, isso não se realizou.

A ausência da Fiterf, o argumento que eu usei com o Nascimento é de que teríamos um representante dos trabalhadores e, dada a ação da Fenaj nessa área, não me parecia que seria dos jornalistas. Para não ser a Fenaj, nós propúnhamos a Federação Internacional de Jornalistas. E também não conseguimos, vamos dizer, a representação do presidente ou da secretaria-geral, como era a nossa intenção, por motivo de saúde. Então eu fiquei, na condição de Vice-Presidente da Federação Internacional de Jornalistas, com esta incumbência. Mas, obviamente, reconheço e incorporo as indicações do Conselheiro Nascimento, alinhadas às decisões coletivas desse espaço político que nós constituímos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Miguel Cansado.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, quanto ao convite feito ao Presidente, em primeiro lugar, faço uma

ressalva. Como eu não vim à reunião passada, não acompanhei a composição desta Mesa para a audiência pública. Então, não tratei do tema com o Presidente do Conselho Federal, Marcus Vinicius Furtado, mas eu me comprometo a – designada uma nova data – fazer gestão junto a S. S^a, a despeito da agenda cheiíssima que tem, para trazê-lo, até porque eu já integro o colegiado e talvez fosse, na expressão do Nascimento, nós falarmos para nós mesmos a minha participação nesta audiência. Eu me comprometo a fazer essa gestão com o Presidente.

Hoje, como disse, há uma coincidência de agendas. O Presidente e os conselheiros, em geral, dificilmente podem sair nos dias das sessões, e é exatamente o que está acontecendo lá hoje. Mas eu fico com esse compromisso com este Conselho de insistir com o Presidente Marcus Vinicius para que ele próprio venha, dada a dimensão do debate que devemos falar.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Daniel Slaviero.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – Sr. Presidente, respondendo às suas duas perguntas, considerando tudo o que foi exposto aqui e relatado pelo Nascimento e, depois, pelo Conselheiro Schröder, essa dificuldade de agenda e essa proposta, quero me manifestar favoravelmente também ao adiamento dessa audiência pública que estava agendada para a parte da tarde.

Em relação à sua segunda pergunta: se remarcada, para quando, eu sugiro que a secretaria entre em contato – apesar da descortesia que a assessoria do Ministro teve com relação ao Conselho de Comunicação – e apresente as datas, pois as nossas reuniões já têm datas previstas, pré-definidas, para que pudesse conciliar com a agenda do Ministro, a fim de que ele escolhesse uma dessas datas para estar presente, já que a presença do Ministro da Justiça, vamos dizer, é a “espinha dorsal” deste debate sobre violência contra os jornalistas, pelos movimentos que o Ministério da Justiça fez e também pelo grupo de trabalho que foi publicado no Diário Oficial, na semana passada, sobre a discussão da padronização de como a secretaria de segurança pública vai atuar neste preceito, que tem reunião hoje à tarde, como bem lembrado pelo Conselheiro Schröder. Então, de prático, eu sugeriria que isto fosse oferecido: as datas em que o Conselho se reunirá para que o Ministro pudesse escolher uma dessas até os próximos meses.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Só uma pergunta também. Se não me engano, você teve um encontro com o Ministro, não teve?

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – As entidades representantes do veículo de comunicação tiveram duas audiências na verdade: uma com o Ministro da Justiça, cobrando uma iniciativa e, como resposta, ele se manifestou muito preocupado com essa questão e criou esse grupo de trabalho que se reúne, tem a sua primeira reunião nesta segunda-feira.

Então, é mais um motivo, Presidente, por que a presença do Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, é a espinha dorsal desse debate, sem prejuízo, obviamente, aos demais participantes, mas é ele que vem, na linha de frente, conduzindo os trabalhos pelo seu Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Gilberto Leifert.

O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT– Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia, Srs. Conselheiros. Saúdo a audiência da TV Senado e os senhores servidores.

Eu acompanho a manifestação do Conselheiro Daniel Slaviero, aduzindo que o tema, dada a sua relevância, impõe, sim, a realização da audiência pública no momento em que ela se tornar possível. Ela, por razões já aqui expostas, deverá ser adiada pela ausência dos que nos prestariam esclarecimentos e informações a respeito do tema, mas a relevância do tema e a situação de risco vivenciada pelos profissionais da comunicação impõem, como digo, a atenção deste Colegiado e das autoridades e representantes da sociedade convocados para nos auxiliar a refletir a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Nascimento.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Hoje, eu vou ter que, de repente, acender umas velas, mais tarde, para agradecer as minhas intervenções. Eu espero que sejam profícuas.

Quando fazia parte do FNDC – eu era diretor da executiva, e o brilhante Conselheiro Schröder era Presidente –, a preocupação que tínhamos com as entidades que compunham o FNDC era de que nós falássemos no mesmo tom. Então, não adiantava, naquela oportunidade, a Fiter, a Fenaj ou seja lá qual fosse a entidade sair à frente, procurando esse ou aquele diálogo. O Schröder colocava isso com uma propriedade fantástica. Eu não sei se o Conselheiro Schröder vai endossar as minhas palavras aqui. Mas, se as entidades que participam deste Conselho – aí respeitando tanto o Conselheiro Daniel, por quem tenho um carinho muito grande, como o Conselheiro Jobim, por quem, apesar das divergências, tenho um respeito e um carinho muito grande – se sentarem com o Ministro, isso aqui já era. Eles já conversaram entre si. A preocupação já está posta na mesa. Há uma reunião hoje entre eles e a sociedade civil, eu acredito que deva haver... Não. Retiro isso. Vou retirar, porque já vi inscrições. Então, retiro. Não há reunião nenhuma, não há nada, mas acho que o fato de ter sentado com o Ministro, no meu entendimento, na minha ignorância, dificultaria as ações do Conselho de Comunicação Social.

Se a Fiter, o José Antônio chegasse lá: “Vou procurar o pessoal do PT, vou procurar o Ministro e tudo mais para reforçar”, eu iria fazer essa observação de que, no mínimo... E eles não foram – já sei o que eles vão dizer, e está correto – como conselheiros; foram com representantes das entidades. Eu

tenho noção disso. Está claro para mim. Eles não foram se locupletando como conselheiros. Tem que ser deixado bem claro isso aqui, tanto que está registrado. Mas essa ação individual nos fragiliza, no meu entendimento. Pode ser que eu esteja equivocado e que os outros Conselheiros me clareiem um pouco e digam: “Não, Nascimento, você está equivocado.”

Hoje, há um monte de coisa para colocar, e eu já vou colocar de uma vez para depois ver como vamos discutir também. Refiro-me à questão da reunião com o Senador Renan Calheiros. Nós não temos nada, nada pontuado sobre aquela reunião: o que cobramos, o que foi dito, o que ele nos disse. Eu queria ver de que forma poderíamos resolver, na reunião de hoje, porque outros Conselheiros não participaram daquela reunião com o Senador Renan Calheiros.

Então, eu gostaria de saber como externar, porque nós cobramos lá uma continuidade deste Conselho, nós cobramos lá uma transparência na escolha dos representantes do Conselho. Eu queria que o senhor, Presidente, me orientasse, me ajudasse – não só o senhor, como também o próprio Fernando –, dissesse de que forma podemos externar isso para a sociedade. Nós estivemos com ele, e não foi uma conversa só de amigos. Foi uma reunião em que ele nos recebeu, se eu não estiver equivocado.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Com relação a esse assunto, acabei de receber aqui – inclusive saiu em uma revista nacional – um artigo sobre essa questão. O Presidente do Congresso já mandou as cartas para 28 entidades patronais, 4 entidades de engenheiros e 24 entidades de trabalhadores, o que não é limitado. É possível também enviar para outras entidades. Foram enviadas 56 cartas pedindo nomes para o próximo Conselho de Comunicação Social, que devem ser apresentados ao Congresso Nacional para votação.

O SR. NASCIMENTO SILVA – V. Ex^a me dá um aparte, Presidente?

O número de entidades da sociedade civil vai além desses cinquenta e poucos aí. Então, eu gostaria – não sei de que forma – de manifestar a minha preocupação por não ter sido enviada uma carta para outras tantas entidades. De que forma nós vamos fazer isso? Aliás, uma sugestão que eu trago aqui é que discutamos como vamos escolher os próximos conselheiros.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Inclusive, aqui mesmo no esclarecimento que justamente faz esse artigo da revista, a Lei 8.389, de 1991, em seu art. 4º, §2º, diz o seguinte:

Art. 4º.....

§2º Os membros do Conselho e seus respectivos suplentes serão eleitos em sessão conjunta do Congresso Nacional, podendo as entidades representativas dos setores

mencionados nos incisos I a IX deste artigo sugerir nomes à Mesa do Congresso Nacional.

Além das cartas que o Presidente do Congresso envia, qualquer outra entidade pode sugerir nomes à Mesa do Congresso Nacional. É o que está na lei.

Então, o Presidente do Congresso já tomou a iniciativa, já enviou as cartas, mas está aberto. Evidentemente, não devem ter sido citados todos os nomes de entidades, mas qualquer entidade pode enviar nomes à Mesa do Congresso, segundo a Lei 8.389. Ele já tomou a iniciativa e está aberto justamente a outras sugestões. Isso já nos dá a esperança, a confiança de que o Conselho não vai parar no nosso mandato, mas vai ter continuidade. Essa é uma boa notícia.

Temos aqui o Alexandre Jobim e, depois, o Daniel.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Sr. Presidente, eu acho que nós precisamos fazer duas coisas agora. Uma é voltar à pauta, à agenda. Mas, antes disso, eu queria fazer duas ponderações, até para ajudar a esclarecer a questão colocada pelo Conselheiro Nascimento. A primeira – a última delas – é sobre o Conselho.

Não cabe a nós, Conselheiros, fazer uma condução de quem vamos escolher, segundo a frase do Conselheiro Nascimento. Não somos nós que vamos escolher tampouco indicar. As entidades... O senhor colocou: "Nós temos que decidir como vamos escolher os membros deste Conselho" – fecho aspas.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Errado.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Tudo bem.

Então, eu acho que cabia a nós externar, nas palavras do nosso Presidente, Dom Orani, ao Presidente do Congresso, a preocupação de o Conselho não ter um novo hiato, já que este mandato termina em agosto. Isso foi feito. Nós não podemos ficar pressionando – eu acho – o Presidente do Congresso a recompor o Conselho antes mesmo de terminar o nosso mandato. Essa é a minha opinião. Não falo aqui em nome de ninguém.

Então, eu acho que é só esse ponto. Eu acho que o Presidente já respondeu de modo próprio, ou seja, já adiantou o processo de pedir o nome às entidades. Eu acredito, inclusive, que, segundo a lei, as entidades não estão presas a essa convocação do Presidente do Congresso. Qualquer entidade pode enviar nomes para o Congresso Nacional, que vão ser analisados no momento próprio. O Presidente Renan Calheiros, conjuntamente com o Presidente da Câmara, vai levar isso a uma sessão conjunta do Congresso para escolher nomes. Isso é como deve ser feito. Eu acho que, inclusive, nós temos que repensar e nós do Conselho não podemos fazer mais ingerências nesse sentido. Já foi dado o alerta. Acho que não podemos mais. Senão, isso pode ser mal

interpretado como interesse próprio destes Conselheiros, o que seria desagradável perante todos.

Em segundo lugar, voltando à questão da audiência pública, embora o Conselheiro Nascimento, com receio, tenha retirado o que ele disse – que nós fomos ao Ministro da Justiça –, eu acho que isso merece dois esclarecimentos. Primeiro, tanto o setor patronal, quanto o setor empresarial conversam com quem quiserem, a hora que quiserem e quando quiserem, ou seja, esse assunto da proteção dos jornalistas é um tema de preocupação nacional.

O Estado tomou duas atitudes imediatas, pelo menos segundo eu tenho conhecimento. Primeiro, a Secretaria de Direitos Humanos já havia iniciado um processo e reunido um grupo de trabalho plural para discutir o que fazer. Quando aconteceu, infelizmente, a morte do jornalista Santiago – inclusive a morte cerebral dele coincidiu com uma das nossas reuniões aqui do Conselho; na hora da reunião da Comissão de Liberdade de Expressão, o Conselheiro Schröder e eu recebemos a notícia –, nós comunicamos e tomamos uma atitude enérgica para que o Conselho também se manifestasse.

Só que o Estado tem a sua atitude. O Ministro da Justiça convocou uma reunião, um grupo de trabalho, e foi realizada. Isso não quer dizer, absolutamente, um desprestígio do Conselho de Comunicação Social. Nós temos que aplaudir porque o Executivo está agindo. Não terminou ainda o seu trabalho. Está começando o seu trabalho, está agindo. Nós não podemos nos sentir com o monopólio da discussão dessa situação.

Acho que a discussão está andando na Secretaria de Direitos Humanos, está começando um trabalho no Ministério da Justiça. O que nós temos de fazer, como Conselho de Comunicação Social e propósito dessa audiência pública, é tentar juntar isso, juntar essas atitudes, juntar esses atos em que o Estado está querendo dar uma resposta à sociedade conosco e com mais outros indicados, para fazer uma discussão e ver se este Conselho eventualmente faz alguma proposta, etc.

Então, eu acho que o Estado não está calado. Eu acho que ele teve uma reação e está andando. Este Conselho vai produzir algo também para colaborar. Ou seja, nós tínhamos previsto uma audiência pública e já entramos em consenso aqui para adiá-la para outro momento. Seguramente, vai ser mais produtiva essa audiência do que a de hoje, porque não só teremos representantes à altura, o próprio Ministro da Justiça, mas também teremos a possibilidade de ter algo mais concreto e visível.

Eu só queria deixar registrado, Nascimento, que nenhuma atitude individual dos Conselheiros, nas suas representações, nas suas atividades profissionais, imiscui-se com o Conselho de Comunicação Social, ou seja, todos nós somos livres para fazer os movimentos e o nosso trabalho da forma como fazemos em nossos mandatos profissionais. Então, ninguém está se aproveitando do fato de ser Conselheiro – deixo registrado isso – para conversar com o Ministro

da Justiça sobre um problema nacional, um problema que é de defesa dos jornalistas, dos comunicadores, da atividade profissional e é uma preocupação dos meios de comunicação.

Eu queria só deixar isso registrado, Presidente, porque tudo o que se diz fica registrado em ata e, às vezes, depois não se registra bem o que se desdisse. Então, eu gostaria de deixar registrado esse ponto.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Eu acho que haverá uma última intervenção do Conselheiro Slaviero para depois fazermos a votação.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – Não, Presidente. Eu acho que, em prol do andamento da pauta, os esclarecimentos do Conselheiro Jobim já são suficientes e, para não polemizar mais sobre esse tema...

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Muito bem. Então, a minha pergunta é se nós... Então, eu até mudo a pergunta: em vez de cancelar a Ordem do Dia, nós transferimos a Ordem do Dia desta audiência pública para uma data a ser estudada posteriormente? Essa é a melhor pergunta. E, assim, colocam-se as duas em uma só, não é? Pergunto se nós aceitamos a transferência da Ordem do Dia da audiência pública de hoje para outra data possível.

Os Conselheiros que estão de acordo permaneçam como estão.

(*Pausa.*)

Aprovada a transferência desta audiência pública.

Pedimos ao *staff* aqui que nos ajude, avisando às pessoas que estão convidadas para hoje à tarde, que tinham já confirmado, que será outra data. Segundo consta, seriam oferecidas as datas das reuniões do Conselho, as próximas duas ou três datas, para poder justamente escolher.

Assim combinamos? (*Pausa.*) Isso.

Uma proposta. Aqui, saiu a questão da leitura que o Conselheiro Nascimento fez da carta, da manifestação do sindicato da Bahia. Não sei se eu poderia propor, mas podemos enviar uma carta dizendo que essa manifestação foi lida no Conselho e que o assunto será discutido em âmbito mais amplo em uma audiência pública, que nós lemos e consideramos. Podemos...

O SR. NASCIMENTO SILVA – Presidente, é exatamente isso. Felizmente, o companheiro radialista não veio a óbito. O.k.? Porque, se tivesse vindo a óbito, com certeza, nós iríamos tomar uma atitude mais drástica. Como não tomou, eu acho que o encaminhamento está correto; a gente está discutindo. Apesar de nós, como radialistas, não acharmos que sejam casos isolados, respeitamos as opiniões adversas, que é um caso isolado. Eu acho que merece, sim, já que nós discutimos sobre comunicação aqui, uma nota, alguma coisa, uma preocupação do Conselho de uma forma geral.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Seria uma carta dizendo que nós escutamos a manifestação.

Os conselheiros acham possível nós fazermos essa carta para o sindicato dizendo que escutamos a manifestação e que será discutida em âmbito amplo posteriormente em audiência pública?

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Presidente, o senhor me permite uma intervenção sobre esse ponto?

Eu agora recebi aqui – nós, membros do Conselho, não recebemos; estava pautado, mas nós não sabíamos do que iríamos tratar – e vou tentar resumir o fato para a gente poder enquadrar o que deve ser feito.

O que relata aqui o fato, no material trazido pelo Conselheiro Nascimento, foi o seguinte: um radialista denunciou num determinado jornal, no jornal chamado A Hora da Verdade, que ele também apresenta na Rádio Jovem Pan FM, que existiria um advogado que cobrava R\$3.500,00 para aposentar idosos – isso é como está escrito aqui –, sendo que, para tanto, exigia que fizesse – digamos – esse dito aposentado um determinado empréstimo consignado para pagar esses honorários, e essa denúncia veio – diz a própria nota – inclusive muito provavelmente porque a sogra desse radialista era uma das vítimas.

Então, aqui nós temos três situações, Sr. Presidente: primeiro, há, efetivamente, um abuso, uma agressão, por uma pessoa, que é um advogado, no caso, a um determinado jornalista. É um caso particular entre os dois, e não há dúvida de que aqui atinge, de forma indireta, a liberdade de expressão, de ele fazer um determinado denunciismo e, por outro lado, pode ter havido também um abuso de utilização desse caso por se tratar inclusive um caso que atinge a sogra desse comunicador.

Então, Sr. Presidente, com todo o respeito, é um assunto que pode ser discutido nesta audiência pública, mas, com todo o respeito ao Conselheiro Nascimento, eu acho que é uma situação pontual. Não é um caso nacional, não é um caso de repercussão nacional para nós estarmos discutindo neste Conselho como se não fosse uma questão fática, fosse uma coisa corriqueira, que tenha acontecido e que tenha gerado grande situação. Do contrário, nós vamos virar, com todo o respeito, uma delegacia de casos de liberdade de expressão, e não é essa a função do Conselho de Comunicação.

Então, eu proponho seja limitada; foi lida essa carta pelo Conselheiro Nascimento e que, conforme a sua proposta, será isso discutido numa situação mais ampla, podendo ser elencada na audiência pública como um caso de exemplo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Gilberto Schröder, Gilberto Leifert. Os sobrenomes são estrangeiros. Desculpe-me.

O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT – Há uma simbiose que muito me envaidece. Espero fazer jus à parte...

Presidente, o Conselheiro Nascimento deu conhecimento do fato, e o Conselho poderia encaminhar à Secretaria de Direitos Humanos para conhecimento. Eu acho que estaria assim encaminhado o tema e, oportunamente, na audiência pública, o Conselheiro Nascimento desejando, poderá novamente suscitar a questão relatada na Bahia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Fernando Cesar.

O SR. FERNANDO CESAR MESQUITA – Acho que também deveria, então, ser encaminhado ao conselho que foi criado, do Ministério da Justiça, o grupo de trabalho que está examinando essas questões, não é? Eu acho que, por menor que seja o caso, sempre é um caso de violência.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Miguel Cançado.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Presidente, sugiro que também se encaminhe... Acho perfeita essa proposta, e está indo ao encontro do que eu havia sugerido há pouco, de que, por não ser um caso de repercussão nacional, por ser um caso específico, não se devia dar um tratamento genérico aqui neste Conselho. Mas, de qualquer maneira, sugiro também que se faça uma comunicação por ofício, de V. Ex^a ao presidente da seccional da OAB da Bahia, já que envolve um advogado...

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Sem dúvida.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – ...com um ato que merece ser apurado, não só pela agressão, mas pelo próprio fato que contém a notícia aqui trazida pelo Conselheiro Nascimento.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Então, já são quatro ofícios.

Aprovamos tudo isso? (*Pausa.*)

Então, continuamos a pauta, passamos ao item 3. Já não é mais o terceiro, é o item quarto ou quinto. Antigo terceiro item da pauta.

O SR. FERNANDO CESAR MESQUITA – Presidente Dom Orani, com licença.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Pois não.

O SR. FERNANDO CESAR MESQUITA – Pelo que entendi, foi feita aqui uma sugestão, de solicitar ao Ministério da Justiça, ao Ministro da Justiça que se manifeste sobre a data em que ele pode vir participar da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – É, nós oferecemos duas ou três datas de reunião do Conselho, para que possa escolher a data melhor, e aí se convocam os demais. Corresponde à ideia dos conselheiros? (*Pausa.*)

Recordo, então, retomando aquela questão, que falamos com o Presidente do Congresso Nacional, foram feitas as devidas manifestações, e

cartas foram enviadas. E lembro que este Conselho, depois de uma vacância de anos, completou tudo aquilo que tínhamos a fazer, que eram as possíveis consultas ao Conselho, que ainda poderiam ser colocadas. Essas consultas foram atualizadas, o Conselho atualizou as consultas novas que chegaram e, ao mesmo tempo, discutiu assuntos novos que foram aparecendo, formou as comissões temáticas. Enfim, colocou todas as questões do passado em dia, e estamos aí para entregar para o próximo Conselho, na metade do ano, já, realmente, todo o trabalho realizado, com todas as questões de consulta colocadas em dia.

Então, agradecemos muito todo o empenho dos conselheiros, que nos ajudam, cada um com suas preocupações. Temos o máximo interesse que o próximo Conselho leve adiante o trabalho e dê suas novas perspectivas também.

Muito bem.

ITEM 3 – Manifestação do Conselheiro Celso Augusto Schröder acerca da Carta s/nº da Abepec, datada de 7 de fevereiro de 2014, distribuída ao Conselho por meio da Presidência do Congresso Nacional, e que traz considerações sobre a faixa dos 700 MHz, bem como das implicações da Audiência Pública do CCS, que tratou do tema em sua 10ª Reunião Ordinária de 2013, ocorrida em 2 de dezembro daquele exercício.

Convido, então, o Conselheiro Celso Schröder para encaminhar sua manifestação.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Obrigado, Presidente.

Eu havia referido e pedido que esse tema viesse a ser discutido por nós, primeiro porque acho que estamos nos devendo mesmo isso. Fizemos uma audiência pública, temos uma posição sobre isso, ouvimos as partes envolvidas. Mas fui provocado principalmente por essa carta, por essa organização, por essa entidade com a qual temos uma relação bastante próxima. A carta tem uma argumentação com a qual podemos não concordar, mas é uma argumentação bastante firme, inclusive, em fazer uma crítica à condução que o Governo está fazendo com relação aos leilões que dizem respeito a essa faixa do espectro.

Não vou me dedicar à argumentação da carta. Eu queria só propor, como tivemos umas conversas aqui iniciais e, portanto, não temos nenhum acordo antecipado, mas acho que podíamos endossar a proposta síntese da correspondência, que é pedir a imediata suspensão dos leilões, na medida em que a argumentação é, me parece, bastante consistente dos problemas técnicos envolvidos ainda, enfim, e do custo que isso traria, principalmente do ponto de vista da carta, da correspondência, pelo seu presidente, do custo que isso traria para a questão do sistema público de conexões.

Então, eu proponho que, se conseguirmos um acordo, que nós, ao longo da nossa reunião, produzíssemos uma moção e que pudéssemos encaminhá-la ao Governo, ao Ministério das Comunicações, no sentido de endossar a proposta feita pela Abepec.

É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Então, damos agora a palavra aos conselheiros que quiserem manifestar-se. *(Pausa.)*

Conselheira Liliana.

A SR^a LILIANA NAKONECHNYJ – Bom dia! Bom dia a todos. Muito obrigada pela oportunidade.

Nós fizemos aqui aquela audiência pública que, realmente, acredito, foi muito produtiva, muito interessante, onde tivemos a explicação das entidades que estão cuidando desse assunto, de que a televisão aberta seria preservada, ou seja, que essa faixa de 700MHz, que seria passada às empresas de telecomunicações para banda larga móvel, seria passada somente após a garantia de que as emissoras continuarão tendo oportunidade de fazer suas transmissões e de que a população, então, continuará sendo beneficiada pela televisão aberta, sem ser preciso pagar para ver televisão, necessariamente pagar.

E, também, o compromisso aqui colocado na audiência pública foi de que não haveria falta de espectro para a televisão aberta e também que esse espectro onde funciona a TV aberta e que continuará para a TV aberta seria preservado de interferências prejudiciais, ou seja, que as emissoras continuariam a funcionar e que a população poderia continuar a ver sem interrupção nas suas telas, devido a interferências dos sistemas de banda larga móvel, dos sistemas de quarta geração.

Bem, o que nós estamos vendo acontecer neste momento, realmente, é um açodamento. Aos engenheiros, que têm conhecimento deste assunto, parece-nos um certo açodamento por parte do Executivo, do Ministério das Comunicações e da Anatel, porque os testes prometidos aqui estão sendo feitos, testes de interferência. Porém, acontece que eles estão sendo feitos, mas não terminaram, e ainda não foi feita uma análise realmente de como essa mitigação, de como evitar as interferências, vai ocorrer.

No entanto, está sendo anunciado um cronograma firme para licitação da faixa de 700MHz. Então, gostaria de propor que, realmente, o Conselho se manifestasse, o nosso Conselho se manifestasse no sentido de que ficou muito tranquilizado com a audiência pública que houve aqui, porque houve uma garantia, ou uma promessa de que a radiodifusão aberta não seria prejudicada, porém que nós, do Conselho, vemos com muita preocupação essas manifestações, essas informações, de que, apesar de o processo não ter sido terminado, de não estar claro realmente como essas interferências serão evitadas, de quem ficará responsável por arcar com os custos dessas medidas de mitigação, que precisarão ocorrer... Apesar disso tudo, a gente está vendo nos jornais, a gente está vendo declarações de que virá a ocorrer esse leilão do espectro.

E nós, engenheiros, também estamos a par, por exemplo, de uma proposta de regulamento contra interferências, que foi um regulamento que o pessoal do Executivo se propôs a publicar antes que a licitação seja feita, e essa proposta desse regulamento não diz nada, ou seja, não prevê nada, não prevê realmente as providências a serem tomadas, não diz quem vai arcar com essas providências.

Então, realmente, a situação está grave no momento, está grave, porque a gente vê que o processo continua andando num açodamento para fazer os leilões, e realmente nossa preocupação é de que aquelas promessas que nos foram feitas aqui realmente não sejam cumpridas.

Então, é isso que eu teria a propor.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Alexandre Jobim.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Sr. Presidente, eu pactuo com as preocupações do Conselheiro Schröder e da Conselheira Liliana. Aparentemente, o que se está vendo é que o Governo quer fazer essa licitação para o 4G de qualquer jeito, inclusive por questões pecuniárias, de superávit primário, etc – estou falando ainda em meu nome próprio, e não no nome de ninguém. E está sendo feito um calendário muito apertado, como a Conselheira Liliana comentou, sem sequer cumprir o que há na própria resolução da Anatel, que diz que só será realizado o leilão e lançado o seu edital quando estiver resolvido o problema das interferências e da manutenção do *status quo* da televisão aberta. E, aí, televisão aberta é pública e privada, ou seja, com isonomia, conforme o próprio pleito da Abepec.

Então, queria propor objetivamente, Sr. Presidente, que criássemos uma comissão de relatoria no âmbito deste Conselho, de que poderia participar tanto o Conselheiro Schröder, que foi autor desse tema na pauta, como a Conselheira Liliana, que, acho, é a pessoa mais esclarecida tecnicamente para colocar isso, e se pudesse trazer aqui para este Conselho um relato sobre a real situação, digamos, do comprometimento do Governo – leia-se Poder Executivo –, ou seja o órgão regulador, a Anatel, e o Ministério das Comunicações, com o que veio aqui e disse, na nossa audiência pública, perante este Conselho, e o que está posto na resolução da Anatel, que estabelece isso como uma condição para que isso vá à frente, e não o inverso; ou seja, eu quero chegar lá e, para isso, tenho de correr.

Tenho muito receio – quero deixar registrado – de que esses testes não tragam questões elucidativas que deem a garantia à televisão aberta brasileira, e que venha a sofrer o consumidor final, ou seja, todo cidadão brasileiro, com um apagão de parte da televisão aberta, ou seja prejudicado por telefonias que, até hoje, sabemos, não têm tanta eficiência assim.

Com esta comissão de relatoria, trazendo esse trabalho, podemos, então, deliberar eventualmente, até, convocar ou convidar o Poder Executivo para

vir aqui prestar esclarecimento segundo o relato dessa comissão. Poderia ser, é lógico, tripartite. Ou seja, eu viria a sugerir o Conselheiro Schröder, a Conselheira Liliana e mais alguém do meio empresarial, como, por exemplo, o Conselheiro Gilberto Leifert, o Conselheiro Daniel, ou alguém...

Essa é apenas uma sugestão em aberto. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Gilberto Leifert.

O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT – Sr. Presidente, as manifestações que precederam a minha já demonstram que existem razões de natureza técnica que autorizam o temor dos operadores da radiodifusão em relação às consequências do açodamento do processo de licitação. Entendo que a oportunidade que temos aqui no Conselho é de corroborar essas preocupações também sob a ótica daqueles que serão vítimas da interferência anunciada. Não me refiro às empresas apenas, mas à audiência, aos telespectadores que serão privados de acompanhar a programação das emissoras em razão das interferências.

Refiro-me também aos anunciantes que terão suas mensagens publicitárias prejudicadas em face da ocorrência de interferências. O assunto, portanto, merece acompanhamento do Conselho também sob a ótica daqueles que serão atingidos pelas interferências, como disse, e a oportunidade de se instituir aqui uma comissão para acompanhamento do tema merece também o meu apoio.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Miguel Cançado.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Presidente, o que vejo aqui desse expediente chamado Carta das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais ao CCS – ao nosso Conselho – é um pedido objetivo, expresso, no sentido de que o Conselho faça gestões quanto à suspensão imediata, Conselheiro Jobim, da revisão do Plano Básico de Distribuição de Canais de Televisão Digital, conduzido pela Anatel. E faz referência expressa a prejuízos ao interesse público.

Aí, indago: será que a postergação com a criação...? É prudente a sua preocupação de uma comissão de relatoria e isso certamente viria numa das nossas próximas reuniões, mas será que isso vai atender à provocação feita ao Conselho e à importância que o tema exige? E até à urgência. Não sei, confesso que estava em dúvida se a provocação à manifestação do Conselheiro Celso Schröder é nesse sentido de atender ao que está posto aqui!

Então, há uma preliminar que deveremos estabelecer, Conselheiro Jobim, certamente sem prejuízo da sua ideia de uma comissão de relatoria. Mas, se o Conselho já vai manifestar-se, é prudente que já nos manifestemos quanto a essas providências para suspensão do Plano Básico, senão corremos o risco de daqui a 30, 40 dias, quando nos reunirmos novamente, já não ser mais factível, já

não ser mais prudente que o Conselho tome providências e se manifeste. Precisamos avaliar isso.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Acabei de receber aqui a notícia de que temos um assessor da Anatel, Renato Lima, aqui presente e que se ofereceu para esclarecer alguma coisa, se for necessário. Aqui em público ou particularmente. Se for necessário, já está aí para oferecer um maior esclarecimento.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Eu acho importante.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Sr. Presidente, nas indagações do Conselheiro Cançado, há duas coisas. Primeiro, acho que temos cronograma suficiente para não decidir isso hoje. E, segundo, acho que este Conselho não tem a maturidade suficiente agora para simplesmente acatar uma carta da Abepec e dizer que recomendamos a suspensão do... Eu concordo com os argumentos, mas não posso dizer que o Conselho esteja apto a dizer o seguinte: "Realmente, pelo que diz a carta, está havendo um tratamento anti-isonômico, e nós devemos sugerir a suspensão de um leilão". Por isso, a minha sugestão de que isso fosse averiguado mediante uma comissão de relatoria técnica, responsável, para trazer as informações ao Conselho de forma mais acurada. Essa foi a minha proposta.

Conselheiro Cançado, não haveria um perecimento de direitos – na linguagem jurídica – se isso ficar adiado por essa deliberação em 30 dias, no meu entender.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – É essa informação que eu efetivamente não tenho. Desculpe-me, Presidente, por intervir assim, mas, se há tempo suficiente, então muito bem. A minha preocupação é se não vamos perder a oportunidade de nos manifestar sobre um tema com essa relevância, com essa dimensão social e com as acusações graves feitas aqui, nesse expediente da Abepec.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Celso Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Obrigado, Presidente.

Tentando compor uma posição. O Conselheiro Miguel Cançado tem razão, ou seja, o olhar que a Abepec faz é mais pessimista em relação ao tempo e ao encaminhamento que o Executivo está fazendo sobre isso. Por isso, eles nos pedem essa posição, que seria uma manifestação importante de suspensão.

Por outro lado, o Conselheiro Alexandre Jobim também tem razão, ou seja, nós não conseguimos ainda produzir uma posição ao longo desse tempo, e não vai ser agora, hoje, que poderíamos sair com uma posição definitiva sobre isso.

O que acho que a gente poderia fazer, Sr. Presidente, tentando compor com a posição do Alexandre e da Liliana, é realizarmos uma manifestação

acolhendo a preocupação da Abepec, ou seja, identificando-a, na posição da Abepec.

A Abepec traz uma novidade: não faz referência específica sobre a televisão. Não são os empresários que são... Ela faz referência a um elemento importantíssimo do ponto de vista do interesse público, que é o sistema público. Então, a partir dessa posição, isso nos dá certa liberdade. Acolhemos a preocupação da Abepec. Se não pedirmos a suspensão do leilão, sinalizemos para isso, ou seja, sinalizemos que o açodamento pode dar uma preocupação. Já disse isso, e acho que tem de ser uma correspondência, inclusive para o ministério e para a Anatel neste sentido, que o Conselho de Comunicação está montando uma comissão que vai debruçar-se sobre o tema profundamente e que sugere que essa preocupação seja acolhida, sem necessariamente tomar uma decisão tão firme como a Abepec, que tem posição firmada, até nós firmarmos a nossa posição.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Daniel.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – Acho essa sugestão do Conselheiro Schröder bastante plausível. Sem prejuízo dessa comissão que seria discutida e eventualmente montada, que o Conselheiro Jobim colocou, que essa manifestação aprovada hoje, Presidente, traga dois termos: um, essa questão dos canais públicos, que é o foco imediato da carta colocada pela Abepec, ressaltada pelo Conselheiro Schröder, de, no replanejamento dos canais, não estar sendo colocada a devida importância para todos os canais aprovados no decreto presidencial que trata da televisão digital. Ou seja, não estão previstos espaços para a criação e execução desses canais. Esse é um ponto. Mas que essa manifestação não deixe de contemplar o que foi trazido pela Conselheira Liliana, em que foi feito um cronograma reverso. Ou seja, todos os andamentos e a condução até o presente momento vêm sendo feitos de maneira correta, com os compromissos públicos, reforçados aqui pela Anatel e pelo ministério, cumpridos. No entanto, do fim do ano passado, quando ocorreu a audiência, para hoje, houve uma disposição e uma pressão – não nos leva a discutir qual o objetivo principal – para acelerar o processo do leilão. Então, foi marcada a data do leilão para agosto, e foi feita uma engenharia reversa, um cronograma reverso. Por isso, quando a Abepec coloca um certo açodamento dessa condução, ela tem razão. Está sendo feito e será colocado em consulta pública um regulamento de interferência antes de os testes serem finalizados e a consulta do edital antes de o regulamento haver sido finalizado. Ou seja, esse é o atropelo que vale uma manifestação pública do Conselho de Comunicação Social.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Fernando Cesar, Vice-Presidente.

O SR. FERNANDO CESAR MESQUITA – Eu tenho acompanhado essa questão dos 700MHz por causa da TV Senado, pois fui o autor do projeto de

criação e me bati muito pelas concessões dos canais, como defendo as outras emissoras que foram criadas também. E eu tenho acompanhado mais ou menos o trabalho que a Anatel está fazendo – inclusive fizeram recentemente testes, aqui, em Luziânia. Eu fui conselheiro da Anatel do Conselho Consultivo, representando o Senado e, portanto, conheço o pessoal da Anatel e acho um grupo muito competente, mas há os interesses pecuniários do Governo, que espera faturar bilhões com esse assunto. Eu não sei se é caso de se chamar novamente a Anatel para, diante dessa manifestação aqui da Abepec – a Anatel tem conselheiros competentes, engenheiros competentes – ver a questão técnica, porque a questão política da busca de dinheiro desesperada do Governo é outra coisa. Agora, com essas ponderações aqui, eu acho que, talvez, a Anatel pudesse mandar um dos seus conselheiros, que são muito bons, para discutir o assunto novamente aqui.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Daniel.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – Presidente, para completar a manifestação, eu acho que, como tem um representante da Anatel aqui presente, por uma coincidência, e ele se ofereceu para falar, que ele pudesse, ao final do debate dessa questão, fazer uma manifestação curta, de cinco minutos, explicando se há algum fato novo ou posição da agência, mas que isso não prejudique a deliberação sobre a manifestação oficial do Conselho, que vai ser tomada pelos conselheiros hoje.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheira Lílana.

A SRª LILIANA NAKONECHNYJ – Eu gostaria só, realmente, de confirmar que os testes que a Anatel está fazendo estão sendo muito benfeitos, estão sendo feitos corretamente. Nós temos acompanhado, a engenharia de televisão tem acompanhado. Então, não é por falta de competência técnica.

Realmente, a nossa preocupação é o atropelo, como foi colocado aqui, por exemplo, de um regulamento contra interferências ser publicado antes que os testes sejam terminados e que seja feita a avaliação do que significam os testes em termos de impacto, em termos de valor a ser investido em todas essas medidas de mitigação, que serão muitas. Senão, a gente realmente corre o risco de as pessoas não conseguirem mais ver televisão. Então, começa a tela a ficar preta, a tela a ficar congelada. E aí as pessoas vão achar: “É essa porcaria de televisão que não funciona mesmo, está congelando a tela a toda hora”. Ninguém vai nem imaginar que aquilo é porque foi ligado um telefone celular 4G ou uma ERB 4G nas proximidades.

Então, é muito importante que seja feito esse processo de uma forma adequada e que se terminem os testes. Os testes estão sendo benfeitos.

E, depois, que haja uma reflexão então sobre o que significam aquelas medidas, porque a medida não diz diretamente. A medida é um número,

e, a partir daquele número, é que se calcula então o que vai acontecer nas casas das pessoas. Isso pode ser feito, a Anatel tem competência para fazê-lo, mas há necessidade dessa tranquilidade. Que isso não seja açodado por outros interesses que nós podemos até imaginar.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Então, são dois assuntos para nós deliberarmos: primeiro, escutarmos o representante da Anatel, o assessor que está aqui presente; segundo, a questão da comissão de relatoria que foi proposta.

Em relação ao assessor da Anatel, querem ouvir? Podemos chamar? Está aqui presente e se ofereceu para esclarecimento.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Sr. Presidente, pergunto ao Conselho se nós vamos entender esse esclarecimento como uma posição oficial da Anatel, se ele tem condição de falar desse modo, senão nós vamos ser assessorados... Com todo o respeito. Inclusive, conheço o profissional, é excelente pessoa, mas está apto a responder pela Anatel?

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Eis a pergunta.

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Ou fala pela Anatel ou...

O SR. RENATO LIMA – Os nossos superintendentes podem vir aqui.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – O meu ponto é só de legitimidade, porque, se houver um assessor da Anatel falando aqui, ele tem de trazer a posição da Anatel. Se ele tem competência e mandato para isso, o.k. Agora, se ele não tiver... Porque o que for dito aqui vai ser a palavra da Anatel, e não vai poder ser desdita depois.

O SR. RENATO LIMA – Bom dia, Srs. Conselheiros, Sr^{as} Conselheiras. Eu me chamo Renato Lima. Sou da assessoria parlamentar da Anatel. Nós acompanhamos aqui o Conselho já há vários meses, vários anos. A informação que eu tenho é de que, para qualquer pedido do Conselho, seja por ofício, seja um pedido para audiência pública, os nossos superintendentes ou os conselheiros estão à disposição para vir aqui, inclusive nesta semana, se desejarem uma reunião técnica, porque o assunto envolve também o Ministério das Comunicações. Então, a Anatel está à disposição para qualquer tipo de interação com este Conselho.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – Então, acho que está manifestada a posição do representante da Anatel. Isso não elimina o que o Alexandre colocou, que é preciso buscar algum técnico, seja um conselheiro, seja um superintendente.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Na verdade, nós não temos a posição da Anatel. Foi dito que está à disposição. Isso nós sabemos. Acho que...

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Então, agora, a segunda questão. Vamos fazer a comissão de relatoria, como foi proposta pelo Conselheiro.

Conselheiro Miguel Angelo.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Presidente, já a respeito dessa questão da constituição da comissão, para que se dê resultado ao pedido, à provocação da Abepec, volto a dizer, pela dimensão, pela importância que contém, talvez fosse importante comunicar as providências então à Abepec e, ainda mesmo antes da nossa próxima reunião, essa comissão de relatoria reunir-se, talvez com a própria Abepec e com a Anatel, para encaminhar e nos trazer as respostas nessa próxima reunião. Já expressei a minha no sentido da constituição dessa comissão, mas com providências antes mesmo da nossa próxima reunião, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Pergunto: mais alguém quer opinar sobre a questão da comissão de relatoria ou podemos passar a votar?

O SR. FERNANDO CESAR MESQUITA – Concordo que a comissão de relatoria ouça oficialmente a Anatel.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – A Anatel e a Abepec, não é?

O SR. FERNANDO CESAR MESQUITA – Juntamente com a Abepec. Que faça, então, uma reunião em que...

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Celso Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Desculpe, só uma dúvida, para ver se estamos caminhando sobre as nossas decisões. Tudo isso, garantida a consideração do Conselheiro Daniel Slaviero, ou seja, garantida a manifestação?

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Da Anatel?

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – A nossa manifestação à Anatel e ao Ministério das Comunicações.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Posso, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Pois não.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Mas não a manifestação depois dessa consulta, desse debate, dessas informações.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Agora, então, precisamos ver direitinho. Estamos vendo dois lados.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Confesso não ter compreendido bem, Schröder.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Presidente, posso? (*Pausa.*)

Acho que a decisão que está sobre a mesa seria a seguinte: acolhermos a carta da Abepec não para dizer que estamos concordando com o

pedido de suspensão, mas que estamos preocupados com os argumentos da Abepec e com os argumentos trazidos aqui pela Conselheira Líliliana, de que está sendo lançada uma resolução, um regulamento de interferência antes de terminados os testes, para ver se interfere ou não. Isso leva a uma preocupação quanto a um aqodamento desse processo de licitação.

Considerando isso, poderíamos já criar a comissão de relatoria, com esses dois considerandos, para responder à Abepec e, talvez até, já comunicando à Anatel e ao Ministério das Comunicações essa preocupação, para que se pudesse enviar ao Conselho suas manifestações, por escrito, para compor inclusive o estudo dessa comissão de relatoria, até com a possibilidade da manifestação do Poder Executivo.

É uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Outras considerações? *(Pausa.)*

Conselheiro Nascimento Silva?

O SR. NASCIMENTO SILVA – Presidente, gostaria da ajuda do senhor e dos demais conselheiros. Estou entendendo que não vamos acatar a manifestação da Abepec, nesse primeiro momento. É isso?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NASCIMENTO SILVA – O contrário? O.k.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Pois não.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – O que entendo – me corrija, Conselheiro Schröder – é que tanto estamos preocupados com a posição da Abepec que estamos criando uma comissão de relatoria e vamos responder dizendo que estamos acatando essa preocupação. O que não estamos deliberando agora é se vamos pedir ou recomendar uma suspensão do processo licitatório. Só isso.

O SR. NASCIMENTO SILVA – O.k. Vai postergar. Seria isso.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Gilberto Leifert.

O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT – O Conselho se solidariza com a manifestação da entidade, propõe a criação da comissão e manifesta preocupação também em relação ao cronograma, uma vez que o Conselho, este, se reúne mensalmente e poderá haver prejuízo para o entendimento do Conselho e sua capacidade de influir no tema se esse cronograma for assim mantido. Teremos poucas oportunidades de voltar ao tema, de analisá-lo em profundidade. Então, preocupação também em relação ao cronograma.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Fica bem assim, Celso?

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Como estamos retomando sempre, acho que a formulação que o Conselheiro Daniel fez me pareceu até

agora a mais completa: trazer as duas argumentações, a dos engenheiros, que alegam uma televisão aberta comprometida ou ameaçada ou, pelo menos, com risco, em função do espectro... E acho que, para justificar inclusive a nossa correspondência, temos de fazer referência ao sistema público de comunicação. Estamos atendendo a essa organização. Nesse caso, sim, em vez de dizermos, de pedirmos, como eles estão fazendo, pois já estão com posição firmada pedindo a suspensão, que nós sinalizemos a nossa preocupação, dizendo que estamos retomando esse debate e fazendo uma comissão, etc., etc.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – A primeira pergunta é, então, se aceitamos seja feita desta forma a resposta à Abepec, dizendo que acolhemos a preocupação e que vamos eleger uma comissão de relatoria para tratar do assunto, etc. É mais ou menos por aí que nós vamos.

A segunda questão é a comissão de relatoria.

Segundo o art. 31:

Art. 31. Para cada matéria que lhe for distribuída nos termos do art. 3º deste Regimento, o Conselho decidirá se deve ser eleito relator ou constituída comissão de relatoria, com 3 (três) membros titulares, sendo 1 (um) de cada segmento representado no Conselho (patronal, empregados e sociedade civil).

Três membros titulares devem fazer parte da comissão de relatoria.

O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT – Sr. Presidente, a Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão, dada a complexidade do tema e seu caráter técnico, deveria ser convidada a compor. A engenheira Liliana e o engenheiro Roberto Franco são integrantes da organização.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Claro, podemos... Como é titular o Roberto Franco, podemos já colocá-lo.

Outro membro do Conselho?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Schröder?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – E falta um da sociedade civil.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Fernando Cesar Mesquita?

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Pois não. Pode falar. Estamos escutando. *(Pausa.)*

Fernando Cesar, então? *(Pausa.)*

Podemos, então, fazer esta nomeação – Roberto Franco, Celso Schröder e Fernando Cesar – para essa comissão de relatoria, que teria a

incumbência de falar com a Anatel, com a Abepec e trazer na próxima reunião o seu relatório. É isso?

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Exatamente, Sr. Presidente.

Justamente para ressaltar que é importante que este Conselho delegue à comissão a possibilidade de pedir informações oficiais da Anatel e do Ministério das Comunicações sobre esse processo. Geralmente é feito pela Mesa do Conselho. Poderá utilizar a Mesa do Conselho para fazer isso, mas que essa comissão possa dirigir-se, em nome do Conselho, para pedir informações.

É importante que isso fique registrado.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Alguém tem algo em contrário em relação a isso?

Gilberto Leifert?

O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT – Não em contrário, mas no mesmo sentido. Que eles possam realizar diligências; que essa comissão de relatoria os autorizará a realizar diligências para a realização do trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – O Conselho, então, elege essa comissão de relatoria para essa finalidade.

Quem está de acordo permaneça como está. *(Pausa.)*

Então, na próxima reunião do Conselho, teremos...

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Sr. Presidente, desculpe. Posso?

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Pode.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Já comunicando à Abepec essa providência, como encaminhar, não é?

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Sim. Já foi decidido antes que seria essa comunicação. Isso já foi colocado.

Esse item está resolvido?

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Sr. Presidente, para nós, também... Há uma comunicação à Abepec, mas há também uma comunicação à Anatel e ao Ministério. Então, queria propor que esta Comissão que ficou também elaborasse um texto, muito sucinto, que reproduzisse a nossa discussão aqui para encaminharmos, preparatoriamente inclusive, essas diligências e contatos que vamos fazer.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Sim, a questão de datas, de tempo, aquilo que foi colocado aqui de certa forma por todos.

ITEM 4 – Discussão do tema "programa A Voz do Brasil", objeto do PLS 19/2011, da Senadora Marinor Brito, e do PL 595/2003, da Deputada Perpétua Almeida (com Substitutivo do Senado Federal).

Esta Presidência informa que o PLS nº 19, de 2011, da Senadora Marinor Brito foi encaminhado para decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, em 14 de fevereiro de 2011, e

que, enquanto aguardava a realização de audiência pública naquele colegiado, com a participação da EBC, teve requerimento aprovado em plenário do Senado para seguir a exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática desta Casa Legislativa, onde atualmente se encontra, recebendo parecer favorável ao projeto, com três emendas oferecidas pelo Relator, Senador Lobão Filho.

Quanto ao PL nº 595, de 2003, da Deputada Perpétua Almeida, informamos que foi apreciado pela Casa de origem, com alteração no texto inicial, e encaminhado ao Senado Federal em 22 de novembro de 2006, Casa que o revisou com oferecimento de substitutivo. A matéria, assim, retornou à Câmara dos Deputados, onde se encontra em fase de inclusão em Ordem do Dia.

Convido os Conselheiros Maria José Braga e Alexandre Jobim para encaminharem suas apreciações a respeito das proposições examinadas.

Conselheira Maria José.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Sr. Presidente, obrigada.

Nós, da Federação Nacional dos Jornalistas, propusemos essa pauta ao Conselho de Comunicação Social do Congresso, a este colegiado, justamente porque o projeto da Senadora Marinor Brito estava tramitando em caráter terminativo na Comissão de Educação, e corria-se o risco de o projeto ser aprovado ou rejeitado sem uma manifestação deste Colegiado.

Na ocasião em que fizemos a proposta, na nossa reunião passada, o Conselheiro Jobim pediu que também fosse discutido o projeto da Deputada Perpétua.

Esses projetos, vamos dizer, são antagônicos, já que a Senadora Marinor Brito propõe que o programa A Voz do Brasil, o programa radiofônico mais antigo do Brasil ainda em transmissão e em retransmissão, seja considerado patrimônio cultural imaterial.

O que significa isso? Ao ser considerado patrimônio cultural e imaterial, o programa passa a ser protegido, e protegido em todas as suas características, inclusive do ponto de vista do formato. Trata-se de um programa informativo, de caráter estritamente informativo, com notícias dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. É um programa obrigatoriamente transmitido e retransmitido por todas as emissoras de rádio do Brasil e, portanto, é o programa que atinge a maior quantidade de brasileiros em todas as regiões do País, garantindo minimamente a todos os brasileiros a possibilidade de terem informações sobre o que ocorre do ponto de vista dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e, portanto, um programa essencial para que a sociedade brasileira possa, sim, ter conhecimento e, se for o caso, agir em relação às ações desses poderes.

Então, consideramos a propositura pertinente, justamente para garantir esse que é, de fato, um patrimônio brasileiro. E consideramos que o

projeto da Deputada Perpétua, de alguma forma, provoca uma descaracterização dessa integração nacional que o programa A Voz do Brasil possibilita, por propor – e o substitutivo feito no Senado de alguma forma mantém a proposição – a flexibilização do horário de transmissão, terminando com o que a gente chama de uma grande cadeia nacional informativa por meio de A Voz do Brasil.

A nossa preocupação é garantir uma manifestação expressa deste Conselho, antes que esses projetos sejam deliberados no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Muito bem.

Conselheiro Alexandre Jobim.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Sr. Presidente, senhores membros do Conselho, eu gostaria de pedir um momento de atenção, porque acho que o tema é bastante pertinente.

Sem prejuízo da louvável iniciativa da Conselheira Maria José, eu tenho o entendimento de que isso nós deveríamos ter tratado, primeiro, numa das comissões temáticas, e não o tema ser pautado diretamente no Plenário. E justamente é isso que aconteceu, ou seja, se fosse uma questão de marco regulatório ou da Comissão de Liberdade de Expressão, acho que poderia ter sido criado um debate prévio para chegar a esta Comissão. Mas, quanto a isso, não vamos nos furtar ao debate, obviamente.

São dois projetos, que eu não entendo como antagônicos, Sr. Presidente. Eu acho que eles podem até ser complementares em um aspecto.

Primeiro, vou me manifestar sobre o projeto de lei da Senadora Marinor Brito. Tem dois objetos específicos esse projeto. O primeiro dispositivo é realmente antagônico, porque estabelece que terá obrigatoriamente sua transmissão realizada de segunda a sexta-feira, das 19h às 20h, no horário de Brasília. Ou seja, um projeto de lei que diz uma coisa que uma lei já dispõe; é completamente inócuo esse dispositivo porque ele quer criar uma lei em cima de um dispositivo que já existe. Esse é o primeiro ponto.

O segundo dispositivo na verdade é o art. 3º:

Art. 3º Cabe aos entes do Poder Público, nos termos do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, instituído pelo Decreto 3.551/2000, zelar pela manutenção da integridade do programa A Voz do Brasil [...]

Obviamente que o objeto até explícito, e não implícito, desse projeto de lei é a manutenção do formato de A Voz do Brasil, conforme muito bem colocou a Conselheira Maria José.

Eu queria trazer só uma questão técnica, que não fui eu quem levantou: no dia 20 de maio de 2013, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, houve uma audiência pública para debater esse projeto. Eu até participei, representando a Abert (Associação

Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão), em que sou membro do conselho superior. Eu queria assinalar uma questão de natureza técnica. Houve participante da Secom, do FNDC, mas a Sr^a Jurema de Sousa Machado, Presidenta do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a quem cabem esses registros, manifestou-se contrariamente por uma questão de natureza técnica. E eu peço a paciência dos senhores. É um trecho bastante pequeno de uma grande manifestação que ela fez: ela entende que não tem como fazer um registro dessa natureza, como se fosse quase um tombamento, embora sejam institutos jurídicos distintos, porque não vai ter o que salvaguardar.

Diz ela o seguinte:

Eu sinto muito. Na verdade, eu acho que, pela forma como o projeto está colocado, ele vai prestar um desserviço àqueles que pretendem a manutenção, porque ele vai ser questionado pela incompatibilidade dele com o instrumento tal como ele é hoje.

A salvaguarda, só para finalizar, também reconhece a dinâmica.

Ela traz aqui vários aspectos que não têm como enquadrar essa questão da imaterialidade do projeto de A Voz do Brasil por nenhum dos chamados livros, o Livro de Registros dos Saberes, ou das Celebrações, ou das Formas de Expressão, ou dos Lugares. Então, houve uma manifestação técnica nessa audiência pública que fala da impossibilidade de que o IPHAN venha a fazer a continuidade disso e a manutenção, porque isso tem de partir da sociedade.

Há um questionamento, inclusive, de iniciativa, porque, segundo a jurisprudência por ela citada – não sou eu que estou dizendo –, há várias decisões judiciais dizendo que não cabe a manutenção e a iniciativa por lei dessa natureza, e, sim, uma manifestação da sociedade ao IPHAN, que, avaliando a possibilidade de ingerência nessa manutenção, pode assim fazê-lo.

Isso não retira, Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, a importância da chamada A Voz do Brasil. Ela é reconhecida, seja porque é o programa mais antigo, seja porque é um programa que alguns ouvem... Há uma recente pesquisa divulgada da Secom que indica que bem menos de 50% da população brasileira ouvem A Voz do Brasil, e aqueles que a ouvem, ouvem só um pedaço, ao ponto de outra pesquisa da Datafolha delimitar que somente 3% a 4% ouvem a sua integralidade, mas com isso não se quer desmerecer o programa A Voz do Brasil.

E, aí, vamos falar do outro projeto. Este é o projeto de lei da Senadora Marinor Brito, do PSOL do Pará. Existe outro projeto de lei, da Deputada Perpétua Almeida, do PCdoB do Acre, que propõe uma flexibilização. Ela reconhece a importância do projeto de A Voz do Brasil, mas flexibilizaria: esse

programa continuaria obrigatório para todas as emissoras de rádio... É bom que se deixe registrado isso: há uma confusão e uma pretensa vontade, digamos, de confundir, entendendo que flexibilizar é acabar. Flexibilizar não é acabar. Continuaria obrigatório entre todas as emissoras de rádio do Brasil, só que com uma flexibilidade, para que a emissora colocasse em uma hora ininterrupta entre 19 e 22h, com obrigação de que, sempre às 19h, todas as emissoras anunciassem a hora em que vai passar e retransmitir, isso numa grade fixa, e não a cada dia colocar uma coisa ou outra.

Esses são os dois pontos. Por um lado, embora eu ache que isso deva ser tratado, primeiro, numa comissão para trazer, digamos, um parecer de uma relatoria, ou individualmente, para ser apreciado pelo Conselho, há dois projetos: um, que pretende colocar como imaterial; está no Legislativo já há bastante tempo, está em fase terminativa. Por estar em fase terminativa, o Senado Federal já fez uma audiência pública, que teve esse resultado. Por outro lado, há outro projeto que também está em Plenário, Sr. Presidente. Já foi aprovado pela Câmara, primeiramente, foi para o Senado, que o aprovou, e voltou para a Câmara, porque houve um substitutivo com modificação, que está também em fase terminativa no Plenário da Casa.

Então, da mesma forma que a Conselheira Maria José propõe que este Conselho tenha uma posição favorável, eu não sou contra a existência de posição imaterial, não nos termos do projeto com a obrigatoriedade das 19h. Mas, então, que tenha também uma manifestação favorável deste Conselho para o Projeto nº 595, de 2003, pela flexibilização; ou, então, criamos uma comissão ou remetemos esse tema a uma das comissões temáticas para um debate mais exaustivo, de forma a trazer um parecer que possa ser apreciado pelo Conselho.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Então, nós tivemos os dois que colocaram suas opiniões.

Agora, convido-os a se manifestarem. Começamos com o Nascimento, depois Celso e, depois, Maria José.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Nós já fizemos essa discussão em outros fóruns. A flexibilização nós não entendemos como viável, não só do ponto de vista da sociedade de forma geral, mas para comunicação ou, principalmente, para comunicação. A Voz do Brasil é um instrumento que efetivamente passa a informação do que ocorre tanto no Senado, no Congresso e na Justiça, de forma geral.

Mas quero dizer que estou querendo chegar ao finalmente. Eu quero votar, porque já há manifestação clara da própria Abert, de que é a favor da flexibilização.

Então, a única forma de manifestar aqui não é falar que sou a favor e trazer aqui as argumentações, que já foram inclusive externadas pela própria Fitert. Eu quero já definir o meu voto e, de antemão, já sou favorável ao projeto,

esse que a Conselheira Zezé mencionou, e sou contra a flexibilização por conta de manifestações já feitas pela própria Fitert.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Celso Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Obrigado, Presidente. Eu acho que, para a gente compreender um pouco a existência desses dois projetos, é preciso inseri-los no debate, que não é de agora. Esse debate vem há algum tempo. E o debate vem de onde? O debate vem da compreensão das empresas de radiodifusão, de que elas têm de ter mais autonomia nas suas grades, do ponto de vista de gerenciamento, de otimizar a audiência, etc. E faz parte, são legítimas as suas aspirações, até porque não vi nenhuma manifestação contra A Voz do Brasil. O Alexandre tem razão: não é contra A Voz do Brasil. De flexibilização. Por quê? Porque isso atende os seus interesses.

Por isso, há dois projetos, Presidente. Quer dizer, o projeto de tombamento não aparece como um projeto com valor em si mesmo. Ele vem para enfrentar essas ações de flexibilização que não são de agora, que não estão contidas só neste projeto e que correspondem, na verdade, a centenas de milhares de ações – não sei se centenas de milhares, mas, com certeza, centenas de ações – ao longo do País, inclusive em alguns momentos respondidas judicialmente, positivamente, para as empresas. Tivemos alguns casos de rádios que tiveram... Por exemplo, no Rio Grande do Sul, a Rádio Gaúcha estava flexibilizada. Houve, depois, derrotas dessas posições, e, por isso, a tentativa de flexibilizar do ponto de vista de um projeto nacional foi objeto de lei – o que é legítimo, não há problema algum.

Qual é a posição que nos parece defensável? Primeiramente, Sr. Presidente, A Voz do Brasil não é uma expressão da democracia brasileira na sua história. Ao contrário, A Voz do Brasil foi democratizando-se na medida em que o Brasil foi democratizando-se. A Voz do Brasil chegou a ser, em algum momento, a expressão do autoritarismo, a expressão da ausência de possibilidade da fala plural para além do que o Estado brasileiro propunha nesses períodos tão difíceis para a vida brasileira. Mas ela adquire uma condição democrática que, parece-me, não podemos ignorar não só do ponto de vista da sua história, de representar uma posição contínua de fala do Estado brasileiro com a população, independentemente das posições mais ou menos libertárias que houvesse naquele momento. Mas, nesse momento, se ela não foi a expressão da democracia, ela é a expressão da democracia.

E eu acho que é defensável sua manutenção da forma como está, por uma ideia contida que todos os países democráticos têm, e inclusive as televisões abertas cumprem este papel. É uma ideia que um teórico francês importante defende – aliás, nós o estamos trazendo, a Federação Nacional dos Jornalistas, para o nosso congresso de abril, em Maceió, o filósofo e sociólogo Dominique Wolton – que é a necessidade do que ele chama de grande público, ou

seja, a necessidade de um país ter vozes que unifiquem a sua cultura, que deem a condição nacional, em que pese também a necessidade de expressões regionais.

Então, no Brasil, além das televisões abertas, A Voz do Brasil tem cumprido isso ao longo do tempo. Portanto, parece-nos que flexibilizá-la, embora atenda uma dimensão comercial, uma dimensão legítima do ponto de vista da gestão das empresas, constrói um desserviço para a cultura brasileira. E não é só para cultura brasileira, mas principalmente para essa unidade que o Brasil conseguiu, de maneira inédita, se olharmos, por exemplo, países europeus, acerca de unidade linguística, unidade política, que tantos revezes sofre e onde se produzem, muitas vezes, situações, como estamos acompanhando, neste momento no mundo, de violência a partir dessa falta de unidade nacional. O nosso País conseguiu isso por inúmeras razões, entre elas a existência de A Voz do Brasil.

Então, parece-me que a manutenção, a ideia de tombamento, tem, independentemente da posição e da consideração do IPHAN, essa ideia política mesmo, de defesa. Ou seja, esse projeto precisa ser defendido dessa forma. Por isso, parece-me incompatível que emitamos uma posição favorável às duas.

Acho que a ideia de uma é exatamente o enfrentamento da ideia da outra. A ideia do tombamento significa preservar esse patrimônio que foi sendo democratizado e inclusive – preciso registrar aqui – qualificado. Hoje, A Voz do Brasil tem uma qualidade nos seus três aspectos: tanto no Executivo, no Legislativo, como no Judiciário, tem qualidade jornalística que falta em alguns – e digo isso como Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas – outros espaços, que não têm essa característica estatal que está prevista na nossa Constituição.

Então, quero fazer uma manifestação de defesa dessa posição, no sentido de que o debate – e acho que o Conselheiro Alexandre tem razão – já está acontecendo em alguns locais, e podemos fazê-lo aqui, não perdendo de vista essa condição de urgência que está na Casa e que exige de nós uma posição. Se não for a votação agora, como quer o Conselheiro Nascimento, que esteja dentro do cronograma anterior às votações e que este Conselho possa fazer o debate e decidir aqui dentro qual é a posição majoritária, se não for o caso de um consenso, a respeito desses dois projetos.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheira Maria José.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Eu gostaria apenas de enfatizar – e disse isso no início da minha fala – que eu concordo com o Conselheiro Jobim. Teria sido muito bom se tivéssemos, ou tivermos tempo – e aí talvez a assessoria da Casa possa nos ajudar – de fazer o debate mais aprofundado com um relatório que possa subsidiar todos os Conselheiros para as suas manifestações.

Nós, da Fenaj, propusemos que entrasse imediatamente na pauta, Conselheiro Jobim, em razão da informação que nós tínhamos de que estava em caráter terminativo na Comissão de Educação. Se houve uma modificação, se esse projeto da Senadora Marinor Brito, foi encaminhada agora para a Comissão de Comunicação, Ciência e Tecnologia e está tramitando naquela Comissão, talvez nós tenhamos aí um prazo para nos qualificarmos mais aqui internamente e produzirmos se não um consenso, como o Schröder disse, mas uma posição majoritária significativa deste Conselho. Mas aí a gente precisa também estar atentos aos prazos do projeto da Senadora Perpétua, que também já tramitou e que, segundo, tenho que ver aqui, eu...

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM (*Fora do microfone.*) – Ficou muito tempo também parado no plenário.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA –... está pronto para ser votado pelo Plenário, mas a gente pode ver com a nossa assessoria, com os nossos competentes assessores do secretariado do Conselho, se há uma previsão e se a gente pode fazer sim uma comissão de relatoria e trazer para este Conselho argumentos mais claros e mais, vamos dizer assim, identificáveis por todos, para que a gente possa tomar uma posição coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Antes de passar para o próximo, também me inscrevi, só quero contar uma experiência.

Agora durante a Jornada Mundial da Juventude, nós precisávamos de tradução para seis línguas diferentes das celebrações da noite. Então pedimos autorização para essas emissoras que só pegariam ali na região de Copacabana para traduzir em polonês, em francês, alemão, em inglês e tudo o mais as celebrações. Nós nos deparamos com a obrigatoriedade de transmitir A Voz do Brasil no mesmo horário. Não podíamos traduzir. Tivemos que entrar com uma questão no Judiciário para poder funcionar o que nós queríamos. Queríamos ter uma emissora só para Copacabana, que estava transmitindo A Voz do Brasil, e não traduzindo a celebração.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Só para complementar. Nós vamos ter, na Copa do Mundo agora um terço dos jogos da Copa começando às 19h, ou terminando às 19h, ou começam às 18h, que vão tangenciar e os rádios não vão poder transmitir também.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Então são questões... A questão da Jornada foi uma dificuldade que nós enfrentamos, mas só para contar uma experiência.

Daniel.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – Presidente, este debate da flexibilização de A Voz do Brasil pelo tema, só pelas discussões iniciais, é uma demonstração clara de que traduz paixões, culturas. Não seria para menos, porque o programa tem a sua fundamental relevância, porque transmite informações dos Três Poderes e, acima de tudo, ele está no ar neste horário

desde 1935. Então se justifica aí toda essa sensibilidade, essa paixão manifestada pelo Conselheiro Nascimento.

Mas eu queria fazer um retrospecto. Esta discussão sobre patrimônio material eu acho que o próprio Conselheiro Jobim, ao trazer a manifestação da Presidente Do IPHAN, por si só, já impediu que o processo tramitasse quando, lá na Comissão de Educação, na verdade, esfriou esse processo que estava tramitando com uma velocidade enorme porque ela disse que é impossível, que não pode ser tecnicamente considerado um patrimônio material. Então a pessoa que tem mais conhecimento, a responsável pelo IPHAN dar uma informação dessa na Comissão de Educação foi um banho de água fria nesse processo.

Acho que a grande discussão que se coloca aqui é a questão da flexibilização de A Voz do Brasil. Para que o Conselho possa se manifestar, nós precisamos fazer um amplo debate sobre isso. Existem fatos novos, existem discussões, abordagens novas. E a própria manifestação do Presidente traz sentimentos vividos em casos reais. A Jornada Mundial da Juventude teve esse impedimento. Quando houve o acidente da TAM...

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Eram emissoras não oficiais; emissoras só para aquela semana.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – Mas não puderam fazer essa transmissão, ou precisaram de um respaldo liminar, porque tinha 19 horas. Quando houve as enchentes no Rio de Janeiro ou no Nordeste, ou o acidente da TAM, toda a população foi privada dessas informações absolutamente relevantes naquele momento porque tinham de transmitir obrigatoriamente A Voz do Brasil.

Dos 64 jogos da Copa do Mundo, os 24 passam pelas 19 horas, ou seja, a população que tem no rádio o seu meio para escutar Copa do Mundo também terá prejuízo.

Recentemente, quinze dias atrás, foi divulgada uma pesquisa da Secom, a mais ampla pesquisa sobre consumo de mídia no País, com 848 Municípios, mais de 18 mil pessoas ouvidas, e um dos pontos colocados foi que 66% nunca ouvem A Voz do Brasil, 4% ouvem todos os dias e 15% ouvem uma vez por semana. Esses dados não são – volto a dizer – para tirar a importância e a necessidade de A Voz do Brasil ser veiculada no País, a grande questão é sobre a obrigatoriedade dela às 19 horas.

Esse PL da Perpétua Almeida já tem mais de 11 anos de tramitação aqui no Congresso Nacional, já passou por todas as Comissões e visa a adequar A Voz do Brasil a uma realidade nacional.

Só lembrando, Conselheiro Schröder, que A Voz do Brasil, como você mesmo colocou, não provém de uma democracia, mas de uma iniciativa ditatorial do então Presidente Vargas, em 1935, e naquela época havia apenas 44 rádios no País. Hoje são mais de dez mil emissoras e uma pluralidade de meios, sem contar com a internet, que não tem essas restrições. E o que acaba

acontecendo? Essa audiência acaba migrando para outros meios de comunicação.

O que as emissoras querem não é uma autonomia para colocar A Voz do Brasil em qualquer horário, elas querem adequar ao melhor horário dentro do seu segmento de programação. O que eu quero dizer com isso? É que uma rádio *news*, uma rádio que tem trânsito, certamente, se aprovado esse projeto, não continuará exibindo A Voz do Brasil às 19 horas, mas às 21 horas, quando o horário do trânsito já estará mais ameno. Ao contrário de uma rádio que transmite futebol, que tenha suas transmissões a partir das 19h45, com as rodadas do Campeonato Brasileiro. E assim por diante. Uma rádio jovem tem às 21 horas o seu horário nobre. Então, a tendência é que ela seja colocada às 20 horas.

Quero dizer com isso que são vários argumentos para que façamos um amplo debate sobre o assunto, sem elevar questões preconceituosas, Conselheira Maria José. De prático, sugiro que esse tema seja encaminhado à Comissão do Marco Regulatório, da qual está aqui o Presidente Miguel Cançado, e naquele âmbito possa ser designada uma Comissão de Relatoria, sejam convocadas – se for o caso – discussões, audiências públicas, o representante da Secom, outras entidades envolvidas nesse assunto, para que A Voz do Brasil seja colocada no seu devido padrão.

Trazendo esses estudos, a própria Abert tem várias pesquisas. E uma pesquisa recente do Datafolha diz que a maioria significativa da população é favorável à flexibilização. E eu digo mais, a flexibilização, Conselheira Maria José e Conselheiro Nascimento, tem como probabilidade o aumento de audiência de A Voz do Brasil por um motivo óbvio: vai aumentar a exposição de A Voz do Brasil, porque hoje quem não escutá-la hoje às 19 horas não pode escutá-la mais, e quem não escuta às 19 vai poder escutar às 20; e quem não escutar às 20 pode escutar às 21. Ou seja, uma vez que você aumenta a exposição do programa, a possibilidade e a tendência – e a pesquisa Datafolha aponta – é de que o percentual de possibilidade de aumento de audiência é de 13%, que isso seria benéfico para A Voz do Brasil. Mas eu acho que não vale a pena ficar discorrendo muito sobre os termos técnicos e os argumentos favoráveis e contrários, mas que isso possa ser remetido para a Comissão, que o Presidente encaminhe o debate dentro da Comissão do Marco Regulatório, e aí os eventuais consensos e dissensos virão novamente para o Plenário do Conselho para ser apreciado. É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Jorge Coutinho.

O SR. JORGE COUTINHO – Obrigado, Presidente.

Estou ouvindo falar de A Voz do Brasil. Semana passada, eu estava na Candelária, que é o foco de confusões no Rio de Janeiro, em um táxi para ver a Njinga: Rainha de Angola...

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Na região da Candelária e não a Igreja. (Risos.)

O SR. JORGE COUTINHO – Região da Candelária. Ali acontece tudo de bom: os grandes desfiles das escolas de samba foram ali, as coisas boas acontecem na região da Candelária. Então, estava no táxi para ver Njinga: Rainha de Angola, um filme angolano. E, conversando com o rapaz do táxi, vi que ele estava ouvindo A Voz do Brasil. Interessante que, nesse papo com o motorista, surgiu até *O Analfabeto Político*, porque ele questionava com sua mulher o porquê de ele ouvir A Voz do Brasil: ele aprendia muita coisa com A Voz do Brasil. Aí veio *O Analfabeto Político*, as pessoas que não querem ler, enfim, a política está aí porque ninguém quer ler *O Analfabeto Político*. Eu achei interessante eu estar em um táxi e a pessoa falar de A Voz do Brasil e discutir Bertolt Brecht, o que é muito importante.

Eu acho que A Voz do Brasil é muito boa. Eu acho que tem que mudar o formato dessas coisas que são feitas. Geralmente, quando fala na Secom, diz-se que é tudo enlatado, quer dizer, qualquer coisa que aconteça no Rio de Janeiro, no sistema da Radiobrás, dia de domingo, é tudo enlatado, os programas são gravados. Os programas não são feitos ao vivo. Então, não tem brecha de entrar algo como “caiu a Ponte Rio- Niterói”. Não tem como porque é gravado!

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Pelo amor de Deus!

O SR. JORGE COUTINHO – Estou falando a realidade do rádio e do fato de que temos que levar isso a sério. A comunicação, da qual a gente tanto fala aqui, tem que ser muito mais séria e tem que ter gente no estúdio, sim, para falar e para comentar. Eu acho que a televisão, o rádio, tem a necessidade da informação, e a Rádio Nacional é uma rádio poderosa, e A Voz do Brasil já diz, é a voz de todo o Brasil. Então, tem que ter, sim, outro formato, talvez um formato de rádio-teatro para a pessoa se prender mais ao que está sendo dito, e não àquela xaropada: “Agora o senador fulano de tal fez...”. Isso também é cansativo, mas um rádio moderno, sim.

Então, eu sou a favor da continuidade. E até parto na direção do Nascimento para o voto, ou senão para uma ampla discussão do que é rádio, porque eu gostaria muito de discutir nesse sentido de rádio, rádio e da própria comunicação, já que eu faço parte talvez através da televisão, do palco, mas eu gostaria muito de discutir isso. É muito importante se discutir rádio, que é um veículo da maior importância do País.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Miguel Angelo.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Presidente, mas uma informação de ordem prática, porque eu vejo que nos encaminhamos aqui, dada a

dimensão e a importância do programa A Voz do Brasil, para um debate mais amplo a respeito do tema, a respeito deste PL da Senadora Marinor Brito.

Indago V. Ex^a se nós estamos aqui em uma análise de ofício ou se há alguma provocação das duas Casas Legislativas, e se, nesse caso, temos tempo suficiente para esse necessário debate mais amplo.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Na verdade, foi uma provocação da Maria José Braga, que colocou o tema...

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – É porque, na minha pauta, não está registrada a origem da provocação. A Conselheira Maria José Braga é a autora...

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – A Comissão pediu para falar sobre o tema, e o Conselheiro Jobim quis pontuar do outro lado.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – E temos tempo suficiente para esse debate mais amplo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Eu creio que até agora não se sabe...

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Sim. É importante até a ideia de se levar para a Comissão do Marco.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Sr. Presidente, o primeiro projeto V. Ex^a comunicou que foi enviado para a Comissão Ciência e Tecnologia. O projeto de A Voz do Brasil, o da flexibilização, está parado desde o ano passado ou até mais, na verdade, desde 2012, na pauta do plenário, aguardando um acordo de liderança para votação e esperando, na verdade, o destrancamento de pauta, em que há várias e várias medidas provisórias, vários e vários projetos em regime de urgência.

Então, acho que nós temos tempo suficiente, respondendo à indagação do Conselheiro Cançado de forma oficiosa, e não oficial, obviamente, para fazer uma análise mais apurada do tema. Acho que, hoje, não podemos fazer uma análise e decidir por A ou por B, até porque tem de ser produzido um relatório à altura do que tem feito este Conselho nas suas manifestações.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Um é de 2003; o outro, de 2011. São os dois projetos.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Posso concluir, então?

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Sim.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Então, parece-me pertinente a sugestão, a propositura do Conselheiro Daniel Slaviero no sentido de que isso seja afetado à Comissão do marco regulatório, para lá promovermos, imediatamente, talvez na próxima sessão, o debate acerca do tema, se não houver aqui objeção, é claro.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Com a palavra, o Conselheiro Celso Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Eu queria enfatizar a proposta que a Conselheira Maria José fez. Além das suposições de que, sim, está desde 2013 e de que vai ficar lá ou de que não vai ficar lá, nós sabemos que há uma enorme pressão de um lado e de outro para que seja aprovado. Portanto, pelas informações que tenho, nada nos garante que não seja votado, porque as pressões estão lá.

Então, a proposição que faz a Maria José é a de que a Secretaria deste Conselho faça uma consulta sobre isso e dê a sua avaliação, se houver a possibilidade e a capacidade de este Conselho, garantida a não votação, remeter isso para a Comissão, porque senão estarei com o Conselheiro Nascimento. Ou seja, se isso for votado amanhã, pelo menos quero que o Brasil registre a minha posição, pois quero me manifestar sobre isso para a história, sem ser muito arrogante na minha posição.

Então, eu queria garantir a proposição da Conselheira Maria José de que a Secretaria, com a Presidência, com a Mesa, pudesse fazer uma avaliação junto às Presidências das Casas, para ver se é garantido isso. Também fazemos isso no tempo que nos for dado pela tramitação, não a partir de suposições nossas, pois me parece que não temos elementos para isso.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Com a palavra, o Conselheiro Fernando Cesar.

O SR. FERNANDO CESAR MESQUITA – Conheço bem essa discussão sobre a Voz do Brasil. Fui diretor do Sistema de Comunicação do Senado e entendo perfeitamente qual é a posição da Abert. Acho justo que ela esteja defendendo os interesses comerciais das empresas de rádio. Acho que esse é um direito da Abert, é um direito das emissoras.

É uma concessão do Governo. Mas acho que a Voz do Brasil, embora, como foi dito aqui, tenha uma origem espúria, que foi o DIP, evoluiu muito. Tenho aqui o acompanhamento dos programas e ouço a Voz do Brasil quase todos os dias. É um programa democrático, que ouve o que o Parlamentar da oposição diz e o que o do Governo pode dizer. Não há *parti pris*. É obrigado, tanto na Câmara como no Senado, a divulgar de maneira igual o que a oposição e o Governo estão dizendo. Sempre houve a recomendação – não desde o meu tempo – na Câmara e no Senado de dar espaço igual ao Governo e à oposição. Então, ali, está a informação correta. Hoje, há uma informação muito bem feita do Judiciário, do Tribunal de Contas da União e também dos Estados. Decisões são tomadas na Justiça nos Estados que a TV Justiça e a Rádio Justiça produzem.

Com relação ao IPHAN, respeito muito a opinião do Jobim e da Presidente do IPHAN, mas, com todo o respeito, o IPHAN declara patrimônio e qualquer bobagem. Essa é uma questão política subjetiva. Nada vale para mim o que o IPHAN diz, até porque ele se manifesta sobre coisas com as quais ele nada tem a ver. O IPHAN era contra fazer estacionamento debaixo da Esplanada dos Ministérios, enquanto, em Paris, há cinco andares com estacionamentos.

Então, acho que esses argumentos são válidos até certo ponto. Agora, a flexibilização de A Voz do Brasil vai tirar da maior parte da população do Brasil... Não falo de quem está no Rio de Janeiro, ouvindo notícias de futebol ou notícias de violência, mas, no interior do Brasil, se ouve A Voz do Brasil. Nas cidades do interior se ouve.

Por que qualquer Parlamentar aqui, com exceção de alguns, é contra a flexibilização? Porque eles têm um retorno. Em qualquer lugar do interior do Brasil se ouve. Se você quer saber a verdade, é através de A Voz do Brasil.

Com todo o respeito aos editores de rádio e de televisão, o que se ouve em rádio hoje não é a verdade. Ouve-se inclusive programas altamente desrespeitosos às instituições, avacalhando com o Congresso Nacional. É uma coisa perniciosa! Eu não sou a favor de censura, não. Mas ninguém respeita o Código Brasileiro de Telecomunicações. O Sr. Boechat todo dia diz que no Congresso só há ladrão. Tudo bem, pode haver gente desonesta aqui, mas isso não quer dizer que todo mundo aqui é ladrão. E fica por isso mesmo!

Então, eu acho que a Voz do Brasil deve permanecer como está.

Desde quando entrei aqui, na parte de comunicação, nós mudamos completamente a apresentação de A Voz do Brasil, e acredito que as pessoas que estão trabalhando nessa área estão procurando melhorar, dar à Voz do Brasil uma qualidade melhor, mais chamativa, mais interessante.

Portanto, eu acho que, votando com o projeto da Marinor ou indo para a Comissão Temática, a minha posição é esta: eu acho que A Voz do Brasil tem que permanecer no horário em que está, porque ela atende a maior parte da população do Brasil. Não é uma pesquisa feita nas capitais que vai dar o perfil do ouvinte da Voz do Brasil.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Daniel.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – O Conselheiro Fernando Mesquita fala por conhecimento. Como disse, foi diretor aqui de toda a parte de comunicação do Senado Federal e tem uma posição que tem que ser obviamente respeitada, observada.

O ponto da minha manifestação, Presidente, é que esse assunto, pelas paixões que despertam e principalmente pelos fatos novos, e uma pesquisa da Secom com 848 Municípios e 18 mil pessoas não dá para dizer que é uma pesquisa só considerando a opinião das pessoas das regiões metropolitanas. Ela abrange e tem uma mostra significativa do País.

Mas o fato é o seguinte: esse assunto requer um debate amplo, uma manifestação de ambos os lados, das pessoas que são contra, que são a favor, os dados novos, as pesquisas.

Volto a dizer: ninguém tira a importância, a contribuição da Voz do Brasil para a sociedade brasileira. O que nós queremos discutir é se vamos deixar

que fatos como os que ocorreram na Jornada Mundial da Juventude, como os que ocorreram em milhares de centenas de ocasiões, que ocorreram mesmo na Rádio Senado, voltarão a ocorrer. Havia no plenário discussões importantíssimas para o País, como a votação dos *royalties* do petróleo. Essa programação não pôde ser acompanhada por essas rádios, porque, às 19h, sem nenhuma exceção, A Voz do Brasil teve que ser transmitida. E, se não acontecer nada, como ocorrerá na Copa do Mundo? Nós estamos prestes a receber um dos mais importantes eventos internacionais no nosso País, e o ouvinte do rádio será privado disso. Ele vai ter que chegar à metade do jogo; ou haverá jogos às 19h que ele não poderá escutar porque a Voz do Brasil não tem nenhuma previsão legal para que haja flexibilidade em alguns momentos para algumas rádios, em algumas circunstâncias.

Se isso é um fator razoável, se nós entendemos que o Conselho acha isso razoável, a matéria precisa ser debatida e discutida.

Então, volto, Presidente – só para concluir esta manifestação –, a sugerir que isso seja remetido à Comissão do Marco Regulatório, aqui presidida pelo nosso Conselheiro Cançado, e lá rapidamente ele vai colocar. Nas próximas reuniões, vai-se deliberar a relatoria, e assim por diante. Que seja colocado esse tema em debate.

O que acho que o Conselheiro Schröder pede é que haja uma garantia para que isso não seja votado. É uma questão difícil, no Congresso Nacional, haver uma garantia de que um assunto possa ou não andar, mas que requer um debate lá na Comissão, no âmbito adequado para isso, quanto a isso eu não tenho dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Eu perguntei agora à Assessoria, e eles me disseram que não há como saber realmente sobre essa questão. A informação que existe, no caso do PLS 19, de 2011, da Senadora Marinor Brito, é que seguiu para exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática desta Casa Legislativa, onde atualmente se encontra, recebendo parecer favorável ao projeto, com três emendas oferecidas pelo Relator, Senador Lobão Filho. Essa é a última notícia que se tem do PLS 19, de 2011. E do PL 595, que tem um substitutivo, retornou à Câmara dos Deputados e está em fase de inclusão na Ordem do Dia. Fora isso, não há outras informações e nem como prever justamente quando será votada.

Mas o Fernando Cesar pediu a palavra antes.

O SR. FERNANDO CESAR MESQUITA – Eu só queria acrescentar uma informação. É que, hoje, com a internet, por exemplo, aqui, no Senado, quando está ocorrendo um debate importante ou mesmo quando não, no horário do A Voz do Brasil, se o debate está ocorrendo no plenário ou na comissão, ele continua sendo transmitido pela internet. Em vários canais da internet. Esse é um recurso que está sendo utilizado e que faz com que haja a oportunidade de os debates do Congresso Nacional continuarem sendo transmitidos, mesmo ocorrendo A Voz do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Celso Augusto Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Obviamente, não há como garantir. É a autonomia do Congresso. Obviamente, nós estamos aqui a serviço do Congresso, e não o Congresso a serviço deste Conselho. Obviamente. Então, que o Conselho se manifestasse formalmente, Presidente, por intermédio da Presidência, no sentido de comunicar que nós estamos fazendo este debate no Conselho e que, portanto, seria interessante... Ou seja, que nós estamos nos propondo a subsidiar este debate, que já teve vários subsídios, vários apoios, vários aportes, os mais diversos, ao longo do tempo. E este Conselho está se dispondo a fazê-lo também, a partir da Comissão. Eu acho que isso não garante nada, tenho certeza de que não garante, mas pelo menos sinaliza a nossa disposição de contribuir para o debate.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Pois não, companheiro Daniel Pimentel Slaviero.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – Presidente, eu acho que a proposta do Conselheiro Schröder é um pouco inadequada. Então, que se oficie para todos os projetos de lei que estão em análise deste Conselho, para que não seja deliberado nem apreciado nenhum projeto que esteja sob a análise deste Conselho, até que este Conselho de Comunicação Social se manifeste. Eu acho que temos que fazer é o debate e acelerar, sem nenhuma manifestação, até porque é uma manifestação inócua. Manifestar sobre todos os projetos que estão aqui ou escolher especificamente um projeto para se manifestar me parece uma posição não muito correta.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Um pequeno argumento, Presidente. Primeiro, é que está na Mesa. Segundo, pelo que eu tinha entendido, inclusive pela manifestação do Conselheiro Daniel, é que este Conselho é importantíssimo. Todas as manifestações aqui foram nesse sentido. Então, não entendo, agora, o porquê de se decidir em relação a este debate ou a todos os outros que estão aqui. Ou este é importante, e eu acredito nisso, ou não é importante, e nós vamos votar. Essa é a questão. Ou seja, ele é importante e por isso nós vamos fazer o debate ou ele não é importante e, portanto, vamos fazer o debate e vai à votação com o grau de informação e de posição que cada um tem até agora.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Surgiram várias propostas.

Primeiro, eu faço a pergunta sobre a que surgiu em relação à Comissão.

Existiu a ideia de se fazer uma Comissão de Relatoria, que pode ser nomeada agora, ou passar o tema para a Comissão de Marco Regulatório, comissão temática. São justamente duas sugestões. Se for para a Comissão de Relatoria não irá, depois, para a do Marco Regulatório, porque são repetições.

Então, seria a pergunta.

Como é que nós faríamos? Daniel.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – Presidente, eu acho que... Eu não ouvi essa proposta. Mas a proposta prática é de nós remetermos isso à Comissão do Marco Regulatório, que é a comissão que vai tratar disso, até para que, se houver dissensos – e como aparentemente há dissenso – no âmbito da Comissão, sempre foi acordado que os dissensos serão trazidos para o Plenário do Conselho de Comunicação. Então, eu acho que a opção mais razoável é que isso possa ser no ambiente da Comissão, que os debates sejam feitos lá, até porque a regra que tem estabelecida neste Conselho é que os dissensos virão à Comissão de Relatoria da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Muito bem. A minha pergunta é se os Conselheiros aceitam...

Pois não, Maria José.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Sr. Presidente, nós já nos expressamos aqui que, obviamente, achamos importante o debate e queremos o debate, e até sinalizamos com a questão de acompanharmos as possibilidades dentro das duas Casas legislativas, para não sermos atropelados.

Em razão desse entendimento que, inclusive, provocou este debate hoje, eu gostaria de sugerir praticamente. Como o Conselheiro Daniel disse que há apenas uma proposta prática, eu gostaria de sugerir, praticamente, que, em vez de remetermos à Comissão do Marco Regulatório, que vai ter que se reunir, que vai ter que designar uma comissão de relatoria, o que pode levar um tempo substancial, que nós designemos uma comissão de relatoria hoje, aqui, como fizemos para o caso da redistribuição da faixa de 700MHz, e que esta comissão de relatoria já trabalhe e traga uma posição para o Conselho na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Outras opiniões? *(Pausa.)*

Então, temos duas propostas. Uma em que foi pedida a constituição de uma comissão de relatoria nomeada agora, eleita agora pelo Conselho, ou remeter à Comissão do Marco Regulatório. Nós temos que votar sobre isso. Podemos votar? *(Pausa.)*

Nós vamos ter que ser... Na questão da votação, nós temos hoje a presença também dos suplentes convocados oficialmente, porém, para esta votação, apenas os titulares, segundo o Regimento. A não ser que o suplente esteja substituindo o titular, no caso de o titular estar ausente.

Então, vamos lá. Nós temos duas opiniões: remeter à Comissão do Marco Regulatório ou uma comissão de relatoria específica para a questão da Voz do Brasil. Está bem claro? *(Pausa.)*

Vamos lá.

Daniel Slaviero.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – Como eu fui o autor da proposta da comissão de relatoria, Presidente, mantenho que a gente remeta este assunto à comissão de relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Gilberto Carlos Leifert.

O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT – Comissão do Marco Regulatório.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Alexandre Jobim.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Marco Regulatório.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Liliana.

A SRª LILIANA NAKONECHNYJ – Marco Regulatório.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Celso Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Relatoria aqui.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Nascimento.

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO SILVA – Relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Jorge Coutinho.

(Pausa.)

Saiu? Mário Marcelo, o seu voto?

O SR. MÁRIO MARCELO – Relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Luiz Gerace.

O SR. LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA – Relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Miguel Cançado.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Presidente, a despeito de ser Coordenador da Comissão de Relatoria, eu entendo que a constituição de uma comissão de relatoria aqui avança na manifestação, que é importante, deste Conselho. Fico com a primeira opção.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Ronaldo Lemos.

O SR. RONALDO LEMOS – Relatoria, dada a urgência da questão.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Monteiro Filho.

O SR. JOÃO MONTEIRO FILHO – Relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Fernando Mesquita.

O SR. FENANDO CESAR MESQUITA – Comissão de relatoria para fazer...

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – A comissão de relatoria foi aprovada. Agora precisamos nomear essa Comissão. Três Conselheiros titulares de cada segmento. (Pausa.)

Infelizmente, é o que diz o Regimento aqui. Para cada matéria... se dê o relator ou com três membros titulares, um de cada segmento do Conselho. Pois não, Daniel.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – Sr. Presidente, eu acho, apesar de o conselheiro titular de rádio não estar aqui, mas como o tema afeta diretamente o meio rádio, acho que, sem dúvida nenhuma, um desses membros tem que ser o Conselheiro Walter Ceneviva por representar o meio radiofônico.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Lógico. Acho que é uma questão lógica. Outro segmento elege quem?

O Nascimento quer falar?

O SR. NASCIMENTO SILVA (*Fora do microfone.*) – Estou me indicando.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Está se indicando.

Os outros, demais do mesmo segmento? (*Pausa.*)

Então, Nascimento.

Outro, agora sociedade civil.

O SR. RONALDO LEMOS – Eu me voluntario, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Então, pelas empresas o voto é Ceneviva; pelos trabalhadores, Conselheiro Nascimento e pela sociedade Civil, Ronaldo Lemos.

Justamente, podemos pedir para a próxima reunião do Conselho trazer um relatório? Pois não, Daniel.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – Presidente, então quero sugerir que, na próxima reunião, se convoque uma audiência pública para se debater essa questão, para que as pessoas possam... A Abert, para trazer os seus argumentos; a própria Secom, que fez uma pesquisa recente sobre esse assunto e, eventualmente, outros que tenham posições, quem sabe a própria Presidente do IPHAN novamente, já que o tema está sendo colocado sobre a imaterialidade. Que isso esteja sendo tratado numa audiência pública na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – O pedido de audiência pública, então, já é algo que tem que ser também considerado. Conselheiro Nascimento.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Eu entendo a preocupação do Conselheiro Daniel. Só que ficou claro para nós, Daniel, que uma audiência pública é limitada no número de pessoas, correto? Cinco pessoas. Eu estou imaginando que vocês tenham de três a quatro entidades; representando o ponto de vista dos empresários, pelo menos quatro ou cinco e nós outros tantos. Então, estou aqui fazendo um esforço hercúleo para trazermos esse debate, trazermos uma conversa, enfim, trazermos essas pessoas sem o caráter de audiência. Não sei o que os demais conselheiros pensam.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Então, essa é uma proposta de audiência pública que foi agora lançada.

O SR. FERNANDO CESAR MESQUITA – Posso falar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Pois não, Fernando.

O SR. FERNANDO CESAR MESQUITA – Eu acho que a questão da violência precede esse assunto. Se nós vamos fazer audiência com relação à violência à liberdade de expressão, se nós vamos fazer duas audiências públicas, não sei se vamos conseguir. Eu acho que a questão da violência é mais importante. Eu entendo assim.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – Eu concordo, Presidente. Acho que a questão da violência – e se o Ministro da Justiça puder na próxima reunião – é fundamental. Meu ponto é que a Comissão não pode, na verdade, não deve fazer um relatório sem uma audiência pública para escutar os envolvidos. Para manifestar a preocupação em atender à planificação do Conselheiro Nascimento, várias vezes, aqui mesmo – a faixa de 700 foi um exemplo – as entidades empresariais entraram num acordo e indicaram um nome apenas para que não se ocupassem três, duas ou quatro das cinco vagas.

Então, a única questão é que, dependendo do prazo que marcarmos, fazer uma análise do relatório sem um amplo debate... Existem fatos novos, não se pode achar aqui...

Um ou outro conselheiro pode estar achando que o setor empresarial quer adiar o debate. Não está. Esse debate é saudável, porque a gente vai enfrentar alguns mitos. Agora, não dá para fazer uma votação, uma análise, um relatório sem considerar os fatos novos da realidade brasileira.

É este o único ponto de vista.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Alexandre Jobim.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Meu Presidente, só para poder ajudar aqui no encaminhamento de uma decisão, o que o Conselheiro Daniel já está propondo, que acho válido, é, independentemente do relatório que a Comissão venha a trazer, uma audiência pública. Simples assim. A ponderação que acho que deve ser feita é para que a Comissão criada avalie justamente essa necessidade ou se este Conselho já vai determinar ou não a necessidade. Eu entendo que deve. A questão da data vai depender da agenda do Conselho e de a própria Comissão de Relatoria trazer ou não esse material. Eu acho que aí vem a questão da maturidade e o *timing* da Comissão de Relatoria. Mas não há dúvida de que a audiência é importante. Eu acho que nós não precisamos é nos adiantar no sentido de saber o dia em que vamos fazer a audiência ou coisa do gênero. Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Passarei para a Comissão de Relatoria essa preocupação de verificar essa possibilidade.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Eu, pessoalmente, recomendaria que se fizesse e que partisse da Comissão de Relatoria a iniciativa

de pautar este Conselho pela audiência pública. Eu acho que, na sequência lógica, de fato, seria o mais apropriado.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Apraz isto aos Conselheiros? *(Pausa.)*

O Conselheiro Daniel, que fez a proposta, de a gente passar para a Comissão de Relatoria essa questão de audiência pública?

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – Eu acho que o foro adequado é a Relatoria mesmo, para analisar a questão da consulta pública, mas que isso, depois, possa ser trazido ao Conselho para deliberação final. Eles fazem o parecer e o trazem para a deliberação final do Conselho na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Muito bem por trazer essas considerações e as preocupações possíveis. Pode ser feito na próxima reunião também. Já são dois para a Comissão de Relatoria para a próxima reunião.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – Presidente, para não ter dúvida, a Comissão de Relatoria vai propor se tem ou não, mas eu queria deixar consignado que colocar esse assunto em votação sem uma audiência pública é que vai ter que ser deliberado na próxima reunião, caso a Comissão entenda que não precisa de audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Claro que a Comissão faz a proposta, mas quem vota é o Conselho.

Podemos passar, então? Isso está claro?

Então, a Comissão está eleita e traz o seu relatório na próxima reunião, inclusive com essa questão de proposta que foi levantada para ser votado, evidentemente, o relatório. *(Pausa.)*

Agora, nós temos o último item da pauta, pois ainda temos alguns minutos. Nós começamos às 9 horas e 20 minutos e são três horas de sessão. Então, ainda temos mais uns 10 ou 15 minutos. Vamos ver se conseguimos terminar e se concluiremos a pauta de hoje, já que a audiência foi cancelada hoje à tarde.

Com a exposição a ser proferida pelo Conselheiro Miguel Angelo Cançado concluiremos hoje os relatos acerca das atividades envolvidas pelas comissões técnicas até o momento.

Então, convido o Conselheiro Miguel Angelo Cançado, coordenador da Comissão Temática do Marco Legal e Regulatório, a usar da palavra.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Sr. Presidente e Srs. Conselheiros, na verdade, como não pude estar presente na sessão passada, não tendo convocado para esta assentada uma nova reunião da Comissão do Marco Regulatório, peço que nós posterguemos essa apresentação do relatório com dados detalhados sobre essas atividades para a próxima sessão, quando, aí sim, vamos fazer uma nova reunião da Comissão do Marco Regulatório.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – O Presidente da Comissão pediu e nós, tranquilamente, acedemos.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Só para já pontuar aqui, Presidente, nós temos marcada, se não estou enganado, uma reunião para as 9 da manhã. Poderíamos... A nossa sessão do dia 7 de abril será em que horário?

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Vamos, agora, decidir juntos.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Presidente, eu acho que nós, inclusive por meio da Internet, já havíamos definido, na outra reunião, os horários de quem iria começar. Eu solicitei para abril a nossa sobre o conteúdo; enfim...

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – É só terminar de definir agora, mas, sem dúvida, de manhã, serão as comissões e, à tarde, o Conselho. Mas é só para oficializar, não é?

Então, com essa etapa, nós encerramos a Ordem do Dia de hoje.

Passamos, agora, à fase de comunicações dos Conselheiros, de acordo com o art. 39, §6º, do nosso Regimento Interno.

Consulto se algum Conselheiro gostaria de fazer uso da palavra para comunicações diversas e/ou sugestões de pauta para a nossa 3ª Reunião, a se realizar em 7 de abril de 2014. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Conselheiro Ronaldo Lemos.

O SR. RONALDO LEMOS – Sr. Presidente, eu queria só fazer nota de que foi divulgado, hoje, pela imprensa que a Anatel deu início ao processo que vai operar o desligamento dos chamados "celulares piratas". Nós já havíamos discutido isso, inclusive em foro de audiência pública, aqui no Conselho, juntamente com o representante da Anatel. Assim, eu gostaria de sugerir esse como um tema para a Comissão de Tecnologia do Conselho, que se reunirá no dia 7 de abril.

Trata-se de um tema muito importante, uma vez que afeta a vida basicamente de milhões de pessoas que têm celulares de baixo custo, os chamados celulares "xing ling", no dizer popular, e que, a partir de setembro, tentarão se conectar às redes de celulares e os seus aparelhos terão parado de funcionar por uma decisão administrativa.

Já se tentou fazer isso na Turquia e na África do Sul, o que causou uma grande comoção popular, mas não houve prosseguimento.

Então, acho importante que esse debate seja também sediado neste Conselho.

Era isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Então, você sugere o tema para a Comissão de Tecnologia? *(Pausa.)*

Pois não.

Algum outro Conselheiro gostaria de se manifestar? *(Pausa.)*

Conselheiro Nascimento ou Conselheiro Daniel? *(Pausa.)*

Com a palavra o Conselheiro Daniel.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – Sr. Presidente, eu queria propor um tema, não necessariamente para a próxima reunião – não sei como está a pauta, se está muito congestionada ou não – mas até para rememorarmos que, no ano passado, o Conselheiro Gilberto Leifert propôs ao Conselho – proposta esta aprovada – que se fizesse um ofício à Ancine indagando, como se diz aqui: “a respeito dos procedimentos adotados pela autarquia na fiscalização determinada pelo §1º do art. 25 da Lei nº 12.485, e ainda quanto ao número de ocorrências de infração a essa norma legal”.

De que trata esse §1º do art. 25:

“Art. 25. Os programadores não poderão ofertar canais que contenham publicidade de serviços e produtos em língua portuguesa, legendada em português ou de qualquer forma direcionada ao público brasileiro, com veiculação contratada no exterior, senão por meio de agência de publicidade nacional.

§1º A Ancine fiscalizará o disposto no caput e oficiará à Anatel e à Secretaria da Receita Federal do Brasil em caso de seu descumprimento”.

Esse foi o mote. Daí, o Conselho oficiou à Ancine, cuja resposta, assinada pelo Superintendente de Fiscalização, Sr. Túlio Faraco, no mínimo dá para ser considerada estranha.

Diz o seguinte:

“Entretanto, sobre tal ponto, deve ser apontado que, atualmente, os esforços fiscalizatórios da Ancine estão voltados para o descumprimento das obrigações relacionadas à observância das cotas de conteúdos nacionais dos canais brasileiros”.

Ou seja, ele diz, na carta, que isso tem previsão legal, o que é óbvio; que a agência está preparada para fiscalizar; que as punições já estão definidas; mas, que, entretanto, por uma opção fiscalizatória, a Ancine resolve não exercer o seu papel e não cumprir o que determina a lei.

Assim, parece-nos bastante estranho não só a Ancine atuar assim como escrever a este Conselho que está deixando de cumprir com o seu papel por uma questão de opção.

Dessa forma, sugiro que convidemos o Presidente da Ancine ou, no impedimento deste, o próprio Superintendente de Fiscalização, para que venha dar maiores explicações, porque há uma determinação legal. Nós já sabemos que

há indícios – não sei há denúncias – na própria Agência de que isso está ocorrendo e não está sendo fiscalizado, em prejuízo da publicidade brasileira, em especial do segmento de agências de publicidade, que está sendo prejudicado por essas campanhas e por essas publicidades contratadas no exterior.

Então, penso que, neste momento, deve ser convidada para dar maiores explicações não só a Ancine, mas também a própria Associação Brasileira de Agências de Publicidade, para tratar desses casos e para falar de como isso está afetando toda essa indústria e esse segmento da publicidade brasileira.

Era isso, Sr. Presidente. Eu queria sugerir isso como pauta.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Então, para a próxima reunião, o senhor está sugerindo a convocação ou o convite para o Presidente da Ancine e também para o Presidente da Associação...

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – Sugiro o convite à Associação Brasileira de Agências de Publicidade, para tratar dessa resposta e dessa atuação pífia da Agência.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Nós teremos espaço na pauta para mais esse assunto? Creio que sim. Então, vamos procurar fazê-lo.

Mais alguém quer se manifestar? (*Pausa.*)

Atendidas as finalidades da presente reunião, nós vamos, então, declarar encerrados os trabalhos da 2ª Reunião.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Sr. Presidente, eu não tinha entendido que o senhor estava encerrando a nossa reunião. Quero só fazer uma manifestação, um convite, na verdade, se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – A não ser que queira fazê-lo à tarde, após o almoço...

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Não, não. Aproveitando a oportunidade, quero só fazer um convite. Eu queria convidar todos os Conselheiros a participar do Congresso Nacional dos Jornalistas, que será realizado em Maceió do dia 2 ao dia 6 de abril.

Sr. Presidente, já mandamos o convite ao senhor. Gostaríamos de contar com sua presença em uma Mesa. O senhor já está com esse convite. Dê uma olhadinha nele com carinho, para ver se é possível a sua participação.

É um congresso importante. O tema do congresso é a democracia e a democratização da comunicação, ou seja, os elementos essenciais do jornalismo e da comunicação para a garantia da democracia, num período difícil, nacional e internacionalmente, para o exercício profissional do jornalismo.

Então, era isso, Sr. Presidente, que eu queria registrar. Eu só queria fazer esse convite.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Obrigado.

Então, declaro encerrados os trabalhos da 2ª Reunião Ordinária.

A reunião da tarde foi prejudicada no nosso Conselho de Comunicação Social.

Já convoco a 3ª Reunião Ordinária de 2014, nos termos regimentais, para o dia 7 de abril de 2014.

Consulto-os sobre o horário da reunião: mantemos o horário da reunião ordinária das 14h às 17h ou fazemos uma antecipação?

Segundo o Conselheiro Nascimento Silva, já está combinado que, às 9h, haverá as comissões temáticas e que, às 14h, será realizada a reunião do Conselho.

Alguém pensa de forma diferente?

O SR. FERNANDO CESAR MESQUITA – Sr. Presidente, há a confirmação da reunião sobre violência. Se a audiência pública for confirmada, com a presença do Ministro, então, na parte da tarde...

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Havendo a audiência pública, todos os temas serão prejudicados, não é?

Pois não, Conselheiro.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Diante da colocação do Conselheiro Fernando, acho que a prioridade é a audiência. A outra prioridade seria a nossa reunião.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – A pergunta é: se por acaso nós conseguirmos fazer com que a audiência seja realizada na próxima reunião, nós poderemos fazer como estava previsto para hoje? Ou seja, um horário seria do Conselho, e o outro horário seria da audiência.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Ah, sim! A nossa reunião seria feita pela manhã.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Assim, seriam prejudicadas as reuniões das comissões.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Não, aí eu acho que não daria para fazer as reuniões da Comissão pela manhã, quando teria de ser feita a reunião do Conselho, como hoje.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – E, à tarde, seria a audiência pública.

O SR. NASCIMENTO SILVA – À tarde, seria a audiência.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Podemos combinar assim.

Fica decidido que, pela manhã, no próximo dia 7 de abril, às 9h, será feita a reunião das Comissões e que, às 14h, será realizada a reunião do Conselho. Havendo a audiência pública, fica prejudicada a reunião da Comissão, e, assim, passa o Conselho a se reunir pela manhã, para a que audiência pública se realize à tarde.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Nessa sessão, em relação à presença, sobretudo, do Presidente do Conselho Federal, encontraremos o mesmo óbice de hoje, porque também há coincidência de agenda da sessão de lá com a nossa sessão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – A não ser que seja feita pela manhã a audiência pública.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Não, porque a sessão lá se estende, na segunda-feira, por todo o dia. Começa às 9h e termina, normalmente, às 22h.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – E no mês seguinte?

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Aí, Presidente, não tenho a agenda dessa próxima. Não tenho, na minha memória, a agenda da próxima reunião do Conselho.

O SR. FERNANDO CESAR MESQUITA – Sem prejuízo daquele relatório sobre os 700 MHz e o relatório sobre a questão da Voz do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Esses dois relatórios serão trazidos na próxima reunião, seja de manhã ou à tarde. Se houver audiência pública, seria de manhã. Se não houver audiência pública, será à tarde. Pelo jeito, não vai haver audiência pública. Já há um óbice da OAB.

A SRª WRANA PANIZZI – Posso fazer uma pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Pois não, Conselheira Wrana.

A SRª WRANA PANIZZI – Quais comissões farão reunião? Era bom a gente saber.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Já há comissões que... Os presidentes das comissões...

A SRª WRANA PANIZZI – Porque há conteúdos que estão parados.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – O Nascimento convoca a sua?

A SRª WRANA PANIZZI – Está convocando a sua, Nascimento?

O SR. NASCIMENTO SILVA – Já foi convocada na última reunião. Já foi indicativo.

A SRª WRANA PANIZZI – Certo.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Já há um indicativo da comissão de conteúdo.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Dia 7, às 9h da manhã.

A SRª WRANA PANIZZI – Só?

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Outra comissão está marcada também para o mesmo dia?

O SR. FERNANDO CESAR MESQUITA – A do Cançado.

A SRª WRANA PANIZZI – A do Cançado.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Miguel Angelo, a sua também?

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Está. O.k..

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – É no dia 7 de manhã também a sua comissão?

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Então, o que se sabe é apenas a do Nascimento.

A SRª WRANA PANIZZI – Certo. Muito obrigada.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Eu posso também, caso necessário, retirar a convocação.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – O relatórios estão marcados, sobre a Voz do Brasil e sobre a questão dos 700 MHz, além do outro assunto, que saiu agora, do Ronaldo Lemos.

Nada mais? Nenhum esclarecimento a mais? *(Pausa.)*

Então, estão todos convidados para o almoço, no local de sempre, recordando que, na parte da tarde, devido à votação que foi prejudicada, a audiência pública está sendo remarcada para uma próxima data.

DOCUMENTOS PERTINENTES À 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2014 DO CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2014, A SEREM PUBLICADOS JUNTAMENTE COM A ATA, NO DIÁRIO DO SENADO FEDERAL.

1. Lista de presença (01 folha);
2. Ofício 0062/2014-TCU/SefidEnergia, de 24/2/2014 (50 folhas);
3. PL 595/2003 (19 folhas);
4. Ofício nº 020/2014-CCS (01 folha);
5. Ofício nº 021/2014-CCS (01 folha);
6. Ofício nº 001/2014 Conselho Curador (09 folhas)
7. Radialista é agredido por Advogado (02 folhas).

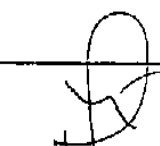
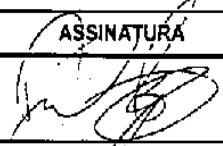


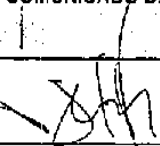
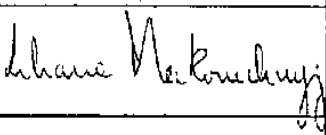
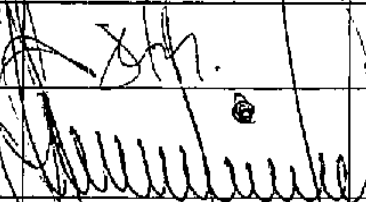
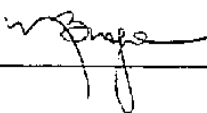

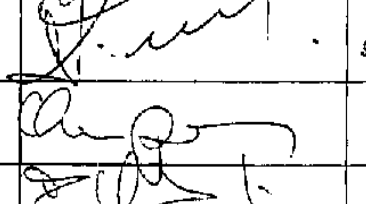
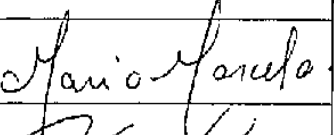
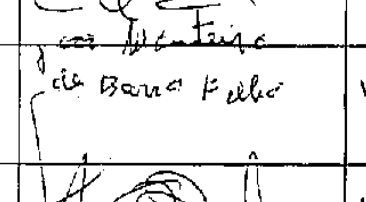
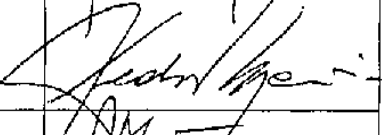
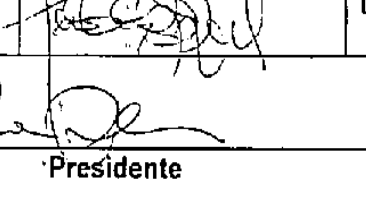
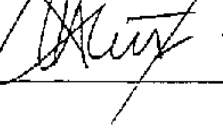

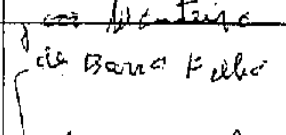

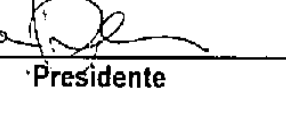
CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2014, EM 17 DE MARÇO DE 2014, ÀS 9H,
 NO PLENÁRIO Nº 3 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA**

LISTA DE PRESENÇA

Presidente: DOM ORANI JOÃO TEMPESTA

Vice-Presidente: FERNANDO CESAR MESQUITA

TITULARES	ASSINATURA	SUPLENTES	ASSINATURA
WALTER VIEIRA CENEVIVA Representante das empresas de rádio		DANIEL PIMENTEL SLAVIERO	
GILBERTO CARLOS LEIFERT Representante das empresas de televisão		MÁRCIO NOVAES	
ALEXANDRE KRUEL JOBIM Representante de empresas da imprensa escrita		LOURIVAL SANTOS	COMUNICADO DE AUSÊNCIA
ROBERTO FRANCO Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social	COMUNICADO DE AUSÊNCIA	LILIANA NAKONECHNYJ	
CELSO AUGUSTO SCHRÖDER Representante da categoria profissional dos jornalistas		MARIA JOSÉ BRAGA	
JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO Representante da categoria profissional dos radialistas		VAGO ¹	
JORGE COUTINHO Representante da categoria profissional dos artistas		MÁRIO MARCELO	
LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo		PEDRO PABLO LAZZARINI	
MIGUEL ANGELO CANÇADO Representante da sociedade civil		WRANA PANIZZI	
DOM ORANI JOÃO TEMPESTA Representante da sociedade civil		PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA	
RONALDO LEMOS Representante da sociedade civil		VAGO ²	
JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO Representante da sociedade civil		VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VITOR CASTIEL)	COMUNICADO DE AUSÊNCIA
FERNANDO CESAR MESQUITA Representante da sociedade civil		LEONARDO PETRELLI	COMUNICADO DE AUSÊNCIA

VISTO:

Presidente

em 17 de março de 2014.

¹ Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Euripedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.

² Vago em virtude de renúncia do Conselheiro Suplente Juan Ferreira, ocorrida em 12.03.2013

Tribunal de Contas da União

Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação de Energia e Comunicações

Ofício 0062/2014-TCU/SefidEnergia, de 24/2/2014
Natureza: Comunicação

Processo TC 027.254/2012-7

Sua Senhoria o Senhor
DOM ORANI JOÃO TEMPESTA
Presidente do Conselho de Comunicação Social
Secretaria-Geral da Mesa - Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal
Ed. do Congresso Nacional
70.165-900 - Brasília - DF

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Senhoria, para ciência, cópia do Acórdão nº 384/2014-TCU-Plenário, proferido em Sessão Extraordinária de Caráter Reservado de 19/2/2014, nos autos do processo TC-027.254/2012-7, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam.

Atenciosamente,

Assinado eletronicamente

ALEXANDRE CARLOS LEITE DE FIGUEIREDO

Secretário - Substituto

Recebido no SCOP
em 07.03.2014
R. de J. C. G. Barbosa
Rodrigo Cagliaro Barbosa
Diretor da SCOP
Mat.: 46787

Endereço: SAFS Quadra 4, Lote 1 - Anexo II, Sala 149 - 70.042-900 - Brasília / DF

Tel.: (61) 3316-5945 - email: sefidenerg@tcu.gov.br

Atendimento ao público externo: dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 10 às 18 horas.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 51073082.**Tribunal de Contas da União**

Continuação do Ofício 0062/2014-TCU/SefidEnergia

fl. 2 de 2

Nossa Missão: Controlar a Administração Pública para contribuir com seu aperfeiçoamento em benefício da sociedade.

Nossa Visão: Ser reconhecido como instituição de excelência no controle e no aperfeiçoamento da Administração Pública.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 027.254/2012-7

ACÓRDÃO Nº 384/2014 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC 027.254/2012-7.
2. Grupo I – Classe de Assunto V: Levantamento.
3. Interessados/Responsáveis: identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992)
4. Órgãos/Entidades: Agência Nacional de Telecomunicações; Ministério das Comunicações (vinculador).
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação de Energia e Comunicações (SefidEnerg).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Relatório de Levantamento sobre a Regulação e a Governança no Setor de Radiodifusão no Brasil, tendo por objetivo conhecer a regulamentação e os processos de regulação aplicáveis, sistematizar as informações obtidas, bem como identificar possíveis objetos de futuras ações de controle.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária reservada do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no artigo 250 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. com fundamento nos artigos 5º, § 2º, 6º, inciso I, 7º, inciso VIII, 9º, inciso II, da Resolução TCU 254, de 10 de abril de 2013, combinado com o artigo 2, § 2º da Portaria-Segecex 15/2011, considerar secretas as informações contidas nas peças 37 e 45, tornando públicas as demais peças que integram estes autos;

9.2. dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e voto o fundamentam, ao Ministério das Comunicações, à Agência Nacional de Telecomunicações, à Secretaria de Comunicação da Presidência da República, à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados e à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, do Senado Federal, ao Conselho de Comunicação Social (art. 224, da Constituição Federal) e à Casa Civil da Presidência da República; e

9.3. arquivar os autos do processo, com fulcro no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata nº 5/2014 – Plenário.

11. Data da Sessão: 19/2/2014 – Extraordinária de Caráter Reservado.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0384-05/14-P.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 027.254/2012-7

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

(Assinado Eletronicamente)

AROLDO CEDRAZ
na Presidência

(Assinado Eletronicamente)

WALTON ALENCAR RODRIGUES
Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)

PAULO SOARES BUGARIN
Procurador-Geral

VOTO

Cuidam os autos de Relatório de Levantamento sobre a Regulação e a Governança no Setor de Radiodifusão no Brasil, tendo por objetivo conhecer a regulamentação e os processos de regulação aplicáveis, sistematizar as informações obtidas, bem como identificar possíveis objetos de futuras ações de controle, em alinhamento à estratégia do TCU de especialização de suas unidades técnicas.

Radiodifusão é a transmissão de sons (radiodifusão sonora) ou de sons e imagens (televisão), realizada por meio de ondas eletromagnéticas de radiofrequência, destinada a ser direta e livremente recebida pelo público telespectador.

O trabalho conduzido pela Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação de Energia e Comunicações (SefidEnergia) apresenta inegáveis qualidade e importância. Trata-se da primeira fiscalização realizada no âmbito deste Tribunal, em que se busca obter conhecimento mais abrangente e compreensivo de todo o Sistema de Radiodifusão no Brasil, sua organização, estrutura, atores envolvidos, limites e desafios.

Até então, a apropriação do tema pelo Tribunal de Contas da União dava-se de forma pontual e dispersa por intermédio do acompanhamento dos processos de outorga de radiodifusão comercial, nos termos da Instrução Normativa TCU 27/1998, além de análise de denúncias e representações.

Nunca houve, nos anais do controle externo, a deflagração de exame aprofundado, que envolvesse aspectos estruturantes do setor, tais como as atribuições dos principais agentes envolvidos na outorga, na fiscalização e na revisão dos contratos de concessão, de permissão e de autorização, assim como na regulação dos serviços.

Nesse aspecto, passaram ao largo de análise mais acurada questões importantes, como o arranjo institucional atualmente em vigor, o marco regulatório e os condicionamentos ou limites por ele impostos ao desempenho do setor de radiodifusão, sobretudo quanto ao cumprimento das finalidades delineadas pela Constituição Federal de 1988 no Capítulo da Comunicação Social.

Para alcançar esse desiderato, fez-se necessário iniciar um trabalho de amplo levantamento que permitisse conhecer o sistema de radiodifusão no Brasil, suas potencialidades, fragilidades e oportunidades de melhoria, a fim de sistematizar as informações adquiridas em amplo acervo de dados a subsidiar futuras ações de controle externo. Esse é o propósito da presente fiscalização. Na linha do planejamento estratégico de controle externo definido pela Alta Administração do TCU, introduz-se um novo capítulo da visão de governança de importante dimensão setorial da Administração Pública, contribuindo, assim, para melhoria da qualidade dos serviços públicos no que diz respeito à comunicação eletrônica.

Os princípios da Comunicação Social estampados no artigo 221 da Carta Magna de 1988, por si só, justificam a relevância do tema:

“Art. 221. A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;

II - promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;

III - regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;

IV - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família."

Outros aspectos igualmente importantes mereceram destaque na Constituição Federal como:

- a necessidade de lei federal estabelecer os instrumentos legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defender de programas ou programações de rádio e televisão contrários aos princípios dispostos no art. 221, bem como de propaganda de produtos, práticas e serviços potencialmente nocivos à saúde e ao meio ambiente (artigo 220, § 3º, inciso II);

- as restrições legais à propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias a conter, sempre que necessário, advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso (artigo 220, § 4º);

- a proibição de monopólio ou oligopólio, direto ou indireto, dos meios de comunicação social (artigo 220, § 5º);

- as condições de propriedade, controle acionário, gestão, responsabilidade editorial e das atividades de seleção e direção de programação veiculada por empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, cuja titularidade é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País (artigo 222, §§ 1º e 2º, com a redação dada pela Emenda Constitucional 36/2002);

- a submissão dos meios de comunicação social eletrônica, independentemente da tecnologia utilizada para a prestação do serviço, aos princípios insculpidos no art. 221, na forma de lei específica, a garantir a prioridade de profissionais brasileiros na execução de produções nacionais (artigo 222, § 3º, com a redação dada pela Emenda Constitucional 36/2002);

- necessidade de reserva legal para disciplinar a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens (artigo 222, § 4º, com a redação dada pela Emenda Constitucional 36/2002);

A Constituição estabeleceu controle compartilhado entre Poder Executivo e Poder Legislativo da União quanto à outorga, renovação da concessão, permissão e autorização. Ao Executivo, coube a emissão dos atos administrativos, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal. Ao Parlamento, a ratificação desses atos. A Carta Política reservou ao Poder Judiciário o cancelamento da concessão ou permissão antes do vencimento do prazo:

"Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º - O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º - A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º - O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º - O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º - O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão."

A fim de garantir a participação democrática e o controle social da Comunicação no Brasil, a Constituição Cidadã também se preocupou em prever a instituição de Conselho de Comunicação Social, na forma da lei:

"Art. 224. Para os efeitos do disposto neste capítulo, o Congresso Nacional instituirá, como seu órgão auxiliar, o Conselho de Comunicação Social, na forma da lei."

Não bastasse a pauta valorativa que permeia os princípios e as normas constitucionais que orientam a Comunicação Social, também ganha relevo a materialidade dos valores envolvidos quando se mede o impacto dos serviços abrangidos pelo setor de radiodifusão na economia brasileira. Segundo dados do Ibope, a radiodifusão, em 2007, representou 0,5% do PIB nacional, faturando mais de R\$ 23,5 bilhões, sendo responsável pela geração de cerca de 302,6 mil empregos diretos e indiretos.

Com efeito, o faturamento bruto com publicidade dos veículos de rádio e televisão nos últimos anos tem sido crescente, atingindo aproximadamente a cifra de R\$ 20 bilhões em 2012, o que representa um crescimento de, aproximadamente, 53% em quatro anos. E não poderia ser por menos, pois as características de gratuidade e universalidade transformam a radiodifusão no meio de comunicação de massa de maior alcance e consumo do país. Conforme dados do referido instituto de pesquisa midiática, a televisão aberta possui elevada taxa de penetração, atingindo 97% da população, enquanto que o rádio, 76%.

Todos esses fatores requerem uma adequada regulação de serviços públicos de radiodifusão, a exigir, por exemplo, justa precificação de valores de outorga dos serviços, verificação da adequada habilitação dos concessionários, permissionários e autorizatários, o controle acionário das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, o exame de conteúdo das programações, o acompanhamento da manutenção das condições técnicas acordadas com o Poder Concedente e previstas nas normas incidentes, e a observância dos requisitos para renovação dos atos de outorga.

O presente Levantamento procurou identificar as ações de dois principais atores institucionais na regulação e governança do setor de radiodifusão, o Ministério das Comunicações e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Tendo por base a regulamentação e os processos da regulação aplicáveis, a Unidade Técnica mapeou as atividades desempenhadas pelos órgãos e entidades envolvidos no setor de radiodifusão, agrupando-as na descrição de processos considerados relevantes.

As estratégias metodológicas adotadas para realização deste trabalho foram:

- pesquisas bibliográficas, com vistas a colher informações gerais sobre o setor de radiodifusão no Brasil e identificar atores relevantes;
- entrevistas com gestores do Ministério das Comunicações e da Anatel, Consultores da Câmara dos Deputados, diretores da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) e Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraco), com o objetivo de levantar informações e identificar possíveis eventos de risco;
- análise SWOT (acrônimo das palavras inglesas *Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats*, técnica de gestão estratégica baseada no exame de ambientes internos e externos para avaliação de riscos e oportunidades), Diagrama de Verificação de Riscos e Matriz de Avaliação de Riscos;
- mapeamento dos processos de outorga dos serviços de radiodifusão; e
- painel de referência interno para apresentação dos riscos identificados e possíveis ações de controle.

Importa frisar que, de acordo com o art. 2º da Portaria-Scegecex 15/2011, a descrição dos eventos de risco identificados nesse Levantamento, bem como as sugestões de futuras fiscalizações compõem peça sigilosa específica (peça 45). Também integra peça sigilosa a Análise SWOT e o Diagrama de Verificação de Riscos (peça 37).

Sobre os resultados deste Levantamento, gostaria de fazer um breve panorama do atual estágio do sistema de radiodifusão brasileiro e salientar alguns pontos trazidos pela instrução.

Conforme já referenciado, a Constituição Federal de 1988 (CF/88), a par de consagrar a liberdade de imprensa e estabelecer princípios importantes para a Comunicação Social (artigos 220 a 224), trouxe inovações de relevo sobre a regulação do setor de radiodifusão. Destaco a participação dos três Poderes da União no tratamento e controle do setor, contrapondo-se, assim, à centralização exercida anteriormente pelo Poder Executivo.

A Carta Republicana reservou, ainda, à União competência para explorar, diretamente ou indiretamente, mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens (artigo 21, inciso XII, alínea “a”), bem como competência privativa para legislar sobre a matéria (artigo 22, inciso IV).

Neste arcabouço jurídico encimado pelas normas constitucionais, incide uma pleora de normativos de estatura legal e regulamentar, algumas das quais recepcionadas pela Constituição e atualizadas recentemente. As principais normas são:

Normativo	Ementa
Lei 4.117/1962	Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.
Decreto 52.795/1963	Aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.
Decreto 52.026/1963	Aprova o Regulamento Geral para Execução da Lei 4.117/1962.
Decreto-Lei 236/1967	Complementa e modifica a Lei 4.117/1962.
Decreto 88.066/1983	Dá nova regulamentação à Lei 5.785/1972, e à renovação das concessões outorgadas para exploração de serviços de radiodifusão de sons e imagens (televisão).
Lei 9.472/1997	Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional 8, de 1995.
Decreto 5.371/2005	Aprova o Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, ancilares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens.
Lei 11.652/2008	Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação (EBC); altera a Lei 5.070/1966; e dá outras providências.

Existem ainda instrumentos normativos aplicados à radiodifusão que tratam de questões eminentemente técnicas aplicáveis a diversos serviços, e outros associados à radiodifusão pública, educativa, comunitária ou comercial. Esses instrumentos estão descritos no Anexo IV da instrução.

Segundo a finalidade a que se destinam, os serviços de radiodifusão são agrupados nas seguintes categorias:

Rádiodifusão Comercial

A rádiodifusão comercial compreende os serviços destinados à geração e à transmissão de sons (rádio) ou de sons e imagens (televisão), em contrapartida à exploração comercial de espaços publicitários, respeitados os limites previstos em lei. Das modalidades de exploração de serviços de rádiodifusão, essa é a única cuja outorga exige prévio procedimento licitatório e permite, na execução, a veiculação de propaganda comercial, característica essa essencial para a sustentação do modelo, baseado na livre iniciativa e na atividade econômica.

Os serviços de rádiodifusão comercial podem ser executados por fundações, por sociedades anônimas ou de responsabilidade limitada, respeitado, em todo caso, o limite constitucional de, pelo menos, 70% do capital total e do capital votante das empresas de rádiodifusão pertencerem, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (art. 222, § 1º, da CF/88).

De acordo com os dados do Ministério das Comunicações, em 2013, existem 13.645 outorgas de Rádiodifusão Comercial.

Rádiodifusão Educativa

A rádiodifusão educativa contempla os serviços de rádiodifusão sonora em frequência modulada (rádio FM) ou de sons e imagens (televisão), destinados à transmissão de programas educativo-culturais. Esses programas, além de atuarem em conjunto com os sistemas de ensino de qualquer nível ou modalidade, visam à educação básica e superior, à educação permanente e à formação para o trabalho, além de abrangerem as atividades de divulgação educacional, cultural, pedagógica e de orientação profissional.

Devido ao caráter educativo, essa finalidade veda a transmissão de qualquer propaganda comercial, direta ou indiretamente, sendo permitida, no entanto, a veiculação de propaganda institucional e apoio cultural.

Embora não se submeta a prévio procedimento licitatório, as outorgas dos serviços de rádiodifusão educativa são precedidas de procedimento administrativo seletivo. De acordo com a Portaria-MC 355/2012, podem participar deste procedimento as pessoas jurídicas de direito público interno, as instituições de educação superior privada e as fundações de direito privado.

Em 2013, de acordo com fontes do Ministério das Comunicações, o número de outorgas de rádiodifusão educativa somam 674.

Rádiodifusão Comunitária

O Serviço de Rádiodifusão Comunitária compreende basicamente a rádiodifusão sonora, em frequência modulada (FM), operada em baixa potência e cobertura restrita, destinada ao atendimento de determinada comunidade de bairro ou vila.

O serviço é outorgado por meio de autorização dada a fundações e a associações comunitárias sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço. Também prescinde de procedimento licitatório embora a outorga seja submetida a prévio processo administrativo seletivo.

De acordo com o artigo 3º da Lei 9.612/1998, a rádiodifusão comunitária tem por objetivos: dar oportunidade à difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade; oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social; prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário; contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos

jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente; e permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

A radiodifusão comunitária, representativa em todas as regiões do país, conta em 2013, com 4.513 outorgas.

Canal da Cidadania

O Canal da Cidadania é um canal autorizado para operação com tecnologia digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão). Está previsto no Decreto 5.820/2006 e faz parte de um conjunto de canais públicos a serem explorados por entes da administração pública direta e indireta em âmbito federal, estadual e municipal, e por entidades das comunidades locais, dentro do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD-T). Destina-se à transmissão de programações das comunidades locais, bem como à divulgação de atos, trabalhos, projetos, sessões e eventos dos poderes públicos federal, estadual e municipal.

De acordo com dados os fornecidos pelo Ministério das Comunicações, até 2013, ainda não foi emitida autorização de uso do Canal da Cidadania a qualquer interessado.

Serviços Ancilares

Os serviços ancilares são regulamentados pelo Decreto 5.371/2005 e têm por finalidade possibilitar que os sinais das estações geradoras sejam recebidos em locais não contemplados com a transmissão direta ou com transmissão em condições técnicas inadequadas.

Esses serviços são outorgados de forma precária às geradoras ou a terceiros interessados, são utilizados, apenas, na radiodifusão de sons e imagens (televisão) e dividem-se, basicamente, em dois tipos: retransmissão (RTV) e repetição (RpTV).

O Serviço de Retransmissão de Televisão (RTV) é aquele que se destina a retransmitir os sinais de estação geradora de televisão para a recepção livre e gratuita pelo público em geral.

O serviço de repetição (RpTV) é aquele que se destina ao transporte de sinais de sons e imagens oriundos de uma estação geradora de televisão para estações repetidoras ou retransmissoras ou, ainda, para outra estação geradora de televisão, cuja programação pertença à mesma rede. Diferentemente das retransmissoras, os sinais transportados pelas repetidoras não se destinam ao consumidor final.

O serviço de RTV pode ser executado em caráter primário ou secundário, sendo que, essencialmente, a diferenciação está no direito de proteção contra interferências, presente apenas no primeiro tipo. Para as outorgas de retransmissoras primárias é exigido procedimento seletivo, enquanto que as secundárias são discricionariamente outorgadas pelo Ministério.

Segundo fontes oficiais do Ministério da Comunicação, em 2013, há 3.817 retransmissoras primárias e 4.562 secundárias outorgadas. Porém, considerando dados do Sistema de Radiodifusão, disponibilizados pela Anatel, existem 5.717 retransmissoras primárias.

Serviços Auxiliares

Os Serviços Auxiliares de Radiodifusão e Correlatos (SARC) são serviços de telecomunicações de interesse restrito, sendo executados pelas concessionárias ou permissionárias para realizar reportagens externas, ligações entre estúdios e transmissores das estações (*link*), utilizando, inclusive, transceptores portáteis. Para sua outorga, não é exigido procedimento seletivo e a competência para autorizar a sua execução desses serviços foi transferida para a Anatel, conforme Portaria do Ministério das Comunicações MC- 252/2013.

Quanto à competência para regulação dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, o quadro normativo atual permite diferenciar a seguinte distribuição de funções:

Ministério das Comunicações

O Ministério das Comunicações é responsável por desenvolver e implantar as políticas públicas setoriais, bem como executar as atividades inerentes às outorgas, pós-outorgas e fiscalizações dos serviços de radiodifusão, tendo como área específica para tratamento dessas atividades a Secretaria de Comunicação Eletrônica (SCE).

Por sua vez, a Secretaria de Comunicação Eletrônica se divide em dois departamentos: o Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica (DEOC) e o Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica (DEAA).

O DEOC é responsável pelos procedimentos inerentes à outorga dos serviços de radiodifusão, o planejamento das outorgas, as atividades relacionadas à aprovação dos projetos de instalação para operação desses serviços e os processos de pós-outorga, além da renovação e alterações societárias.

O DEAA tem como atribuição estabelecer diretrizes e promover o acompanhamento e avaliação dos serviços de radiodifusão, sendo também responsável pela fiscalização do setor e por estudos de novas tecnologias.

Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)

A Agência Nacional de Telecomunicações é responsável pela administração do espectro de radiofrequências, tendo como atribuições importantes definidas no artigo 221 da Lei 9.427/1997:

- administrar os Planos Básicos de Distribuição de Canais mediante a inclusão, alteração e exclusão de canais, emitir autorização de uso de radiofrequência, estabelecer as condições de uso das faixas de radiofrequência e promover o licenciamento das estações. Essas atividades estão a cargo da Superintendência de Outorga e Recursos à Prestação (SOR) da Anatel, que as delega às gerências regionais da agência reguladora;

- fiscalizar a execução dos serviços de radiodifusão quanto a aspectos técnicos e de conteúdo. Essa atribuição está sob alçada da Superintendência de Fiscalização (SFI) da Anatel, também delegada às gerências regionais da entidade reguladora;

Recentemente, o Ministério das Comunicações delegou à Anatel, por meio do Acordo de Cooperação Técnica 2, publicado no DOU de 29/9/2012, atividades de pós-outorga como: licenciamento das estações; alteração de local de instalação das estações; alteração de frequência ou canal de operação; alteração de características técnicas; mudança de transmissor e/ou sistema irradiante; alteração do local do estúdio; enquadramento em novas características de plano básico; aumento de potência; e mudança de classe.

Também foi objeto de delegação à Anatel a fiscalização de aspectos relacionados ao conteúdo da programação dos radiodifusores, por meio de acordo.

Quaisquer alterações dos Planos Básicos de Distribuição de Canais devem sempre ser precedidas de consulta pública.

A inclusão de canais nos Planos Básicos está regulamentada nos art. 10 do Decreto 52.795/1963 e no art. 13A do Decreto 5.371/2005. As alterações de canais nos Planos Básicos que envolvem aumento de potência exigem autorização prévia do MC, conforme o art. 106 do Decreto

52.795/1963. Alterações mais simples, como a mudança de coordenadas geográficas dos canais, devem ser solicitadas diretamente à Anatel, que comprova a sua viabilidade.

Além do Ministério das Comunicações e da Anatel, existem outros órgãos e entidades que também desempenham papéis relevantes na regulação ou autorregulação da atividade de radiodifusão no Brasil. São eles:

- a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), responsável por elaborar estratégias para as comunicações governamentais;
- o Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação, seção do Ministério da Justiça que supervisiona a classificação dos programas de televisão;
- a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), do Ministério Público Federal, encarregada dos processos por violação à lei;
- a Agência Nacional do Cinema (Ancine), responsável pelo mercado cinematográfico e audiovisual;
- a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), responsável pela saúde pública, inclusive pelo monitoramento da publicidade em sua esfera;
- o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), órgão colegiado responsável pela defesa da concorrência; e
- o Conselho de Autorregulamentação Publicitária (Conar), entidade autorreguladora da publicidade, composta por representantes dos setores de mídia impressa, radiodifusão e publicidade, além dos próprios anunciantes.

Somam-se ainda a esses atores, a Casa Civil da Presidência da República, o Poder Judiciário, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), organismos internacionais, organizações da sociedade civil (representando os radiodifusores ou os ouvintes/telespectadores) e a indústria de fornecimento de bens e serviços de todos os elos da cadeia de valor da radiodifusão.

Quanto aos aspectos de Governança do setor de Radiodifusão no Brasil, foram analisadas as dimensões relativas às “Competências Regulatórias”, “Autonomia”, “Mecanismos de Controle” e “Mecanismos de Gestão de Riscos e de Análise de Impacto Regulatório”. Esses critérios também foram utilizados na Auditoria de Governança das Agências Reguladoras de Infraestrutura no Brasil, objeto do Acórdão 2.261/2011-TCU- Plenário.

Com relação às “**Competências Regulatórias**”, foi verificada clara definição dos papéis dos agentes envolvidos. Entretanto, a instrução salientou a existência de críticas ao disperso arranjo institucional vigente, à ausência de independência e de autonomia técnica e financeira dos atores que exercem essas competências. Tais críticas estão expressas na literatura acadêmica, em matérias publicadas em jornais e sítios eletrônicos, nas manifestações de organizações da sociedade civil organizada e mesmo de organismos internacionais.

Sobre as fragilidades do modelo em voga, é mencionado o estudo comparado realizado pela Unesco (2011), entre o setor de radiodifusão no Brasil e de diversos países, o qual chegou às seguintes conclusões:

- um sólido marco regulatório envolve a criação de uma autoridade reguladora independente que zele pelo cumprimento da legislação e dos códigos de conduta;
- a independência da autoridade regulatória é necessária para o bom funcionamento de todas as principais funções de regulação, como a concessão de licenças, a aplicação de padrões de qualidade para o conteúdo, a exigência de conteúdo positivo, a defesa da concorrência e a regulação da concentração de propriedade;

- as boas práticas indicam que os organismos reguladores da radiodifusão sejam compostos por pessoas sem qualquer ligação pessoal com interesses políticos ou empresariais do setor, sejam indicadas e nomeadas por meio de processo transparente e protegidas de qualquer forma de pressão;

- no caso do Brasil, foram evidenciadas vulnerabilidades no sistema de radiodifusão que resultam em incertezas no marco regulatório, tais como: o tratamento judicial de violações às obrigações de conteúdo; limitações de recursos e capacidades técnicas para tratamento de atos empresariais que ameaçam a competição; e o envolvimento de pelo menos quatro atores no processo de outorga de serviços de radiodifusão, levando anos para que uma outorga seja autorizada.

- o modelo regulatório brasileiro exclui da jurisdição da Agência Reguladora (Anatel) a outorga dos serviços de radiodifusão, atribuída ao Ministério das Comunicações. Esse modelo diferencia-se do paradigma adotado pelos países desenvolvidos como o Reino Unido e os Estados Unidos,

No que se refere especificamente à “Autonomia”, foi identificado que os órgãos reguladores não dispõem de autodeterminação técnica e financeira suficientes para gerir os seus recursos e escolher os respectivos membros de forma independente, característica essa considerada essencial para proteção da liberdade de expressão. Essa convicção é reforçada pelo fato de a autoridade máxima do Ministério das Comunicações ser demissível *ad nutum*, bem como para não haver processo público e transparente para escolha os gestores que ocupam cargos estratégicos de regulação dos serviços. A ausência de autonomia financeira é evidenciada pela recorrência de o Ministério das Comunicações sofrer limitações orçamentárias e financeiras ao longo do exercício, a comprometer sensivelmente a consecução de políticas públicas de radiodifusão.

Com relação aos “Mecanismos de Controle”, foram apontadas lacunas importantes de instrumentos que permitam à sociedade participar do controle da ação do ente regulador, deixando, assim, de ser conferida transparência aos instrumentos decisórios. Como exemplos dessas lacunas, citam-se: a ausência de motivação na escolha de municípios contemplados nos Planos Nacionais de Outorga; a falta de informação sobre o andamento do desligamento da televisão analógica no Brasil e da cobertura digital já alcançada; a inexistência de instrumentos que permitam à sociedade opinar sobre a renovação de outorgas; a falta de mecanismos que promovam a alfabetização midiática; e a divulgação de canais por meio dos quais o cidadão possa denunciar práticas abusivas de radiodifusores durante a execução contratual da outorga.

No que tange aos “Mecanismos de Gestão de Riscos e de Análise de Impacto Regulatório”, não foi observada a realização, pelo Ministério das Comunicações, de gerenciamento de riscos associados à consecução de seus objetivos institucionais. Tal situação é retratada principalmente pela inexistência de plano de atualização da regulamentação de curto, médio ou longo prazo, a qual pudesse mitigar os possíveis reflexos de ações regulatórias.

Demonstram esse fato as recorrentes alterações e revogações de normativos que prevêm, por exemplo, o estabelecimento de novos prazos para solicitação de consignação de canais digitais para radiodifusores e de regularização de rádios comunitárias que operam ilegalmente. Essa situação evidencia a dificuldade do Ministério das Comunicações de acompanhar todas as obrigações envolvidas nas outorgas, a adequação técnica e a execução dos serviços.

Importante ressaltar que as alterações regulatórias realizadas pelo Ministério das Comunicações não são precedidas de consultas públicas e de análise de impacto regulatório, sem os quais não é possível avaliar adequadamente os custos e benefícios envolvidos, os reflexos concorrenciais ou prever as medidas regulatórias alternativas. São exemplos de recentes de alterações normativas relevantes, sem qualquer análise de impacto regulatório: a alteração do prazo da transição analógico-digital da TV; a migração da operação das rádios em amplitude modulada (AM) para

ocupação do espectro destinado ao serviço de rádio em frequência modulada (FM); a obrigatoriedade de digitalização de retransmissoras secundárias e a alteração dos procedimentos de outorga.

Nesse quadro de incertezas regulatórias, a instrução indica o aumento da percepção de risco pelos proponentes de outorgas de radiodifusão comercial diante da revogação pelo Ministério das Comunicações de diversas concorrências iniciadas há mais de 10 anos, as quais são motivadas por questões de variada ordem, como o atendimento ao interesse público até a violação de lacres de propostas. Embora algumas dessas revogações estejam abrangidas no âmbito discricionário do gestor público, tais medidas refletem negativamente o setor de radiodifusão e evidenciam um problema de governança.

Os principais macroprocessos associados à Regulação do Sistema de Radiodifusão no Brasil são assim descritos:

- a) Planejamento Setorial;
- b) Outorga dos Serviços de Radiodifusão;
- c) Fiscalização; e
- d) Digitalização dos serviços de radiodifusão no Brasil.

O **Planejamento Setorial** é realizado pelo Ministério das Comunicações e segue basicamente a diretriz estabelecida pelo Plano Plurianual de Investimentos do Governo Federal (PPA). Em sua versão atual, o PPA 2012-2015 previu o Programa Temático 2025, denominado “Comunicações para o Desenvolvimento, Inclusão e Democracia”, o qual contemple objetivos e metas aplicáveis à radiodifusão.

Dentre os objetivos descritos no referido programa temático do PPA, destaca-se o aumento do acesso da população aos serviços de radiodifusão, bem como estímulo à pluralidade, à diversidade e à competição por meio da revisão do arcabouço regulatório.

O Ministério das Comunicações adaptou seu planejamento estratégico ao Plano Plurianual ao definir como programas temáticos aplicáveis à Secretaria de Comunicação Eletrônica: “Canal da Cidadania”, “Modernização da Gestão”, “Radiodifusão Comunitária”, “Radiodifusão” e “Rádio Digital”.

Dos cinco objetivos estratégicos definidos pelo Ministério das Comunicações a partir de cada programa temático setorial, dois deles espelham os objetivos do PPA. Os demais são: promover o uso de bens e serviços de comunicações, com ênfase em aplicações, serviços e conteúdos digitais criativos para potencializar o desenvolvimento econômico e social do país; ampliar a transparência e a participação social nas políticas de comunicação; e promover a modernização e o fortalecimento institucional do Ministério das Comunicações.

Num formato matricial, o cruzamento entre os programas temáticos e os objetivos definidos do planejamento estratégico ministerial resulta em várias iniciativas. Para cada iniciativa, são estabelecidas ações que obedecem a um plano com a descrição de atividades, cronograma, responsáveis, situação e vinculação ao planejamento estratégico. De acordo com informações prestadas à equipe de Levantamento, a Secretaria Executiva do Ministério das Comunicações realiza monitoramento mensal das ações planejadas.

Dentre as iniciativas do planejamento estratégico ministerial, destaca-se a elaboração de Planos Nacionais de Outorga (PNOs); o acompanhamento da implantação da TV Digital e preparação para a transição entre a transmissão analógica e digital.

Os Planos Nacionais de Outorga (PNOs) representam os principais instrumentos de massificação da oferta dos serviços de radiodifusão. São documentos que apresentam à sociedade as cidades que serão contempladas com a obtenção de novas outorgas em cada um dos serviços. Esses planos preveem, ainda, a divulgação de calendário com todos os avisos de habilitação ou licitações a serem realizadas. Até o momento, já foram divulgados PNOs para outorgas de TV Educativa (2011), Rádio Educativa (2011/2012), Rádio Comunitária (2011/2012/2013) e Retransmissão de TV (2012).

Os PNOs também podem ser vistos como instrumentos de transparência ao oferecer condições para realização de acompanhamento social das ações públicas e dar previsibilidade a novas oportunidades de negócio por parte de agentes econômicos.

Por sua vez, a iniciativa relacionada à TV Digital destina-se a convocar os diversos atores envolvidos no desligamento da transmissão analógica da TV no Brasil. Essa iniciativa compreende um planejamento de ações complexas e integradas que envolvem plano de desligamento da transmissão analógica, preparação das emissoras para transmissão digital, incentivos à indústria de fornecimento de equipamentos, e preparação dos telespectadores para a recepção de novo padrão de transmissão.

Quanto ao **macroprocesso de outorga** dos serviços de radiodifusão no Brasil, as atividades compartilhadas entre os quatro atores principais - Ministério das Comunicações, Anatel, Presidência da República e Congresso Nacional – foram assim desenhadas:

- a Ministério das Comunicações realiza as principais atividades de outorga, a incluir o planejamento e a configuração dos processos seletivos, a publicação dos editais e avisos, a seleção dos vencedores, bem como a aprovação dos projetos com os locais e equipamentos a serem utilizados pelas estações transmissoras dos radiodifusores;

- a Anatel é responsável, essencialmente, pelas questões técnicas da outorga, como a definição dos canais de radifrequência a serem utilizados, precedidos de estudo de viabilidade das respectivas inclusões nos Planos Básicos de Canais; a autorização de uso de radiofrequência; além do licenciamento definitivo da estação;

- a Presidência da República está incumbida de revisar os processos de outorga oriundos do Ministério das Comunicações, elaborar as mensagens presidenciais e, no caso de radiodifusão de sons e imagens (televisão), publicar Decreto Presidencial. Ademais, compete exclusivamente à Presidência o encaminhamento dos processos de outorga de radiodifusão de sons e imagens ao Congresso Nacional;

- o Congresso Nacional tem a responsabilidade de ratificar as outorgas, por meio da publicação do respectivo Decreto Legislativo, dando-lhes eficácia legal;

A autorização de uso da radiofrequência e o licenciamento definitivo da estação são realizados pela Anatel, respectivamente, mediante o pagamento de Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (PPDUR) e de Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI).

A inclusão de canais de radiofrequência é solicitada pelo Ministério das Comunicações com vistas ao lançamento das licitações ou avisos de habilitação, ou mesmo para atender às outorgas discricionárias de retransmissoras secundárias, devendo a sua viabilidade técnica ser avaliada pela Anatel a fim de integrarem nos Planos Básicos (canais vagos). Esses canais podem, considerada a discricionariedade do MC, ser objeto de novas outorgas.

Um ponto importante destacado no Relatório de Levantamento refere-se às recentes alterações promovidas no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, Decreto 52.795/1963, promovidas pela Decreto 7.670/2012. Dentre as modificações, sobressai a atribuição de competência ao Ministro de Estado das Comunicações para outorgar, por meio de concessão, permissão ou

autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora (rádio), ficando para a Presidência da República somente a outorga de concessão de serviços de radiodifusão de sons e imagens (televisão).

Outra modificação relevante refere-se à sequência de atividades do processo de outorga. O referido Regulamento passou a exigir que a apresentação do projeto de instalação, o pagamento pela outorga e a assinatura do contrato sejam realizados antes do envio do processo de outorga ao Congresso Nacional. Antes, o processo seguia as seguintes fases: licitação, apreciação pelo Congresso Nacional, assinatura de contrato e pagamento pela outorga, aprovação do projeto de instalação e autorização de uso da radiofrequência e licenciamento definitivo.

Os gestores do Ministério das Comunicações acreditam que essas mudanças conduzirão a um procedimento mais eficiente, porquanto todos os aspectos técnicos e legais são consolidados antes do envio do processo de outorga para ratificação do Congresso Nacional.

Quanto à antecipação de pagamento, cumpre registrar que este Tribunal, no âmbito do TC 027.716/2007-5, posicionou-se de forma contrária ao pagamento antecipado de parcelas do valor da outorga antes da assinatura dos contratos associados aos serviços de radiodifusão, por ofensa ao interesse público e restrição ao caráter competitivo dos certames, na medida em que a empresa vencedora do certame deverá dispor de maior disponibilidade financeira para suportar elevados custos financeiros e de oportunidade devido ao longo período de tempo demandado para a ratificação do ato de outorga pelo Congresso Nacional.

Naquele processo, o Tribunal Representação formulada pela Secretaria de Fiscalização de Desestatização - Sefid contra irregularidades verificadas em Concorrência promovida pelo Ministério das Comunicações, para outorga de concessão para a exploração de serviço de radiodifusão de sons e imagens. Mediante o Acórdão 2.266/2008, o Plenário exarou a seguinte determinação ao Ministério das Comunicações:

“9.5.1. modifique o subitem 16.2 dos Editais de Concorrência nºs 1/2007-CEL/MC (Araguari/MG), 2/2007-CEL/MC (Nova Esperança/PR), 3/2007-CEL/MC (Camaquã/RS) e 4/2007-CEL/MC (Jaguarão/RS), com vistas a adequá-lo integralmente às disposições da Lei nº 8.666/93, e a eliminar a obrigação de que o vencedor do certame deva efetuar o pagamento da primeira parcela do preço ofertado após a publicação de despacho de homologação e antes da publicação do ato de outorga e da assinatura do contrato; “

As principais características associadas às outorgas de cada uma das espécies de serviços de radiodifusão no Brasil estão resumidas no quadro sinóptico abaixo:

Finalidade	Serviço	Escolha	Prazo	Natureza Jurídica	Formalização	Caráter
Radiodifusão Comercial	Rádio/TV (analógica ou digital)	Licitação	10 anos - Rádio	Concessão/Permissão	Portaria MC + Contrato + Decreto Legislativo	Onceroso
			15 anos - TV	Concessão	Decreto Presidencial + Contrato + Decreto Legislativo	
Radiodifusão Educativa	Rádio/TV (analógica ou digital)	Aviso de Habilitação	10 anos - Rádio	Permissão	idem Radiodifusão Comercial	Não oneroso
			15 anos - TV	Concessão	idem Radiodifusão Comercial	
Radiodifusão Comunitária	Rádio (FM)	Aviso de Habilitação	10 anos	Autorização	Portaria MC + Decreto Legislativo	
Ancilares	TV (RTV ou RptV)	Aviso de Habilitação (RTV primária) ou Discrecionária (RTV secundária e RptV)	sem prazo	Autorização	Portaria MC	
Canal da Cidadania	TV (digital)	Aviso de Habilitação	15 anos	Autorização	Portaria MC	
Radiodifusão Pública/Institucional	Rádio/TV (analógica ou digital)	Discrecionária	10 anos - Rádio	Consignação	Portaria MC	
			15 anos - TV			

Um aspecto singular das outorgas de radiodifusão no Brasil é o fato de esses serviços poderem ser sucessivamente renovados, conforme o art. 1º do Decreto 88.066/1983 e o art. 111 do Decreto 52.795/1963, não havendo, em princípio, limite quantitativo para essas renovações.

As atividades relacionadas ao **macroprocesso de fiscalização** encontram-se estruturadas da seguinte forma:

- o planejamento e o acompanhamento das atividades ficam a cargo do Ministério das Comunicações, responsável pela elaboração do Plano Anual de Fiscalização (PAF), o qual contempla as diretrizes e prioridades para as fiscalizações a serem realizadas em determinado exercício;

- com base no Plano Anual de Fiscalização elaborado pelo Ministério das Comunicações, a Anatel confecciona o Plano Operacional de Fiscalização (POF), que servirá de programação das ações da agência reguladora;

As espécies de fiscalizações são assim classificadas:

- Fiscalização das características técnicas. Realizada por meio de vistoria ou por fiscalização remota, destina-se à análise da conformidade das características técnicas da entidade executante dos serviços de radiodifusão, observadas as condições aprovadas pelo Poder Público;

- Fiscalização de conteúdo. Tem por escopo a verificação do cumprimento das obrigações legais e contratuais referentes ao conteúdo e à organização da programação veiculada, por meio da análise do registro da programação;

- Fiscalização dos atos societários. Efetuada pelo exame documental de registros disponibilizados pela própria entidade e/ou por órgãos competentes, tem por objeto garantir o cumprimento das obrigações legais e contratuais referentes à estrutura e composição do quadro social e diretivo das entidades detentoras de outorga, bem como as suas eventuais alterações;

- Fiscalização dos recursos de acessibilidade. Tem por finalidade zelar pelo cumprimento das obrigações referentes à disponibilização de recursos de acessibilidade nos períodos mínimos determinados pelo Poder Público, de modo a assegurar ao portador de necessidades especiais o acesso a serviço de radiodifusão de sons e imagens. O método utilizado é o registro pelo órgão fiscalizador da programação com ativação do recurso em análise;

- Fiscalização do uso do espectro de radiofrequência. Realizada por meio de análise espectral em fiscalização remota e por meio de verificação *in loco*, avalia a adequação e a legitimidade do uso do espectro de radiofrequência, diagnosticando emissões regulares e irregulares, bem como interferências prejudiciais.

As atividades de cunho jurídico/legal, as fiscalizações de atos societários, de conteúdo e de recursos de acessibilidade são compartilhadas entre o Ministério das Comunicações e a Anatel.

As fiscalizações técnicas propriamente ditas, como as relativas às condições das características técnicas dos radiodifusores e ao uso do espectro, são de competência da Anatel.

No que se refere à **Digitalização dos serviços de radiodifusão no Brasil**, foi verificada a forma pela qual vem sendo conduzida o processo de digitalização dos serviços de radiodifusão.

Nesse ponto, foi dado destaque a aspectos relacionados ao plano de desligamento das transmissões analógicas da TV, ao replanejamento da ocupação do espectro frente à decisão de destinar os canais de televisão 52 a 69 (faixa de 700 MHz) para serviços móveis, à cobertura da TV

Digital e ao acesso da população à nova tecnologia de transmissão de sinais de TV. Também mereceu análise a situação da digitalização das transmissões de rádio.

A digitalização do serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) consiste em alterar o padrão analógico de transmissão e recepção para o padrão digital. O Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD-T) foi instituído por meio do Decreto 4.901/2003 após análise de recomendações internacionais. Dentre os objetivos do SBTVD-T, previsto no artigo 1º do referido Decreto destacam-se :

- a promoção de inclusão social, de diversidade cultural do País e da língua pátria por meio do acesso à tecnologia digital, visando à democratização da informação;
- o planejamento do processo de transição da televisão analógica para a digital, de modo a garantir a gradual adesão de usuários a custos compatíveis com sua renda;
- o estímulo à evolução tecnológica das atuais exploradoras de serviço de televisão analógica, bem assim o ingresso de novas empresas, propiciando a expansão do setor e possibilitando o desenvolvimento de inúmeros serviços decorrentes da tecnologia digital, conforme legislação específica;
- o aperfeiçoamento do uso do espectro de radiofrequências;
- a busca da convergência tecnológica e empresarial dos serviços de comunicações;
- o aprimoramento da qualidade de áudio, vídeo e serviços, consideradas as atuais condições do parque instalado de receptores no Brasil;
- incentivo à indústria regional e local na produção de instrumentos e serviços digitais.

São grandes os desafios a serem vencidos para plena implantação do novo sistema digital de transmissão de sons e imagens. Isso porque há necessidade de planejamento e articulação de diversas ações que envolvem a atualização tecnológica da transmissão realizada pelo radiodifusores, a disponibilidade pelos telespectadores de aparelhos capazes de recepcionar o novo padrão de sinal, orientação aos usuários, fomento à indústria de equipamentos de radiodifusão.

Ao dispor sobre a implantação do SBTVD-T e adotar o padrão ISDB-T para a TV Digital, o Decreto 5.820/2006 estabeleceu diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão. Dentre essas diretrizes, elencam-se:

- a transmissão em alta definição (HDTV) e definição padrão (SDTV);
- a transmissão simultânea para recepção fixa, móvel e portátil;
- a interatividade;
- a transição para a tecnologia digital sem interrupção da transmissão de sinais analógicos, também denominada *simulcasting*, obtida pela autorização de uso de canal digital para cada concessionária e autorizatória já "detentora" de canal analógico.

Para viabilizar a operação digital dos radiodifusores, é necessária a consignação de um canal digital, a aprovação de um novo projeto de instalação, a autorização de uso da nova radiofrequência (canal) e o licenciamento definitivo, como ocorre com a outorga convencional. As duas primeiras atividades são de responsabilidade do Ministério das Comunicações e as demais cabem à Anatel.

A consignação é o procedimento administrativo pelo qual o Ministério das Comunicações realiza aditamento ao contrato das concessionárias dos serviços de radiodifusão de sons e imagens, permitindo que esses radiodifusores operem em tecnologia digital. Tratando-se de retransmissoras, primárias ou secundárias, a consignação não envolve aditamento, já que elas são autorizadas somente por meio de portaria, prescindindo, assim, da celebração de contrato com o poder público. Em qualquer dos casos, a consignação não exige ratificação pelo Congresso Nacional.

A consignação de canal digital é antecedida por um trabalho de disponibilização desse canal no Plano Básico de Distribuição de Canais de Televisão Digital (PBTVD), de competência da Anatel, entidade responsável pela administração do espectro. Esse trabalho visa ao parâmetro entre canais analógicos e digitais, viabilizando o *simulcasting* e ao replanejamento do espectro para acomodação de todos os radiodifusores.

O Ministério das Comunicações vem estabelecendo, por meio de Portarias, critérios, procedimentos e prazos para a consignação de canais digitais às geradoras e às retransmissoras do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no âmbito do SBTVD-T. Juntamente com a Anatel, a pasta ministerial também realiza atualização do Plano Básico de Distribuição de Canais de Televisão Digital (PBTVD) e na consignação dos canais digitais. Esse trabalho também envolve a participação dos radiodifusores já que a escolha de canais envolve questões técnicas e de interesse comercial das empresas.

Merecem destaque a recente atualização do marco regulatório e as decisões governamentais atinentes à destinação de espectro atualmente utilizado para radiodifusão, as quais têm impactos significativos nas atividades ligadas à transição analógico-digital da televisão no Brasil. São elas:

- a necessidade de digitalização das retransmissoras secundárias, imposta pela Portaria-MC 48/2012, sendo que, anteriormente, tal exigência era restrita às retransmissoras primárias;

- a destinação da faixa de 698 MHz a 806 MHz, conhecida como “dividendo digital” (700 MHz), para serviços de comunicação móvel de quarta geração, conforme diretriz estabelecida pela Portaria-MC 14/2013. Essa faixa é atualmente ocupada pela radiodifusão e deverá ser liberada para leilão em 2014, tendo como uma das justificativas o cumprimento de metas associadas ao Programa Nacional de Banda Larga (PNBL);

Todas essas atualizações implicam a disponibilização e a adequação do espectro de canais de radiofrequência de molde a acomodar todos os serviços de radiodifusão existentes e os novos.

Quanto ao processo de transição analógico-digital, recente publicação do Decreto 8.061/2013, que alterou o Decreto 5.820/2006, promoveu modificações importantes, principalmente aquelas relativas ao cronograma do *switch-off* (desligamento da transmissão analógica no Brasil), que passou de um modelo *one-shot* (modo de desligamento simultâneo de todas as transmissões analógicas) para um modelo de transição em fases. Assim, o cronograma de transição será antecipado para o ano de 2015 em algumas cidades e estendido até 2018, com uma transição gradual atingindo as cidades restantes.

Com relação às possibilidades ofertadas pelo SBTVD-T para transmissão de sons e imagens, o Levantamento explorou as implicações de alguns aspectos técnicos envolvidos na recepção fixa, móvel e portátil e a interatividade.

A recepção fixa da televisão digital pode ser viabilizada de duas maneiras: por meio de televisores com conversores digitais embutidos ou por conversores (*set-top box*) que podem ser ligados aos televisores convencionais. Televisores de tubos de raios catódicos (CRT), ainda que ligados a conversores digitais, não são capazes de usufruir da potencialidade da transmissão em alta definição da TV Digital.

A recepção móvel e portátil é viabilizada por qualquer dispositivo que embarque um receptor de TV Digital, como é o caso de centrais multimídias e aparelhos celulares inteligentes. A recepção móvel e portátil da TV Digital no Brasil é viabilizada por uma tecnologia chamada *one seg*.

Nesse ponto, ganha relevo a efetiva implantação de política governamental que incentive a indústria eletroeletrônica a fabricar aparelhos suportem a recepção da TV Digital. Nesse sentido, o Ministério das Comunicações, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) já vêm trabalhando no sentido de garantir que o parque de aparelhos de televisão e os aparelhos celulares industrializados na Zona Franca de Manaus já integrem conversores compatíveis com o padrão do SBTVD-T. Esse trabalho têm-se materializado por meio da imposição de obrigações contidas nos Planos Produtivos Básicos (PPB), em contrapartida aos incentivos fiscais recebidos pela indústria de televisores e de aparelhos.

Com relação à interatividade na televisão digital brasileira, foi desenvolvido o Ginga, uma camada de software (*middleware*) utilizada para o desenvolvimento de aplicações interativas. Essa iniciativa brasileira foi aprovada em recomendação da União Internacional de Telecomunicações (UIT) para serviços de *Internet Protocol Television* (Tecnologia que permite a transmissão e recepção de sinais de TV utilizando protocolos da Internet) e desenvolvimento de aplicações interativas do ISDB-T, padrão adotado pelo SBTVD-T.

Não obstante o governo brasileiro tenha incentivado a indústria a embarcar nos televisores o *middleware* Ginga, como apresentado na Tabela 7, não impôs qualquer obrigatoriedade aos radiodifusores quanto ao desenvolvimento de aplicações com uso dessa plataforma. A estratégia do governo foi a de que o próprio mercado deveria decidir o momento oportuno para o desenvolvimento de aplicações interativas. Mesmo assim, a obrigatoriedade de embutir o Ginga em 90% dos televisores passa a valer somente a partir de 2014.

Nesse contexto, existem pouquíssimas aplicações interativas oferecidas pelos radiodifusores, sejam estatais, públicos ou privados. O desenvolvimento de aplicações interativas que utilize meio que atinge milhões de pessoas tem um grande potencial, com possibilidade de atuação pública e privada em áreas como educação e saúde pública.

Somente em 2012 o governo brasileiro retomou os incentivos ao desenvolvimento de aplicativos interativos na TV Digital, com o uso do *middleware* de interatividade Ginga, quando lançou o Programa de Estímulo ao Desenvolvimento do Padrão Nacional de Interatividade da Televisão Digital Brasileira (Ginga Brasil).

Com relação à radiodifusão sonora, informações obtidas neste Levantamento indicam que o estágio alcançado pela digitalização do rádio no Brasil ainda é incipiente. Em todo caso, revela-se como uma nova oportunidade de negócio para as emissoras, que terão à sua disposição um serviço com qualidade de áudio superior e a possibilidade de transmissão de dados adicionais.

Representa, também, a oportunidade de desenvolvimento mais adequado de políticas públicas governamentais, por meio do melhor aproveitamento do uso do espectro de radiofrequências, da ampliação da cobertura do serviço de rádio no território nacional e, principalmente, da promoção de ações de cidadania com alcance em áreas mais isoladas do país, fazendo uso dos serviços adicionais permitidos por tais tecnologias.

Acompanhando a tendência mundial, o Brasil vem estudando a implantação da tecnologia digital no sistema de radiodifusão sonora. Em março de 2007, por intermédio da Portaria-MC 83/2007, foi criado o Conselho Consultivo do Rádio Digital, com o objetivo de assessorar o Ministro das Comunicações no planejamento da implantação do Rádio Digital no Brasil. O Conselho era formado por representantes da sociedade civil, do Governo Federal, do setor de radiodifusão (comercial,

educativa, comunitária e pública), da indústria (recepção, transmissão e audiovisual), das instituições acadêmicas e dos anunciantes. A Portaria-MC 365/2012 revogou a antiga Portaria-MC 83/2007, alterou a composição do Conselho Consultivo do Rádio Digital e não fixou prazo para entrega de Relatório Final ao Ministro das Comunicações.

O Sistema Brasileiro de Rádio Digital (SBRD) foi instituído por meio da Portaria-MC 290/2010 e tem, dentre outros, os seguintes objetivos:

- promoção de inclusão social, da diversidade cultural do País e da língua pátria por meio do acesso à tecnologia digital, visando à democratização da informação;
- expansão do setor, possibilitando o desenvolvimento de serviços decorrentes da tecnologia digital como forma de estimular a evolução das atuais exploradoras do serviço;
- desenvolvimento de novos modelos de negócio adequados à realidade do País;
- transferência de tecnologia para a indústria brasileira de transmissores e receptores, garantida, onde couber, a isenção de royalties;
- possibilidade de participação de instituições brasileiras de ensino e pesquisa no ajuste e melhoria do sistema de acordo com a necessidade do País;
- incentivo à indústria regional e local na produção de instrumentos e serviços digitais;
- criação de rede de educação à distância;
- utilização eficiente do espectro de radiofrequências;
- emissão de *simulcasting*, com boa qualidade de áudio e com mínimas interferências em outras estações;
- cobertura do sinal digital em áreas igual ou maior do que as atuais, com menor potência de transmissão;
- possibilidade de vários modos de configuração considerando as particularidades de propagação do sinal em cada região brasileira;
- transmissão de dados auxiliares;
- viabilização de soluções para transmissões em baixa potência, com custos reduzidos; e
- desenvolvimento de arquitetura de sistema de forma a possibilitar, ao mercado brasileiro, as evoluções necessárias.

Em suma, a digitalização do rádio no Brasil ainda caminha de forma lenta, por diversos fatores e indefinições, que dizem respeito aos mais variados temas, dentre outros:

- serviços e aplicativos a serem agregados ao áudio transmitido e uso do Ginga para o rádio digital;
- política industrial para a produção de equipamentos;
- gestão do espectro;
- transmissão simultânea dos sinais analógico e digital;
- cobertura do sinal de rádio analógico e digital;
- digitalização de rádios comunitárias e de ondas médias;
- adequação dos padrões a peculiaridades regionais;

- custos para a transição; e
- modelos de negócio e de serviços para viabilização do rádio digital.

Tendo em vista a concentração de esforços na digitalização das transmissões de TV, a adoção do rádio digital pelo Brasil tende a concretizar-se a longo prazo.

Em último tópico importante, o Levantamento faz alguns comentários sobre as perspectivas para estabelecimento de novo marco regulatório dos serviços de comunicação eletrônica no Brasil, no qual se incluem os serviços de radiodifusão.

A esse respeito, avulta a crescente demanda por um novo desenho do marco regulatório do setor de radiodifusão, exigência essa compartilhada por representantes da sociedade civil organizada, acadêmicos, profissionais do ramo e organizações internacionais. As principais reclamações de mudança são:

- atualização do obsoleto e disperso marco regulatório vigente;
- democratização do acesso aos meios de comunicação, introduzindo ferramentas efetivas de controle social;
- regulamentação dos dispositivos constitucionais até hoje não disciplinados;
- instituição de controles eficientes de propriedade, inclusive cruzada;
- proibição de concessão de outorgas para ocupantes de mandatos eletivos;
- garantia de meios a promoção de desconcentração do mercado.

Embora esse não seja o foro adequado para discussão de tão relevante questão, creio que as informações obtidas pelas fiscalizações empreendidas pelo Tribunal de Contas da União e pelas futuras ações de controle que se propõem dar uma visão sistêmica sobre o setor de radiodifusão, como a inaugurada com o presente Levantamento, certamente irão contribuir para enriquecer esse debate, proporcionando, assim, subsídios técnicos para aperfeiçoamento do quadro institucional da regulação de serviços de fundamental importância para o fortalecimento da Democracia no Brasil.

Ante o exposto, Voto por que o Tribunal acolha a minuta de acórdão que ora submeto à deliberação deste colegiado.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 19 de fevereiro de 2014.

WALTON ALENCAR RODRIGUES
Relator

GRUPO I – CLASSE V – Plenário

TC 027.254/2012-7

Natureza: Relatório de Levantamento

Órgão/Entidade: Agência Nacional de Telecomunicações;
Ministério das Comunicações.

Advogado constituído nos autos: não há.

SUMÁRIO: LEVANTAMENTO. REGULAÇÃO E GOVERNANÇA DO SETOR DE RÁDIODIFUSÃO NO BRASIL. CONHECIMENTO DA REGULAMENTAÇÃO E DOS PROCESSOS DE REGULAÇÃO APLICÁVEIS. SUBSÍDIOS A FUTURAS AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO. SIGILO DE PEÇAS DOS AUTOS COM OS EVENTOS DE RISCO. CIÊNCIA.

RELATÓRIO

Cuidam os autos de Relatório de Levantamento sobre a Regulação e a Governança no Setor de Radiodifusão no Brasil, tendo por objetivo conhecer a regulamentação e os processos de regulação aplicáveis, sistematizar as informações obtidas, bem como identificar possíveis objetos de futuras ações de controle, em alinhamento à estratégia do TCU de especialização de suas unidades técnicas.

Transcrevo, a seguir, instrução elaborada pela Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação de Energia e Comunicações (SefidEnerg):

“1. INTRODUÇÃO**1.1. Deliberação**

1. A fiscalização do Tribunal de Contas da União sobre a regulação do setor de radiodifusão tem privilegiado o acompanhamento de processos de outorga de radiodifusão comercial, nos termos da Instrução Normativa - TCU 27/1998, assim como a análise de denúncias e representações sobre assuntos pontuais. Não foram realizadas, até o presente momento, auditorias operacionais com vistas a avaliar o desempenho do Ministério das Comunicações (MC) em seu papel de regulador desses serviços, especialmente no que tange a assuntos como execução contratual, limites quantitativos de outorgas para empresas de radiodifusão, planejamento setorial, regulação técnica e de conteúdo.

2. Em virtude desse quadro, a Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação de Energia e Comunicações (SefidEnergia) encaminhou Proposta de Fiscalização, aprovada por meio do Despacho de 3/8/2012, do Ministro Walton Alencar Rodrigues (TC 022.435/2012-3), resultando no presente Levantamento (TC 027.254/2012-7).

1.2. Objetivo e Escopo

3. O levantamento buscou identificar as ações do Ministério das Comunicações e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) na regulação e governança do setor de radiodifusão, conhecer a regulamentação e os processos da regulação aplicáveis e

sistematizar informações, além de identificar possíveis objetos de controle, em alinhamento à estratégia do TCU de especialização de suas unidades técnicas.

4. Esse trabalho, de escopo amplo, mapeou as atividades desempenhadas pelos principais atores envolvidos no setor de radiodifusão, dividindo-se o levantamento na descrição de quatro processos, considerados relevantes:

- a) planejamento setorial;*
- b) outorga dos serviços de radiodifusão;*
- c) fiscalização; e*
- d) transição analógico-digital.*

5. Na descrição desses processos, buscou-se, ainda, caracterizar as peculiaridades das diversas classificações dos serviços de radiodifusão (comercial, educativa, pública, comunitária e ancilares), limitando-se, no entanto, o escopo deste trabalho às principais. Dessa forma, alguns temas, associados aos serviços auxiliares e ao serviço ancilar de repetição, por critério de relevância e materialidade, não foram aprofundados neste relatório.

6. Destaca-se, conforme o disposto no art. 2º da Portaria-Segecex 15/2011, que a descrição dos eventos de risco identificados nesse trabalho, bem como as sugestões a respeito de futuras fiscalizações constam de peça sigilosa específica (peça 45). Também constam de peça sigilosa a Análise SWOT e o Diagrama de Verificação de Riscos (peça 37).

1.3. Metodologia do Trabalho

7. A equipe utilizou como principais referências metodológicas os documentos “Padrões de Levantamento” (Portaria-Segecex 15/2011), “Análise SWOT e Diagrama de Verificação de Risco Aplicados em Auditorias” (Portaria-Segecex 31/2010) e “Técnica de Entrevista para Auditorias” (Portaria-Segecex 11/2010).

8. A estratégia metodológica utilizada neste levantamento consistiu na realização de:

- a) pesquisas bibliográficas, com vistas a colher informações gerais sobre o setor de radiodifusão no Brasil e identificar atores relevantes;*
- b) entrevistas com gestores do Ministério das Comunicações e da Anatel, Consultores da Câmara dos Deputados, diretores da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) e Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraco), com o objetivo de levantar informações e identificar possíveis eventos de risco;*
- c) análise SWOT, Diagrama de Verificação de Riscos e Matriz de Avaliação de Riscos, consolidando os eventos de risco e possíveis objetos de controle;*
- d) mapas de processos para o mapeamento dos processos de outorga dos serviços de radiodifusão; e*
- e) painel de referência interno para apresentação dos riscos identificados e possíveis ações de controle.*

9. É de se destacar que, por meio dos Ofícios 151/2013/AUD-Anatel (peça 41) e 155/2013/SCE-MC (peça 44), a Anatel e o Ministério das Comunicações teceram considerações adicionais e esclarecimentos a respeito do Relatório Preliminar e que essas informações foram inseridas no corpo deste relatório.

10. No que concerne às limitações enfrentadas, é de se destacar como fatores que dificultaram a execução deste levantamento: a complexidade técnica do objeto, a

fragmentação de competências, a grande extensão do arcabouço regulatório e suas constantes alterações.

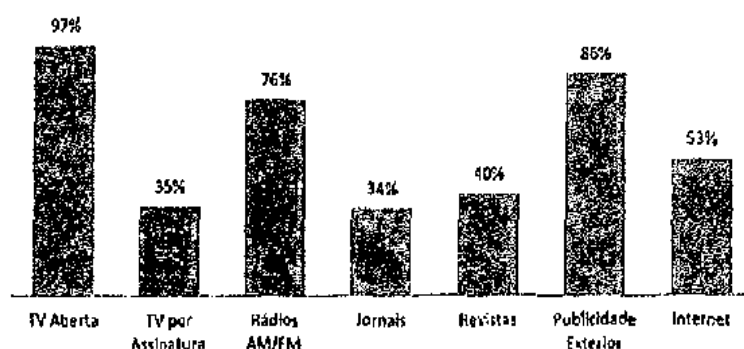
2. VISÃO GERAL

2.1 Setor de Radiodifusão no Brasil

11. *A radiodifusão permite, por meio de ondas de radiofrequência, a transmissão de sons (radiodifusão sonora) ou de sons e imagens (televisão), destinada a ser direta e livremente recebida pelo público telespectador. Os serviços de radiodifusão têm finalidades educativas e culturais, sendo permitida a sua exploração comercial, na medida em que não prejudique essas finalidades e o interesse nacional (art. 3º do Decreto-Lei 52.795/1963).*

12. *As características de gratuidade e universalidade transformam a radiodifusão no meio de comunicação de massa de maior alcance e consumo do país. Segundo dados do Ibope (Figura 1), a televisão aberta possui elevada taxa de penetração, atingindo 97% da população, enquanto que o rádio, 76%.*

Figura 1 - Penetração dos meios de comunicação



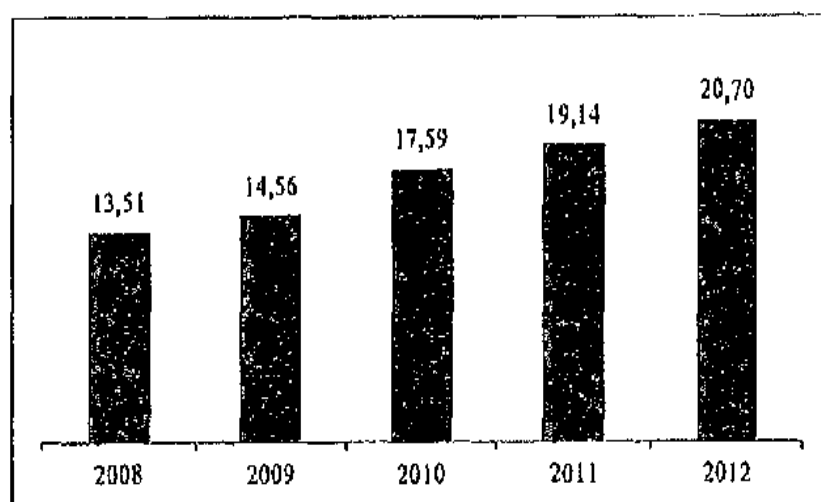
Fonte: IBOPE Media Book 2012: hábitos de mídia e investimento publicitário em 2011.

13. *O consumo de TV aberta e de rádio no país ainda se mostra predominante, apesar do crescimento de outras mídias como TV por assinatura e internet. Segundo estudo da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), a televisão aberta é utilizada por oito vezes mais pessoas do que a televisão por assinatura, e dez vezes mais do que o jornal, enquanto para o rádio este número é de três e quatro vezes, em comparação àqueles veículos de comunicação (ABERT, 2010).*

14. *Segundo o mesmo estudo, a radiodifusão, em 2007, representou 0,5% do PIB nacional, faturando mais de R\$ 23,5 bilhões, sendo responsável por cerca de 302,6 mil empregos diretos e indiretos.*

15. *Como se vê na Figura 2, o faturamento bruto com publicidade dos veículos de rádio e televisão nos últimos anos é crescente, atingindo cerca de R\$ 20 bilhões em 2012. Isso representa um crescimento de, aproximadamente, 53% em quatro anos.*

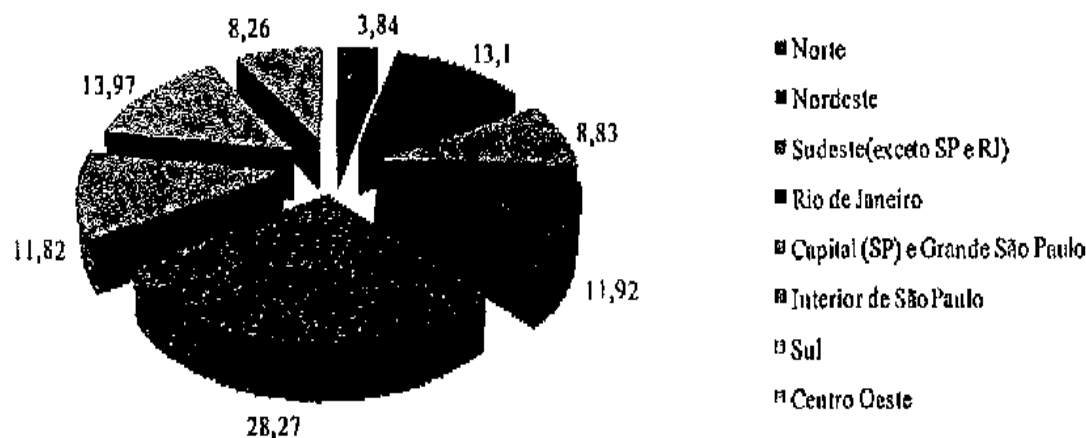
Figura 2 - Faturamento bruto dos veículos de rádio e TV com publicidade (em bilhões de reais)



Fonte: Projeto Intermeios, 2013.

16. Considerando o faturamento por região, a Figura 3 comprova o grande interesse da publicidade de TV na Capital (SP) e Grande São Paulo.

Figura 3 - Distribuição de investimento em publicidade de TV no Brasil em 2012 (%)



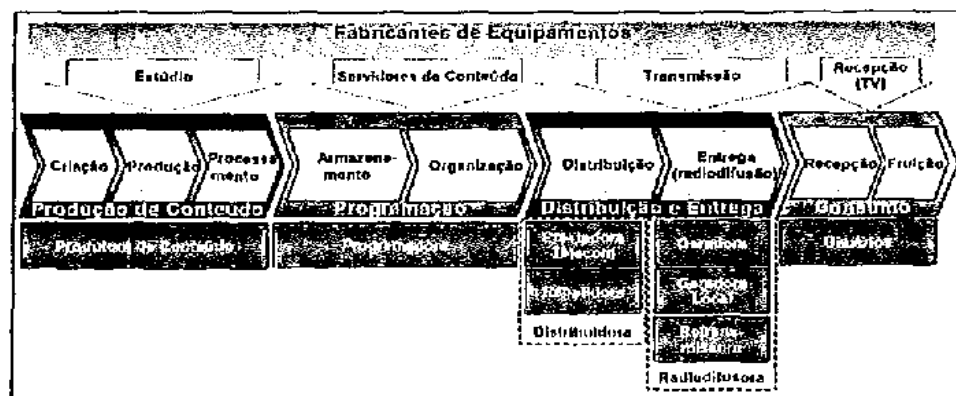
Fonte: Projeto Intermeios, 2013.

17. Esses resultados evidenciam a importância e o valor desses veículos para os concessionários, permissionários e autorizatários dos serviços de radiodifusão no Brasil.

2.2 Cadeia de Valor da Radiodifusão no Brasil

18. Antes de comentar aspectos específicos quanto aos serviços de radiodifusão no Brasil, é importante conhecer um pouco a cadeia de valor da radiodifusão, em especial do serviço de televisão aberta com transmissão analógica, ilustrada na Figura 4.

Figura 4 - Cadeia de valor da TV aberta analógica



Fonte: Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD), 2004.

19. Percebe-se que a cadeia de valor da televisão pode ser compreendida em quatro fases distintas e sequenciais. A primeira etapa, "Produção de Conteúdo", caracteriza-se pela transformação de uma ideia em produto audiovisual. Aqui se destacam as etapas de criação, produção propriamente dita e processamento.

20. A etapa seguinte, chamada de "Programação", tem papel muito relevante, dado que a programadora é a responsável pela organização da grade de programação, distribuindo os programas e as inserções de anúncios publicitários. Essa fase compreende as etapas de armazenamento de conteúdo e organização da grade de programação. A geração de valor que ocorre na etapa de armazenamento decorre da constituição de um acervo com diversas produções, o que aumenta a disponibilidade de conteúdo, e consequentemente, a flexibilidade da programação, tornando-a mais atrativa para a fruição do usuário (CPqD, 2004).

21. A fase subsequente, "Distribuição e Entrega", abrange as etapas de distribuição da programação entre as radiodifusoras que integram a mesma rede e a radiodifusão dos conteúdos para consumo do usuário. A capilaridade obtida pela fase de entrega (radiodifusão) agrega valor significativo à cadeia, uma vez que as redes de televisão almejam atingir parcelas significativas da população brasileira (CPqD, 2004).

22. Uma característica essencial da cadeia de valor no Brasil é sua verticalização, em que as grandes redes de televisão participam ativamente das três primeiras etapas, sendo responsáveis pela produção, programação e distribuição/entrega dos conteúdos, concentrando diversos papéis.

23. Impende ressaltar que, com a introdução da tecnologia digital, haverá a possibilidade de participação de novos agentes, desempenhando inclusive papéis até então inexistentes na cadeia de valor tradicional do mercado de televisão. Portanto, pode-se prever que essa evolução trará impactos e novas oportunidades decorrentes do próprio processo de digitalização (CPqD, 2004).

2.3 Radiodifusão na Constituição Federal de 1988

24. A Constituição Federal de 1988 (CF/88) trouxe inovações importantes sobre a regulação do setor de radiodifusão, estabelecendo a participação dos três poderes no tratamento e controle do setor, contrapondo-se à centralização exercida anteriormente pelo Poder Executivo.

25. A CF/88 reservou à União a competência para dispor sobre qualquer assunto referente à radiodifusão, bem como para explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os respectivos serviços (art. 21, inciso XII, alínea "a" e art. 22, inciso IV).

26. A radiodifusão foi inserida no capítulo destinado à Comunicação Social (arts. 220 a 224), estabelecendo-se princípios importantes relativos à liberdade de imprensa, às limitações à publicidade e programação nocivas à sociedade, à concentração de mercado, à produção (local e independente) e à propriedade dos veículos de mídia.

27. Cabe ao Poder Executivo a outorga e a renovação dos serviços de radiodifusão, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal (art. 223). No entanto, os atos de outorga somente produzem efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, sendo que, nos casos de não renovação, a aprovação depende de, no mínimo, dois quintos de seus membros, em votação nominal (art. 223, §§ 1º, 2º e 3º).

28. Ademais, o § 4º do art. 223 estabeleceu a necessidade de decisão judicial para a cassação de concessões e permissões antes do vencimento do prazo.

2.4 Arcabouço normativo infraconstitucional

29. São apresentados na Tabela 1 alguns normativos infraconstitucionais básicos aplicáveis à radiodifusão, alguns deles alterados recentemente.

Tabela 1 - Normativos básicos da radiodifusão

Normativo	Ementa
Lei 4.117/1962	Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.
Decreto 52.795/1963	Aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.
Decreto 52.026/1963	Aprova o Regulamento Geral para Execução da Lei 4.117/1962.
Decreto-Lei 236/1967	Complementa e modifica a Lei 4.117/1962.
Decreto 88.066/1983	Dá nova regulamentação à Lei 5.785/1972, e à renovação das concessões outorgadas para exploração de serviços de radiodifusão de sons e imagens (televisão).
Lei 9.472/1997	Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional 8, de 1995.
Decreto 5.371/2005	Aprova o Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, anexas ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens.
Lei 11.652/2008	Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação (EBC); altera a Lei 5.070/1966; e dá outras providências.

30. Há instrumentos normativos aplicados à radiodifusão que tratam de questões eminentemente técnicas, aqueles gerais ou especificamente aplicados aos diversos serviços, e outros associados à radiodifusão pública, educativa, comunitária ou comercial.

31. Uma lista mais detalhada – embora não taxativa – dos diversos normativos aplicáveis à radiodifusão no Brasil pode ser encontrada no Anexo IV.

2.5 Serviços de Radiodifusão

32. Considerando a sua finalidade, os serviços de radiodifusão podem ser assim agrupados:

2.5.1 Radiodifusão Comercial

33. A radiodifusão comercial compreende os serviços destinados à geração e transmissão de sons (rádio) ou de sons e imagens (televisão), em contrapartida à exploração comercial de espaços publicitários, respeitados os limites previstos em lei. Das finalidades aplicáveis aos serviços de radiodifusão, essa é a única que não prescinde de procedimento licitatório e na qual é permitida a veiculação de propaganda comercial,

essencial para a sustentação do modelo, que se baseia na livre iniciativa e na atividade econômica.

34. Os serviços de radiodifusão comercial podem ser executados por fundações ou por sociedades anônimas ou de responsabilidade limitada. Em todo caso, deve ser observado o limite constitucional de que, ao menos 70% do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão sejam pertencentes, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (art. 222, § 1º, da CF/88).

35. Na Tabela 2, seguem informações sobre o quantitativo atual de outorgas de radiodifusão comercial (peça 16, p. 13).

Tabela 2 - Outorgas de Radiodifusão Comercial

<i>Radiodifusão Comercial</i>						
<i>Região</i>	<i>Televisão</i>			<i>Rádio</i>		<i>Total Geral</i>
	<i>TV</i>	<i>TVD</i>	<i>RTV</i>	<i>FM</i>	<i>AM</i>	
<i>Centro-Oeste</i>	42	42	1009	301	207	1.601
<i>Nordeste</i>	57	67	1807	570	437	2.948
<i>Norte</i>	40	33	902	244	172	1.391
<i>Sudeste</i>	93	150	2.898	952	596	4.689
<i>Sul</i>	72	74	1.763	608	499	3.016
<i>Total Geral</i>	314	366	8.379	2.675	1.911	13.645

Fonte: Ministério das Comunicações, 2013.

2.5.2 Radiodifusão Educativa

36. A radiodifusão educativa compreende os serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada (rádio FM) ou de sons e imagens (televisão), destinados à transmissão de programas educativo-culturais, que, além de atuar em conjunto com os sistemas de ensino de qualquer nível ou modalidade, visam à educação básica e superior, à educação permanente e à formação para o trabalho, além de abranger as atividades de divulgação educacional, cultural, pedagógica e de orientação profissional.

37. Dado o seu caráter educativo, essa finalidade veda a transmissão de qualquer propaganda comercial, direta ou indiretamente, sendo permitido, no entanto, a veiculação de propaganda institucional e apoio cultural.

38. Apesar de não se submeter a procedimento licitatório, as outorgas dos serviços de radiodifusão educativa são precedidas de procedimento administrativo seletivo. Podem participar deste procedimento as pessoas jurídicas de direito público interno, as instituições de educação superior privada e as fundações de direito privado (Portaria-MC 355/2012).

39. Atualmente, a quantidade de outorgas de radiodifusão educativa é a constante da Tabela 3 (peça 16, p. 13).

Tabela 3 - Outorgas de Radiodifusão Educativa

<i>Rádiodifusão Educativa</i>			
<i>Região</i>	<i>Televisão</i>	<i>Rádio</i>	<i>Total Geral</i>
<i>Centro-Oeste</i>	14	41	55
<i>Nordeste</i>	35	135	170
<i>Norte</i>	9	59	68
<i>Sudeste</i>	111	175	286
<i>Sul</i>	36	59	95
<i>Total Geral</i>	205	469	674

Fonte: Ministério das Comunicações, 2013.

2.5.3 Rádiodifusão Comunitária

40. Denomina-se Serviço de Rádiodifusão Comunitária a rádiodifusão sonora, em frequência modulada (FM), operada em baixa potência e cobertura restrita, destinada ao atendimento de determinada comunidade de um bairro e/ou vila.

41. Outorgada por meio de autorização a fundações e associações comunitárias sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço, essa modalidade não exige procedimento licitatório, embora as proponentes se submetam a um processo administrativo seletivo.

42. Conforme art. 3º da Lei 9.612/1998, que instituiu o Serviço de Rádiodifusão Comunitária, a sua finalidade precípua é o atendimento à comunidade beneficiada, com vistas a:

- a) dar oportunidade à difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- b) oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- c) prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- d) contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente; e
- e) permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

43. Com forte crescimento nos últimos anos, a rádiodifusão comunitária se mostra representativa em todas as regiões do país (peça 16, p. 8), como pode ser verificado na Tabela 4.

Tabela 4 - Outorgas de Rádiodifusão Comunitária.

<i>Região</i>	<i>Quantidade de Outorgas</i>
<i>Centro-Oeste</i>	420
<i>Nordeste</i>	1.366

<i>Norte</i>	<i>317</i>
<i>Sudeste</i>	<i>1.506</i>
<i>Sul</i>	<i>904</i>
<i>Total Geral</i>	<i>4.513</i>

Fonte: Ministério das Comunicações, 2013.

2.5.4 Canal da Cidadania

44. Ainda que não se trate de uma classificação aplicável a serviços de radiodifusão, o Canal da Cidadania é um canal autorizado para operação com tecnologia digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão). Ele está previsto no Decreto 5.820/2006 e faz parte de um conjunto de canais públicos a serem explorados por entes da administração pública direta e indireta em âmbito federal, estadual e municipal, e por entidades das comunidades locais, dentro do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD-T), para a transmissão de programações das comunidades locais, bem como para a divulgação de atos, trabalhos, projetos, sessões e eventos dos poderes públicos federal, estadual e municipal.

45. Para isso, o Canal da Cidadania faz uso da multiprogramação possibilitada pela televisão digital, com quatro faixas de conteúdo: a primeira para o poder público municipal, a segunda para o poder público estadual e as outras duas para associações comunitárias, que ficarão responsáveis por veicular programação local.

46. A regulamentação para outorga e uso do Canal da Cidadania está estabelecida na Norma Regulamentar do Canal da Cidadania, aprovada pela Portaria-MC 489/2012 e alterada pela Portaria-MC 57/2013, bem como na Portaria-MC 189/2010.

47. Conforme o item 3.1 da Norma Regulamentar do Canal da Cidadania, a programação do Canal da Cidadania deve atender a diversos princípios e objetivos, dentre os quais:

II - propiciar a formação crítica do indivíduo para o exercício da cidadania e da democracia;

IV - promover a universalização dos direitos à informação, à comunicação, à educação e à cultura, bem como dos outros direitos humanos e sociais;

V - fomentar a produção audiovisual independente, ampliando a presença desses conteúdos, de interesse da comunidade, em sua grade de programação;

VI - contemplar a produção local e regional;

VII - dar oportunidade à difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;

IX - prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;

X - promover programas de finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade.

48. Conforme dados colhidos junto ao Ministério das Comunicações, ainda não foi autorizado o uso do Canal da Cidadania a nenhum interessado.

2.5.5 Serviços Ancilares

49. Os serviços ancilares, regulamentados pelo Decreto 5.371/2005, têm por finalidade possibilitar que os sinais das estações geradoras sejam recebidos em locais por elas não atingidos diretamente ou atingidos em condições técnicas inadequadas.

50. *Outorgados de forma precária às geradoras ou a terceiros interessados, esses serviços são utilizados apenas na radiodifusão de sons e imagens e se dividem em dois tipos: retransmissão (RTV) e repetição (RpTV).*

51. *O Serviço de Retransmissão de Televisão (RTV) é aquele que se destina a retransmitir os sinais de estação geradora de televisão para a recepção livre e gratuita pelo público em geral. Em regra, cada estação retransmissora somente está autorizada a retransmitir os sinais de uma única geradora, não sendo permitida, ainda, a retransmissão de programação local, com exceção da cobertura das áreas de sombra. A inserção de programação local e publicidade também são permitidas para retransmissoras localizadas em Municípios situados em regiões de fronteira de desenvolvimento do País, como na região definida como Amazônia Legal.*

52. *O serviço de RTV pode ser executado em caráter primário ou secundário, sendo que, essencialmente, a diferenciação está no direito de proteção contra interferências, presente apenas no primeiro tipo. Ademais, para as outorgas de retransmissoras primárias se exige um procedimento seletivo, enquanto que as secundárias são discricionariamente outorgadas pelo Ministério.*

53. *Conforme dados colhidos no MC, existem, atualmente, 3.817 retransmissoras primárias e 4.562 secundárias outorgadas. Porém, considerando dados do SRD informados pela Anatel, existem 5.717 retransmissoras primárias (peça 41, p. 3).*

54. *O Serviço de Repetição de Televisão (RpTV) é aquele que se destina ao transporte de sinais de sons e imagens oriundos de uma estação geradora de televisão para estações repetidoras ou retransmissoras ou, ainda, para outra estação geradora de televisão, cuja programação pertença à mesma rede. Dessa forma, diferentemente das retransmissoras, os sinais transportados pelas repetidoras não se destinam ao consumidor final.*

2.5.6 Serviços Auxiliares

55. *Os Serviços Auxiliares de Radiodifusão e Correlatos (SARC) são serviços de telecomunicações de interesse restrito, sendo executados pelas concessionárias ou permissionárias para realizar reportagens externas, ligações entre estúdios e transmissores das estações (link), utilizando, inclusive, transceptores portáteis. Não se exige nenhum procedimento seletivo e a competência para autorizar a sua execução desses serviços foi transferida para a Anatel (Portaria-MC 252/2013).*

2.6 Panorama Geral dos Órgãos/Entidades

2.6.1 Ministério das Comunicações

56. *O Ministério das Comunicações é responsável por desenvolver e implantar as políticas públicas setoriais, bem como executar as atividades inerentes às outorgas, pós-outorgas e fiscalizações dos serviços de radiodifusão, tendo como área específica para tratamento dessas atividades a Secretaria de Comunicação Eletrônica (SCE).*

57. *A SCE se divide em dois departamentos: o Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica (DEOC) e o Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica (DEAA).*

58. *O DEOC é responsável pelos procedimentos inerentes à outorga dos serviços de radiodifusão. Compete, ainda, a este departamento, o planejamento das outorgas, as atividades relacionadas à aprovação dos projetos de instalação para operação desses serviços e os processos de pós-outorga, como renovação e alterações societárias.*

59. O DEAA tem como atribuição estabelecer diretrizes e promover o acompanhamento e avaliação dos serviços de radiodifusão, sendo também responsável pela fiscalização do setor e por estudos de novas tecnologias.

60. Com a edição das Portarias-MC 263/2012, 166/2012 e 299/2013, houve uma significativa reorganização dos departamentos da SCE, em especial do DEOC, objetivando a simplificação dos procedimentos administrativos.

61. No âmbito da SCE, foram instituídos cinco grupos de trabalho, conforme a Portaria-MC 299/2013:

a) Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial – é responsável pelos procedimentos inerentes à outorga e pós-outorga dos serviços comerciais, incluídas as análises legais e técnicas (art. 2º);

b) Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações – responsável pelos trabalhos referentes aos serviços de radiodifusão pública, institucional e educativa. Tem competência para instrução dos processos de outorga, análise dos projetos de instalação e de utilização de equipamentos e formalização das outorgas (art. 3º);

c) Grupo de Trabalho de Radiodifusão Ancilar – responsável pelas atividades referentes aos serviços ancilares e auxiliares aos serviços de radiodifusão (art. 4º);

d) Grupo de Trabalho de TV Digital – responsável por conduzir as atividades relacionadas aos serviços de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares, utilizando tecnologia digital, cuidando especialmente da instrução dos procedimentos de consignação de frequências digitais e as respectivas análises dos projetos de instalação e utilização de equipamentos (art. 5º);

e) Grupo de Trabalho de Documentação e Informação – cabe a esse grupo conduzir os trabalhos relativos à coordenação e controle da informação: recebimento, registro e fluxo de documentos, processos, correspondências e demais expedientes do Departamento (art. 6º).

62. À exceção do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações, que funcionará junto ao DEAA, os demais funcionarão junto ao DEOC.

63. Ademais, houve a delegação de competência ao DEAA para análise dos processos de radiodifusão comunitária, assumindo esse departamento a função de elaborar avisos de habilitação, instruir os processos de outorga, acompanhar prazos e emitir licenças, assim como realizar análises de pós outorga e renovação desses serviços.

2.6.2 Agência Nacional de Telecomunicações

64. Responsável pela administração do espectro de radiofrequências, a Anatel possui duas superintendências com atribuições importantes no que diz respeito à radiodifusão.

65. A Superintendência de Outorga e Recursos à Prestação (SOR) tem como principais competências administrar os Planos Básicos de Distribuição de Canais, emitir autorização de uso de radiofrequência, estabelecer as condições de uso das faixas de radiofrequência e promover o licenciamento das estações.

66. A Superintendência de Fiscalização (SFI) é responsável pela fiscalização da execução dos serviços de radiodifusão quanto a aspectos técnicos e de conteúdo.

67. A administração dos Planos Básicos de Distribuição de Canais (inclusão, alteração e exclusão de canais) e a fiscalização de aspectos técnicos são competências da Anatel, conforme o art. 221 da Lei 9.472/1997. Quaisquer alterações dos Planos Básicos de Distribuição de Canais são sempre precedidas de consulta pública.

68. A inclusão de canais nos Planos Básicos está regulamentada nos art. 10 do Decreto 52.795/1963 e no art. 13A do Decreto 5.371/2005. As alterações de canais nos Planos Básicos que envolvem aumento de potência exigem autorização prévia do MC, conforme o art. 106 do Decreto 52.795/1963. Alterações mais simples, como a mudança de coordenadas geográficas dos canais, devem ser solicitadas diretamente à Anatel, que comprova a sua viabilidade.

69. Recentemente, as competências do MC relacionadas às atividades de pós-outorga foram delegadas à Anatel por meio do Acordo de Cooperação Técnica 2, publicado no DOU de 29/9/2012.

70. São exemplos de atividades de pós-outorga:

- a) licenciamento das estações;
- b) alteração de local de instalação das estações;
- c) alteração de frequência ou canal de operação;
- d) alteração de características técnicas;
- e) mudança de transmissor e/ou sistema irradiante;
- f) alteração do local do estúdio;
- g) enquadramento em novas características de plano básico;
- h) aumento de potência; e
- i) mudança de classe.

71. Essas atividades serão subdelegadas às Gerências Regionais da Anatel nos estados, que atuarão sob a coordenação e supervisão da SOR.

72. Também foi objeto de delegação à Anatel a fiscalização de aspectos relacionados ao conteúdo da programação dos radiodifusores, por meio de acordo. Mais detalhes sobre os acordos/convênios celebrados entre o MC e a Anatel podem ser consultados na peça 21, p. 8-9.

2.6.3 Outros Atores

73. Além do Ministério das Comunicações e da Anatel, insta enumerar, de forma não taxativa, diversos atores que possuem papéis relevantes na regulação ou autorregulação da atividade de radiodifusão no Brasil:

- a) Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), responsável por elaborar estratégias para as comunicações governamentais;
- b) Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação, uma seção do Ministério da Justiça que supervisiona a classificação dos programas de televisão;
- c) Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), do Ministério Público Federal, encarregada dos processos por violação à lei;
- d) Agência Nacional do Cinema (Ancine), responsável pelo mercado cinematográfico e audiovisual;
- e) Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), responsável pela saúde pública, inclusive pelo monitoramento da publicidade em sua esfera;

f) Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), órgão colegiado responsável pela defesa da concorrência; e

g) Conselho de Autorregulamentação Publicitária (Conar), entidade autorreguladora da publicidade, composta por representantes dos setores de mídia impressa, radiodifusão e publicidade, além dos próprios anunciantes.

74. Somam-se ainda a esses, outros órgãos e entidades, como a Casa Civil da Presidência da República, o Poder Judiciário, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), organismos internacionais, organizações da sociedade civil (representando os radiodifusores ou os ouvintes/telespectadores) e a indústria de fornecimento de bens e serviços a todos os elos da cadeia de valor da radiodifusão.

3. CONSIDERAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA

75. A equipe de Levantamento entendeu ser possível, em virtude das informações colhidas e da identificação de riscos, fazer uma descrição sobre algumas dimensões de governança no setor de radiodifusão, como "Competências Regulatórias", "Autonomia", "Mecanismos de Controle" e "Mecanismos de Gestão de Riscos e de Análise de Impacto Regulatório". Essas dimensões foram objeto de análise no Acórdão 2.261/2011-TCU-Plenário, resultado da Auditoria sobre Governança das Agências Reguladoras de Infraestrutura no Brasil.

76. Com relação a competências regulatórias, pode-se dizer que estão bem estabelecidas, embora haja diversas críticas quanto à divisão de competências no disperso arranjo institucional hoje vigente, bem como à independência dos atores que exercem essas competências. As críticas estão expressas na literatura acadêmica, em matérias publicadas em jornais e sítios eletrônicos, nas manifestações de organizações da sociedade civil organizada e mesmo de organismos internacionais.

77. A Unesco (2011), que realizou um estudo comparado entre o setor de radiodifusão no Brasil e em diversos países, aduz que um sólido marco regulatório envolve a criação de uma autoridade reguladora independente que zele pelo cumprimento da legislação e dos códigos de conduta. Argumenta ainda que essa autoridade tem melhores condições para agir com imparcialidade em questões que envolvem o interesse público e evitar a influência indevida de interesses políticos ou do mercado. Ademais, afirma, com base na experiência internacional, que:

a) a independência da autoridade regulatória é necessária para o bom funcionamento de todas as principais funções de regulação, como a concessão de licenças, a aplicação de padrões de qualidade para o conteúdo, a exigência de conteúdo positivo, a defesa da concorrência e a regulação da concentração de propriedade;

b) as boas práticas indicam que os organismos reguladores da radiodifusão sejam compostos por pessoas sem qualquer ligação pessoal com interesses políticos ou empresariais do setor, indicadas e nomeadas num processo transparente e protegidas de qualquer forma de pressão;

78. Com base no mesmo estudo, a Unesco concluiu que no Brasil existem diversos atores responsáveis por algum aspecto da regulação, o que pode gerar confusão e incertezas para as emissoras, bem como permitir que infrações e abusos escapem da rede de fiscalização e das sanções. Um resumo do papel desses atores pode ser consultado na Visão Geral deste relatório.

79. Convém mencionar que, de acordo com a Lei 9.472/1997 – Lei Geral de Telecomunicações (LGT), excetuou-se da jurisdição da Agência Reguladora a outorga dos serviços de radiodifusão, processo que está a cargo do Ministério das Comunicações. Esse

não é o modelo seguido por países desenvolvidos como o Reino Unido e os Estados Unidos, que concentram essas atividades, respectivamente, em agências reguladoras, como a Office of Communications (OFCOM) e a Federal Communications Commission (FCC).

80. *Outras conclusões do estudo da Unesco (2011) apontam fragilidades da regulação no Brasil, como:*

- a) tratamento judicial de violações às obrigações de conteúdo;*
- b) limitações de recursos e capacidades técnicas para tratamento de atos empresariais que ameaçam a competição; e*
- c) o envolvimento de pelo menos quatro atores no processo de outorga de serviços de radiodifusão, levando anos para que uma outorga seja autorizada.*

81. *A percepção da equipe de levantamento, formada pelo exame de várias fontes, sejam documentais ou orais, corrobora essa visão, como pode se extrair da descrição dos eventos de risco identificados nesse trabalho.*

82. *No que tange à autonomia, a Unesco (2011) apontou essa característica como imprescindível, de modo que a autoridade reguladora possa gerir seus próprios recursos e que seus membros sejam escolhidos de forma independente, protegidos por lei contra pressões e demissão injustificada. Na visão desse organismo internacional, a capacidade dessa autoridade reguladora para operar de forma imparcial é fundamental para proteger a liberdade de expressão e indispensável ao funcionamento de uma democracia.*

83. *Nenhuma dessas características faz parte da realidade brasileira. Ao contrário, a autoridade máxima do Ministério das Comunicações é demissível ad nutum, assim como para outros Ministérios, e não há um processo de escolha público e transparente para os gestores que ocupam cargos estratégicos. Quanto à autonomia financeira, considerando o sistema brasileiro de descentralização orçamentária e financeira, é muito comum que os Ministérios sofram, ao longo do exercício, limitações orçamentárias e financeiras. Exemplo recente foi o anúncio de uma redução de gastos do governo federal, que pode afetar sensivelmente a consecução de políticas públicas de radiodifusão (SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL, 2013).*

84. *Quanto a mecanismos de controle, pode-se afirmar que há lacunas importantes, como a falta de instrumentos que permitam à sociedade controlar a ação do ente regulador e a pouca transparência dos instrumentos decisórios. Exemplos dessas fragilidades são: a ausência de motivação na escolha de municípios contemplados nos Planos Nacionais de Outorga, a ausência de informação sobre o andamento do desligamento da televisão analógica no Brasil e da cobertura digital já alcançada, a inexistência de instrumentos que permitam à sociedade opinar sobre a renovação de outorgas, a falta de instrumentos que promovam a alfabetização midiática e a divulgação de canais por meio dos quais o cidadão possa denunciar práticas abusivas de radiodifusores durante a execução contratual da outorga.*

85. *Considerando mecanismos de gestão de riscos e de análise de impacto regulatório, não se tem conhecimento de que o Ministério das Comunicações gerencie riscos associados à consecução de seus objetivos institucionais. Não existe um plano de atualização da regulamentação de curto, médio ou longo prazo.*

86. *Têm sido muito comum, nos últimos dois anos, a revogação e alteração constante e até repetida de instrumentos normativos, como a regulamentação de alteração de classe/potência de estações (Portaria-MC 231/2013), a instituição do licenciamento provisório (Portaria-MC 159/2013), o estabelecimento de novos prazos para a solicitação*

de consignação de canais digitais pelos radiodifusores (Portaria-MC 652/2006 e Portaria-MC 276/2010) e o estabelecimento de novos prazos para regularização de rádios comunitárias (Portaria-MC 197/2013) e retransmissoras (Portaria-MC 282/2013) operando ilegalmente.

87. Embora essas alterações sejam muitas vezes motivadas pela necessidade de “desburocratização” de procedimentos e formalização de operações “ilegais”, elas demonstram a dificuldade do Ministério das Comunicações de tratar de todas as suas obrigações, estendendo prazos e flexibilizando a necessidade de análise de projetos de instalação das estações dos radiodifusores, por exemplo.

88. Merece destaque o fato de que as alterações regulatórias realizadas pelo Ministério das Comunicações não são precedidas de consultas públicas, tampouco de uma análise de impacto regulatório, que pondere custos e benefícios, avalie impactos concorrenciais e apresente medidas regulatórias alternativas. Algumas alterações normativas relevantes foram realizadas recentemente, sem qualquer análise de impacto: a alteração do prazo da transição analógico-digital da TV, a migração da operação das rádios em amplitude modulada (AM) para ocupação do espectro destinado ao serviço de rádio em frequência modulada (FM), a obrigatoriedade de digitalização de retransmissoras secundárias e a alteração dos procedimentos de outorga.

89. Por fim, é de se ressaltar o risco a que estão submetidos os proponentes em certames para outorgas de radiodifusão comercial. Como relatado mais adiante nesse trabalho, o MC tem revogado diversas concorrências iniciadas há mais de 10 anos, pelos mais variados motivos, desde atendimento ao interesse público até a violação de lacres de propostas. Conquanto haja razoabilidade em algumas dessas revogações e estejam abarcadas pela discricionariedade do gestor público, medidas como essas impactam negativamente o setor e evidenciam um problema de governança.

4. PRINCIPAIS PROCESSOS ASSOCIADOS À RADIODIFUSÃO NO BRASIL

4.1 Planejamento governamental e ministerial

90. O planejamento governamental associado à radiodifusão tem origem no Plano Plurianual (PPA), que, em sua versão atual, trouxe o Programa 2025: Comunicações para o Desenvolvimento, Inclusão e Democracia (PPA 2012-2015). Trata-se de um programa temático aplicado às comunicações em geral, contando também com objetivos e metas aplicáveis à radiodifusão.

91. A Tabela 5 resume o planejamento plurianual aplicado à radiodifusão no Brasil.

Tabela 5 - Plano Plurianual 2012-2015 aplicado à radiodifusão

Programa	Objetivo	Metas
2025: Comunicações para o Desenvolvimento, Inclusão e Democracia	0751: Expandir a infraestrutura e os serviços de comunicação social eletrônica, telecomunicações e serviços postais, promovendo o acesso pela população e buscando as melhores condições de preço, cobertura e qualidade.	90% de emissoras de televisão analógicas já digitalizadas (geradora ou retransmissora)
	0753: Estimular a diversidade, a pluralidade e a competição entre meios e agentes da área das comunicações por meio da revisão do arcabouço regulatório e de ações que busquem oferecer o maior número possível de fontes de informação nos brasileiros.	100% de entidades radiodifusoras fiscalizadas em um intervalo de 4 anos
		20% dos municípios com pelo menos uma emissora de radiodifusão outorgada com fins exclusivamente educativos
		4,5% dos municípios com pelo menos uma geradora de televisão outorgada, exceto aquelas com fins exclusivamente lucrativos
		48% dos municípios com pelo menos uma emissora de radiodifusão sonora outorgada, exceto aquelas com fins exclusivamente educativos ou comunitários
		51% dos municípios brasileiros com mais de uma emissora de radiodifusão outorgada, exceto rádio comunitárias
	0964: Ampliar e fortalecer o Sistema Público de Comunicação e Radiodifusão, buscando universalizar o acesso da população à programação complementar e diversificada de natureza educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotora da cidadania.	60% dos municípios com pelo menos uma emissora de TV digital outorgada (geradora ou retransmissora)
		Ampliar a cobertura da TV Brasil Internacional, pelo menos, 80 países
		Ampliar a cobertura do sinal terrestre de radiodifusão, segundo a disponibilidade do Plano Básico de Outorgas, para garantir o acesso de, pelo menos, 50% da população brasileira à programação da TV Brasil
		Ampliar a produção regional de conteúdos próprios da Empresa Brasil de Comunicação - EBC, implantando mais três canais geradores nas regiões Norte, Nordeste e Sul, para que a TV Brasil tenha ao menos uma geradora em cada região do país
		Ampliar para 100% a cobertura geográfica dos sinais de radiodifusão em Ondas Curtas (OC) e Ondas Tropicais (OT) da EBC para assegurar a recepção radiofônica a todas as localidades das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste não alcançadas por outras frequências.

Fonte: PPA 2012-2015, Ministério do Planejamento.

92. Destacam-se, na descrição dos objetivos, o aumento do acesso da população aos serviços de radiodifusão, bem como o estímulo à pluralidade, à diversidade e à competição, por meio da revisão do arcabouço regulatório.

93. Alinhando-se com o PPA 2012-2015, o Ministério das Comunicações adaptou seu planejamento estratégico, também plurianual (2011-2015), cuja estrutura define Programas Temáticos, Objetivos Estratégicos e Ações. Os programas temáticos aplicáveis à SCE são "Canal da Cidadania", "Modernização da Gestão", "Radiodifusão Comunitária", "Radiodifusão" e "Rádio Digital".

94. Foram definidos cinco objetivos estratégicos. Dois deles espelham os objetivos do PPA descritos na Tabela 5. Os demais são: a) promover o uso de bens e serviços de comunicações, com ênfase em aplicações, serviços e conteúdos digitais criativos para potencializar o desenvolvimento econômico e social do país; b) ampliar a transparência e a participação social nas políticas de comunicação e c) promover a modernização e o fortalecimento institucional do Ministério das Comunicações.

95. Num formato matricial, o cruzamento entre os programas temáticos e os objetivos estratégicos do planejamento estratégico ministerial definem várias iniciativas. Para cada iniciativa, são definidas ações, tendo cada ação um plano de ação, descrevendo atividades, cronograma, responsáveis, situação e vinculação ao planejamento estratégico.

96. A equipe do levantamento foi informada que a Secretaria Executiva do Ministério das Comunicações monitora mensalmente o andamento das ações planejadas. Maiores detalhes sobre os programas temáticos, iniciativas e ações podem ser obtidos nos Relatórios de Gestão apresentados anualmente pelo Ministério das Comunicações ao TCU.

97. Dentre as iniciativas do planejamento estratégico ministerial, merecem destaque: a) a elaboração de Planos Nacionais de Outorga (PNOs), uma vez que esses planos representam os principais instrumentos de massificação da oferta dos serviços de radiodifusão; e b) o acompanhamento da implantação da TV Digital e preparação para a transição entre a transmissão analógica e digital, que permitirá à sociedade o acesso a um serviço de qualidade superior.

98. Os PNOs são documentos que apresentam, à sociedade, as cidades que serão contempladas com a chance de obtenção de novas outorgas em cada um dos serviços, divulgando um calendário com todos os avisos de habilitação ou licitações a serem realizadas. Até o momento, já foram divulgados PNOs para outorgas de TV Educativa (2011), Rádio Educativa (2011/2012), Rádio Comunitária (2011/2012/2013) e Retransmissão de TV (2012).

99. Os PNOs podem ser encarados como instrumentos de transparência, garantindo previsibilidade à sociedade e aos investidores. Aquela pode cobrar o seu efetivo cumprimento, ao passo que estes podem se preparar antecipadamente para participar dos avisos de licitação ou das concorrências.

100. A iniciativa relacionada à TV Digital visa preparar os diversos atores envolvidos para o desligamento da transmissão analógica da TV no Brasil. Isso envolve ações complexas, como a definição de um plano de desligamento, abrangendo atividades que vão desde a preparação das emissoras para transmissão digital, passando por incentivos à indústria de fornecimento de equipamentos, até a preparação dos telespectadores para a recepção de um novo padrão de transmissão.

4.2 Outorga

101. No processo de outorga dos serviços de radiodifusão no Brasil, as atividades são compartilhadas por quatro atores principais: Ministério das Comunicações, Anatel, Presidência da República e Congresso Nacional. Serão descritas a seguir as principais responsabilidades de cada entidade, ressaltando-se que os mapas de processo elaborados pela equipe fornecem maior detalhamento sobre a outorga (Anexo I).

102. No MC se concentram as principais atividades da outorga. Sob a sua responsabilidade estão, em especial, o planejamento e a configuração dos processos seletivos, a publicação dos editais/avisos e seleção dos vencedores, bem como a aprovação dos projetos com os locais e equipamentos que serão utilizados pelas estações transmissoras dos radiodifusores.

103. A Anatel é responsável, essencialmente, por questões técnicas da outorga. Compete à Agência definir os canais (radiofrequências) a serem utilizados, por meio do estudo de viabilidade para sua inclusão nos Planos Básicos de Canais, autorizar o uso da radiofrequência, assim como promover o licenciamento definitivo da estação.

104. A inclusão de canais nos Planos Básicos está regulamentada no art. 10 do Decreto 52.795/1963 e no art. 13A do Decreto 5.371/2005 (ambos alterados pelo Decreto 7.670/2012). Essa inclusão é solicitada pelo MC, com vistas ao lançamento das licitações ou avisos de habilitação, ou mesmo para atender às outorgas discricionárias de retransmissoras secundárias. Os canais cuja inclusão seja considerada viável pela Anatel são incluídos nos Planos Básicos (canais vagos). Esses canais podem, considerada a discricionariedade do MC, ser objeto de novas outorgas.

105. *A autorização do uso da radiofrequência e o licenciamento definitivo da estação são realizados, respectivamente, mediante o pagamento do Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (PPDUR) e da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI).*
106. *Cabe à Presidência da República revisar os processos procedentes do MC, elaborar as mensagens presidenciais e, no caso de radiodifusão de sons e imagens, publicar um Decreto Presidencial. Ademais, compete exclusivamente à Presidência o encaminhamento dos processos ao Congresso Nacional.*
107. *Conforme comando constitucional, compete ao Congresso Nacional ratificar as outorgas, por meio da publicação do respectivo Decreto Legislativo, dando-lhes eficácia legal.*
108. *O processo de outorga sofreu algumas alterações, promovidas pelo Decreto 7.670/2012, que modificou artigos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (Decreto 52.795/1963).*
109. *Uma das alterações foi a definição de competência para o Ministro de Estado das Comunicações para outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora, ficando para o Presidente da República somente a outorga de concessão de serviços de radiodifusão de sons e imagens.*
110. *Outra modificação alterou a sequência de atividades do processo de outorga, estabelecendo que a apresentação do projeto de instalação, o pagamento pela outorga e a assinatura do contrato sejam realizados antes do envio do processo de outorga ao Congresso Nacional. Antes dessa alteração, o processo seguia as seguintes fases: licitação (fase 0), apreciação pelo Congresso Nacional (fase C), assinatura de contrato e pagamento pela outorga (fase 1), aprovação do projeto de instalação e autorização de uso da radiofrequência (fase 2) e licenciamento definitivo (fase 3).*
111. *Gestores do MC acreditam que essa alteração pode levar a um processo de outorga mais eficiente, uma vez que todos os aspectos técnicos e legais da outorga já são consolidados antes do envio do processo de outorga para ratificação do Congresso Nacional.*
112. *Apesar do ganho de eficiência defendido pelo MC, este Tribunal, no âmbito do TC 027.716/2007-5, já se posicionou de forma contrária à antecipação do pagamento de parcelas do valor da outorga antes da assinatura dos contratos associados às outorgas dos serviços de radiodifusão, exarando a seguinte determinação:*
- 9.5.1. modifique o subitem 16.2 dos Editais de Concorrência nºs 1/2007-CEL/MC (Araguari/MG), 2/2007-CEL/MC (Nova Esperança/PR), 3/2007-CEL/MC (Camapuã/RS) e 4/2007-CEL/MC (Jaguarão/RS), com vistas a adequá-lo integralmente às disposições da Lei nº 8.666/93, e a eliminar a obrigação de que o vencedor do certame deva efetuar o pagamento da primeira parcela do preço ofertado após a publicação de despacho de homologação e antes da publicação do ato de outorga e da assinatura do contrato; (Acórdão 2266/2008-TCU-Plenário)*
113. *O fundamento dessa determinação foi uma ofensa ao interesse público, por restrição ao caráter competitivo dos certames, na medida em que a empresa vencedora deveria dispor de maior disponibilidade financeira e suportar elevados custos financeiros e de oportunidade, ante o longo período de tempo demandado para a análise do ato de outorga pelo Congresso Nacional.*
114. *Comentadas algumas alterações normativas atinentes à outorga, ressalta-se que as diferentes finalidades que classificam os serviços de radiodifusão possuem particularidades próprias em seus processos de outorga, as quais serão tratadas a seguir.*

115. Na Radiodifusão Comercial, há necessidade de procedimento licitatório e de pagamento do valor integral da outorga antes da assinatura do contrato.

116. Na Radiodifusão Educativa não há licitação, mas as outorgas são concedidas por um processo administrativo seletivo, a fim de se avaliar a melhor proposta. Ademais, é dada preferência a pessoas jurídicas de direito público interno, como universidades públicas, estados e municípios, em detrimento das propostas de instituições e fundações privadas.

117. Na Radiodifusão Comunitária, a outorga também é precedida de um processo seletivo que permite a participação de fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço. Na escolha do vencedor de determinada localidade, busca-se inicialmente a associação entre as interessadas habilitadas. Sem sucesso, o Ministério averigua aquela de maior representatividade e, no caso de empate, promove-se um sorteio. Diferentemente dos outros serviços, permite-se o funcionamento provisório da estação de transmissão antes do Decreto Legislativo, se o processo não for analisado pelo Congresso Nacional no prazo constitucional previsto no art. 64, §§ 2º e 4º (noventa dias), conforme estabelecido na Lei 9.612/1998, que instituiu o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

118. No caso da Radiodifusão Pública não há seleção, sendo a outorga concedida discricionariamente pelo Ministério ao requerente.

119. Para o serviço de retransmissão primária, há processo seletivo de escolha, dando-se primazia às geradoras interessadas na retransmissão de conteúdo próprio. Outra diferença reside no fato de que as autorizações desses serviços não exigem o encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, limitando-se ao âmbito do Poder Executivo (MC e Anatel). Como já dito anteriormente, as retransmissoras secundárias são outorgadas de forma discricionária pelo Ministério.

120. A Tabela 6 resume as principais características associadas às outorgas dos serviços de radiodifusão no Brasil.

Tabela 6 - Características das Outorgas de Radiodifusão

Finalidade	Serviço	Escolha	Prazo	Natureza Jurídica	Formalização	Caráter
Radiodifusão Comercial	Rádio/TV (analogica ou digital)	Licitação	10 anos - Rádio	Concessão/Permissão	Portaria MC + Contrato + Decreto Legislativo	Oneroso
			15 anos - TV	Concessão	Decreto Presidencial + Contrato + Decreto Legislativo	
Radiodifusão Educativa	Rádio/TV (analogica ou digital)	Aviso de Habilitação	10 anos - Rádio	Permissão	idem Radiodifusão Comercial	Não oneroso
			15 anos - TV	Concessão	idem Radiodifusão Comercial	
Radiodifusão Comunitária	Rádio (FM)	Aviso de Habilitação	10 anos	Autorização	Portaria MC + Decreto Legislativo	
Ancilares	TV (RTV ou RpTV)	Aviso de Habilitação (RTV primária) ou Discricionária (RTV secundária e RpTV)	sem prazo	Autorização	Portaria MC	
Canal da Cidadania	TV (digital)	Aviso de Habilitação	15 anos	Autorização	Portaria MC	
Radiodifusão Pública/Institucional	Rádio/TV (analogica ou digital)	Discricionária	10 anos - Rádio	Consignação	Portaria MC	
			15 anos - TV			

Fonte: Elaboração própria.

121. Uma característica incomum das outorgas de radiodifusão no Brasil é que elas podem ser sucessivamente renovadas, conforme o art. 1º do Decreto 88.066/1983 e o art. 111 do Decreto 52.795/1963. Os demais procedimentos para formalização da renovação das outorgas estão descritos com mais detalhes nesses instrumentos normativos, bem como na Portaria-MC 329/2012.

4.3 Fiscalização

122. *As atividades de fiscalização da execução dos serviços de radiodifusão são compartilhadas pelo Ministério das Comunicações e pela Anatel. Primordialmente, tem-se como horizonte o atendimento de um objetivo previsto no PPA 2012-2015, qual seja, fiscalizar todas as estações de radiodifusão brasileiras no período de quatro anos.*

123. *As obrigações assumidas pelos executantes dos mais variados serviços de radiodifusão estão dispersas em diversos instrumentos normativos e instrumentos de autorização, bem como nos contratos, que inclusive podem estabelecer obrigações que excedem as obrigações mínimas legais ou regulamentares.*

124. *O planejamento e o acompanhamento das atividades ficam a cargo do MC, responsável pela elaboração do Plano Anual de Fiscalização (PAF). Este documento estabelece as diretrizes e prioridades para as fiscalizações que serão realizadas em determinado exercício.*

125. *Com base no PAF, a Anatel elabora o Plano Operacional de Fiscalização (POF), responsável pela programação das atividades da entidade.*

126. *A depender de seu objetivo, as fiscalizações podem ser classificadas da seguinte forma:*

a) *Fiscalização das características técnicas: verifica-se a conformidade das características técnicas da entidade executante dos serviços de radiodifusão, aprovadas pelo Poder Público. É realizada por vistoria e/ou fiscalização remota;*

b) *Fiscalização de conteúdo: verifica-se o cumprimento das obrigações legais e contratuais referentes ao conteúdo e à organização da programação veiculada, por meio da verificação do registro da programação;*

c) *Fiscalização dos atos societários: verifica-se o cumprimento das obrigações legais e contratuais referentes à estrutura e composição do quadro social e diretivo das entidades detentoras de outorga, bem como as suas eventuais alterações. É realizada pela análise de documentos que registrem a manutenção da situação da empresa, fornecidos pela própria entidade e/ou pelos órgãos competentes;*

d) *Fiscalização dos recursos de acessibilidade: verifica-se o cumprimento das obrigações referentes à disponibilização de recursos de acessibilidade nos períodos mínimos determinados pelo Poder Público, assegurando ao portador de necessidades especiais o acesso ao serviço de radiodifusão de sons e imagens. O método utilizado é o registro pelo órgão fiscalizador da programação com ativação do recurso em análise; e*

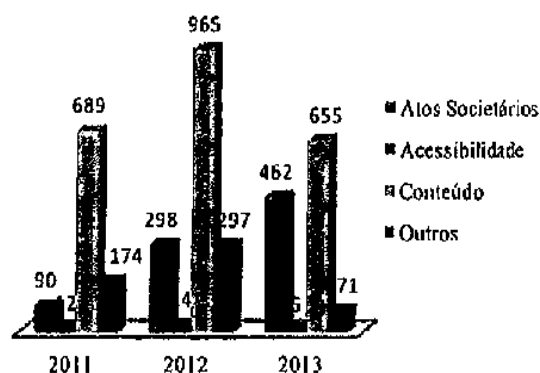
e) *Fiscalização do uso do espectro de radiofrequência: avalia-se a adequação e a legitimidade do uso do espectro de radiofrequência, diagnosticando emissões regulares e irregulares, e interferências prejudiciais. É realizado pela análise espectral (fiscalização remota) e verificação in loco.*

127. *As atividades de cunho jurídico/legal, como fiscalizações de atos societários, também ficam a cargo do Ministério. De todo modo, a Pasta também realiza fiscalizações de conteúdo e recursos de acessibilidade.*

128. *As fiscalizações técnicas, como de características técnicas e uso do espectro, são de competência da Anatel. Por meio de convênio, no entanto, também são realizadas pela agência reguladora análises de conteúdo e de acessibilidade.*

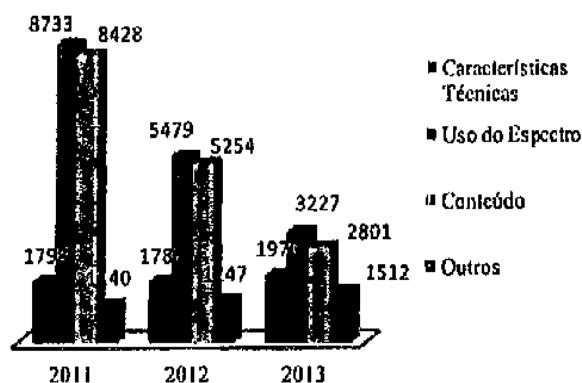
129. *Nas Figuras 5 e 6, é possível visualizar a distribuição das fiscalizações por tipo de atividade, realizadas pelo MC e pela Anatel nos últimos três anos.*

Figura 5 - Distribuição das fiscalizações realizadas pelo MC



Fonte: Ministério das Comunicações. Dados coletados até 30/6/2013.

Figura 6 - Distribuição das fiscalizações realizadas pela Anatel



Fonte: Agência Nacional de Telecomunicações. Dados coletados até 25/7/2013.

130. Mais informações sobre fiscalização de alguns serviços de radiodifusão podem ser obtidas na peça 27, p. 7-10.

131. Recentemente, o Ministério das Comunicações publicou a Portaria-MC 112/2013, que aprovou o Regulamento de Sanções Administrativas, estabelecendo procedimentos, parâmetros e critérios para aplicação de sanções administrativas a entidades prestadoras dos serviços de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares, por infração às leis, aos regulamentos e às normas aplicáveis aos serviços de radiodifusão, bem como em consequência da inobservância aos deveres decorrentes dos atos de outorga.

132. Esse regulamento estabelece, por exemplo, a aplicação de sanções de advertência, multa, suspensão, cassação e revogação da autorização. As infrações são classificadas como leves, médias, graves ou gravíssimas, sendo o valor da multa (VM), em caso de sanção pecuniária, calculado pela multiplicação de dois fatores por um valor de referência ($VM = k_2 \times k_3 \times VR$, com k_2 e $k_3 < 1$).

133. O valor de referência ($VR = k_1 \times$ valor máximo da multa, com $k_1 < 1$), por sua vez, é sempre inferior ao valor máximo da multa, que será estabelecido por ato do Ministro das Comunicações.

134. Esses fatores são gradualmente estabelecidos, considerando o tipo de serviço e classe da emissora (k_1), o porte do município (k_2) e a gravidade da infração (k_3).

4.4 Digitalização dos serviços de radiodifusão no Brasil

135. A equipe de levantamento buscou avaliar como o governo brasileiro tem conduzido a digitalização dos serviços de radiodifusão no Brasil, especialmente os aspectos relacionados ao plano de desligamento das transmissões analógicas da TV, ao replanejamento da ocupação do espectro frente à decisão de destinar os canais de televisão 52 a 69 (faixa de 700 MHz) para serviços móveis, à cobertura da TV Digital e ao acesso da população à nova tecnologia de transmissão de sinais de TV.

136. Também foi objeto do levantamento a situação da digitalização das transmissões de rádio no Brasil.

4.4.1 Radiodifusão de sons e imagens (TV Digital)

137. A digitalização do serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) consiste em alterar o padrão analógico de transmissão e recepção para o padrão digital. Há pouco mais de uma década esse processo foi iniciado.

138. Após análise de recomendações internacionais sobre o tema, foi instituído o Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD-T), por meio do Decreto 4.901/2003. Esse decreto listou alguns objetivos do SBTVD-T, dentre os quais se destacam (art. 1º, grifo nosso):

I - promover a inclusão social, a diversidade cultural do País e a língua pátria por meio do acesso à tecnologia digital, visando à democratização da informação;

[...]

IV - planejar o processo de transição da televisão analógica para a digital, de modo a garantir a gradual adesão de usuários a custos compatíveis com sua renda;

[...]

VI - estimular a evolução das atuais exploradoras de serviço de televisão analógica, bem assim o ingresso de novas empresas, propiciando a expansão do setor e possibilitando o desenvolvimento de inúmeros serviços decorrentes da tecnologia digital, conforme legislação específica;

[...]

VIII - aperfeiçoar o uso do espectro de radiofrequências;

IX - contribuir para a convergência tecnológica e empresarial dos serviços de comunicações;

X - aprimorar a qualidade de áudio, vídeo e serviços, consideradas as atuais condições do parque instalado de receptores no Brasil; e

XI - incentivar a indústria regional e local na produção de instrumentos e serviços digitais.

139. A plena implantação desse novo sistema envolve ações em diversos eixos de atuação, sejam aquelas para garantir que os radiodifusores transmitam um novo padrão de sinal de TV (digital), sejam as ações com vistas a garantir que os telespectadores tenham aparelhos capazes de recepcioná-lo. Isso envolve diversos atores, desde o Ministério das Comunicações, passando pela indústria fornecedora de equipamentos de radiodifusão, radiodifusores e a sociedade, usuária final do serviço.

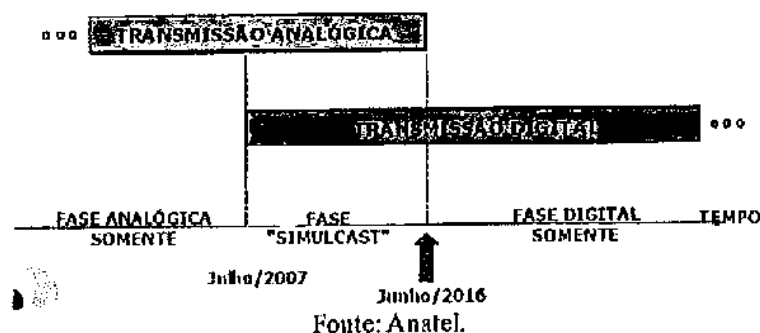
140. Em 2006, o Brasil adotou o padrão ISDB-T para a TV Digital, por intermédio do Decreto 5.820/2006. Esse decreto dispôs sobre a implantação do SBTVD-T e estabeleceu diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão.

141. O Decreto 5.820/2006 criou o Fórum do SBTVD-T, com a finalidade de assessorar o Comitê de Desenvolvimento acerca de políticas e assuntos técnicos referentes à aprovação de inovações tecnológicas, especificações, desenvolvimento e implantação do SBTVD-T (art. 5º). O mesmo decreto estabeleceu que o SBTVD-T deveria possibilitar (art. 6º): a) transmissão em alta definição (HDTV) e definição padrão (SDTV); b) transmissão simultânea para recepção fixa, móvel e portátil; e c) interatividade.

142. O mesmo decreto definiu o simulcasting, ou seja, a transição para a tecnologia digital sem interrupção da transmissão de sinais analógicos (art. 7º). Isso é possível com a autorização de uso de um canal digital para cada concessionária e autorizatária já "detentora" de um canal analógico. Além disso, merece destaque o prazo de dez anos

estabelecido originalmente para a transição entre os sistemas analógico e digital, a vencer em 2016.

Figura 7 – Coexistência entre TV analógica e digital, estabelecida pelo Decreto 5.820/2006



Fonte: Anatel.

143. Para viabilizar a operação digital dos radiodifusores, é necessária a consignação de um canal digital, a aprovação de um novo projeto de instalação, a autorização de uso da nova radiofrequência (canal) e o licenciamento definitivo, assim como acontece com uma outorga convencional. As duas primeiras atividades são de responsabilidade do Ministério das Comunicações e as demais cabem à Anatel.

144. A consignação é o procedimento administrativo pelo qual o Ministério das Comunicações adita o contrato das concessionárias dos serviços de radiodifusão de sons e imagens, permitindo que esses radiodifusores operem em tecnologia digital. Em se tratando de retransmissoras, sejam primárias ou secundárias, a consignação não envolve aditamento, já que elas são autorizadas somente por meio de portaria e, portanto, não firmam um contrato com o poder público. Em qualquer dos casos, a consignação não exige ratificação pelo Congresso Nacional.

145. Impende ressaltar que o termo "consignação", quando aplicável a canais destinados à radiodifusão pública ou da União, se aplica tanto a outorgas de canais analógicos como digitais.

146. A consignação de um canal digital é antecedida por um trabalho de disponibilização desse canal no Plano Básico de Distribuição de Canais de Televisão Digital (PBTVD), de competência da Anatel, entidade responsável pela administração do espectro. Esse trabalho visa ao pareamento entre canais analógicos e digitais, viabilizando o simulcasting e ao replanejamento do espectro para acomodação de todos os radiodifusores.

147. Paralelamente, o Ministério das Comunicações foi estabelecendo, ao longo do tempo, critérios, procedimentos e prazos para a consignação de canais digitais às geradoras e às retransmissoras do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no âmbito do SBTVD-T.

148. Com a publicação da Portaria-MC 652/2006, foi definido o primeiro cronograma para manifestação dos radiodifusores (art. 4º) e a caracterização de desinteresse do radiodifusor na exploração da transmissão digital, caso não atendessem o referido cronograma (art. 11). Esse cronograma estabeleceu prazos variando entre 29/12/2006 e 30/4/2011 para que as geradoras e as retransmissoras, em função de sua localização, apresentassem requerimento de consignação.

149. Novos prazos foram concedidos aos radiodifusores, por meio da alteração promovida pela Portaria-MC 276/2010, de dispositivos da Norma Técnica para Execução dos Serviços de Radiodifusão de Sons e Imagens e de Retransmissão de Televisão com utilização da tecnologia digital (Norma 1/2010). Os novos prazos concedidos para

manifestação foram 31/12/2011 (geradoras) e 31/12/2012 (retransmissoras). Manteve-se a possibilidade de extinção das outorgas para geradoras que não se manifestassem no prazo. Além disso, as retransmissoras que não se manifestassem no prazo estabelecido somente poderiam operar suas estações analógicas até 2016.

150. *A Anatel e o Ministério das Comunicações, no âmbito de suas competências, têm trabalhado na atualização do Plano Básico de Distribuição de Canais de Televisão Digital (PBTVD) e na consignação dos canais digitais. Esse trabalho também envolve a participação dos radiodifusores, já que a escolha de canais envolve questões técnicas e de interesse comercial das empresas.*

151. *Merecem destaque a recente atualização do marco regulatório e decisões governamentais atinentes à destinação de espectro atualmente utilizado para radiodifusão, pois esses eventos promoveram impactos significativos nas atividades ligadas à transição analógico-digital da televisão no Brasil.*

152. *O primeiro deles foi a publicação da Portaria-MC 48/2012, que, em suma, alterou uma das premissas utilizadas até então para a atualização do PBTVD pela Anatel: a necessidade de digitalização das retransmissoras primárias. A partir da publicação da portaria, a Anatel também deveria incluir, no referido plano, canais para todas as retransmissoras secundárias.*

153. *Em seguida, a publicação da Portaria-MC 14/2013, que formalizou a diretriz governamental de destinar a faixa de 698 MHz a 806 MHz, conhecida como "dividendo digital" (700 MHz), para serviços de comunicação móvel de quarta geração. Essa faixa é atualmente ocupada pela radiodifusão e deverá ser liberada para leilão em 2014, tendo como uma das justificativas o cumprimento de metas associadas ao Programa Nacional de Banda Larga (PNBL).*

154. *Por fim, a publicação do Decreto 8.061/2013, que alterou o Decreto 5.820/2006. O novo decreto promoveu alterações importantes no processo de transição, principalmente aquelas relativas ao cronograma do switch-offⁱ, que passou de um modelo one-shotⁱⁱ para um modelo de transição em fases. Assim, o cronograma de transição será antecipado para o ano de 2015 em algumas cidades e estendido até 2018, com uma transição gradual atingindo as cidades restantes.*

4.4.1.1 Recepção fixa, móvel e interatividade no Sistema Brasileiro de TV Digital Terrestre (SBTVD-T)

155. *Duas das principais possibilidades ofertadas pelo SBTVD-T são a transmissão simultânea para recepção fixa, móvel e portátil e a interatividade. Essa seção buscou trazer algumas informações sobre como essas características têm sido exploradas, considerando o processo de digitalização da televisão no Brasil.*

156. *A recepção fixa da televisão digital pode ser viabilizada de duas maneiras: por meio de televisores com conversores digitais embutidos ou conversores (set-top box) que podem ser ligados aos televisores convencionais. Televisores de tubos de raios catódicos (CRT), ainda que ligados a conversores digitais, não são capazes de usufruir da potencialidade da transmissão em alta definição da TV Digital.*

157. *A recepção móvel e portátil é viabilizada por qualquer dispositivo que embarque um receptor de TV Digital, como é o caso de centrais multimídias e aparelhos celulares. A recepção móvel e portátil da TV Digital no Brasil é viabilizada por uma tecnologia chamada one-segⁱⁱⁱ.*

158. A interação com a indústria eletroeletrônica é de fundamental importância, a fim de que haja estímulo para que os aparelhos fabricados suportem a recepção da TV Digital. Nesse sentido, o MC, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) já vêm trabalhando no sentido de garantir que o parque de aparelhos de televisão e os aparelhos celulares industrializados na Zona Franca de Manaus já integrem conversores compatíveis com o padrão do SBTVD-T.

159. Esse trabalho tem se materializado por meio da imposição de obrigações contidas nos Planos Produtivos Básicos (PPB), em contrapartida aos incentivos fiscais recebidos pela indústria de televisores e de aparelhos, como demonstrado na Tabela 7.

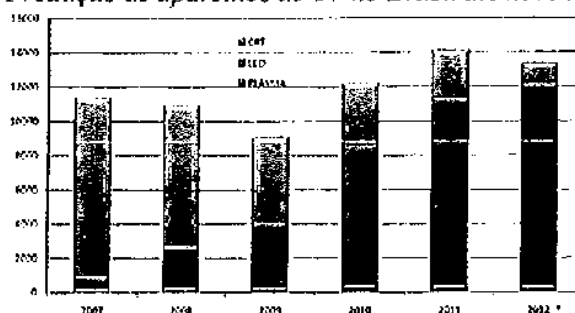
Tabela 7 - Planos Produtivos Básicos e obrigações associadas aos receptores do SBTVD-T

PPB	Aparelho	Obrigação
Portaria - MCTI/MDIC 135/2012 (Revogou Portaria - MCTI/MDIC 233/2011)	TV LED/LCD	Incorporar capacidade de: a) recepção do SBTVD-T em todos os televisores a partir de 1º/1/2012 (art. 9º); e b) execução de aplicações interativas Ginga em 90% dos televisores a partir de 2014 (art. 10).
Portaria - MCTI/MDIC 214/2012 (Revogou Portaria - MCTI/MDIC 174/2009)	TV PLASMA	Incorporar capacidade de: a) recepção do SBTVD-T em todos os televisores a partir de 1º/1/2011 (art. 8º); e b) execução de aplicações interativas Ginga em 90% dos televisores a partir de 2014 (art. 9º).
Portaria - MCTI/MDIC 306/2012 (Revogou Portaria - MCTI/MDIC 143/2012)	Celulares produzidos na Zona Franca de Manaus	Incorporar capacidade de recepção de sinais do SBTVD-T em 5% dos aparelhos a partir de 1º/1/2013 (art. 4º).
Portaria - MCTI/MDIC 307/2012 (Revogou Portaria - MCTI/MDIC 144/2012)	Celulares produzidos em outras regiões do País	Incorporar capacidade de recepção de sinais do SBTVD-T em 5% dos aparelhos a partir de 1º/1/2013 (art. 4º).

Fonte: MDIC.

160. A Figura 8 ilustra a produção crescente de aparelhos de TV de tela fina (LCD e Plasma) na Zona Franca de Manaus, enquanto cai a produção de televisores de CRT.

Figura 8 - Produção de aparelhos de TV no Brasil até novembro de 2012



Fonte: Suframa.

161. Um estudo anual realizado pela empresa CVA Solutions apontou que nos últimos três anos, 69% dos consumidores do Brasil trocaram de aparelho de televisão. De acordo com esse estudo, o número de lares com televisores de tela fina passou de 28,9%

para 79,2%. Em contrapartida, o percentual de aparelhos de TV em tubo caiu de 71,1% para 20,8% (TELA VIVA, 2013).

162. Com relação à interatividade na televisão digital brasileira, foi desenvolvido o *Ginga*, uma camada de software (middleware) utilizada para o desenvolvimento de aplicações interativas. Essa iniciativa brasileira foi aprovada em recomendação da União Internacional de Telecomunicações (UIT) para serviços de Internet Protocol Television^{iv} (IPTV) e desenvolvimento de aplicações interativas do ISDB-T, padrão adotado pelo SBTVD-T.

163. Embora o governo brasileiro tenha incentivado a indústria a embarcar nos televisores o middleware *Ginga*, como apresentado na Tabela 7, não impôs qualquer obrigatoriedade aos radiodifusores quanto ao desenvolvimento de aplicações com uso dessa plataforma. A estratégia do governo foi a de que o próprio mercado deveria decidir o momento oportuno para o desenvolvimento de aplicações interativas. Mesmo assim, a obrigatoriedade de embutir o *Ginga* em 90% dos televisores passa a valer somente a partir de 2014.

164. O resultado disso é que, atualmente, existem pouquíssimas aplicações interativas oferecidas pelos radiodifusores, sejam estatais, públicos ou privados. O desenvolvimento de aplicações interativas se utilizando de um meio que atinge milhões de pessoas tem um grande potencial, com possibilidade de atuação pública e privada em áreas como educação e saúde pública, por exemplo.

165. Somente em 2012 o governo brasileiro retomou os incentivos ao desenvolvimento de aplicativos interativos na TV Digital, com o uso do middleware de interatividade *Ginga*, quando lançou o Programa de Estímulo ao Desenvolvimento do Padrão Nacional de Interatividade da Televisão Digital Brasileira (*Ginga Brasil*).

166. Uma das ações desse programa é o “*Ginga BR.Labs*”, projeto que selecionou dez emissoras públicas para receberem laboratórios de testes de conteúdos e aplicações interativas de TV Digital. Por meio dessa iniciativa, quarenta técnicos, produtores ou diretores das entidades selecionadas serão capacitados no uso e desenvolvimento de aplicações e conteúdos interativos baseados no *Ginga*. O resultado dessa seleção foi publicado pela Portaria-MC 100, de 14/8/2013.

167. O crescimento da compra de televisores “inteligentes” ou Smart TVs, associado à baixa disponibilidade de aplicações interativas, podem levar o middleware *Ginga* para aplicações de nicho, não atingindo a massificação originalmente desejada dessa ferramenta.

4.4.2 Radiodifusão sonora (Rádio Digital)

168. Assim como no serviço de radiodifusão de sons e imagens, está em curso um processo que pode culminar na digitalização das transmissões de rádio no Brasil. Porém, o estágio alcançado pela digitalização do rádio no Brasil ainda é incipiente.

169. De acordo com o Ministério das Comunicações, a digitalização do serviço de rádio representa mais do que uma nova oportunidade de negócio para as emissoras, que terão à sua disposição um serviço com qualidade de áudio superior e a possibilidade de transmissão de dados adicionais. Representa, também, a oportunidade de desenvolvimento mais adequado de políticas públicas governamentais, por meio do melhor aproveitamento do uso do espectro de radiofrequências, da ampliação da cobertura do serviço de rádio no território nacional e, principalmente, da promoção de ações de cidadania com alcance em

áreas mais isoladas do país, fazendo uso dos serviços adicionais permitidos por tais tecnologias.

170. Acompanhando a tendência mundial, o Brasil vem estudando a implantação da tecnologia digital no sistema de radiodifusão sonora. Em março de 2007, por intermédio da Portaria-MC 83/2007, foi criado o Conselho Consultivo do Rádio Digital, com o objetivo de assessorar o Ministro das Comunicações no planejamento da implantação do Rádio Digital no Brasil. O Conselho era formado por representantes da sociedade civil, do Governo Federal, do setor de radiodifusão (comercial, educativa, comunitária e pública), da indústria (recepção, transmissão e audiovisual), das instituições acadêmicas e dos anunciantes.

171. A Portaria-MC 365/2012 revogou a antiga Portaria-MC 83/2007, alterou a composição do Conselho Consultivo do Rádio Digital e não fixou prazo para entrega de Relatório Final ao Ministro das Comunicações.

172. Em 2010, foi instituído o Sistema Brasileiro de Rádio Digital (SBRD), por meio da Portaria-MC 290/2010. De acordo com essa portaria, o SBRD tem por objetivo, dentre outros (art. 3º):

I - promover a inclusão social, a diversidade cultural do País e a língua pátria por meio do acesso à tecnologia digital, visando à democratização da informação;

II - propiciar a expansão do setor, possibilitando o desenvolvimento de serviços decorrentes da tecnologia digital como forma de estimular a evolução das atuais exploradoras do serviço;

III - possibilitar o desenvolvimento de novos modelos de negócio adequados à realidade do País;

IV - propiciar a transferência de tecnologia para a indústria brasileira de transmissores e receptores, garantida, onde couber, a isenção de royalties;

V - possibilitar a participação de instituições brasileiras de ensino e pesquisa no ajuste e melhoria do sistema de acordo com a necessidade do País;

VI - incentivar a indústria regional e local na produção de instrumentos e serviços digitais;

VII - propiciar a criação de rede de educação à distância;

VIII - proporcionar a utilização eficiente do espectro de radiofrequências;

IX - possibilitar a emissão de simulcasting, com boa qualidade de áudio e com mínimas interferências em outras estações;

X - possibilitar a cobertura do sinal digital em áreas igual ou maior do que as atuais, com menor potência de transmissão;

XI - propiciar vários modos de configuração considerando as particularidades de propagação do sinal em cada região brasileira;

XII - permitir a transmissão de dados auxiliares;

XIII - viabilizar soluções para transmissões em baixa potência, com custos reduzidos; e

XIV - propiciar a arquitetura de sistema de forma a possibilitar, ao mercado brasileiro, as evoluções necessárias.

173. Algumas câmaras temáticas foram criadas pelo Conselho Consultivo do Rádio Digital para discutir matérias relacionadas à política industrial, à inovação tecnológica e para análise e acompanhamento dos testes.

174. Até o presente momento, o Ministério das Comunicações realizou dois chamamentos públicos, em 2009 e 2011, a fim de realizar testes técnicos com diferentes

sistemas, tendo se apresentado para esses testes as empresas iBiquity, detentora do padrão HD Radio e o consórcio DRM, representante do padrão DRM. Os testes foram realizados em parceria com emissoras executantes dos diferentes serviços de radiodifusão, para verificar o desempenho dos diferentes modelos existentes.

175. Com relação aos testes já realizados, foram utilizados diferentes parâmetros para avaliar a cobertura dos sistemas, como antenas e potências de transmissão, o que inviabilizou uma análise conclusiva sobre os padrões. Em razão disso, o MC terá que realizar novos testes. Na visão do Relator da Subcomissão de Rádio Digital da Câmara dos Deputados, expressa na Audiência Pública realizada no dia 8/10/2013, os testes foram mal planejados.

176. Resumidamente, a digitalização do rádio no Brasil ainda caminha de forma lenta, por diversos fatores e indefinições, que dizem respeito aos mais variados temas, dentre outros:

a) serviços e aplicativos a serem agregados ao áudio transmitido e uso do Giga para o rádio digital;

b) política industrial para a produção de equipamentos;

c) gestão do espectro;

d) transmissão simultânea dos sinais analógico e digital;

e) cobertura do sinal de rádio analógico e digital;

f) digitalização de rádios comunitárias e de ondas médias;

g) adequação dos padrões a peculiaridades regionais;

h) custos para a transição; e

i) modelos de negócio e de serviços para viabilização do rádio digital.

177. Além disso, percebe-se uma concentração de esforços para a digitalização das transmissões de TV, o que deve levar à adoção do rádio digital pelo Brasil somente num horizonte de longo prazo.

5. NOVO MARCO REGULATÓRIO DOS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

178. Um assunto de extrema relevância da agenda setorial é o desenvolvimento de um novo marco regulatório para os serviços de comunicação eletrônica, categoria na qual se incluem os serviços de radiodifusão. O desenho de um novo marco regulatório para a radiodifusão é defendida por vários atores, representando diversos segmentos da sociedade civil organizada e também por acadêmicos, profissionais da radiodifusão e por organizações internacionais.

179. Um estudo comparado entre o ambiente regulatório da radiodifusão no Brasil e em alguns países concluiu pela urgência de várias alterações no marco legal brasileiro que trata a matéria, abrangendo questões relacionadas à outorga, à fiscalização, ao conteúdo, à produção e às regras de propriedade (UNESCO, 2011).

180. Considerando a relevância do tema, é pertinente relatar os fundamentos da desejada alteração do marco regulatório das comunicações eletrônicas no Brasil, sem ter, entretanto, pretensão de esgotar o assunto, dada a sua extrema complexidade.

181. Vários textos consultados publicaram que há pelo menos vinte anos essa discussão vem sendo travada entre sociedade e poder público, surgindo ou ressurgindo em diversos momentos.

182. *Resumidamente, essa mudança objetiva:*

- a) atualizar o obsoleto e disperso marco regulatório vigente;*
- b) democratizar o acesso aos meios de comunicação, introduzindo ferramentas efetivas de controle social;*
- c) regulamentar dispositivos constitucionais até hoje não regulamentados;*
- d) instituir controles eficientes de propriedade, inclusive cruzada;*
- e) proibir a concessão de outorgas para ocupantes de mandatos eletivos; e*
- f) garantir meios de promover a desconcentração do mercado.*

183. *Com a possibilidade de votação de uma reforma política no Brasil, o assunto veio novamente à tona, embora já existam algumas iniciativas em curso para tratá-lo, inclusive legislativas. Exemplos dessas iniciativas são os Projetos de Lei 256/1991 e 5.992/2013, que visam regulamentar o art. 221 da CF/1988, tratando de temas ligados a cotas de produção local e independente.*

184. *Recentemente, vem crescendo a mobilização de dezenas de entidades da sociedade civil em torno de duas iniciativas convergentes na luta pela democratização da comunicação no Brasil: a campanha "Para expressar a liberdade", que defende uma nova e abrangente lei geral de comunicações, intitulado Projeto de Lei da Mídia Democrática; e o Projeto de Lei de Iniciativa Popular das Comunicações, cuja finalidade é regulamentar os artigos da Constituição de 1988 que impedem monopólio ou oligopólio dos meios de comunicação de massa e estabelecem princípios para a radiodifusão sob concessão pública (rádio e televisão).*

185. *Diversas matérias destacam a necessidade de uma nova regulamentação para o setor. BARROS (2012) identifica problemas da radiodifusão no Brasil, como por exemplo, a cessão de espaços televisivos e a baixa democratização da informação, que impediria a construção de uma visão universal e independente do telespectador. Na visão do autor, a atividade de radiodifusão corre o risco de se tornar um negócio como outro qualquer, quando, na verdade, é uma atividade que presta serviço público e de relevante interesse social. Vai além, advogando que a promoção da democratização da informação passa pela democratização da outorga de concessão de serviços de radiodifusão.*

186. *Para MORAES (2013), alguns fatores, em graus variados, são determinantes para agravar a concentração no mercado de radiodifusão no Brasil e na América Latina, como o déficit de investimentos setoriais, as políticas públicas inconsistentes e a inércia regulatória do Estado. O autor conclui pela necessidade de legislações antimonopólicas de comunicação, sobretudo na radiodifusão sob concessão pública, mecanismos legais para coibir a concentração e a oligopolização, além de permitir lisura e transparência aos mecanismos de concessão, regulação e fiscalização das licenças de rádio e televisão.*

187. *Alguns parlamentares vêm expressando a necessidade de revisão do marco regulatório das comunicações eletrônicas no Brasil. Um parlamentar enfatizou que "a legislação precisa ser atualizada para garantir a democratização dos meios, assegurar a liberdade de expressão – o que é diferente da liberdade de imprensa – e a eliminação de monopólios e oligopólios". O mesmo parlamentar ressaltou ainda que diversos artigos do capítulo da Constituição relativo às comunicações ainda não foram regulamentados, como o que proíbe que detentores de cargos públicos e de mandatos populares tenham concessões de rádio e TV. Outro parlamentar afirmou que "a atualização da lei é necessária principalmente para rever as regras para as concessões de radiodifusão, sobretudo diante da chegada da TV Digital e da convergência de mídias. Destacou ainda*

que “o marco legal de TV paga foi atualizado recentemente, mas que não há avanços na legislação de rádio e TV aberta, que são serviços públicos” (TELESÍNTESE, 2013).

6. CONCLUSÃO

188. O presente Levantamento visou, principalmente, à sistematização do conhecimento do Tribunal de Contas da União sobre o setor de radiodifusão no Brasil, indo além do acompanhamento das licitações para outorga desses serviços. Ademais, buscou identificar possíveis objetos de controle, em alinhamento à estratégia do TCU de especialização de suas unidades técnicas.

189. O setor de radiodifusão, apesar de representar aproximadamente 0,5% do PIB do país, e gerar algumas centenas de milhares de empregos, movimenta cerca de R\$ 20 bilhões de investimentos em publicidade. Os serviços de radiodifusão têm uma importância social e cultural relevantes, pois são os veículos de massa de maior penetração nos domicílios brasileiros. Além disso, as questões concernentes ao setor de radiodifusão são extremamente sensíveis a pressões de várias naturezas, principalmente políticas, se considerarmos o poder dos serviços de radiodifusão como uma ferramenta de formação de opinião e até de comportamento.

190. O arcabouço normativo que disciplina o setor é extremamente antigo, complexo e disperso, e atualmente, tem passado por constantes alterações, situação que dificulta qualquer trabalho sobre o tema. O arranjo institucional das entidades que se relacionam com a temática também é grande, embora desempenhem papel central no setor o Ministério das Comunicações, a Agência Nacional de Telecomunicações e o Congresso Nacional.

191. O trabalho detalhou os principais processos associados à radiodifusão no Brasil, como o planejamento governamental e ministerial, a outorga e a fiscalização dos serviços, bem como um tema de extrema relevância na agenda governamental: a transição dos serviços de radiodifusão de um modelo de transmissão analógica para digital, que deve ocorrer nos próximos cinco anos. Essa transição tem impactos significativos na cadeia de valor do setor, que vai desde a produção de conteúdos até a recepção do sinal pelo usuário final.

192. Ao considerar esses processos, a equipe de Levantamento identificou uma série de riscos que podem comprometer o bom desempenho do setor, em suas mais variadas dimensões, os quais se encontram descritos em peça sigilosa deste relatório (Anexo III - peça 45). Considerando os impactos que podem ser causados pela concretização desses riscos, sejam eles estruturais, de gestão ou procedimentais, entende-se pertinente a realização de futuras ações de fiscalização por parte do Tribunal de Contas da União, na esfera de suas competências, de modo a induzir ações que eliminem ou ao menos mitiguem esses riscos.

193. No que diz respeito à quantificação e ao registro dos benefícios das ações de controle externo, cuja sistemática foi instituída pela Portaria-TCU 82/2012, pode ser apontado como principal ganho a melhoria na transparência da gestão do Ministério das Comunicações e da Agência Nacional de Telecomunicações, atendendo os princípios da publicidade e motivação dos atos administrativos e das propostas regulatórias referentes aos serviços de radiodifusão.

194. Portanto, o benefício do controle decorrente deste levantamento classifica-se como aumento na transparência da gestão, conforme item 56.4, do documento “Orientações para Benefícios do Controle – Segecex”, de março de 2012.

7. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

195. Ante todo o exposto, propõe-se:

- a) levantar o sigilo desta instrução, do relatório, do voto e do acórdão que vierem a ser proferidos;
- b) considerar sigiloso o Anexo III (peça 45) deste relatório, com fundamento no art. 2, § 2º da Portaria-Segecex 15/2011;
- c) dar ciência do acórdão que vier a ser proferido, assim como do relatório e do voto que o fundamentarem, ao Ministério das Comunicações, à Agência Nacional de Telecomunicações, à Secretaria de Comunicação da Presidência da República, à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados e à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, do Senado Federal; e
- d) arquivar os autos do processo, com fulcro no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU."

É o Relatório.

^I Desligamento da transmissão analógica da televisão no Brasil.

^{II} Modo de desligamento simultâneo de todas as transmissões analógicas.

^{III} Tecnologia que permite a recepção da televisão digital em aparelhos móveis.

^{IV} Tecnologia que permite a transmissão e recepção de sinais de TV utilizando protocolos da Internet.

PL 595/2003

Projeto de Lei

Situação: Pronta para Paula no PLENÁRIO (PLEN)

Identificação da Proposição

Autor
Perpétua Almeida - PCdoB/AC

Apresentação
01/04/2003

Ementa

Dispõe sobre a obrigatoriedade de emissores de radiodifusão transmitirem o programa oficial dos Poderes da República.

Explicação da Ementa

Flexibiliza a retransmissão do programa "A Voz do Brasil" no horário compreendido entre as 19h30 e 00h30 horas; estende a obrigatoriedade de transmissão às emissoras de televisão; altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962.

Informações de Tramitação

Forma de apreciação
Proposição Sujeta à Apreciação do Plenário

Regime de tramitação
Ordinária

Despacho atual:

Data	Despacho
15/12/2010	(SUBSTITUTIVO DO SENADO) As Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) Proposição Sujeta à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Ordinária

Última Ação Legislativa

Data	Ação
17/08/2011	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Aprovado o Parecer contra os votos dos Deputados Luiz Couto, João Paulo Cunha, Chico Lopes, Jilmar Tatto, Cesar Colnago, João Paulo Lima, Alessandro Molon, Anthony Garotinho, Esperidião Amin e Márcio Macêdo.

Documentos Anexos e Referenciados

Avulsos	Legislação Citada	Mensagens, Ofícios e Requerimentos (23)
Destaques (0)	Histórico de Pareceres, Substitutos e Votos (11)	Relatório de conferência de assinaturas
Emendas (3)	Recursos (1)	
Histórico de despachos (2)	Redação Final	

Tramitação

Data	Andamento
01/04/2003	PLENÁRIO (PLEN) *Apresentação do Projeto de Lei pela Deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC).
22/04/2003	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) *As Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; e de Constituição e Justiça e de Redação (Art. 54) - Art. 24, II
24/04/2003	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) *Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD 25 04 03 PÁG 16595 COL 02.
13/05/2003	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) *Designado Relator, Dep. Silas Câmara

- Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)**
•Abertura de Prazo para Emendas ao Projeto a partir de 15/05/2003
- 21/05/2003 Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)**
•Encerrado o prazo para emendas. Não foram apresentadas emendas.
- 26/06/2003 Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)**
•Designado Relator, Dep. José Rocha
- 26/10/2004 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)**
•Apense-se a este o PL-4250/2004.
- 13/06/2005 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)**
•Apense-se a este o PL-5123/2005.
- 07/12/2005 Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)**
•Parecer do Relator, Dep. José Rocha (PFL-BA), pela aprovação deste, do PL 4250/2004, e do PL 5123/2005, apensados, com substitutivo.
- 08/12/2005 Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)**
•Prazo para Emendas ao Substitutivo (5 sessões ordinárias a partir de 09/12/2005)
- 20/02/2006 Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)**
•Encerrado o prazo para emendas ao substitutivo. Não foram apresentadas emendas ao substitutivo.
- 26/04/2006 Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) - 10:00 Reunião**
•Vista conjunta aos Deputados Aroldo de Oliveira, Gilberto Nascimento e Mariângela Duarte.
- 02/05/2006 Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)**
•Prazo de Vista Encerrado
- 03/06/2006 Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)**
•Apresentação do VTS 1 CCTCI, pela Dep. Mariângela Duarte
- 10/05/2006 Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) - 10:00 Reunião**
•Parecer com Complementação de Voto, Dep. José Rocha (PFL-BA), pela aprovação deste, do PL 4250/2004, e do PL 5123/2005, apensados, com substitutivo.
•Aprovado por Unanimidade o Parecer com Complementação de Voto. Deferida a retirada do voto em separado solicitado pela Deputada Mariângela Duarte.
- 18/05/2006 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)**
•Recebimento pela CCJC, com as proposições PL-4250/2004, PL-5123/2005 apensadas.
- 23/05/2006 COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)**
•Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática publicado no DCD de 24 05 06 PAG 26542 COL 02, Letra A.
- 26/05/2006 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)**
•Designado Relator, Dep. Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS)
- 29/05/2006 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)**
•Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 30/05/2006)
- 07/06/2006 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)**
•Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.
- 05/07/2006 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)**
•Parecer do Relator, Dep. Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emenda, do Substitutivo da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, com subemenda, do PL 4250/2004, com emenda, e do PL 5123/2005, com emenda, apensados.
- 11/07/2006 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - 15:00 Reunião Deliberativa**
•Aprovado por Unanimidade o Parecer
- 18/07/2006 COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)**

- Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania publicado no DCD de 19/07/06, PÁG 36709 COL 01, Letra B.
- 02/08/2006 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)**
*Autorização para abertura de prazo recursal contra Pareceres Favoráveis nas Comissões.
- 20/09/2006 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)**
*Prazo para apresentação de recurso, nos termos do § 1º do art. 58 combinado com o § 2º do art. 132 do RICD (5 sessões ordinárias a partir de 03/08/2006)
- 20/09/2006 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)**
*Tendo em vista a retirada de assinaturas necessárias ao trâmite do REC 303/2006, nos termos do disposto o art. 102, § 4º do RICD, determino o arquivamento do recurso, por não conter o número mínimo de signatários indicado no art. 58 § 3º c/c o art. 132 § 2º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Oficie-se e, após, publique-se
- 04/10/2006 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)**
*Encerramento automático do Prazo de Recurso. Foi apresentado um recurso.
- 05/10/2006 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)**
*Ofício SGM-P 1692/2006 à CCJC encaminhando este projeto para elaboração da Redação Final, nos termos do Artigo 58, §4 e Artigo 24, II, do RICD.
- 06/10/2006 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)**
*Recebimento pela CCJC.
- 10/10/2006 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)**
*Designado Relator da Redação Final, Dep. Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS)
- *Apresentação da Redação Final, RDF 1 CCJC, pelo Dep. Mendes Ribeiro Filho
- 07/11/2006 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - 15:00 Reunião Deliberativa**
*Aprovada a Redação Final por Unanimidade
- 22/11/2006 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)**
*Remessa ao Senado Federal por meio do Ofício nº 535/06/PS-GSE
- 13/12/2010 PLENÁRIO (PLEN)**
*Apresentação da Emenda/Substitutivo do Senado n. 595/2003, pelo Senado Federal, que: "Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre o horário de retransmissão obrigatória do programa oficial dos Poderes da República pelas emissoras de radiodifusão sonora".
DCD do dia 14/12/10, PÁG 50904 COL 01.
- 13/12/2010 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)**
*Recebido o ofício nº 2349/2010 do Senado Federal, que comunica à Câmara dos Deputados que o Senado Federal aprovou, em revisão, nos termos do substitutivo em anexo, o Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2006 (PL nº 595, de 2003, nessa Casa), que "Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre o horário de retransmissão obrigatória do programa oficial dos Poderes da República pelas emissoras de radiodifusão sonora", que ora encaminho para apreciação dessa Casa.
- 15/12/2010 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)**
*(SUBSTITUTIVO DO SENADO)
As Comissões de
Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e
Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD)
Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Regime de Tramitação: Ordinária
- 16/12/2010 COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)**
*Encaminhada à publicação. Avulso Inicial - Substitutivo do Senado Federal - letra D.
- 16/12/2010 Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)**
*Recebimento pela CCTCI, com as proposições PL-4250/2004, PL-5123/2005 apensadas.
- 02/03/2011 Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)**
*Designado Relator, Dep. José Rocha (PR-BA)
- 22/03/2011 Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)**
*Apresentação do Parecer do Relator n. 2 CCTCI, pelo Deputado José Rocha (PR-BA).
- *Parecer do Relator, Dep. José Rocha (PR-BA), pela aprovação do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei nº 595/2003.
- 24/05/2011 Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) - 14:30 Reunião**

*Aprovado por Unanimidade o Parecer.

25/05/2011 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

*Recebimento pela CCJC, com as proposições PL-4250/2004, PL-5123/2005 apensadas.

27/05/2011 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

*Designado Relator, Dep. Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS)

08/06/2011 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

*Apresentação do Parecer do Relator n. 2 CCJC, pelo Deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS).

*Parecer às Emendas ou ao Substitutivo do Senado, Dep. Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Substitutivo do Senado, com emendas de redação.

10/08/2011 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - 10:00 Reunião Deliberativa

*Vista conjunta aos Deputados Antonio Bulhões, Félix Mendonça Júnior, João Paulo Lima, Luiz Couto e Vilson Covatti.

16/08/2011 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

*Prazo de Vista Encerrado

17/08/2011 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - 10:00 Reunião Deliberativa

*Aprovado o Parecer contra os votos dos Deputados Luiz Couto, João Paulo Cunha, Chico Lopes, Jilmar Tatto, Cesar Colnago, João Paulo Lima, Alessandro Molon, Anthony Garotinho, Esperidião Amin e Márcio Macêdo.

18/08/2011 COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

*Parecer recebido para publicação.

24/08/2011 PLENÁRIO (PLEN)

*Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 2946/2011, pelo Deputado Jaime Martins (PR-MG), que: "Requer a Inclusão na Ordem do Dia o Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei nº 595 de 2003".

24/08/2011 COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

*Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania publicado no DCD de 26/08/11, PÁG 44888 COL 01, Letra E.

22/09/2011 PLENÁRIO (PLEN)

*Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 3293/2011, pela Deputada Eliane Rolim, que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de emissoras de radiodifusão transmitirem o programa oficial dos Poderes da República".

05/10/2011 PLENÁRIO (PLEN)

*Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 3434/2011, pelo Deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), que: "Requer a Inclusão em Ordem do Dia, do Projeto de Lei nº 595, de 2003, que dispõe sobre a obrigatoriedade das emissoras de radiodifusão transmitirem o programa Voz do Brasil".

17/11/2011 PLENÁRIO (PLEN)

*Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 3804/2011, pelo Deputado Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG), que: "Requer a imediata inclusão em pauta do PL 595, de 2003".

23/11/2011 PLENÁRIO (PLEN)

*Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 3900/2011, pelo Deputado Jonas Donizete (PSB-SP), que: "Requer, nos termos do art. 114, inciso XIV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 595, de 2003".

14/02/2012 PLENÁRIO (PLEN)

*Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 4304/2012, pelo Deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), que: "Requer a inclusão em Ordem do Dia do PL 595/2003, que dispõe sobre a obrigatoriedade de emissoras de radiodifusão transmitirem o programa oficial dos Poderes da República".

22/03/2012 PLENÁRIO (PLEN)

*Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 4718/2012, pelo Deputado Fernando Francischini (PSDB-PR), que: "Requer a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 595/2003".

10/04/2012 PLENÁRIO (PLEN)

*Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 4884/2012, pelo Deputado Arnaldo Faria da Sá (PTB-SP), que: "Requer a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 595/2003".

18/04/2012 PLENÁRIO (PLEN)

*Apresentação do Requerimento n. 4990/2012, pelo Deputado Alexandre Leite (DEM-SP), que: "Requer a inclusão na Ordem do Dia do Plenário da Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 595 de 2003, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de emissoras de radiodifusão transmitirem o programa oficial dos Poderes da República.".

25/04/2012 PLENÁRIO (PLEN)

“Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 5074/2012, pelo Deputado Eli Correa Filho (DEM-SP), que: “Requer a Inclusão em Ordem do Dia do PL 595/2003, que dispõe sobre a obrigatoriedade de emissoras de radiodifusão transmitirem o programa oficial dos Poderes da República”.

27/06/2012 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

“***AÇÃO SANEADORA: Desapensação e arquivamento dos PLs 4.250/2004 e 5.123/2005 em face da aprovação do PL 595/2003, principal, em 07/11/2006.

05/02/2013 PLENÁRIO (PLEN)

“Apresentação do Requerimento n. 6661/2013, pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), que: “

Nos termos do artigo 114, inciso XIV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que seja incluída na Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 595/2003, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de emissoras de radiodifusão transmitirem o programa oficial dos Poderes da República”.

”.

28/03/2013 PLENÁRIO (PLEN)

“Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 7254/2013, pelo Deputado Colbert Martins (PMDB-BR), que: “Requer a Inclusão na Ordem do Dia do Plenário do PL nº 595/03”.

04/04/2013 PLENÁRIO (PLEN)

“Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 7381/2013, pelo Deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BR), que: “Requer a Inclusão do Projeto de Lei nº. 595 de 2003 na pauta da Ordem do Dia”.

10/04/2013 PLENÁRIO (PLEN)

“Apresentação do Requerimento n. 7472/2013, pelo Deputado Vallenir Pereira (PSB-MT), que: “Requer a Inclusão na Ordem do Dia do Plenário do Projeto de Lei nº 595, de 2003, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de emissoras de radiodifusão transmitirem o programa oficial dos Poderes da República”.

12/04/2013 PLENÁRIO (PLEN)

“Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 7518/2013, pelo Deputado Antonio Imbassahy (PSDB-BR), que: “Requer a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 595, de 2003”.

01/07/2013 PLENÁRIO (PLEN)

“Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 8085/2013, pelo Deputado Antônio Roberto (PV-MG), que: “Requer Inclusão na Ordem do Dia do PL 595, de 2003”.

04/07/2013 PLENÁRIO (PLEN)

“Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 8164/2013, pelo Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos (PR-MG), que: “Solicita a Inclusão na pauta de votações do Projeto de 595/2003, dispõe sobre a obrigatoriedade de emissoras de radiodifusão transmitirem o programa oficial dos Poderes da República”.

06/02/2014 PLENÁRIO (PLEN)

“Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 9389/2014, pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), que: “Requer a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 595/2003”.

26/02/2014 PLENÁRIO (PLEN)

“Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 9596/2014, pelo Deputado Aroldo de Oliveira (PSD-RJ), que: “Requer a Inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 595/2003”.

26/02/2014 PLENÁRIO (PLEN)

“Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 9616/2014, pelo Deputado George Hilton (PRB-MG), que: “Requer a Inclusão na Ordem do Dia do Plenário do Projeto de Lei nº 595/2003”.

PROJETO DE LEI N.º 595-E, DE 2003

(Da Sra. Perpétua Almeida)

SUBSTITUTIVO DO SENADO FEDERAL AO PROJETO DE LEI Nº 595-C, DE 2003, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de emissoras de radiodifusão transmitirem o programa oficial dos Poderes da República, alterando o art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962"; tendo pareceres: da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, pela aprovação (relator: DEP. JOSÉ ROCHA); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emendas de redação (relator: DEP. MENDES RIBEIRO FILHO).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIACÃO:

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

S U M Á R I O

I – Autógrafos do Projeto de Lei nº 595-C/03, aprovado na Câmara dos Deputados em 07/11/06

II – Substitutivo do Senado Federal

III – Na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática:

- parecer do relator

- parecer da Comissão

Coordenação de Comissões Permanentes - DECOM - P_4213
CONFERE COM O ORIGINAL AUTENTICADO

IV – Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania:

- parecer do relator
- emendas de redação oferecidas pelo relator (3)
- parecer da Comissão

**AUTÓGRAFOS DO PROJETO DE LEI Nº 595-C/03,
APROVADO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS EM 07/11/06**

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, de forma a flexibilizar o horário de transmissão da Voz do Brasil.

Art. 2º A alínea e do caput do art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 38

.....

e) as emissoras de radiodifusão sonora são obrigadas a retransmitir, diariamente, no horário compreendido entre dezenove horas e vinte e duas horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República, ficando reservados sessenta minutos ininterruptos, assim distribuídos: vinte e cinco minutos para o Poder Executivo, cinco minutos para o Poder Judiciário, dez minutos para o Senado Federal e vinte minutos para a Câmara dos Deputados;

..... " (NR)

Art. 3º O art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º:

"Art. 38.

§ 1º.

§ 2º As emissoras de radiodifusão sonora são obrigadas a veicular, diariamente, às dezenove horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, inserção informativa sobre o horário de retransmissão do programa de que trata a alínea e do caput deste artigo." (NR)

Art. 4º O poder público colocará à disposição das emissoras a programação elaborada pelos órgãos competentes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SUBSTITUTIVO DO SENADO FEDERAL

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2006 (PL nº 595, de 2003, na Casa de origem), que "Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre o horário de retransmissão obrigatória do programa oficial dos Poderes da República pelas emissoras de radiodifusão sonora".

Substitua-se o Projeto pelo seguinte:

Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre o horário de retransmissão obrigatória do programa oficial dos Poderes da República pelas emissoras de radiodifusão sonora.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, passa a vigorar com as seguintes alterações e acréscimos, renumerando-se o atual parágrafo único como § 1º:

"Art. 38.

.....
e) as emissoras de radiodifusão, excluídas as de televisão, são obrigadas a retransmitir, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República, ficando reservados 60 (sessenta) minutos ininterruptos para essa finalidade, dos quais 25 (vinte e cinco) minutos serão utilizados pelo Poder Executivo, 5 (cinco) minutos pelo Poder Judiciário, 10 (dez) minutos pelo Senado Federal e 20 (vinte) minutos pela Câmara dos Deputados;
.....

§ 1º

§ 2º O programa de que trata a alínea “e” do **caput** deste artigo deverá ser retransmitido sem cortes, com início:

I – às 19 (dezenove) horas, horário oficial de Brasília, pelas emissoras educativas;

II – entre 19 (dezenove) horas e 22 (vinte e duas) horas, horário oficial de Brasília, pelas emissoras comerciais e comunitárias;

III – entre 19 (dezenove) horas e 22 (vinte e duas) horas, horário oficial de Brasília, pelas emissoras educativas vinculadas aos Poderes Legislativos Federal, Estadual ou Municipal, nos dias em que houver sessão deliberativa no plenário da respectiva Casa Legislativa.

§ 3º Os casos excepcionais de flexibilização ou dispensa de retransmissão do programa serão regulamentados pelo Poder Executivo.

§ 4º As emissoras de radiodifusão sonora são obrigadas a veicular, diariamente, às 19 (dezenove) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, inserção informativa sobre o horário de retransmissão do programa de que trata a alínea “e” do **caput** deste artigo.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em de dezembro de 2010.

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de
Telecomunicações.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte

Lei:

CAPÍTULO V
DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas: (“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 10.610, de 23/12/2002)

a) os administradores ou gerentes que detenham poder de gestão e de representação civil e judicial serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. Os técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores serão brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, permitida, porém, em caráter excepcional e com autorização expressa do órgão competente do Poder Executivo, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato; (Alínea com redação dada pela Lei nº 10.610, de 23/12/2002)

b) as alterações contratuais ou estatutárias que não impliquem alteração dos objetivos sociais ou modificação do quadro diretivo e as cessões de cotas ou ações ou aumento de capital social que não resultem em alteração de controle societário deverão ser informadas ao órgão competente do Poder Executivo, no prazo de sessenta dias a contar da realização do ato; (Alínea com redação dada pela Lei nº 10.610, de 23/12/2002)

c) a alteração dos objetivos sociais, a modificação do quadro diretivo, a alteração do controle societário das empresas e a transferência da concessão, da permissão ou da autorização dependem, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo; (Alínea com redação dada pela Lei nº 10.610, de 23/12/2002)

d) os serviços de informação, divertimento, propaganda e publicidade das empresas de radiodifusão estão subordinadas às finalidades educativas e culturais inerentes à radiodifusão, visando aos superiores interesses do País; (Alínea com redação dada pela Lei nº 10.610, de 23/12/2002)

e) as emissoras de radiodifusão, excluídas as de televisão, são obrigadas a retransmitir, diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República, ficando reservados 30 (trinta) minutos para divulgação de noticiário preparado pelas duas Casas do Congresso Nacional; (Alínea com redação dada pela Lei nº 10.610, de 23/12/2002)

f) as empresas, não só através da seleção de seu pessoal, mas também das normas de trabalho observadas nas estações emissoras devem criar as condições mais eficazes para

que se evite a prática de qualquer das infrações previstas na presente lei; (Alínea com redação dada pela Lei nº 10.610, de 23/12/2002)

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade. (Alínea com redação dada pela Lei nº 10.610, de 23/12/2002)

h) as emissoras de radiodifusão, inclusive televisão, deverão cumprir sua finalidade informativa, destinando um mínimo de 5% (cinco por cento) de seu tempo para transmissão de serviço noticioso. (Alínea com redação dada pela Lei nº 10.610, de 23/12/2002)

i) as concessionárias e permissionárias de serviços de radiodifusão deverão apresentar, até o último dia útil de cada ano, ao órgão do Poder Executivo e aos órgãos de registro comercial ou de registro civil de pessoas jurídicas, declaração com a composição de seu capital social, incluindo a nomeação dos brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos titulares, direta ou indiretamente, de pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante. (Alínea acrescida pela Lei nº 10.610, de 23/12/2002)

Parágrafo único. Não poderá exercer a função de diretor ou gerente de concessionária, permissionária ou autorizada de serviço de radiodifusão quem esteja no gozo de imunidade parlamentar ou de foro especial. (Parágrafo único com redação dada pela Lei nº 10.610, de 23/12/2002)

Art. 39. As estações de radiodifusão, nos 90 (noventa) dias anteriores às eleições gerais do País ou da circunscrição eleitoral, onde tiverem sede reservarão diariamente 2 (duas) horas à propaganda partidária gratuita, sendo uma delas durante o dia e outra entre 20 (vinte) e 23 (vinte e três) horas e destinadas, sob critério de rigorosa rotatividade, aos diferentes partidos e com proporcionalidade no tempo de acordo com as respectivas legendas no Congresso Nacional e Assembleias Legislativas.

§ 1º Para efeito deste artigo a distribuição dos horários a serem utilizados pelos diversos partidos será fixada pela Justiça Eleitoral, ouvidos os representantes das direções partidárias.

§ 2º Requerida aliança de partidos, a rotatividade prevista no parágrafo anterior será alternada entre os partidos requerentes de alianças diversas.

§ 3º O horário não utilizado por qualquer partido será redistribuído pelos demais, não sendo permitida cessão ou transferência.

§ 4º Caberá à Justiça Eleitoral disciplinar as divergências oriundas da aplicação deste artigo.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 595, de 2003, de autoria da Deputada Perpétua Almeida, estende a obrigatoriedade de transmissão da "Voz do Brasil" às emissoras de televisão aberta e flexibiliza o horário de veiculação do programa.

Além disso, atribui aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário parcelas iguais do tempo destinado ao programa.

A proposição foi aprovada pela Câmara dos Deputados em 2006 na forma do Substitutivo oferecido pelo Relator Deputado José Rocha à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. O texto aprovado permite que a Voz do Brasil seja transmitida pelas emissoras de radiodifusão sonora no horário compreendido entre as 19 horas e 22 horas, desde que de forma ininterrupta e com duração de uma hora. Em adição, destina 25 minutos do programa para o Poder Executivo, 5 minutos para o Judiciário, 10 minutos para o Senado e 20 minutos para a Câmara.

Obriga ainda as emissoras de rádio a veicular, às 19 horas, inserção informativa sobre o horário de retransmissão do programa. Por fim, determina que o Poder Público coloque à disposição das rádios a programação elaborada pelos órgãos competentes dos Poderes da República.

O Substitutivo foi encaminhado ao Senado Federal, que, ao apreciar o projeto, efetuou alterações pontuais no texto elaborado pela Câmara. Nesse sentido, foram propostas as seguintes mudanças:

- Obrigatoriedade da transmissão da Voz do Brasil pelas emissoras comunitárias;
- Vedação à flexibilização do horário do programa para as rádios educativas. De acordo com o Substitutivo do Senado, apenas as emissoras comerciais, comunitárias e legislativas disporão da prerrogativa de veicular o programa em horário distinto das 19 horas. No caso das emissoras legislativas, a flexibilização dar-se-á somente nos dias em que houver sessão deliberativa do plenário da respectiva Casa Legislativa;
- Supressão do dispositivo que imputa expressamente ao Poder Público a responsabilidade de disponibilizar para as emissoras a programação elaborada pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Conforme despacho expedido pela Mesa da Câmara dos Deputados, após o exame desta Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, o Projeto deverá ser submetido à apreciação da Comissão de

Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados) e do Plenário da Casa.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Código Brasileiro de Telecomunicações determina a veiculação compulsória do programa "A Voz do Brasil" pelas emissoras de rádio no horário compreendido entre as 19 e as 20 horas, à exceção dos sábados, domingos e feriados. Ao longo dos últimos anos, diversas iniciativas legislativas foram apresentadas ao Congresso Nacional com o intuito de alterar o horário de transmissão do programa.

Em 2006, por ocasião do exame do Projeto de Lei nº 595, de 2003, e seus apensados, esta Comissão de Ciência e Tecnologia realizou um amplo debate sobre a conveniência da aprovação de dispositivo legal alterando o disciplinamento da Voz do Brasil. Ao pronunciar-se sobre a matéria, que teve o privilégio de relatar, a Comissão optou pela aprovação de Substitutivo que flexibiliza o horário de veiculação do programa.

A proposição foi então encaminhada ao Senado, que concluiu pela aprovação de um novo Substitutivo, introduzindo importantes aperfeiçoamentos no texto elaborado pela Câmara. Em primeiro lugar, considerando a crescente importância da radiodifusão comunitária no cenário da comunicação social radiofônica no País, a Casa Revisora incluiu as rádios comunitárias no rol de emissoras obrigadas a transmitir a Voz do Brasil.

Ademais, o Substitutivo do Senado determina que as rádios educativas não disponham da prerrogativa de alterar o horário de apresentação do programa. Em consonância com o projeto elaborado pela Câmara Alta, julgamos pertinente que a transmissão da Voz do Brasil no horário das 19 horas seja preservada como marca indissociável das emissoras educativas no cumprimento de suas finalidades sociais.

A proposição também faculta às emissoras de rádio vinculadas aos Poderes Legislativos Federal, Estadual e Municipal a transmissão do programa em horário alternativo nos dias em que houver sessão deliberativa das respectivas Casas. A proposta, ao mesmo tempo que assegura a veiculação em tempo real das

sessões plenárias das Casas Legislativas das três esferas federativas, mantém a obrigatoriedade da transmissão da Voz do Brasil.

Portanto, as medidas propostas pelo Senado, além de preservarem o espírito do Substitutivo da Câmara, contribuem para aperfeiçoar ainda mais o projeto aprovado por esta Casa. A proposição contempla não somente as emissoras de rádio, hoje prejudicadas em função da perda de audiência e receita em horário nobre, mas também o ouvinte, que passará a dispor de mais alternativas de informação e entretenimento no horário das 19 às 20 horas, sem perder o direito do acesso diário à Voz do Brasil.

Em razão dos argumentos elencados, o voto é pela **APROVAÇÃO** do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei nº 595, de 2003.

Sala da Comissão, em 22 de março de 2011.

Deputado JOSÉ ROCHA

Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela aprovação do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei nº 595/2003, nos termos do Parecer do Relator, Deputado José Rocha.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Bruno Araújo - Presidente, Antonio Imbassahy, Silas Câmara e Ruy Carneiro - Vice-Presidentes, Antônia Lúcia, Aureo, Beto Mansur, Carlinhos Almeida, Francisco Floriano, Gilmar Machado, Hugo Motta, José Rocha, Luciana Santos, Luiza Erundina, Manoel Salviano, Marcelo Aguiar, Márcio Marinho, Marcos Montes, Marlos Sampaio, Pastor Eurico, Paulo Foletto, Ratinho Junior, Ribamar Alves, Rogério Peninha Mendonça, Salvador Zimbaldi, Sandes Júnior, Sandro Alex, Sibá Machado, Biffi, Domingos Neto, Fábio Ramalho, Félix Mendonça Júnior, Izalci, Takayama e Walter Ihoshi.

Sala da Comissão, em 24 de maio de 2011.

Deputado BRUNO ARAÚJO
Presidente

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**I - RELATÓRIO**

O Projeto de Lei nº 595, de 2003, de autoria da nobre Deputada PERPÉTUA ALMEIDA, pretende estender às emissoras de televisão, a obrigatoriedade de transmissão, hoje restrita às emissoras de rádio, do programa oficial dos Poderes da República, conhecido como "A Voz do Brasil". A proposição busca, ainda, flexibilizar o horário de veiculação do referido programa, permitindo que possa ser utilizado o período compreendido entre 19h30 e 00h30, ficando reservados vinte minutos para cada um dos Poderes.

O Projeto de Lei foi aprovado pela Câmara dos Deputados em 7 de novembro de 2006, na forma do Substitutivo da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

O texto aprovado nesta Casa determina que as emissoras de radiodifusão sonora são obrigadas a retransmitir, diariamente, no horário compreendido entre dezenove horas e vinte e duas horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República, ficando reservados sessenta minutos ininterruptos, assim distribuídos: vinte e cinco minutos para o Poder Executivo, cinco minutos para o Poder Judiciário, dez minutos para o Senado Federal e vinte minutos para a Câmara dos Deputados.

As emissoras de rádio ficam obrigadas a veicular, às dezenove horas, inserção informativa sobre o horário de retransmissão do programa. Por fim, determina que o Poder Público colocará à disposição das emissoras a programação elaborada pelos órgãos competentes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Ao apreciar o Projeto de Lei nº 595, de 2003, o Senado Federal aprovou o Substitutivo em análise, que, em breves linhas, faz as seguintes alterações no texto encaminhado pela Câmara dos Deputados para revisão:

- obrigatoriedade da transmissão do programa oficial de informações dos Poderes da República pelas emissoras comunitárias;

- as emissoras comerciais, comunitárias e das Casas Legislativas poderão veicular o programa em horário distinto das dezenove horas. As emissoras legislativas têm horário flexível nos dias em que houver sessão deliberativa do plenário da respectiva Casa Legislativa;
- supressão do dispositivo que obriga o Poder Público a disponibilizar para as emissoras a programação elaborada pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;
- os casos excepcionais de flexibilização ou dispensa de retransmissão do programa serão regulamentados pelo Poder Executivo.

Cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania a análise da matéria sob os aspectos constitucional, jurídico e de técnica legislativa, a teor do disposto no art. 32, inciso IV, alínea a, do Regimento Interno.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Examinando o Substitutivo do Senado Federal sob o aspecto da constitucionalidade formal, verifica-se que a matéria se insere na competência legislativa da União, por meio de lei ordinária, e a iniciativa parlamentar é legítima, conforme preceituam os arts. 22, IV, 48, *caput*, e 61, *caput*, da Constituição Federal.

Quanto à constitucionalidade material e à juridicidade do Substitutivo, não vislumbramos vícios a serem apontados. A proposição está em consonância com as normas que regem a matéria e os princípios constitucionais relativos às telecomunicações.

Segundo a proposição, as emissoras de radiodifusão, excluídas as de televisão, são obrigadas a retransmitir, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa *A Voz do Brasil*, ficando reservados sessenta minutos ininterruptos para essa finalidade, dos quais vinte e cinco minutos

serão utilizados pelo Poder Executivo, cinco minutos pelo Poder Judiciário, dez minutos pelo Senado Federal e vinte minutos pela Câmara dos Deputados.

As emissoras comerciais, comunitárias e das Casas Legislativas poderão veicular o programa entre dezenove e vinte e duas horas. As emissoras educativas vinculadas aos Poderes Legislativos Federal, Estadual ou Municipal disporão de horário flexível para transmissão do programa *A Voz do Brasil* somente nos dias em que houver sessão deliberativa do plenário da respectiva Casa Legislativa.

Os casos excepcionais de flexibilização ou dispensa de retransmissão do programa serão regulamentados pelo Poder Executivo (art. 38, § 3º, alterado pelo art. 1º do Substitutivo). Nesse ponto, parece-nos que não se trata de autorização para que o Poder Executivo exerça competência que já é sua, o que poderia ser considerado inconstitucional. Ao contrário, somente a lei poderia autorizar a disciplina de casos excepcionais pelo Poder Executivo, motivo pelo qual consideramos tal dispositivo em consonância com as normas e princípios constitucionais.

Por fim, o Substitutivo acolhe dispositivo do projeto original para determinar que as emissoras de radiodifusão sonora são obrigadas a veicular, diariamente, às dezenove horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, inserção informativa sobre o horário de retransmissão do programa *A Voz do Brasil*.

A técnica legislativa do Substitutivo não merece reparos, eis que observa os ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações da Lei Complementar nº 107, 26 de abril de 2001, com ressalva das expressões que não atendem a determinação do art. 11, inciso II, alínea e, da citada Lei Complementar nº 95/98, que estabelece a obrigatoriedade de grafar por extenso quaisquer referências e percentuais, exceto data, número de lei e nos casos em que houver prejuízo para a compreensão do texto.

Pelas precedentes razões, manifesto meu voto no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Substitutivo do Senado Federal, com as emendas de redação ora oferecidas.

Sala da Comissão, em 8 de junho de 2011.

Deputado MENDES RIBEIRO FILHO
Relator

EMENDA Nº 1

Substitua-se, na alínea e do art. 38, constante do art. 1º do Substitutivo, a expressão "60 (sessenta) minutos" por "sessenta minutos", a expressão "25 (vinte e cinco) minutos" pela expressão "vinte e cinco minutos", a expressão "5 (cinco) minutos" pela expressão "cinco minutos", a expressão "10 (dez) minutos" pela expressão "dez minutos", a expressão "20 (vinte) minutos" pela expressão "vinte minutos".

Sala da Comissão, em 8 de junho de 2011.

Deputado MENDES RIBEIRO FILHO
Relator

EMENDA Nº 2

Substitua-se, no § 2º do art. 38, constante do art. 1º do Substitutivo, a expressão "19 (dezenove) horas" pela expressão "dezenove horas", no inciso I, e a expressão "19 (dezenove) horas e 22 (vinte e duas) horas" pela expressão "dezenove horas e vinte e duas horas", nos incisos II e III.

Sala da Comissão, em 8 de junho de 2011.

Deputado MENDES RIBEIRO FILHO
Relator

EMENDA Nº 3

Substitua-se, no § 4º do art. 38, constante do art. 1º do Substitutivo, a expressão "19 (dezenove) horas" pela expressão "dezenove horas".

Sala da Comissão, em 8 de junho de 2011.

Deputado MENDES RIBEIRO FILHO
Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou, contra os votos dos Deputados Luiz Couto, João Paulo Cunha, Chico Lopes, Jilmar Tatto, Cesar Colnago, João Paulo Lima, Alessandro Molon, Anthony Garotinho, Espiridião Amin e Márcio Macêdo, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com 3 emendas de redação (apresentadas pelo Relator), do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 595-C/2003, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Mendes Ribeiro Filho.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

João Paulo Cunha - Presidente, Arthur Oliveira Maia, Vicente Candido e Cesar Colnago - Vice-Presidentes, Alessandro Molon, Almeida Lima, Anthony Garotinho, Antonio Bulhões, Arnaldo Faria de Sá, Bonifácio de Andrada, Carlos Bezerra, Danilo Forte, Dimas Fabiano, Dr. Grilo, Edson Silva, Eduardo Cunha, Efraim Filho, Espiridião Amin, Evandro Milhomen, Fábio Ramalho, Fabio Trad, Felipe Maia, Félix Mendonça Júnior, Jilmar Tatto, João Campos, João Paulo Lima, Jorginho Mello, Jutahy Junior, Luiz Couto, Marçal Filho, Marcos Medrado, Maurício Quintella Lessa, Mauro Benevides, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Filho, Mendonça Prado, Nelson Pellegrino, Odair Cunha, Osmar Serraglio, Pastor Marco Feliciano, Paulo Maluf, Ricardo Berzoini, Roberto Freire, Roberto Teixeira, Ronaldo Fonseca, Sandra Rosado, Solange Almeida, Vieira da Cunha, Vilson Covatti, Wilson Filho, Assis Carvalho, Bruna Furlan, Daniel Almeida, Gonzaga Patriota, José Carlos Araújo, Maurício Trindade, Nelson Marchezan Junior, Nilton Capixaba, Pauderney Avelino e Sérgio Barradas Carneiro.

Sala da Comissão, em 17 de agosto de 2011.

Deputado JOÃO PAULO CUNHA
Presidente

FIM DO DOCUMENTO



Senado Federal
Secretaria-Geral da Mesa
Atividade Legislativa - Tramitação de Matérias

Identificação da Matéria

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 19, DE 2011

Autor: SENADORA - Marlinor Brito

Ementa: Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil o programa radiofônico A Voz do Brasil e dá outras providências.

Explicação da ementa: Declara como patrimônio cultural imaterial do Brasil o programa radiofônico A Voz do Brasil; estabelece a veiculação obrigatória do referido programa de segunda a sexta-feira, das 19h às 20h, pelo horário oficial de Brasília, em cadeia nacional formada por todas as emissoras de rádio públicas e privadas em operação no território nacional; determina aos entes do Poder Público, nos termos do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, a obrigação de zelar pela manutenção da integridade do programa e pela preservação de sua memória.

Assunto: Social - Arte e cultura

Data de apresentação: 10/02/2011

Situação atual: Local: 06/03/2014 - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Situação: 06/03/2014 - INCLUIDA NA Pauta da Reunião

Matérias relacionadas: RCE - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO 16 de 2013 (Senadora Ana Rila)
 RQS - REQUERIMENTO 572 de 2013 (Senador Lobão Filho)

Indexação da matéria: Indexação: PROJETO DE LEI, SENADO, DECLARAÇÃO, PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DO BRASIL, PROGRAMA, RADIODIFUSÃO, A VOZ DO BRASIL, PRODUÇÃO, DIFUSÃO, PODERES CONSTITUCIONAIS, TRANSMISSÃO, REALIZAÇÃO, FIXAÇÃO, DIA, HORA, SEMANA, HORÁRIO, CIDADE, BRASÍLIA, REDE DE TRANSMISSÃO, PAÍS, FORMAÇÃO, EMISSORA, RÁDIO, OPERAÇÃO, TERRITÓRIO NACIONAL, COMPETÊNCIA, PODER PÚBLICO, CUMPRIMENTO, DISPOSITIVOS, DECRETO, PROGRAMA NACIONAL DO PATRIMÔNIO IMATERIAL, MANUTENÇÃO, INTEGRIDADE, PROGRAMA, A VOZ DO BRASIL, PRESERVAÇÃO, MEMÓRIA, OBJETIVO, HISTÓRIA, PESQUISA.

Sumário da Tramitação

Em tramitação

Despacho: Nº 1. Despacho Inicial

(SF) CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Em decisão terminativa)

Nº 2. Aprovação do Requerimento nº 572, de 2013, de audiência de comissão

(SF) CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

(SF) CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Em decisão terminativa)

Relatoria: ~~CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte~~

Relatores: João Ribeiro (encerrado em 09/05/2011 - Redistribuição)

Ana Rila (encerrado em 31/05/2013 - Audiência de Outra Comissão)

~~CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática~~

Relatores: Lobão Filho (atual)

Prazos: 14/02/2011 - 16/02/2011 - Recebimento de emendas perante as Comissões (CE) (Art. 122, II, "c", do RISF)

TRAMITAÇÕES (ordem ascendente)

10/02/2011 PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Ação: Este processo contém 7 (sete) folhas numeradas e rubricadas.

Encaminhado para: ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº , DE 2011

Autora: Senadora Marinor Brito

Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil o programa radiofônico *A Voz do Brasil* e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica declarado como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil o programa informativo radiofônico *A Voz do Brasil*, produzido e difundido sob responsabilidade dos três Poderes da República.

Art. 2º O programa informativo radiofônico *A Voz do Brasil* terá obrigatoriamente sua transmissão realizada de segunda a sexta-feira, das 19 horas às 20 horas, pelo horário oficial de Brasília, em cadeia nacional formada por todas as emissoras de rádio públicas e privadas, independentemente da frequência utilizada, em operação no território nacional.

Art. 3º Cabe aos entes do Poder Público, nos termos do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, instituído pelo Decreto 3.551/2000, zelar pela manutenção da integridade do programa *A Voz do Brasil* e pela preservação de sua memória para fins históricos e de pesquisa da memória nacional.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as determinações em contrário.

Senadora **MARINOR BRITO**
PSOL - PA

JUSTIFICAÇÃO

O programa *A Voz do Brasil*, informativo de abrangência nacional sobre as atividades dos três Poderes da República é hoje o programa radiofônico em operação mais antigo do Mundo e o de maior penetração no território nacional, sendo transmitido em cadeia por 7.691 estações, já computadas as 3.154 emissoras comunitárias legalmente em operação.

Com narração do locutor Luiz Jatobá e veiculado nas 50 emissoras de rádio existentes à época no Brasil, ele teve início em 22 de julho de 1935, com a denominação *Programa Nacional*. Tempos depois, em 1938, foi rebatizado com o nome *A Hora do Brasil - HB*. A temática não se limitava aos feitos governamentais e incluíam até notas internacionais, em especial sobre a II Guerra Mundial. A linha editorial baseava-se em três regras básicas: ser um programa informativo, objetivo - não comentando as notícias - e sempre citar as fontes delas. Segundo a Fundação Getúlio Vargas, o programa destinava-se a cumprir três finalidades: *informativa, cultural e cívica*. Posteriormente, em 1971, se transformou em *A Voz do Brasil*.

O formato existente atualmente conta com uma única edição diária, com uma hora de duração, das 19 horas às 20 horas. Os primeiros 25

instrumento de fiscalização popular, já que permite aos brasileiros de todos os municípios acompanhar os repasses de recursos públicos aos municípios, das decisões judiciais e das fiscalizações do tribunal de contas.

Levantamentos apontam que a Voz do Brasil é hoje a única fonte de informação de 80 milhões de brasileiros, localizados, especialmente, nas periferias dos grandes centros, nas áreas rurais e nos municípios de pequeno e médio porte do Brasil.

Sala das Sessões, de de 2011

Senadora **MARINOR BRITO**
PSOL - PA

Presidência da República

Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 3.651, DE 4 DE AGOSTO DE 2000.

Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, e tendo em vista o disposto no art. 14 da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.

§ 1º Esse registro se fará em um dos seguintes livros:

I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

§ 2º A inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira.

§ 3º Outros livros de registro poderão ser abertos para a inscrição de bens culturais de natureza imaterial que constituam patrimônio cultural brasileiro e não se enquadrem nos livros definidos no parágrafo primeiro deste artigo.

Art. 2º São partes legítimas para provocar a instauração do processo de registro:

I - o Ministro de Estado da Cultura;

II - instituições vinculadas ao Ministério da Cultura;

III - Secretarias de Estado, de Município e do Distrito Federal;

IV - sociedades ou associações civis.

Art. 3º As propostas para registro, acompanhadas de sua documentação técnica, serão dirigidas ao Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, que as submeterá ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

§ 1º A instrução dos processos de registro será supervisionada pelo IPHAN.

§ 2º A instrução constará de descrição pormenorizada do bem a ser registrado, acompanhada da documentação correspondente, e deverá mencionar todos os elementos que lhe sejam culturalmente relevantes.

§ 3º A instrução dos processos poderá ser feita por outros órgãos do Ministério da Cultura, pelas unidades do IPHAN ou por entidade, pública ou privada, que detenha conhecimentos específicos sobre a matéria, nos termos do regulamento a ser expedido pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

§ 4º Ultrapassada a instrução, o IPHAN emitirá parecer acerca da proposta de registro e enviará o processo ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, para deliberação.

§ 5º O parecer de que trata o parágrafo anterior será publicado no Diário Oficial da União, para eventuais manifestações sobre o registro, que deverão ser apresentadas ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural no prazo de até trinta dias, contados da data de publicação do parecer.

Art. 4º O processo de registro, já instruído com as eventuais manifestações apresentadas, será levado à decisão do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

Art. 5º Em caso de decisão favorável do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, o bem será inscrito no livro correspondente e receberá o título de "Patrimônio Cultural do Brasil".

Parágrafo único. Caberá ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural determinar a abertura, quando for o caso, de novo Livro de Registro, em atendimento ao disposto nos termos do § 3º do art. 1º deste Decreto.

Art. 6º Ao Ministério da Cultura cabe assegurar ao bem registrado:

I - documentação por todos os meios técnicos admitidos, cabendo ao IPHAN manter banco de dados com o material produzido durante a instrução do processo.

II - ampla divulgação e promoção.

Art. 7º O IPHAN fará a reavaliação dos bens culturais registrados, pelo menos a cada dez anos, e a encaminhará ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural para decidir sobre a revalidação do título de "Patrimônio Cultural do Brasil".

Parágrafo único. Negada a revalidação, será mantido apenas o registro, como referência cultural de seu tempo.

Art. 8º Fica instituído, no âmbito do Ministério da Cultura, o "Programa Nacional do Patrimônio Imaterial", visando à implementação de política específica de inventário, referenciamento e valorização desse patrimônio.

Parágrafo único. O Ministério da Cultura estabelecerá, no prazo de noventa dias, as bases para o desenvolvimento do Programa de que trata este artigo.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de agosto de 2000; 179º da Independência e 112º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Francisco Weffort

PARECER Nº , DE 2011

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 19 de 2011, da Senadora Marinor Brito, que *declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil o programa radiofônico A Voz do Brasil e dá outras providências*.

RELATORA: Senadora ANA RITA

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado, nº 19 de 2011, de autoria da Senadora Marinor Brito, tem como propósito declarar como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil o programa radiofônico *A Voz do Brasil* e determinar outras providências correlatas a esse propósito.

Em seu art. 1º, a proposição declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil o programa informativo radiofônico *A Voz do Brasil*, produzido e difundido sob responsabilidade dos três Poderes da República. Em seguida, no art. 2º, trata da obrigatoriedade de sua transmissão, que deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, das 19 horas às 20 horas, pelo horário oficial de Brasília, em cadeia nacional formada por todas as emissoras de rádio brasileira, públicas e privadas, independentemente da frequência utilizada.

Já o art. 3º determina que cabe aos entes do poder público, nos termos do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, instituído pelo Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, zelar pela manutenção da integridade do programa *A Voz do Brasil* e pela preservação de sua memória para fins históricos e de pesquisa da memória nacional.

Os arts. 4º e 5º, respectivamente, contêm as cláusulas de vigência e de revogação das disposições em contrário.

Em sua justificação, a autora alega que *A Voz do Brasil*, cuja transmissão foi iniciada em 1935, é o programa radiofônico mais antigo do mundo. É também o de maior alcance no Brasil, envolvendo, em sua transmissão, 7.691 emissoras. Do ponto de vista do conhecimento, as pesquisas apontam que a quase totalidade dos brasileiros com mais de 16 anos o conhecem e mais da metade destes aprova o conteúdo da programação.

À proposição foram apresentadas três emendas, pelo Senador Mário Couto: a primeira, para suprimir, no art. 1º, a expressão “produzido e difundido

sob responsabilidade dos três poderes da república.”; a segunda, para suprimir o art. 2º; e a terceira, para dar nova redação ao art. 3º, retirando a expressão “zelar pela integridade do programa *A Voz do Brasil*.”

II – ANÁLISE

À Comissão de Educação, Cultura e Esporte compete examinar proposições que versem sobre cultura, nos termos do art. 102, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Inicialmente, cabe esclarecer que o reconhecimento de patrimônio imaterial não pode ser feito por intermédio de projeto de lei. Em respeito à legislação sobre patrimônio, cuja lei inaugural é o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, deve-se considerar uma série de requisitos de natureza técnica, científica e legal.

Para o patrimônio imaterial, especificamente, o reconhecimento é feito por intermédio das regras constantes do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.

Nos termos do citado decreto, o registro poderá ser feito em um dos quatro livros criados, a saber: a) Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; b) Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; c) Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; e d) Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas (art. 1º, § 1º do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000).

Os procedimentos para registro de algum bem, por sua vez, estão descritos na Resolução nº 1, de 3 de agosto de 2006, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), publicada no Diário Oficial da União em 23 de março de 2007.

De acordo com a citada norma, o requerimento para instauração do processo administrativo de Registro poderá ser apresentado pelo Ministro de Estado da Cultura, pelas instituições vinculadas ao Ministério da Cultura, pelas Secretarias Estaduais, Municipais e do Distrito Federal e por associações da sociedade civil. Tal requerimento será sempre dirigido ao Presidente do Iphan, podendo ser encaminhado diretamente a este ou por intermédio das demais unidades da instituição.

Esse requerimento inicial, por seu turno, deverá fornecer algumas informações e documentos, a saber: a) identificação do proponente; b) justificativa do pedido; c) denominação e descrição sumária do bem proposto para Registro, com indicação da participação e/ou atuação dos grupos sociais envolvidos, de onde ocorre ou se situa, do período e da forma em que ocorre; d) informações históricas básicas sobre o bem; e) documentação mínima disponível, adequada à natureza do bem, tais como fotografias, desenhos, vídeos, gravações sonoras ou filme; f) referências documentais e bibliográficas disponíveis; g) declaração formal de representante de comunidade produtora do bem ou de seus membros, expressando o interesse e anuência com a instauração do processo de Registro.

Caso o requerimento não contenha a documentação mínima necessária, o Iphan oficiará ao proponente para que a complemente no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável mediante solicitação justificada, sob pena de arquivamento do pedido. Uma vez apresentado, o requerimento será apreciado pela Câmara do Patrimônio Imaterial, criada no âmbito do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

Em seguida, são cumpridas algumas fases e passos: o processo administrativo de Registro, acompanhado de avaliação técnica preliminar do Iphan e indicação da instituição externa ou de unidade do próprio instituto será submetido à Câmara do Patrimônio Imaterial para apreciação quanto à pertinência do pedido e quanto à indicação encaminhada. No caso de o pedido ser julgado pertinente, a Câmara do Patrimônio Imaterial dará conhecimento ao Conselho Consultivo, e o Iphan informará e notificará o proponente para que proceda à instrução do processo. Essa instrução técnica do processo, por sua vez, é de responsabilidade do Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI), o qual poderá delegá-la ao proponente, desde que tenha competência técnica para tanto ou a uma ou mais instituições públicas ou privadas, também desde que detenham competência para tal procedimento. Esta deve conter, além da documentação mencionada no art. 4º da citada resolução, uma série de descrições e referências.

Em seguida, finalizada a fase de pesquisa e documentação, o material produzido na instrução do processo administrativo de Registro será sistematizado na forma de um dossiê que apresente o bem, composto de texto, impresso e em meio digital, contendo a descrição e contextualização do bem, aspectos históricos e culturais relevantes, justificativa do Registro, recomendações para sua salvaguarda e referências bibliográficas. Acompanharão o dossiê, também, fotos, vídeos e outros documentos que sintetizem os aspectos culturalmente relevantes do bem por meio da edição dos registros audiovisuais realizados e/ou coletados.

Cumpridas todas as formalidades, será registrado o bem. O Iphan promoverá as ações necessárias à conservação, guarda e acesso à documentação produzida nos processos de Registro.

Assim sendo, mesmo que o programa *A Voz do Brasil* preencha os requisitos para reconhecimento como patrimônio imaterial, não seria por intermédio de uma lei ordinária o seu reconhecimento. Se tal acontecesse, estaríamos diante de uma potencial desmoralização dos conceitos e preceitos legais sobre patrimônio, inclusive da autoridade competente para atestar a natureza patrimonial do bem, que é o Iphan. Mais do que a vontade do legislador e mais do que a força do órgão legiferante, não se pode desconhecer que a noção de patrimônio imaterial precisa ser observada em cada caso concreto.

Assim sendo, revela-se injurídico o Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2011, razão pela qual não deve ser admitido.

III – VOTO

Avaliado o mérito, a constitucionalidade e a juridicidade, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2011.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

Emenda ao Projeto de Lei nº 19 de 2011
(Senadora Marinor Brito)

Declara como Patrimônio
Cultural Imaterial do Brasil o
programa radiofônico *A Voz do
Brasil* e dá outras providências.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se, no artigo 1º a expressão "produzido e difundido sob
responsabilidade dos três poderes da república"

JUSTIFICATIVA

Não há motivo para que se limite o Programa a Voz do Brasil quanto à
produção e difusão.

A legislação em vigor já especifica a responsabilidade dos três poderes da
república e, à seu critério deveria poder livremente deliberar por formatos
distintos. Nesse sentido é suficiente Declarar o Programa Patrimônio Cultural
Imaterial do Brasil

Emenda ao Projeto de Lei nº 19 de 2011
(Senadora Marinor Brito)

**Declara como Patrimônio
Cultural Imaterial do Brasil o
programa radiofônico *A Voz do
Brasil* e dá outras providências.**

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o artigo 2º

JUSTIFICATIVA

A legislação em vigor já estabelece o horário e condições em que deve irradiado o Programa a Voz do Brasil.

Outrossim, a legislação em vigor já é objeto de revisão no âmbito do Congresso em Projeto de Lei distinto e específico. (PLC 109/2006) e não faz qualquer sentido que anos de debates, audiências públicas e avaliações sejam completamente desprezadas, voltando-se à estaca zero, no que tange à discussão acerca do horário de irradiação do Programa.

Emenda ao Projeto de Lei nº 19 de 2011
(Senadora Marinor Brito)

Declara como Patrimônio
Cultural Imaterial do Brasil o
programa radiofônico *A Voz do
Brasil* e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

De-se a seguinte redação ao artigo 3º

Art. 3º Cabe aos entes do Poder Público, nos termos do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, instituído pelo Decreto 3.551/2000, zelar pela preservação da memória do Programa Voz do Brasil para fins históricos e de pesquisa da memória nacional

JUSTIFICATIVA

Com o programa nacional do patrimônio imaterial deve objetivar-se tão somente a preservação da memória da Voz do Brasil.

Sua perenidade bem como os horários em que deva ser irradiado não pode, em hipótese alguma, vincular-se à essencial preservação de sua memória, que é o objeto do Projeto de Lei. São assuntos distintos, um deles de caráter institucional e o outro sujeito à dinâmica social.

O projeto de Lei aparenta pretender eternizar o Programa o que é aceitável, apenas do ponto de vista da preservação de sua memória.

PARECER Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2011, da Senadora Marinor Brito, que *declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil o programa radiofônico A Voz do Brasil e dá outras providências*.

RELATOR: Senador **LOBÃO FILHO**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 19, de 2011, apresentado pela Senadora Marinor Brito, propõe que se declare como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil o programa radiofônico *A Voz do Brasil*.

Inicialmente distribuído apenas à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para decisão terminativa, o projeto foi encaminhado também para audiência da Comissão de Ciência, Tecnologia Inovação, Comunicação e Informática (CCT), por força da aprovação do Requerimento (RQS) nº 572, de 2013.

Na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), foram apresentadas três emendas ao projeto, todas de autoria do Senador Mário Couto: a primeira, para suprimir, no art. 1º, a expressão “produzido e difundido sob responsabilidade dos três poderes da república”; a segunda, para suprimir o art. 2º; e a terceira, para dar nova redação ao art. 3º, retirando a expressão “zelar pela integridade do programa *A Voz do Brasil*”.

Naquela comissão, a proposição foi relatada pela Senadora Ana Rita, que se pronunciou pela rejeição da matéria antes de solicitar sua retirada de pauta, para reexame.

Em decorrência da aprovação do mencionado RQS nº 572, de 2013, tornou-se sobrestado o exame da proposição pela CE.

II – ANALISE

A matéria conforma-se ao rol de atribuições desta Comissão, nos termos do art. 104-C, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Do ponto de vista do mérito, não há como deixar de concordar com a pertinência da iniciativa sob exame, que busca reconhecer uma inegável forma de expressão cultural como integrante de nosso patrimônio imaterial.

Observe-se que a Constituição Federal de 1988, em seus arts. 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural, ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial. Os bens culturais de natureza imaterial, a serem registrados conforme conceituado pelo Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas).

A Carta Magna reconhece, assim, a inclusão, no patrimônio a ser preservado pelo Estado em parceria com a sociedade, dos bens culturais que sejam referências à sociedade brasileira. Esses bens são apropriados por indivíduos e grupos sociais como importantes elementos de sua identidade.

O reconhecimento do programa radiofônico *A Voz do Brasil* como componente do Patrimônio Imaterial do País, conforme entendemos, reveste-se de justiça. Mais antigo programa radiofônico do gênero no mundo, há 78 anos no ar, *A Voz do Brasil* constitui inestimável canal de acesso à informação para parcelas significativas da população brasileira. É, muitas vezes, fonte única de informação para enorme contingente de ouvintes residentes no interior, especialmente no meio rural e nos longínquos rincões do País.

O conteúdo do programa possui um lado inegável de utilidade pública, na medida em que informa sobre a liberação de verbas para prefeituras, divulga campanhas educativas, fornece informações de interesse coletivo e aumenta a transparência da atuação governamental. Dessa forma, presta-se como instrumento de fiscalização do governo por parte da população e como elemento de coesão nacional. Muitas localidades, de difícil acesso,

contam com o programa para manter-se a par das notícias de governo num prazo razoável.

Reconhecido o mérito do PLS nº 19, de 2011, consideramos necessário alterar a redação do seu art. 3º, sob pena de incorrer em inconstitucionalidade. Observe-se que a atribuição de competência ao Executivo mediante projeto de autoria de parlamentar sofre de vício de iniciativa.

Por sua vez, além de fugir ao escopo da proposição, o conteúdo do art. 2º encontra-se plenamente contemplado na alínea *a* do art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (Código Brasileiro de Telecomunicações).

Com referência à técnica legislativa, observa-se que o texto do art. 5º fere o princípio constante do art. 9º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Por fim, cite-se que a proposição segue o exemplo de outras de iniciativa do Legislativo, como foi o caso do reconhecimento do *Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas – Feira Nordestina de São Cristóvão* como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, transformado na Lei nº 12.301, de 28 de julho de 2010.

Com relação às emendas apresentadas pelo Senador Mário Couto, somos de parecer por sua rejeição, já que todas acabam por desvirtuar o propósito inicial do projeto.

III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2011, com as emendas que apresentamos, e pela rejeição das três emendas oferecidas pelo Senador Mário Couto.

EMENDA Nº – CCT

Suprimam-se os arts. 2º e 5º do PLS nº 19, de 2011, renumerando-se os demais.

EMENDA Nº – CCT

Dê-se ao art. 3º do PLS nº 19, de 2011, a seguinte redação:

Art. 2º Cabe aos órgãos competentes do poder público zelar pela preservação do Programa, para fins históricos e de pesquisa da memória nacional.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Ofício nº 020/2014-CCS

Brasília, 10 de fevereiro de 2014.

Prezada Senhora,

Os membros do Conselho de Comunicação Social, em sua 1ª reunião ordinária de 2014, manifestaram-se pela irreparável perda do Senhor **Santiago Ilídio Andrade**.

Assim, em atitude de consternação e respeito, apresento em nome do Colegiado as condolências fraternas a Vossa Senhoria e todos os familiares, ao tempo de reconhecer o infeliz acontecimento que vitimou o valoroso profissional.

Atenciosamente,


DOM ORANI JOÃO TEMPESTA
Presidente

A Sua Senhoria a Senhora
ARLITA ANDRADE
Rio de Janeiro / RJ

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Ofício nº 021/2014-CCS

Brasília, 10 de fevereiro de 2014.

Senhor Presidente,

Os membros do Conselho de Comunicação Social, em sua 1ª reunião ordinária de 2014, manifestaram-se pela irreparável perda do Senhor **Santiago Ilídio Andrade**.

Assim, em atitude de consternação e respeito, apresento em nome do Colegiado as condolências a todos os profissionais do Grupo Bandeirantes, ao tempo de reconhecer o infeliz acontecimento que vitimou o valoroso profissional.

Atenciosamente,


DOM ORANI JOÃO TEMPESTA
Presidente

A Sua Senhoria o Senhor
JOÃO CARLOS SAAD
Presidente do Grupo Bandeirantes
Rio de Janeiro / RJ

Ofício n.º. 001/2014
Conselho Curador

Brasília, 10 de fevereiro de 2014

A Sua Senhoria o Senhor
Rodrigo Cagliano Barbosa
Secretário do Conselho de Comunicação Social


Ref: Documentos do Conselho Curador - EBC

Prezado Secretário,

1. Em cumprimento ao disposto no inciso V do Artigo 17 da Lei 11.652/2008, segue ata com deliberações da 48ª Reunião Ordinária do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação, realizada no dia 11 de dezembro de 2013 na cidade de Brasília. A presente ata foi aprovada durante a Reunião Ordinária, realizada no último dia 05 de fevereiro em Brasília.

2. Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos ou solicitações.

Atenciosamente,


ANA LUIZA FLECK SAIBRO
Presidente do Conselho Curador da EBC

Recebido no SCOP
em 11.02.2014
R. Cagliano Barbosa
Rodrigo Cagliano Barbosa
Diretor da EBC
Mat.: 46787

ATA DA 48ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CURADOR DA EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S/A – EBC, REALIZADA AOS ONZE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E TREZE, NA SEDE DA EBC, EM BRASÍLIA/DF, NA FORMA ABAIXO

CNPJ No 09.168704/0001-42 NIRE No 53.5.0000348-7

Aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, às dez horas, na sede da EBC, em Brasília-DF, reuniu-se o Conselho Curador da EBC, convocado na forma do artigo 28 do Decreto no 6.689, de 11 de dezembro de 2008, publicado no DOU de 12 de dezembro de 2008, com a presença dos seguintes membros: Sra. **Ana Luiza Fleck Saibro** (Presidenta); Sra. **Heloísa Starling** (Vice-Presidente); Sr. **Augusto Pestana** (Representante da Ministra de Estado de Comunicação Social); Sr. **Mário Borgneth** (Representante da Ministra da Cultura); Sra. **Mônica Gardelli Franco** (Representante do Ministério da Educação); Sra. **Ana Maria da Conceição Veloso**, Conselheira; Sra. **Ellane Pereira Gonçalves**, Conselheira; Sr. **João Jorge Santos Rodrigues**, Conselheiro; Sr. **Mário Augusto Jakobskind**, Conselheiro; Sr. **Murilo César Ramos**, Conselheiro; Sr. **Paulo Ramos Derengoski**, Conselheiro; Sra. **Sueli Navarro Garcia**, Conselheira; Sra. **Rita de Cássia Freire Rosa**, Conselheira; Sra. **Rosane Maria Bertotti**, Conselheira; Sr. **José Antônio Martins**, Conselheiro; Sra. **Maria da Penha Fernandes**, Conselheira; Sr. **Cláudio Lembo**, Conselheiro; Sr. **Wagner Tiso**, Conselheiro; Sr. **Daniel Aarão Reis**, Conselheiro; Sra. **Ima Guimarães Vieira**, Conselheira. Justificou a ausência o conselheiro Sr. **Takashi Tome**. Também estiveram presentes o Sr. **Nelson Breve**, na qualidade de Diretor Presidente; além dos Diretores **Eduardo Castro** (Diretor Geral), **Rogério Brandão** (Diretor de Produção) e **Nereide Beirão** (Diretora de Jornalismo), e, ainda de **Marco Antônio Fioravante** (Procurador Geral da EBC) e **Regina Lima** (Ouvidora Geral); Sr. **Ricardo Negrão** (Superintendente de Comunicação Multimídia); Sr. **Alberto Adler**, Gerente de Pesquisas; Sra. **Silvia Sardinha**, Secretária Executiva; Sr. **Lauro Mesquita**, Gerente de Produção e Integração de Conteúdos e Sr. **Ricardo Soares**, Diretor de Programação e Conteúdo: Pauta da reunião 1. Abertura, leitura e aprovação da Pauta da Reunião; 2. Pesquisas de audiência dos canais EBC: apresentação sobre o uso do Ibope e outras ferramentas; 3. Audiência em tempo real e influência da interatividade na produção de conteúdo; 4. Comitê de Usuários – Apresentação do projeto da Ouvidoria em parceria com Conselho Curador; 5. Aprovação da Ata da Reunião Extraordinária de Novembro; 6. Lançamento da 2ª Edição da Revista do Conselho Curador; 7. Eleição Vice-Presidente; 8. Consulta Pública para escolha de novos Conselheiros – Definição do Edital; 9. Apresentação do Relatório Gerência do 3º trimestre / Preparação para Plano de Trabalho 2014; 10. Informes; 11. Informes Diretoria EBC; 12. Outros assuntos **ABERTURA**: 1. A Presidenta do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação, Sra. **Ana Luiza Fleck Saibro** inicia a 48ª reunião agradecendo a presença de todos e rememora que a reunião está sendo transmitida pela internet no seguinte endereço: www.conselhocurador.ebc.com.br/tramissaoaovivo saúda os

internautas e questiona os Conselheiros se há alguma observação com relação a aprovação da pauta. A Sra. Conselheira Rita Freire solicita esclarecimento sobre o item três da pauta que intitulado: "Audiência em tempo real e influência da interatividade na produção de conteúdo" e diz que para audiência em tempo real precisaria divulgar para outras pessoas assistirem. A Presidenta esclarece que se trata apenas do título e o Sr. Ricardo Negrão, Superintendente de Comunicação Multimídia complementa que será sobre as ferramentas que utilizam nos sistemas web, uma continuação da apresentação do Sr. Aberto Adler no segundo item da pauta. Realizado os esclarecimentos a Presidenta aprova a pauta e segue para a apresentação do Sr. Alberto Adler, Gerente de Pesquisas da EBC que irá apresentar ao Conselho Curador as intenções da empresa com relação ao uso do Ibope, uma vez que esta é uma preocupação recorrente dos conselheiros. 2. O Sr. Alberto Adler explana que sua apresentação abordará a gerência de pesquisas da EBC, que também entre outras atividades analisa os dados recebidos do IBOPE. Inicia a apresentação sobre a Gerência de Pesquisas, esclarece que fica na Diretoria de Conteúdo e Programação que é uma particularidade da EBC, posto que nas empresas comerciais geralmente fica ligada a área de marketing ou comercial. Explana os conceitos de medição e mensuração. Que a gerência de pesquisas apoia e assessora a gestão estratégica e não trata apenas de dados e salienta que realizam análise de audiência, comportamento entre outros. E destaca o projeto piloto de acompanhamento de sinal. Entra na questão sobre audiência esclarecendo que não decorre apenas de programação e sim de um tripé, "Conteúdo, Sinal e Comunicação/Divulgação". Destaca também que os perfis são importantes na aferição da audiência, que muitos programas específicos tem outro tipo de audiência, pois não atinge todos os gêneros de perfil. Explana sobre o *Share* que não é muito utilizado como parâmetro por ser muito variável. Sobre Focos de Análise: Aprimoramento da grade de programação. Que o foco da EBC não é apenas a audiência e sim o cidadão, destacando a adequação de conteúdos e horários, fluxo de audiência e estoques de audiência, público alvo e diferenças regionais entre outros. Discorre que os pontos de audiência costumou-se usar a cidade de São Paulo como referência, mas para mensurar a EBC não é interessante a cidade de São Paulo, pois estão fora do *line up*, que são a lista de canais que estão nos entre os mais comuns. Também que um ponto de audiência IBOPE em São Paulo significa quase 62.000 domicílios conectados e que em Porto Alegre o numero cai para 9.920. Esclarece que a parabólica também não é mensurada e estima-se que 28 milhões de parabólicas não são aferidas. O Sr. Nelson Breve, Diretor-Presidente da EBC questiona que a informação não está correta pois são mensuradas dentro do universo de mensuração estão as parabólicas. O Sr. Alberto Adler justifica que para publicidade esses dados das parabólicas não são mensurados. E o Sr. Nelson Breve discorre que assim como não mensuram todo o universo da televisão e radiodifusão aberta, porque só medem em 15 capitais, dessas 15 capitais também as parabólicas, é o universo das pessoas que tem televisão, independente se estão na parabólica, no cabo ou aberta. O Sr. Alberto Adler prossegue com apresentação e exemplifica o dia do jogo da Série C do Campeonato Brasileiro, que bateu recorde de audiência na TV Pública, conflitando com a Série A transmitida na emissora hegemônica. Destaca que a TV pública no Nordeste, onde a sociedade tem menores números de TV por assinatura a distribuição de audiência é mais distribuída. Destaca que a TV Brasil não tem cunho comercial, mas considera o cidadão em primeiro lugar. A presidenta Ana Luiza Saibro Fleck agradece ao Sr. Alberto Adler pela apresentação, e abre para considerações e questionamentos. O Sr. Paulo Ramos Derengoski parabeniza a apresentação, considerando muito didática. Pondera que nas

idades do interior o horário do almoço tem uma audiência importante, considerando que as pessoas vão almoçar em casa, a faixa jornalística adquire mais força diferentemente das grandes metrópoles que nesse horário transmitem programação infantil. O Sr. **Alberto Adler** considera uma lástima que as audiências no interior não são mensuradas, apenas no interior do Estado de São Paulo, pelo poder econômico e considera importante que se meça também no interior. Discorre que o Grupo GfK está entrando no mercado brasileiro e estão procurando saber várias questões sobre a metodologia, universo e se conseguirão mensurar as cidades do interior. E podem também verificar se na pesquisa qualitativa da SECOM virá algum dado importante sobre a audiência rural. O Conselheiro **Daniel Aarão Reis** também parabeniza a apresentação e questiona com relação ao orçamento da divisão que é gasto com o IBOPE. O Sr. **Aberto Adler** esclarece que 50% do orçamento é usado com pesquisas, no caso com o IBOPE. O Sr. Conselheiro **Daniel Reis** continua discorrendo que o IBOPE é orientado pela quantidade de consumidores, o que não é o padrão da EBC, considera muito interessante o leque do padrão olhando o cidadão e que é uma incongruência gastar 50% do orçamento pagando IBOPE, que este não tem condições de dar os dados que a EBC precisa, já que a filosofia do IBOPE é verificar a quantidade de consumidores e por isso tem como clientes emissoras que estão interessadas em medir justamente esses consumidores. Salaria que a pesquisa deve ser fundamentalmente qualitativa para dar pistas de como a EBC compõe sua audiência. Questiona a EBC poderia investir nas universidades para dar resultados mais congruentes com pesquisas quantitativas e qualitativas de acordo com a filosofia da empresa. Finaliza sua fala defendendo uma ruptura com o IBOPE. O Sr. **Alberto Adler** considera que o IBOPE não realiza a diferenciação do consumidor e cidadão e quem diferencia é a emissora, que é uma ferramenta que pode ser usada para diversos fins e que identifica qualitativamente os pontos críticos, como ferramentas complementares de mensuração. A conselheira **Eliane Gonçalves** considera a área de pesquisas juntamente com a Ouvidoria, áreas muito importantes para fazerem a TV pública que buscam para a EBC. Discorre que estão num momento das novas mídias e os dados do IBOPE estão servindo para manter uma hegemonia que vai além da audiência, que é o bônus de verificação das agências. Questiona qual seria o novo caminho de análises mais qualitativas. Com relação aos dados retirados das pesquisas, pergunta como eles são usados na prática e quais os dados que demonstram se o programa está atingindo o público alvo. Pondera também sobre os grupos focais que poderiam ser utilizados de forma mais barata, que seria uma questão interessante. A presidenta **Ana Luiza Fleck Saibro** solicita que façam todas as questões e em seguida o Sr. **Aberto Adler** esclarece. O Sr. **Mário Borgneth**, representante do Ministério da Cultura parabeniza o Conselho e a EBC pela iniciativa do Departamento para descobrir pontos de interesse dessa intersecção cidadã na construção de audiência. Concorde com o conselheiro **Daniel Reis** na questão do IBOPE não querendo demonizá-lo e que é importante usar a inteligência e agilidade com uso das ferramentas de informação. Considera que a EBC tem tamanho e qualidade institucional suficiente para construir as bases para um Instituto Público de Audiência para complementar os que hoje existem. A Conselheira **Sueli Navarro** discorre que a entrada da outras agências estavam programada por solicitação da Rede Bandeirantes, Rede TV e Record, porque estava comprovado que o IBOPE só mensurava a audiência da Rede Globo e questiona se até a entrada de uma concorrência vale a pena a EBC continuar com o IBOPE, ou se existe possibilidade de procurar as Universidades e outros institutos. A Vice-Presidente, Conselheira **Heloísa Starling** questiona se as universidades públicas teriam capacidade para realizarem essas

pesquisas, devido a agilidade e o tempo, considerando que o IBOPE é uma ferramenta, que o importante é uso que se faz dessas ferramentas. O conselheiro **Cláudio Lembo**, questiona se o IBGE poderia trabalhar em parceria, já que é um instituto público, questiona também em quais localidades do Brasil existe o sinal da TV digital. O conselheiro **Mário Augusto Jakobskind** questiona em que foi baseado troca de horários dos programas como o Observatório de Imprensa. E considerou importante a ideia de criação de uma agência pública de medição de audiência, na busca pela democratização da medição de audiência. A Conselheira **Rita Freire** discorre que a apresentação a esclareceu muito e considera importante a relação política e ideológica da pesquisa à aferição da qualidade do público, sem o cunho comercial. Discorre da preocupação com relação ao IBOPE, que chegou ao ponto de levantar a suspeita do próprio mercado em favor da hegemonia. Discorre que a EBC deve ser uma desbravadora de audiências que não estão contempladas, de audiências que não estão sequer midiaticizadas e necessitam ser conquistadas, que o papel principal é identificar essa audiência e dialogar, não só tecnologicamente, mais também qualitativamente, como a mídia pública pode atender em conteúdos e discurso. Gostaria que a Gerência de Pesquisas trouxesse esse tipo de estratégia para avaliar os interesses a serem construídos e a resposta da audiência já conquistada à programação. O Sr. conselheiro **Murilo César Ramos** discorre que é preciso trabalhar com que o mercado oferece e um curto prazo não tem opção, considerando que o próprio mercado tem desconforto com o IBOPE em decorrência da rede hegemônica. Discorre que o tipo de gestão das universidades não comportam ainda as pesquisas de audiência, por razões objetivas, operacionais e administrativas. Sugerindo que o fomento de um consórcio com Universidades seria uma medida, mas a médio e longo prazo. Que uma empresa pública no atual momento para prestar esse tipo de serviço com agilidade e inteligência seria impossível. O conselheiro **Daniel Aarão Reis** discorre que o IBOPE deve ser usado como ferramenta e a ferramenta não pode ser dominante e hoje o IBOPE é uma ferramenta dominante. Insiste na questão de explorar os departamentos de comunicação das universidades, que a ideia de um instituto público é muito factível, mas a longo prazo e que não deveria ser abandonada. O Sr. **Mário Borgneth** concorda com o Conselheiro Daniel Reis e esclarece que a ideia de um instituto público de pesquisas de audiência é uma discussão antiga e há um acúmulo que se pode localizar e fortalecer. Considera que o foco das pesquisas não seriam as universidades e sim a Empresa Brasil de Comunicação. O Conselheiro **Murilo Ramos** exemplifica a universidade pública estadual do interior de Bauru, que tem o mestrado acadêmico tradicional em TV digital, que não considera impossível a junção de algumas instituições e que a EBC esteja no centro do processo. A Conselheira **Ima Guimarães de Oliveira** discorre que para TV comercial os índices de audiências é uma medida de mercadoria e na TV pública a primazia é a qualidade da informação, sugere que poderiam pensar num índice de qualidade de telespectador com relação aos recursos investidos. A presidenta **Ana Luiza Fleck Saibro** então, solicita aos conselheiros **Murilo Ramos, Daniel Reis, Mário Borgneth e Heloisa Starling** a criação de uma Grupo de Trabalho para a criação de um projeto para ser apresentado já na primeira reunião do Conselho Curador em 2014. O Conselheiro **Daniel Reis** discorre que irão elaborar parâmetros e objetivos. O Sr. Diretor Presidente **Nelson Breve** informa que tem diretrizes de Orçamento para 2014 muito claras para dar prioridade à contratação de mecanismos de pesquisas que não sejam os tradicionais. Adianta que estão em processo de adesão da TV Universitária de Bauru, da FAPESP, à rede da EBC. Lembra que o falado no momento em curto prazo, daqui cinco ou seis anos não será problema se a TV Digital

for instalada conforme cronograma. Que quando fala da digitalização das ondas curtas, ninguém tem esse universo, discorre também sobre o IPEA na tentativa que fizessem pesquisas voltadas para a programação da empresa. Que está na diretriz do orçamento a aprovação de empresas de pesquisas que não seja a tradicional. A Sra. **Sueli Navarro** questiona se continuarão com IBOPE até a entrada no mercado de novas agências. E também com relação ao Grupo de Trabalho qual seria o critério, que o encaminhamento seria buscar alternativas de novas agências para mensuração de audiência. O Sr. **Nelson Breve** esclarece que a GFK irá chegar com quase o dobro de aparelhos que o IBOPE e medirão também 2.000 parabólicas e podem ser contratados diferenciadamente na parte que o IBOPE não faz. Esclarece que o contrato atual termina em outubro e a nova empresa já participa da licitação com relação aos serviços que o IBOPE também faz. O Sr. **Alberto Adler** solicita a palavra para agradecer a sua equipe que o ajudaram na elaboração da apresentação. A presidenta **Ana Luiza Fleck Saibro** encerra a primeira parte da reunião e convida todos ao almoço. 3. Às 13h45 a presidenta **Ana Luiza Fleck Saibro** reinicia a reunião passando para a apresentação do Sr. **Ricardo Negrão** Superintendente de Comunicação Multimídia, que complementará a apresentação realizada no período da manhã. O Sr. **Ricardo Negrão** apresenta sobre o trabalho da Superintendência de Comunicação Multimídia, SUCOM, responsável por uma parte de Tecnologia de Informação da EBC, pela parte de web, pelo Portal da EBC e ajudando nos sites da TV Brasil e das Rádios. Explana sobre o guia mestre do trabalho cotidiano dentro da relação de publicação de conteúdos em web que é a ferramenta gratuita *Google Analytics*, que demonstra quantas pessoas estão visualizando o site e em qual cidade do país e do mundo elas estão e qual a proveniência do usuário, se por site de buscas ou entrando com o endereço direto no navegador. Destaca que São Paulo é um forte visualizador do site, mas conseguem atingir todos os estados do Brasil e conseguem referenciar o conteúdo cruzando informações de buscadores e do próprio site da EBC. Destaca também o monitoramento sobre os assuntos mais procurados na internet e realiza um link dentro do site e que após isso é possível saber a quantidade de pessoas que acessaram esse conteúdo. A presidenta **Ana Luiza Fleck Saibro** questiona o que é feito com a informação em tempo real. O Sr. **Ricardo Negrão** esclarece que pode, por exemplo, controlar pelo perfil do usuário os conteúdos e tamanho da tela, porque consegue visualizar quais são as buscas e temas que os usuários estão buscando e fazer com que o Portal EBC ofereça tal conteúdo em seguida. O Sr. **Nelson Breve** complementa que a SUCOM fica monitoramento a internet para dentro do que as pessoas estão procurando e que ao identificar tal demanda, o Portal EBC pode produzir conteúdos de interesse público e oferecer aos cidadãos a partir de uma procura daquele tema na web. A Sra. **Rosane Bertotti** questiona se há articulação com as demandas sociais que chegam pela WEB com o jornalismo da EBC. O Sr. **Ricardo Negrão** confirma que esta relação existe integradamente com os outros veículos informativos da empresa, exemplificando casos como o da PEC 37, do Imposto de Renda e do ENEM, onde a partir de uma procura dos cidadãos pelo tema, identificada pelo Portal EBC, outros veículos da EBC passaram a tratar o tema de forma mais recorrente. O Sr. **Nelson Breve** explana que a integração está previsto na reestruturação com um Comitê de Planejamento e Produção de Conteúdo. Discorre que com essas ferramentas, há mecanismos para se verificar a vontade do visitante e agir em tempo real com relação ao conteúdo. O Sr. **Lauro Mesquita**, Gerente de Integração de Conteúdos, acrescenta que é em tempo real também que muitas pautas são retiradas do trabalho nas redes sociais e no monitoramento com os cliques do *Google Analytics*, e que estes temas são levados à Diretoria de Jornalismo nas

reuniões de pauta diárias que são realizadas pelas respectivas equipes. A Conselheira **Rosane Bertotti** questiona sobre o inverso, quando o jornalismo apresenta uma notícia que não estava no site. O Sr. **Ricardo Negrão** esclarece que é possível e exemplifica que nas transmissões de jogos da Série C do Campeonato Brasileiro, no qual as pessoas nas redes sociais buscavam informação de como sintonizar a TV Brasil e assistir aos jogos, o Portal EBC se preocupou em oferecer tais informações. O Sr. **Eduardo Castro** complementa que como o canal é novo conseguiram perceber a demanda dessa informação de como sintonizar e após, quando o jogo começava, o número de pessoas no site diminuía, mas que os números nas cidades onde o jogo interessava mais, são grandiosos. Explica que não colocam também apenas os conteúdos que as pessoas buscam, porque varia muito, mas dentro dessas pesquisas ela deixa indícios do que gosta mais, e adaptar a programação com conteúdo que a pessoa não estava procurando para uma página que ela está acessando. O Sr. Conselheiro **Mário Borgneth** discorre que a preocupação da EBC está identificando como a empresa quer ser vista, discorrendo que a motivação é totalmente diferente de quem quer visualizar um canal comercial, que está em busca de um serviço, um preparo para enfrentar uma situação, e pensa que a ferramenta eleva, além do valor que traz ao *broadcasting*, eleva também a plataforma que eleva a condição da empresa em elevar os conteúdos livremente dos conteúdos comerciais. A Sra. **Rita Freire** discorre que a apresentação complementa a discussão do período da manhã, que essa busca da vontade do usuário e agregando com conteúdo informacionais é um o caminho importante para ser incorporado como um instrumento de conhecimento de audiência, uma excelente forma de estabelecer o diálogo com o telespectador, pois apenas números de pesquisa se mostram frios e desta forma pela web estabelece-se o diálogo e tem tudo para aproximar mais a EBC a um público mais ativo. A presidenta **Ana Luiza Fleck Saibro** questiona qual seria o número padrão de número de visitantes no portal. O Sr. **Ricardo Negrão** esclarece que a média é de 500 pessoas em uma tarde normal e quando há o *Golden Post*, que é quando acontece um acerto na matéria em virtude da busca, já acompanharam 1.500. A Sra. **Eliane Gonçalves** considera muito importante o Portal EBC buscar fidelizar o cidadão na busca de conteúdos onde hoje ele encontra somente pelo Google. Discorre especificamente da Agência Brasil e da Rádioagência Nacional, com relação ao tipo do público, com usuários importantes que replicam o conteúdo, que tem um impacto maior do que o usuário final, e questiona se o Portal EBC tem um olhar para esse usuário multiplicador de informação. O Sr. **Ricardo Negrão** esclarece que antes de colocar o site no ar foi realizado uma pesquisa do público que visualizava o site da Agência Brasil e conseguiram filtrar o público diferentemente de outras regiões e com as ferramentas conseguem realizar trabalhos e projetos em cima desses dados. A presidenta **Ana Luiza Fleck Saibro** questiona como é relação com a Ouvidoria, solicitando que quando da apresentação da Ouvidoria, acrescente essa relação com a SUCOM. O Sr. **Ricardo Negrão** discorre que haveria um choque na Ouvidoria, porque o público da internet é mais instantâneo e exige uma resposta mais imediata e essa seria a relação com a Ouvidoria. A Conselheira **Rita Freire** questiona como esses dados refletem dentro da empresa, também com os o IBOPE. O conselheiro **Daniel Reis** parabeniza a apresentação, considerando muito esclarecedora. Pondera que a Ouvidoria poderia integrar as ferramentas para possibilitar a verificação do trabalho, se pudesse ter um apanhado das manifestações no Portal EBC em função das análises, que melhoraria as medições com relação ao resultado do trabalho. O Conselheiro **José Antônio Martins** exemplifica uma pesquisa que realizaram em sua empresa com relação a performance do produto e as fizeram via IBOPE e outras

instituições especializadas de pesquisas e as pesquisas deram resultados surpreendentes, pois juntaram todas as informações das pesquisas e depois realizaram pesquisa sobre o que o funcionário pensa do produto que fabrica e o resultado foi que os funcionários foram muito mais críticos do que as opiniões externas e hoje os próprios funcionários são guardiões do seu trabalho. A **Sra. Mônica Gardelli Franco**, representante do Ministério da Educação, questiona com relação a informação que o usuário não sabe o que deseja e que o Portal EBC deveria ter a obrigação de oferecer conteúdos desconhecidos. O **Sr. Ricardo Negrão** esclarece que também fazem esse trabalho, que pode levar informações que as pessoas não conhecem dentro de assuntos que estão buscando. Porque seria pobre buscar apenas o que as pessoas querem. A presidenta **Ana Luiza Fleck Saibro** agradece ao **Sr. Ricardo Negrão** pela apresentação atendendo preocupação do Conselho e reforça que haja integração entre as várias áreas da empresa. O **Sr. Ricardo Negrão** se coloca à disposição, agradecendo também sua equipe que trabalharam para a apresentação trabalho. 4. A **Presidenta** então passa para a **Ouvidora-Geral Regina Lima**. Ela discorre que estão fechando parceria com três universidades que podem ser usadas para as questões que foram levantadas, discorre que o trabalho da universidade é temporário, mas cabe a empresa fiscalizar e exigir o tempo que se aprecia. Com relação a integração com a Ouvidoria, pondera que ainda há muito que avançar, pois o diálogo ainda é pouco usado e no caso do Portal EBC não é fácil ter um monitoramento como esse, mas observa que quando há um questionamento mais estruturante vai para a Ouvidoria com o monitoramento da SUCOM. Explica e sugere ao Conselho Curador a ideia de criação do Comitê de Usuários. Afirma que ele consta na Norma Interna da Ouvidoria e que o Conselho Curador seria o responsável pela criação com apoio da Ouvidoria, que será mais uma forma de aferição para a empresa. Apresenta a proposta de criação do Conselho Curador. A presidenta **Ana Luiza Fleck Saibro** discorre que é uma surpresa, e não sabia que seria atribuição do Conselho criar os Comitês. O **Sr. Conselheiro Paulo Ramos Derengoski** discorre que poderiam aproveitar a oportunidade para se criar os Comitês. A **Sr. Regina Lima** prossegue com a apresentação, discorrendo sobre as sugestões de metodologias, critérios e convocação dos membros. Destaca também na apresentação que seria um Comitê por região, podendo ser ampliado conforme avaliação do Conselho. Se coloca à disposição para qualquer aprofundamento necessário na proposta da Ouvidoria, e considera que uma vez implementada será mais uma ferramenta para auxiliar o conhecimento das pessoas que estão acompanhando a empresa. A presidenta **Ana Luiza Fleck Saibro** agradece a contribuição mas diz que esta função não está no Regimento Interno do Conselho Curador. O **Sr. Conselheiro Daniel Reis** discorre que sempre tem se congratulado com o papel da Ouvidoria, considera que o trabalho administrativo ouvidoria obteve outra qualidade com a **Sra. Regina Lima** a frente, mas questiona se seria oportuno a criação desses Comitês já que demandaria estruturas e despesas. Que sempre imaginou a criação dos comitês em uma estrutura informal, sem maiores complicações, pensa que se for dar uma organicidade, gerará muito custo. E que o trabalho crescente de críticas que existem e com essa estrutura orgânica criará uma máquina burocrática sem sentido. A **Sra. Regina Lima** pondera que se trata apenas de uma proposta e que está aberta aos Conselheiros, inclusive, para saber se querem ou não os comitês. A **Sra. Rosane Bertotti** considera importante a proposta da Ouvidoria e o trabalho de ouvidoria sobre a programação com participação da sociedade. Discorre sobre os critérios e a estrutura que teriam esse Comitê e questiona como garantir a diversidade do usuário. Sugere antes de realizar a Resolução, ampliar o debate e fruto deste debate criando a Resolução. A Conselheira **Ana Veloso** discorre

que o Comitê de usuários foi bem discutido no encontro das Ouvidorias, pensando que é um debate muito importante e que há demanda de pessoas que querem debater, que querem dialogar, principalmente de entidades da sociedade civil. Também propõe o debate da proposta e talvez pensar num grupo para produzir como irá viabilizar estes Comitês. A presidenta **Ana Luiza Fleck Saibro** sugere com apoio do Secretário Executivo, que se possa pensar num Roteiro de Debates para discutir sobre o tema. A Sra. conselheira **Rita Freire** considera que a proposta de Comitês deve ser extremamente desburocratizada, com muita autonomia, mas que sejam estimuladas com propostas concretas do Conselho Curador e da Ouvidoria. O Sr. **Nelson Breve** realiza a leitura das normas e considera que houve um erro de redação, sem o prejuízo do Conselho aprovar a criação dos Comitês, mas considera que cabe à Ouvidoria criar o Comitê de Usuários. E que seria uma ferramenta pela internet, para inclusive, subsidiar o setor de pesquisas, sem vínculos com a empresa. Considera que os Comitês da forma como estão propostos poderiam retirar atribuições do próprio Conselho, além de burocratizar ainda mais o processo. Mas que cabe ao Conselho, se inclusive, quiserem alterar o seu próprio Regimento Interno para a criação dos Comitês de Usuários. A presidenta **Ana Luiza Fleck Saibro** concorda com as ponderações e diz que irão marcar uma reunião para debater este tema, solicitando que se acrescente na pauta das reuniões do próximo ano, ponderando que não é uma crítica ao trabalho da Ouvidora. A Sra. conselheira **Ima Vieira** sugere realizar um Roteiro de Debates para discutir os instrumentos que já existem como interfaces da EBC com a sociedade como as Câmaras Temáticas do Conselho, as audiências públicas e analisar a criação dos Comitês de Usuários para criar uma organicidade melhor. O conselheiro **Murilo Ramos** esclarece que ao invés de realizar um debate sobre a proposta, seria melhor discutir os instrumentos que o Conselho já dispõe para realizar o seu trabalho, a começa por uma revisão da Câmaras Temáticas. A presidenta **Ana Luiza Fleck Saibro** agradece a Ouvidora pelo trabalho, discorrendo que irá fazer falta como Ouvidora-Geral. A Sra. **Regina Lima** agradece o relacionamento e o convívio também com os diretores da empresa, considerando que a Ouvidoria é um braço importante e que deve-se intensificar o trabalho que vem sendo feito junto aos usuários. 5. A presidenta **Ana Luiza Fleck Saibro** passa para a aprovação da Ata da Reunião Extraordinária de Novembro de 2013 e questiona se alguém tem alguma observação, não havendo considera aprovada a Ata. Segue para o próximo ponto do lançamento da edição da revista do Conselho e passa para a Sra. **Priscila Crispi** editora da revista. 6. A Sra. **Priscila Crispi** apresenta a revista, destacando que a pauta foi discutida em reunião pelas manifestações e decidiram em discutir a participação da sociedade dentro da EBC e com isso verificaram que existem várias formas de acessar a empresa e dividiram a matéria principal em duas partes, a participação da sociedade dentro da gestão e participação na criação de conteúdo. Destaca a matéria principal Gestão Participativa, com entrevistas, inclusive de usuários, agradecendo a autonomia desprendida pela Presidente e o apoio da Empresa e dos Conselheiros quando da discussão e elaboração dos conteúdos. Finaliza sua apresentação lembrando que é uma revista eletrônica, mas que há demanda pela versão impressa. A presidenta **Ana Luiza Fleck Saibro** parabeniza a equipe da revista especialmente a editora Sra. **Priscila Crispi**, considerando uma equipe muito competente. O Sr. **Nelson Breve** também parabeniza a equipe e discorre que é uma inspiração para toda empresa em criar novos produtos, considerando a revista de excelente qualidade. Os Conselheiros debatem sobre a impressão da revista com a Sra. **Sueli Navarro** opinando negativamente e a Conselheira **Mônica Franco** defendendo a impressão, considerando que vale apenas pensar em algumas edições para compartilhar e o efeito

da versão impressa é diferente de ainda ter que buscar na internet. A presidenta **Ana Luiza Fleck Saibro** aproveitando a discussão, delibera que a partir desta reunião, a ATA e todos os documentos necessários para as reuniões do Conselho Curador não serão mais enviados de forma impressa para os Conselheiros, avaliando como um gasto desnecessário as emissões pelos Correios, e deixando em aberto o envio apenas aos Conselheiros que solicitarem à Secretaria. Passa para o próximo ponto de pauta da eleição da Vice-Presidente. 7. A Sra. **Heloísa Starling**, Vice-Presidente do Conselho Curador discorre que tem uma dívida grande com o Conselho pelo aprendizado que trouxe pela sua diversidade e ambiente que propicia. E considera que não foi uma boa Vice-Presidente em função da Comissão da Verdade e gostaria de contribuir com o Conselho Curador como Vice-Presidente, mas existe a iminência que a comissão de prolongue e seria antiético sair da Comissão da Verdade e pondera também que não seria correto continuar com as duas funções, lamenta e reluta, mas considera que não pode prosseguir como Vice-Presidente, se desculpando ao Conselho, por não ser a Vice-Presidente que poderia ser. A presidenta **Ana Luiza Fleck Saibro** informa que conversou anteriormente com a Sra. **Heloísa Starling** e sabendo de sua decisão convidou a conselheira **Rita Freire** para se candidatar a Vice-Presidência do Conselho Curador. A Conselheira **Ana Veloso** propõe que se eleja a Sra. conselheira **Rita Freire** como Vice-Presidente por aclamação. A Conselheira **Rosane Bertotti**, considera muito importante o compromisso da atual Vice-Presidente em reconhecer que não conseguiria conciliar seus dois compromissos, assim demonstrando a preocupação com o Conselho. A Sra. Conselheira **Heloísa Starling** solicita que seja feito como na Universidade e troca de lugar com a Conselheira eleita Vice-Presidente, **Rita Freire**. O Sr. Conselheiro **Mário Augusto** sugere que a Sra. **Heloísa Starling** marque uma agenda do Conselho com a Comissão da Verdade. A Sra. **Heloísa Starling** discorre que irá tentar. O Sr. **José Antônio Martins** discorre que é sua última reunião, se colocando à disposição, mesmo não sendo especialista no assunto e agradece pela amizade. Discorre que aprendeu muito com o Conselho e que os Conselheiros tem um amigo que podem usar no que puder ser útil a todos. O Sr. Conselheiro **Paulo Ramos Derengoski** parabeniza a eleição para Vice-Presidente e destaca o relevante papel que teve o Conselheiro **José Antônio Martins** e que Conselho aprendeu muito com suas visões empresariais. A presidenta **Ana Luiza Fleck Saibro** também agradece e discorre que o Conselheiro a terá como amiga. A Vice-Presidente, conselheira **Rita Freire** reforça a proposta de diálogo com a Comissão da Verdade, por ter também uma investigação na área da comunicação em que a Comissão não entrou fortemente. Agradece a confiança do Conselho para a função, que tem importância política e prática. Disse que tem convicção de que o Conselho Curador da EBC é um exercício para a construção de um Conselho de Comunicação no Brasil, que ainda não existe, mas que pretende-se parte da luta para democratizar a comunicação. Também que é importante aproximar o Conselho da sociedade civil no Brasil e a mídia pública, dos movimentos sociais da sociedade civil internacional. Se coloca à disposição da Presidenta e diz que já está acompanhando e se informando sobre alguns trabalhos. 8. A presidenta **Ana Luiza Fleck Saibro** passa para o ponto de pauta da Consulta Pública para escolha de novos Conselheiros do Conselho Curador em substituição dos cinco membros em que o mandato está vencendo. E destaca que tem na pasta dos Conselheiros a minuta da eleição anterior e que há pontos que necessita de debate, realiza a leitura do item e abre para considerações dos Conselheiros. A Conselheira **Ima Vieira** questiona com relação ao item 3.6 que discorre do resultado de julgamento e a Conselheira sugere que seria avaliação em substituição a julgamento e o item 3.9 no parágrafo segundo/ deveria

colocar a questão da regionalidade. A presidenta **Ana Luiza Fleck Saibro**, acata a primeira observação e pondera que está na lei e que seria redundante colocar. O Sr. **Paulo Ramos** fortalece a questão da regionalização na minuta para ser enfatizado. A Conselheira **Ana Veloso** também fortalece a questão da regionalidade discorrendo que dois Conselheiros da região Nordeste estão saindo do Conselho. A Conselheira **Rosane Bertotti** questiona os 20% para garantir de fato a contemplação de raça, se o percentual é do Conselho como um todo, significando que todos tem que ser garantidor desse processo então não só a sociedade civil, que o governo também teria que contemplar a cota. O Conselheiros **Daniel Reis** explica que o governo tem quatro representantes do governo e a sociedade civil não pode interferir na indicação do governo, o máximo que pode fazer é recomendar. A Sra. **Mônica Franco** acrescenta que a cadeira é do Ministro e quem indica é o Ministério e não é possível interferir na indicação. A Conselheira **Rosane Bertotti** discorre que a cota não é do governo e sim da sociedade civil. A Presidente sugere uma redação que contempla a questão levantada pela Conselheira **Rosane Bertotti**. O Conselheiro **Murilo Ramos** pondera sobre o parágrafo segundo, que é sobre as cotas para a sociedade civil, que a palavra "garantir" no texto daria obrigatoriedade, o que é arriscado para cair num vácuo que não venha da sociedade civil e não se consiga a representação. O Sr. Conselheiro **Daniel Reis** pondera que estão chegando no consenso quanto a vontade do Conselho, o que falta é resolver a redação, sugerindo: "*Garantir tanto quanto possível,*" atende as falas anteriores e pensa que deveria incluir nas indicações o compromisso que a pessoa indicada irá cumprir o mandato. Sustenta que deve reiterar aos Ministros do governo a necessidade de aparecer, ou indicar representantes estáveis no Conselho. Curador, considerando a constante ausência como um descaso com o Conselho. Defende a elevação do percentual destinado a pessoa negra e parda, se existe 15 membros, deve ter no mínimo seis integrantes, considerando que a população brasileira tem mais de 50% de pessoas que se consideram negras e pardas. O Conselheiro **João Jorge Rodrigues** esclarece que o item se relaciona com a sociedade civil, que os três poderes definem seus critérios para indicação. Pondera que dos 39 Ministérios apenas uma ministra é negra e que em países Europeus existem mais ministros negros que o Brasil. Que se coloque no texto que se garanta no mínimo dois representantes negros ou pardos. Discorre que poderiam recomendar para os três poderes da União que se tenha ao menos um representante. Sobre a regionalidade, discorre que o critério deve estar dentro da questão de gênero, não importando que seja de um determinado Estado, mas que esteja representando sua etnia. A Sra. **Mônica Franco** concorda que o Conselho contemple todos os setores. Discorre que hoje está representando o Ministério da Educação porque é Diretora da TV vinculada ao Ministério. Discorre que a dificuldade em manter o mesmo membro se dá pela rotatividade dos cargos comissionados. E que a dificuldade de se ter uma representatividade por cor e se levar a discussão para a esfera do governo precisa ter claro a organização e teria que contemplar quilombolas entre outras etnias dentro da Secretaria que trabalha diretamente com essa demanda. A presidenta **Ana Luiza Fleck Saibro** considera que deve-se definir a questão da sociedade civil e apenas recomendar ao governo que se observe este tema. O Conselheiro **João Jorge** salienta a sugestão do Conselheiro **Daniel Reis** de aumentar para 40% dentro das indicações, sendo mais dois representantes, a cada renovação. O Conselheiro **Cláudio Lembo** solicita que se retire o pardo, pois todos os brasileiros são pardos. O Conselheiro **Murilo Ramos** concorda com os critérios inteiramente, inclusive, com os 40%, mas se preocupa os critérios para a garantia dessa premissa no edital, porque a consulta é feita e não se tem o retorno. Sugere a redação: "*Cumprido os requisitos supracitados*

será levado em conta a necessidade de se ter na composição final da sociedade civil no colegiado:" Que o termo necessidade dá uma flexibilidade no caso de não vir indicação o Conselho completa, mas os princípios estão mantidos. A presidenta **Ana Luiza Fleck Saibro** realiza leitura da redação do caput e coloca para aprovação para 40% de negros e pardos na composição da sociedade civil no Conselho. Que levando em conta as contribuições elaborará a redação e colocará em votação no Conselho. Consulta aos membros presentes se alteraria a Comissão Processante, que na eleição anterior foi composta pela Presidente, Vice-Presidente e Secretário Executivo, ponderando que a Presidente não é da sociedade civil. A Sra. Conselheira **Rosane Bertotti** discorre que estão elegendo a Comissão para essa eleição, mas nesse caso, da forma como está sendo conduzido, não há problema em se manter a Comissão, mas para as futuras deve se pensar na participação da sociedade civil. A presidenta **Ana Luiza Fleck Saibro** sugere que se faça nesse momento, porque reabrir o debate posteriormente seria mais complicado. O Sr. Conselheiro **Murilo Ramos** rememora que a Comissão foi formada quando o Conselho tinha outra estrutura, que por uma questão operacional ficou dessa forma. A Sra. Conselheira **Rita Freire** considera muito frágil a participação da sociedade civil no processo e que os critérios devem estar abertos de alguma forma, para dar visibilidade maior dos critérios que forma decididos no Conselho. A presidenta **Ana Luiza Fleck Saibro** esclarece que não dá para abrir mais, já que irão aprovar o edital na reunião de hoje. O Conselheiro **Daniel Reis** questiona até que dia valerá a consulta pública. O Secretário Executivo Sr. **Guilherme Strozi** esclarece que são 45 dias após a data da publicação no Diário Oficial da União, mas que fique claro que de acordo com os últimos processos de consulta pública, a designação da Presidência da República a partir dos nomes que foram elencados ao final da Consulta Pública não tem data definida. A presidenta **Ana Luiza Fleck Saibro** informa que quando finalizada a redação, o Conselho será comunicado da publicação, que será uma tarefa da Secretaria Executiva. Informa também que o Conselheiro **José Antônio Martins** está considerando a última reunião, mas não é verdade, que os Conselheiros continuam até a substituição, mesmo aqueles com o mandato espirado. O Sr. Conselheiro **Paulo Ramos Derengoski** solicita a palavra para alertar os Conselheiros ao que disse o Secretário Executivo, que a Presidência da República não tem prazo para decidir sobre as indicações para os novos Conselheiros e que o Conselho deveria se atentar para isso. A presidenta **Ana Luiza Fleck Saibro** concorda e pondera que essa articulação faz parte das atribuições da Presidente do Conselho. E passa a palavra para o Diretor de Produção que apresentará uma nova produção da EBC. O Sr. Diretor **Rogério Brandão** apresenta o projeto do programa "Igarapé Mágico", uma série pré-escolar que tem seu modelo pouco produzido no mundo. Que a TV Brasil produziu internamente, e que foi realizado com alguns expertises de mercado e com uma produtora brasileira, atendendo a lei da produção independente do áudio visual. Explana que é um projeto para o universo da criança de quatro a seis anos, mostrando a Amazônia valorizando seus animais e contemplando o ensinamento para o público pré-escolar que não existe conteúdo de qualidade na TV aberta do Brasil. O Sr. **Nelson Breve** informa que são 25 episódios e que a continuidade da série já foi aprovada. Informa também que o Relator do Orçamento Geral da União irá acolher uma emenda que deve aumentar em 25% o orçamento da EBC para o ano que vem. E a presidenta **Ana Luiza Fleck Saibro** delibera um intervalo para *coffe breake*. Retornando informa que os Conselheiros só serão substituídos quando a Presidente da República nomear os novos Conselheiros. 9. Passa para a Sra. **Silvia Sardinha** que apresentará o relatório Gerencial do 3º trimestre e preparação para o Plano de Trabalho 2014. A Sra. **Silvia**

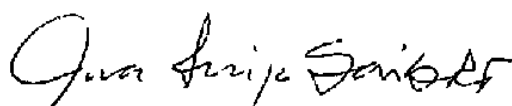
Sardinha discorre que para apresentar o relatório gerencial é necessário apresentar rapidamente a carta de navegação, destacando o mapa estratégico. Que na perspectiva de processos internos desenvolveram projetos no início do ano e o Mapeamento de Processos da EBC, Gestão de Contratos. Apresenta os projetos concluídos, em andamento, os que foram remetidos para 2014 e os cancelados. A contratação de 871 empregados concursados entre 2012 e 2013. A distribuição de conteúdo de rádio e TV a 3.850 municípios, 64% dos municípios do Brasil, onde vive 85% da população, pela própria rede e parcerias. Finalização da obra da sede da quadra 701 Norte de Brasília, o que permitirá a mudança da cabeça de transmissão para Brasília, o que melhorará o sinal para todo Brasil. Reforma e mudança do estúdio de jornalismo em Brasília. Redesenho da estrutura da empresa. O tombamento pelo IPHAN do edifício "A Noite" que receberá uma grande reforma e voltará a abrigar a Rádio Nacional do Rio de Janeiro. Explana sobre o painel de monitoramento, que foi distribuído para os Conselheiros acompanharem e solicita a opinião do Conselho, com relação a incluir no Plano de Trabalho 2014 os projetos que não foram realizados em 2013, mas que há possibilidade de recuperação e podem ser realizados em 2014 se o Conselho assim entender. Que em plano geral 22% das ações foram concluídas no prazo, 34% das ações ainda estão no prazo para serem concluídas, 8% em desenvolvimento com status de atrasada, mas serão concluídas, com a possibilidade de realizar, já com ensaios e tentativas de alinhar aos objetivos estratégicos ainda em 2013. Que 11% das ações estão com o prazo comprometido, serão entregues, mas atrasadas. 22% das ações serão transferidas para 2014 e aquelas que dependem de decisão do Conselho Curador, gostaria de receber o retorno para de novo planejá-las e 2% das ações com status de cancelada. Pondera que o Plano de Trabalho de 2014, em função de uma série de questões, inclusive, a greve que tirou toda a equipe por duas semanas, houve dificuldade de trazer para o Conselho uma primeira versão do planejamento. Que no próximo ano a estrutura do Plano de Trabalho será completamente diferente dos anos anteriores, porque tem a necessidade de desenvolver projetos com nome, objetivos, indicadores, metas, premissas, alinhamento, custos, calendário e prazo, que não irão mais trabalhar com ações soltas que dão muito trabalho para fazer conexão com os objetivos, que o plano de trabalho deve estar de acordo com a carta de navegação. Que trazer o acompanhamento para um modelo digital ajudará muito os trabalhos, que acompanharão também as superintendências regionais, com as posições de operação. Apresenta o cronograma de elaboração do Plano de Trabalho, avaliação dos gestores e diz que até o dia 14 de janeiro será feito o envio para o Conselho Curador com tempo para os ajustes que o Conselho considerar necessário e na primeira reunião do próximo ano a aprovação. A **Presidenta** sugere a data da reunião de janeiro para o dia 29. O Sr. **Conselheiro Paulo Ramos Derengoski** parabeniza a apresentação, principalmente da parte realizada no primeiro trimestre, ressaltando a importância das partes que não foram cumpridas que se apresente para o Conselho para o debate. Registra a homenagem mundial ao líder da reconciliação Nelson Mandela. O **Conselheiro João Jorge** sugere que, em virtude das férias e encarecimento das passagens, sugere para o dia 05 de fevereiro. A **presidenta Ana Luiza Fleck Saibro** rememora que o próximo ano terá várias interrupções, como por exemplo, Copa do Mundo e Eleições e o Conselho deve começar logo os trabalhos de 2014. O Sr. **Conselheiro Daniel Reis** pondera que o Plano de Trabalho deveria ser apresentado em novembro para apreciá-lo em fins de novembro e aprová-lo em dezembro, sendo distribuído com duas semanas de antecedência para o Conselho amadurecer e estudar os Planos de Trabalho. Discorre que as ações estão em mais de 50% não sendo cumprida e que deveria ter um olhar mais crítico com relação a isso. O Sr. **Nelson**

Breve realiza defesa contrária, considerando todas as dificuldades que a empresa enfrentou durante o ano, considerando o resultado excepcional do ponto de vista da gestão, salientando a troca de quase mil funcionários da ACERP por terceirizados, a greve e parabeniza toda a Diretoria, porque apenas 2% de ações foram canceladas e os outros foram ajustes de cronograma, que tem grandes chances de ter 2/3 das ações concluídas. O Conselheiro **Daniel Reis** discorre que as ponderações do Diretor-Presidente deveriam constar na apresentação, já que são justificáveis. E que o Plano de Trabalho deveria ser apresentado anteriormente e que a greve não pode ser usada de desculpa para o não cumprimento do Plano de Trabalho, já que a greve foi no final do ano e o plano já deveria estar no seu final e da forma como está se torna em mera formalidade e não debate-se o Plano de Trabalho da forma como deveria ser feita. Sugere que se faça um balanço crítico. A Conselheira **Ana Veloso** concorda com relação ao prazo e pensa que o Conselho deve realizar uma resolução com uma data para que a empresa possa apresentar o plano. E que a reunião seja confirmada apenas se tiver certeza da entrega do Plano de Trabalho 15 dias antes, para os Conselheiros terem tempo para avaliar. O Conselheiro **José Antônio Martins** discorre que o Brasil passou por uma imensa crise neste ano, que muitas poucas empresas irão conseguir cumprir com seu plano de trabalho, sugere que se apresente mês a mês um relatório, assim diminuindo o impacto e até ajudar. Considera que os resultados, devido as dificuldades que a empresa passou por esse ano, conseguiu um bom resultado. Sugere que os resultados do plano de trabalho seja apresentado um gráfico mensal que demonstre o andamento dos trabalhos. O Conselheiro **João Jorge** fortalece a importância das palavras do Conselheiro **José Antônio Martins**, acrescentando que a maioria dos setores enfrentaram problemas durante o ano e que empresa que conseguiu cumprir 15% do seu planejamento é considerada um caso de sucesso, que cancelaram eventos nos Estados Unidos e eventos na Europa por conta da dificuldade do mercado. Parabeniza a empresa por conseguir cumprir essa porcentagem das metas e fortalece a proposta da Presidenta em definir a data da entrega do Plano. A presidenta **Ana Luiza Fleck Saibro** discorre que dependendo da quantidade de Conselheiros não se pode votar nada, então sugere que se vote a proposta da data da entrega do Plano de Trabalho. A Conselheira **Eliane Gonçalves** sugere 15 de novembro, diferente da proposta de 01 dezembro da Conselheira **Ana Veloso**, acrescentando que paulatinamente possa antecipar o Plano de Trabalho, que a cada ano vá avançando o processo de aprovação do Plano de Trabalho, de modo que no mês de julho já possa ter a discussão do Plano de Trabalho do ano seguinte. O Sr. **Nelson Breve** esclarece que a decisão era de vincular com o calendário orçamentário, debater as diretrizes para se ter no mínimo três semestres para ter uma avaliação. Questão olhando para um orçamento factível ainda, que será votado ainda no Congresso Nacional. A Conselheira **Eliane Gonçalves** discorre que o Conselho deve ficar atento sobre como irão cumprir a missão de TV pública, com questões como tipo de cobertura da Copa do Mundo, e se o Plano de Trabalho terá alguma capacitação para as pessoas que cobrirão o evento, e sobre que tipo de cobertura das eleições será realizado na EBC, além de como fazer as coberturas dos protestos que no cenário, provavelmente continuarão a ocorrer no ano que vem. Discorre da felicidade da notícia de aumento dos recursos no Orçamento, mas lembra que ainda resta a liberação do fundo da FISTEL de 321 milhões. A presidenta **Ana Luiza Fleck Saibro** coloca em votação para estabelecimento da data de entrega do Plano de Trabalho. O Sr. **Nelson Breve** propõe 15 dias antes da última reunião do ano do Conselho. Esta proposta é aprovada pelo Conselho. A presidenta **Ana Luiza Fleck Saibro** com concordância do Conselho delibera a primeira reunião de 2014 para cinco

de fevereiro. A Sra. **Rita Freire** discorre que não conseguiu identificar ações novas que mude o foco dos projetos da empresa como disse o Conselheiro **João Jorge**. Considera que a substituição dos funcionários da ACERP pelos concursados não deveria ser uma surpresa, já que era uma substituição esperada. A Sra. **Mônica Franco** discorre que para avaliar um desempenho é necessário que se use dados do ano anterior para realizar um comparativo e que a execução orçamentária esteja prevista no plano. Considera que a Empresa terá dificuldade de executar o Plano com os cortes de orçamento. A presidenta **Ana Luiza Fleck Saibro** também contrapõe a opinião do Conselheiro **João Jorge** de que o Conselho Curador pesou para a gestão da empresa, a não ser a criação da Faixa da Diversidade Religiosa que irá representar uma economia imensa aos cofres da EBC quando o projeto estiver completo. Que o papel do Conselho é de sugerir rumos e prioridades. O Conselheiro **João Jorge** discorre que não falou de culpa, apenas que o Conselho não levou em conta a realidade da empresa. A Sra. **Silvia Sardinha** solicita que o Conselho avaliasse a possibilidade de ter sempre um pouco mais de tempo para poder apresentar os Relatórios Gerenciais que são muito importante, e que tenha mais oportunidade de se debater o planejamento da EBC com o Conselho. Que também tenha uma data factível para que os Conselho repasse as diretrizes e com isso trazer o planejamento para o Conselho, sobre o ponto de vista das diretrizes que o órgão espera da empresa. A presidenta **Ana Luiza Fleck Saibro** discorre que os Conselheiros que tiverem sugestões sobre as diretrizes, deverão enviar até a próxima segunda-feira. 10. E passa para o ponto da pauta sobre os Informes do Conselho Curador. Informa que foi aprovada a realização de pesquisa acadêmica encomendada pelo Conselho Curador para avaliar a programação educativa da TV Brasil com a pesquisadora Márcia Stein, que por vários problemas teve sua aprovação atrasada mas que foi aprovada em início de dezembro e que a Vice-Presidenta **Rita Freire** ficará responsável no acompanhamento das pesquisas. O segundo informe que a Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e Direito à Comunicação com Participação Popular (Frentcom), coordenada pela Deputada Erundina, convidou o Conselho Curador para formular o primeiro Fórum Nacional de Comunicação Pública a ser realizado em Brasília e o que o Conselho se prontificou a ocupar a Comissão Organizadora do Fórum. Sobre a criação do Comitê Editorial no jornalismo da EBC a presidente perguntou que gostaria de saber como está o andamento. A Sra. Diretora de Jornalismo **Nercide Beirão** discorre que os planos estão em processo de execução e estão fechando os nomes para apresentar ao Conselho. Passa o item sobre a atualização da produção dos programas da Faixa da Diversidade Religiosa passando a palavra para o Sr. **Nelson Breve**. O Sr. **Nelson Breve** explana que existem ações do Ministério Público para retirada dos atuais programas religiosos do ar. Discorre que na Audiência Pública que ocorreu semana passada no Rio de Janeiro a impressão que se teve é que eles não conheciam a nova Resolução do Conselho. Que o debate ocorreu em virtude também do questionamento da obrigatoriedade para que todos radiodifusores do país também cumprissem com as mesmas exigências que o MP faz com a EBC. A presidenta **Ana Luiza Fleck Saibro** discorre que irá convocar o Comitê da Diversidade Religiosa no começo do ano para retomar os trabalhos e decisão dos prazos. O Sr. Diretor Presidente **Nelson Breve** continua com seus informes e diz que a EBC está assumindo a Presidência Pró Tempore da Aliança das Agências de Notícias de Língua Portuguesa, que se comprometeram a apresentar uma proposta de um portal que reúna todas essas agências com conteúdos de língua portuguesa num único ambiente da internet. Relata também sobre o ECADE, que não tiveram acordo na audiência de conciliação, mas conseguiram manter a liminar

suspensa. Também foi decidido a conversão em renda do saldo da empresa TIM, considerando que seria importante que o dinheiro entre apenas no próximo ano, já que se fosse transferido neste ano irá para o superávit primário. Informou também que no Fórum Mundial de Direitos Humanos, a EBC terá forte presença no evento. O Conselheiro **Mário Augusto** reforça com relação ao Nelson Mandela que além de constar em Ata, que o Conselho Curador envie para a embaixada da África do Sul e para a família do Nelson Mandela uma carta em que o reconhece como figura importante para a humanidade. **ENCERRAMENTO:** A Presidente do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação, Sra. **Ana Luiza Fleck Saibro** deseja a todos um feliz Natal e encerra a 48ª Reunião Ordinária do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação do dia onze de dezembro de dois mil e treze. Para constar, eu, **Guilherme Strozi**, secretariei a reunião, lavrei a presente Ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos presentes na reunião.






ANA LUIZA FLECK SAIBRO
Presidente

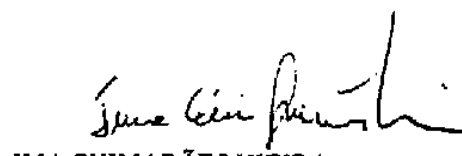


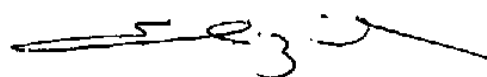
HELOÍSA STARLING
Vice-Presidente

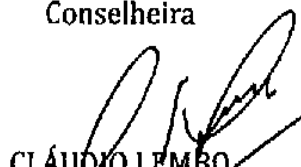
AUGUSTO PESTANA
Representante da Ministra de Estado de
Comunicação Social

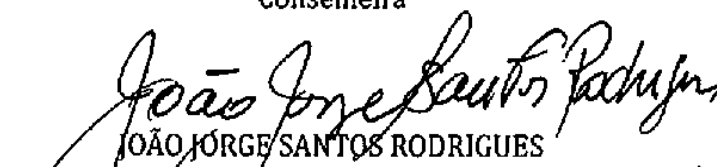

MÁRIO AUGUSTO JAKOBSKIND
Conselheiro



ANA MARIA DA CONCEIÇÃO VELOSO
Conselheira


IMA GUIMARÃES VIEIRA
Conselheira


ELIANE PEREIRA GONÇALVES
Conselheira


CLÁUDIO LEMBO
Conselheiro

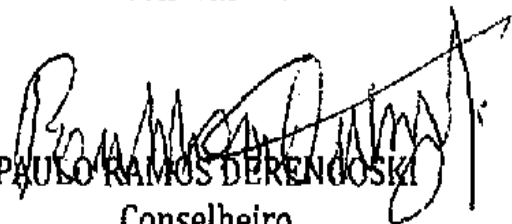

JOÃO JORGE SANTOS RODRIGUES
Conselheiro


MÔNICA GARDELLI FRANCO
Representante do Ministério da
Educação


MÁRIO BORGNETH
Representante do Ministério da Cultura



MURILO CÉSAR RAMOS
Conselheiro


PAULO RAMOS DERENCOSKI
Conselheiro


ROSANE MARIA BERTOTTI
Conselheira



WAGNER TISO
Conselheiro
JOSÉ ANTÔNIO MARTINS
Conselheiro


MARIA DA PENHA FERNANDES
Conselheira


DANIEL AARÃO REIS
Conselheiro



RITA DE CÁSSIA FREIRE ROSA
Conselheira


SUELI NAVARRO GARCIA
Conselheira

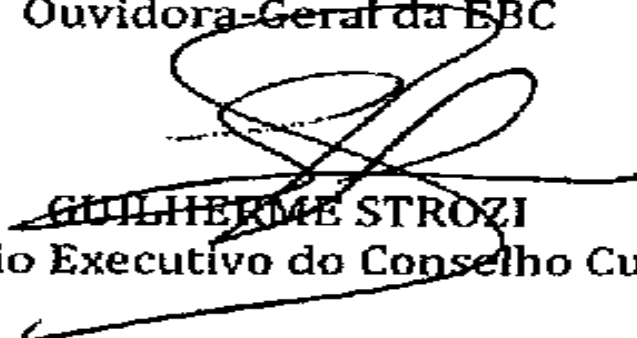


NELSON BREVE
Diretor-Presidente da EBC



EDUARDO CASTRO
Diretor-Geral da EBC

REGINA LÚCIA ALVES LIMA
Ouvidora-Geral da EBC



GUILHERME STROZI
Secretário Executivo do Conselho Curador

Conselho de Comunicação Social – CCS

Assunto: RADIALISTA É AGREDIDO POR ADVOGADO.

É inaceitável que em pleno século XXI ainda sermos surpreendidos com os fantasmas do passado com as práticas nazistas do coronelismo Baiano, marca maldita de épocas na imprensa baiana que perpetua até hoje. A de sonhar que estávamos livres das sombras temerosas do passado. Nada mudou com o surgimento de tantas evoluções tecnológicas e das mais variadas ferramentas instantâneas, acreditávamos na intimidação a qualquer iniciativa perversa contra os Radialistas, sejam eles profissionais ou comunicadores comunitários de veículos alternativos. Lamentavelmente; nós Radialistas que representamos uma das mais significativas profissões da comunicação brasileira, espalhados pelos quatro cantos da nação, responsáveis por diversos setores dentro das mais ou menos importantes emissoras de Rádios, TVs, Jornais, produtoras, Acessórias de Comunicação, poder público, empresas privadas e até mesmo parlamentares, continuamos sofrendo com as desgraças do passado. A situação vem se proliferando cada vez mais no estado da Bahia, só alternam os personagens das barbáries praticadas contra a imprensa baiana, isto independente do veículo, sejam de emissoras de rádios, TVs, jornais, ou mídias alternativas. No velho cenário das injustiças o justiceiro da vez foi o "advogado José Caetano" da cidade de Saúde/Ba, ofendido com a publicação de uma nota na rádio PAIAIÁ FM pelo Radialista Ribeiro Souza. O advogado xerife, acompanhado de capangas invadiu a residência do Radialista agredindo-o com socos das mais variadas formas, além de ameaçar todos os seus familiares da forma mais covarde; que exemplo de defensor da ordem!! Na contra mão da profissão, mais no exercício do desrespeito aos princípios por ter

juramento garantia e preservação da ordem em defesa da cidadania; rasgou todos os

2

conceitos constitucionais dos direitos humanos e judiciais do país, impondo sua própria Lei e o

grau da acusação, sem oferecer direito a defesa, além de determinar o jurgamento o castigo

e a condenação por conta própria.

Como se não bastasse as impunidades,ate mesmo nas catástrofes sofremos com

as indecências da própria mídia em persistir no menosprezo a "PROFISSÃO DOS

RADIALISTAS" sempre titulando os profissionais como Jornalistas nas matérias."Vaidade de

vaidade, tudo é vaidade!"(Eclesiastes, Salomão)

Chega de crimes,chega de agressões,chega de ameaças e de impunidades a Radialistas ou a

qualquer profissão!,diga não as opressões !,diga não aos chicotes !,diga não a coronéis da

impunidade, o Brasil não precisa de justiceiros na comunicação!!.

Everaldo

Saúde:Radialista é agredido por advogado com soco no olho

Advogado teria ameaçado o radialista.

Por volta das 22:h Horas deste domingo (22), o Radialista Ribeiro Sousa da rádio

Paiaia FM e Diretor do site RF NOTÍCIAS, foi agredido com socos no Olho, no interior

de sua residência pelo Advogado Dr. Joel Caetano da Silva Neto acompanhado de

mais dois Homens, um identificado como Zé Altiava, que após a agressão lhe fizeram ameaças de morte.

O fato ocorreu em consequência do radialista der denunciado no Jornal a Hora da

Verdade, que o mesmo apresenta na Rádio Paiaia FM, que o referido advogado vinha

cobrando 3.500 Reais para aposentar idosos, sendo que, os beneficiados teriam que

tomar um empréstimo consignado do valor acordado para quitar a dívida, apesar de

ter feito a denúncia no Jornal, o radialista não teria citado nome do advogado por estar

investigando a denúncia. Ocorre que um dos clientes do advogado é a senhora Eunice Alves dos Santos que é sogra do jornalista Ribeiro Sousa. A postura do advogado em cobrar valores altíssimos para encaminhar aposentadoria e forçar os idosos a tomar empréstimos, vem ocorrendo a mais de 03 Anos na Cidade de Saúde e Região, de acordo com a investigação feita pelo radialista que ouviu de alguns aposentados. A imposição arbitrária do advogado, faz com que o aposentado fique endividado pagando o dobro do valor cobrado pelo serviço. De acordo a Lei que rege honorários advocatícios, o advogado teria de cobrar somente 20% do valor do benefício, em primeira instância, podendo chegar a 30% em instâncias superiores.

Agressão pelo advogado Dr. Joel Caetano da Silva Filho Neto contra o radialista Ribeiro Sousa é mais uma tentativa brutal de tentar calar a voz da imprensa que age em defesa do cidadão.

A Polícia Militar foi acionada que prestou socorro ao radialista Ribeiro Sousa que foi atendido no Hospital Municipal de Saúde onde foi medicado. Nesta Segunda Feira será registrado boletim de ocorrência na delegacia local e na 16ª Coorpin em Jacobina, onde será instalado inquerido policial. O fato também será denunciado em toda imprensa baiana, na secretária Estadual de Segurança Pública e comissão de Direitos Humanos do estado da Bahia. Além do radialista os agressores chegaram a agredir seu filho de 15 anos e fizeram ameaças contra toda sua família. **Fonte: RF**

NOTÍCIAS - Jornalismo em Defesa do Povo

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Agradeço a manifestação, a participação de todos. Desejo a todos um bom-dia, uma boa-tarde, bom retorno à Casa.

Declaro encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 25 minutos.)

Agenda do Presidente Renan Calheiros

07/04/2014
Segunda-feira

Aniversários: Ministro Guido Mantega, da Fazenda, deputado Izalci e Elba Cristina Mendes de Vasconcelos, vereadora de Maragogi

16h	Sessão solene comemorativa dos 25 anos de instalação Superior Tribunal de Justiça Sala de Sessões Plenárias do STJ SAFS Quadra 6, Lote 1, Trecho III

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PR - Antonio Carlos Rodrigues** (S)

Minas Gerais

Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**
Bloco-DEM - Wilder Moraes** (S)

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Cidinho Santos** (S)
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PCdoB - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Ivonete Dantas* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PT - Gleisi Hoffmann**
Bloco-PMDB - Roberto Requião**

Acre

Bloco-PT - Aníbal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSDB - Ruben Figueiró* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

Bloco-PTB - Gim* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-PMDB - Kátia Abreu*
PROS - Ataídes Oliveira** (S)
SDD - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Maioria - 27

PMDB-20 / PP-5 / PSD-1 / PV-1

Ana Amélia.	PP/RS
Benedito de Lira.	PP/AL
Casildo Maldaner.	PMDB/SC
Ciro Nogueira.	PP/PI
Clésio Andrade.	PMDB/MG
Eduardo Braga.	PMDB/AM
Eunício Oliveira.	PMDB/CE
Francisco Dornelles.	PP/RJ
Ivo Cassol.	PP/RO
Ivonete Dantas.	PMDB/RN
Jader Barbalho.	PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos.	PMDB/PE
João Alberto Souza.	PMDB/MA
José Sarney.	PMDB/AP
Kátia Abreu.	PMDB/TO
Lobão Filho.	PMDB/MA
Luiz Henrique.	PMDB/SC
Paulo Davim.	PV/RN
Pedro Simon.	PMDB/RS
Renan Calheiros.	PMDB/AL
Ricardo Ferraço.	PMDB/ES
Roberto Requião.	PMDB/PR
Romero Jucá.	PMDB/RR
Sérgio Petecão.	PSD/AC
Valdir Raupp.	PMDB/RO
Vital do Rêgo.	PMDB/PB
Waldemir Moka.	PMDB/MS

Bloco de Apoio ao Governo - 25

PT-13 / PDT-5 / PSB-4 / PCdoB-2

PSOL-1

Acir Gurgacz.	PDT/RO
Ana Rita.	PT/ES
Angela Portela.	PT/RR
Anibal Diniz.	PT/AC
Antonio Carlos Valadares.	PSB/SE
Cristovam Buarque.	PDT/DF
Delcídio do Amaral.	PT/MS
Eduardo Suplicy.	PT/SP
Gleisi Hoffmann.	PT/PR
Humberto Costa.	PT/PE
Inácio Arruda.	PCdoB/CE
João Capiberibe.	PSB/AP
João Durval.	PDT/BA
Jorge Viana.	PT/AC
José Pimentel.	PT/CE
Lídice da Mata.	PSB/BA
Lindbergh Farias.	PT/RJ
Paulo Paim.	PT/RS
Pedro Taques.	PDT/MT
Randolfe Rodrigues.	PSOL/AP
Rodrigo Rollemberg.	PSB/DF

Vanessa Grazziotin.	PCdoB/AM
Walter Pinheiro.	PT/BA
Wellington Dias.	PT/PI
Zeze Perrella.	PDT/MG

Bloco Parlamentar Minoria - 15

PSDB-11 / DEM-4

Aécio Neves.	PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB/SP
Alvaro Dias.	PSDB/PR
Cássio Cunha Lima.	PSDB/PB
Cícero Lucena.	PSDB/PB
Cyro Miranda.	PSDB/GO
Flexa Ribeiro.	PSDB/PA
Jayme Campos.	DEM/MT
José Agripino.	DEM/RN
Lúcia Vânia.	PSDB/GO
Maria do Carmo Alves.	DEM/SE
Mário Couto.	PSDB/PA
Paulo Bauer.	PSDB/SC
Ruben Figueiró.	PSDB/MS
Wilder Moraes.	DEM/GO

Bloco Parlamentar União e Força - 12

PTB-6 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Alfredo Nascimento.	PR/AM
Antonio Carlos Rodrigues.	PR/SP
Armando Monteiro.	PTB/PE
Cidinho Santos.	PR/MT
Eduardo Amorim.	PSC/SE
Epitácio Cafeteira.	PTB/MA
Fernando Collor.	PTB/AL
Gim.	PTB/DF
João Vicente Claudino.	PTB/PI
Magno Malta.	PR/ES
Marcelo Crivella.	PRB/RJ
Mozarildo Cavalcanti.	PTB/RR

SDD - 1

Vicentinho Alves.	TO
------------------------	----

PROS - 1

Ataídes Oliveira.	TO
------------------------	----

Bloco Parlamentar da Maioria.	27
Bloco de Apoio ao Governo.	25
Bloco Parlamentar Minoria.	15
Bloco Parlamentar União e Força.	12
PROS.	1
SDD.	1
TOTAL.	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)	Eunício Oliveira** (Bloco-PMDB-CE)	Magno Malta** (Bloco-PR-ES)
Aécio Neves** (Bloco-PSDB-MG)	Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)	Marcelo Crivella** (Bloco-PRB-RJ)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)	Flexa Ribeiro** (Bloco-PSDB-PA)	Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco-PSDB-SP)	Francisco Dornelles* (Bloco-PP-RJ)	Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Alvaro Dias* (Bloco-PSDB-PR)	Gim* (Bloco-PTB-DF)	Mozarildo Cavalcanti* (Bloco-PTB-RR)
Ana Amélia** (Bloco-PP-RS)	Gleisi Hoffmann** (Bloco-PT-PR)	Paulo Bauer** (Bloco-PSDB-SC)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)	Humberto Costa** (Bloco-PT-PE)	Paulo Davim** (Bloco-PV-RN)
Angela Portela** (Bloco-PT-RR)	Inácio Arruda* (Bloco-PCdoB-CE)	Paulo Paim** (Bloco-PT-RS)
Anibal Diniz* (Bloco-PT-AC)	Ivo Cassol** (Bloco-PP-RO)	Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Antonio Carlos Rodrigues** (Bloco-PR-SP)	Ivonete Dantas* (Bloco-PMDB-RN)	Pedro Taques** (Bloco-PDT-MT)
Antonio Carlos Valadares** (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho** (Bloco-PMDB-PA)	Randolfe Rodrigues** (Bloco-PSOL-AP)
Armando Monteiro** (Bloco-PTB-PE)	Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)	Renan Calheiros** (Bloco-PMDB-AL)
Ataídes Oliveira** (PROS-TO)	Jayme Campos* (Bloco-DEM-MT)	Ricardo Ferraço** (Bloco-PMDB-ES)
Benedito de Lira** (Bloco-PP-AL)	João Alberto Souza** (Bloco-PMDB-MA)	Roberto Requião** (Bloco-PMDB-PR)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)	João Capiberibe** (Bloco-PSB-AP)	Rodrigo Rollemberg** (Bloco-PSB-DF)
Cássio Cunha Lima** (Bloco-PSDB-PB)	João Durval* (Bloco-PDT-BA)	Romero Jucá** (Bloco-PMDB-RR)
Cícero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)	João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PI)	Ruben Figueiró* (Bloco-PSDB-MS)
Cidinho Santos** (Bloco-PR-MT)	Jorge Viana** (Bloco-PT-AC)	Sérgio Petecão** (Bloco-PSD-AC)
Ciro Nogueira** (Bloco-PP-PI)	José Agripino** (Bloco-DEM-RN)	Valdir Raupp** (Bloco-PMDB-RO)
Clésio Andrade* (Bloco-PMDB-MG)	José Pimentel** (Bloco-PT-CE)	Vanessa Grazziotin** (Bloco-PCdoB-AM)
Cristovam Buarque** (Bloco-PDT-DF)	José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)	Vicentinho Alves** (SDD-TO)
Cyro Miranda* (Bloco-PSDB-GO)	Kátia Abreu* (Bloco-PMDB-TO)	Vital do Rêgo** (Bloco-PMDB-PB)
Delcídio do Amaral** (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata** (Bloco-PSB-BA)	Waldemir Moka** (Bloco-PMDB-MS)
Eduardo Amorim** (Bloco-PSC-SE)	Lindbergh Farias** (Bloco-PT-RJ)	Walter Pinheiro** (Bloco-PT-BA)
Eduardo Braga** (Bloco-PMDB-AM)	Lobão Filho** (Bloco-PMDB-MA)	Wellington Dias** (Bloco-PT-PI)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)	Lúcia Vânia** (Bloco-PSDB-GO)	Wilder Moraes** (Bloco-DEM-GO)
Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)	Luiz Henrique** (Bloco-PMDB-SC)	Zeze Perrella** (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1ª VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

2ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)

4º SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Magno Malta - (PR-ES)

2º - Jayme Campos - (DEM-MT)

3ª - João Durval - (PDT-BA)

4ª - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 27</p> <p>Líder Eunício Oliveira - Bloco (66,68)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (66,68)</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (104) Romero Jucá (40,105) Vital do Rêgo (107)</p> <p>Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64)</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88)</p> <p>Líder do PSD - 1 Sérgio Petecão (84,87)</p> <p>Líder do PV - 1 Paulo Davim (76)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 25</p> <p>Líder Humberto Costa - Bloco (116,121)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,70,99) Rodrigo Rollemberg (65,98) Inácio Arruda (89,94,117)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 13 Humberto Costa (116,121)</p> <p>Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,103) Amíbal Diniz (25,102) Paulo Paim (101) Eduardo Suplicy (100)</p> <p>Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,70,99)</p> <p>Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86)</p> <p>Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (65,98)</p> <p>Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,83)</p> <p>Líder do PCdoB - 2 Vanessa Grazziotin (1,91,115)</p> <p>Vice-Líder do PCdoB Inácio Arruda (89,94,117)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,75)</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15</p> <p>Líder Wilder Moraes - Bloco (95,112,118)</p> <p>Vice-Líderes Mário Couto (34,61,122) Jayme Campos (28,106,110,123) Alvaro Dias (73,124)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 11 Aloysio Nunes Ferreira (7,62,113)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (77) Alvaro Dias (73,124) Paulo Bauer (5,35,72,78)</p> <p>Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,74)</p> <p>Vice-Líder do DEM Wilder Moraes (95,112,118)</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 12</p> <p>Líder Gim - Bloco (56,58,59)</p> <p>Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,63) Eduardo Amorim (17,47,48,80)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59)</p> <p>Líder do PR - 4 Alfredo Nascimento (41,63)</p> <p>Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,80)</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (36,120)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Eduardo Braga - Governo (39)</p> <p>Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,83) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)</p>	<p>SDD - 1</p> <p>Líder Vicentinho Alves - SDD (42,54,71,111)</p> <p>PROS - 1</p> <p>Líder Ataides Oliveira - PROS (96,108,114)</p>

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR N° 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1° e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 017/2011, lido na sessão do dia 1° de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado 2° Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.

6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.

45. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
52. Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
53. Em 10.10.2012, foi lido o Of. nº 0053/2012-GLPSD, que comunica a indicação do Senador Marco Antônio Costa, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
54. Em 17.10.2012, o Senador Vicentinho Alves afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Ofício GSVLV nº 415/2012).
55. Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, em 30.10.2012, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
56. Em 6.11.2012, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
57. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
58. Em 19.12.2012, foi lido o Of. 083/2012/GLPTB, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Partido no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015.
59. Em 19.12.2012, foi lido o Of. N. 236/2012-BLUFOR, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Bloco, no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015, e o exercício das Vice-Lideranças pelos Senadores Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, João Costa e Blairo Maggi, respectivamente.
60. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLPSD, que comunica a reassunção da liderança do PSD pela Senadora Kátia Abreu.
61. Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar Minoria até o dia 31.01.2014.
62. Em 01.02.2013, foi lido o Of. s/n-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Aloysio Nunes Ferreira como Líder do PSDB.
63. Em 01.02.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado Líder do PR, conforme Of. N. 001/2013-GLPR.
64. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLDPP, que comunica a manutenção do Senador Francisco Domelles como Líder do PP para o biênio 2013-2014.
65. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Líder do PSB, a partir de 04/02/2013, conforme OF. GLPSB Nº 0023/2013, lido em reunião preparatória do dia 1º de fevereiro de 2013.
66. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria, para o biênio 2013-2015, conforme OF. GLPMDB nº 009/2013.
67. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 11/2013-GSEL, que comunica a manutenção do Senador Eduardo Lopes como Líder do PRB.
68. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do PMDB, para o biênio 2013 - 2015, conforme o OF. GLPMDB nº 010/2013.
69. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 1/2013-GLDPT, que comunica a indicação do Senador Wellington Dias como Líder do PT.
70. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 01/13-LPDT, que comunica a indicação do Senador Acir Gurgacz como Líder do PDT para o biênio 2013-2014.
71. Em 04.02.2013, lido ofício do Senador Vicentinho Alves comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (D.O. nº 3.809, de 04 de fevereiro de 2013).
72. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Paulo Bauer para 3º Vice-Líder do PSDB.
73. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Alvaro Dias para 2º Vice-Líder do PSDB.
74. Em 05.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador José Agripino como Líder do DEM.
75. Em 05.02.2013, lido o Of. GSRR nº 00010/2013, que comunica a manutenção do Senador Randolfe Rodrigues como Líder do PSOL.
76. Em 05.02.2013, lido o OF. GSPDAV Nº 003/13, que comunica continuar Líder do Partido Verde na presente Legislatura o Senador Paulo Davim.
77. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cássio Cunha Lima para 1º Vice-Líder do PSDB.
78. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Paulo Bauer para 2º Vice-Líder do PSDB.
79. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cícero Lucena para 3º Vice-Líder do PSDB.
80. Em 05.02.2013, lido expediente comunicando continuar Líder do PSC no biênio 2013/2014 o Senador Eduardo Amorim.

81. Em 06.02.2013, o Senador João Costa é designado Líder do PPL, conforme Of. N. 012/2013-BLUFOR.
82. Senador João Costa comunica que o PPL passa a integrar o Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. N° 011/2013-BLUFOR/SF, lido na sessão de 06.02.2013.
83. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB N° 0024/2013, lido na sessão de 06.02.2013.
84. Em 13.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado Líder do PSD, conforme OFÍCIO N° 0014/2013-GLPSD.
85. Em 13.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada Vice-Líder do PSD, conforme OFÍCIO N° 0014/2013-GLPSD.
86. Em 18.02.2013, o Senador Zeze Perrella é designado Vice-Líder do PDT, conforme OFÍCIO N° 002/2013-GLDPDT.
87. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB n° 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
88. Em 20.02.2013, a Senadora Ana Amélia é designada Vice-Líder do PP, conforme OFÍCIO N° 08/2013-GLDPP.
89. Em 26.02.2013, o Senador Inácio Arruda é designado Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR n° 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
90. Senador Wellington Dias é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. n° 20/2013-GLDBAG, lido na sessão de 26.02.2013.
91. Em 26.02.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Vice-Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR n° 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
92. Em 28.02.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado Vice-Líder do PR, conforme Ofício GLPR n° 007/2013, lido na sessão de 28.02.2013.
93. Senador Cyro Miranda é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN N° 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
94. Senador Inácio Arruda é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG N° 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
95. Senador Wilder Moraes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN N° 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
96. Senador Ataídes Oliveira é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN N° 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
97. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG N° 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
98. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG N° 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
99. Senador Acir Gurgacz é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG N° 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
100. Senador Eduardo Suplicy é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT N° 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
101. Senador Paulo Paim é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT N° 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
102. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT N° 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
103. Senador Walter Pinheiro é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT N° 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
104. Senador Ricardo Ferraço é designado 1º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB n° 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
105. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB n° 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
106. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. 25/13-GLDEM.
107. Senador Vital do Rêgo é designado 3º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. n° 180/2013-GLPMDB
108. Em 05.06.2013, foi aprovado o Requerimento n° 580, de 2013, de prorrogação da licença do Senador João Ribeiro, até 07/08/13. Em consequência, o Senador Ataídes de Oliveira, 1º Suplente, continua no exercício do mandato.
109. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. 142/2013-BLUFOR, lido na sessão de 2 de julho de 2013.
110. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 13.09.13, conforme o Requerimento n° 1.047/2013, aprovado na sessão de 10.09.13.
111. Senador Vicentinho Alves é designado Líder do SDD, conforme Ofício/GSVALV. n° 514/2013, lido na sessão de 2 de outubro de 2013.
112. Senador Wilder Moraes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDEM N° 037/2013, lido na sessão de 23 de outubro de 2013.
113. Em 17.12.2013, foi lido o Ofício s/n do PSDB, comunicando a recondução do Senador Aloysio Nunes Ferreira como líder do PSDB para o exercício de 2014.
114. Senador Ataídes Oliveira é designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social, conforme MEMO n° 13/2014 - GSAOLI lido na sessão de 3 de fevereiro de 2014.
115. Senadora Vanessa Grazziotin é designada Líder do PCdoB, conforme Memo. 7/2013-GSINAR, lido na sessão de 4 de fevereiro de 2014.
116. Senador Humberto Costa é designado Líder do PT, conforme Of. 1/2014-GLDPT, lido na sessão de 4 de fevereiro de 2014.
117. Senador Inácio Arruda é designado Vice-Líder do PCdoB, conforme Memo. 7/2013-GSINAR, lido na sessão de 4 de fevereiro de 2014.
118. Senador Wilder Moraes é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme expediente lido na sessão de 12 de março de 2014.
119. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos n°s 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
120. Senador Marcelo Crivella é designado Líder do PRB, conforme OF. 004/2014 - GSMC, lido na sessão do dia 19 de março de 2014.

121. Senador Humberto Costa é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. 31/2014-GLDBAG, lido na sessão de 26 de março de 2014.
122. Senador Mário Couto é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GLDMIN 4/2014, lido na sessão de 3 de abril de 2014.
123. Senador Jayme Campos é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GLDMIN 4/2014, lido na sessão de 3 de abril de 2014.
124. Senador Alvaro Dias é designado 3º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GLDMIN 4/2014, lido na sessão de 3 de abril de 2014.

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) VIOLAÇÃO DO DIREITO HUMANO À SAÚDE

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 105, de 2013, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a, no prazo de cento e vinte dias, apurar e analisar fatos e gravíssimas violações do direito humano à saúde causados por erros dos dirigentes, médicos e demais profissionais de hospitais públicos e privados - resultando em lesões físicas e causando vítimas fatais.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/02/2013

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO (2,7)	1. VAGO (2,7)
VAGO (2,7)	2.
VAGO (2,7)	3.
VAGO (2,7)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
VAGO (5,8)	1. VAGO (5,8)
VAGO (5,8)	2. VAGO (5,8)
VAGO (5,8)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1)	1. Mário Couto (PSDB-PA) (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Magno Malta (PR-ES) (4)	1. VAGO (4,6)
Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)	

Notas:

*. Número de suplentes alterado para 7 membros, em obediência ao art. 145, parágrafo 4º, do RISF.

1. Em 13.03.2013, o Sen. Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of.17/2013-GLDEM).

2. Em 13.3.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo e Sérgio Petecão são designados membros titulares; e o Senador Jarbas Vasconcelos, membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 80/2013 - GLPMDB).

3. Em 13.03.2013, o Sen. Mário Couto é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of.86/2013-GLPSDB).

4. Em 13.03.2013, os Senadores Magno Malta e Eduardo Amorim são designados membros titulares e o Senador João Costa, membro suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.41/2013-BLUFOR).

5. Em 15.03.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares e os Senadores Pedro Taques e Eduardo Lopes membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.48/2013-GLDBAG).

6. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

7. Em 24.04.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Jarbas Vasconcelos deixam de compor a Comissão (Of. nº 169/2013-GLPMDB).

8. Em 06.05.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim, Antonio Carlos Valadares, Pedro Taques e Eduardo Lopes deixam de compor a Comissão (Of. nº 71/2013-GLDBAG).

2) CPI DA ESPIONAGEM

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 811, de 2013, da Senadora Vanessa Grazziotin e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a, no prazo de cento e oitenta dias, investigar a denúncia de existência de um sistema de espionagem, estruturado pelo governo dos Estados Unidos, com o objetivo de monitorar emails, ligações telefônicas, dados digitais, além de outras formas de captar informações privilegiadas ou protegidas pela Constituição Federal.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁶⁾

Leitura: 10/07/2013

Instalação: 03/09/2013

Prazo final: 11/04/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO ^(1,8,11)	1. Eunício Oliveira (PMDB-CE) ^(1,8)
Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽¹⁾	2. VAGO ^(1,10)
Benedito de Lira (PP-AL) ^(1,5)	3.
Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁹⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽²⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP) ^(2,7)
Walter Pinheiro (PT-BA) ⁽²⁾	2. Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾
Anibal Diniz (PT-AC) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁴⁾	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) ⁽³⁾

Notas:

- Em 20.8.2013, os Senadores Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço e Francisco Dornelles são designados membros titulares, e os Senadores Roberto Requião e Sérgio Petecão, membros suplentes, do Bloco da Maioria na Comissão (Of. nº 248/13-GLPMDB).
- Em 20.8.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Walter Pinheiro e Anibal Diniz são designados membros titulares, e os Senadores Pedro Taques e Lídice da Mata, membros suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 111/13-GLDBAG).
- Em 20.8.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular, e o Senador Antônio Carlos Rodrigues, membro suplente, do Bloco União e Força na Comissão (Of. nº 159/13-BLUFOR).
- Em 21.8.2013, o Senador Pedro Taques é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida ao PDT pelo PSDB (Ofício de 21.8.2013, do Gabinete da Liderança do PSDB e Ofício nº 12/2013-GLDPDT).
- Em 21.8.2013, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Of. nº 253/2013-GLPMDB).
- Em 03.09.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Pedro Taques e Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado.
- Em 03.09.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Ofício nº 115/2013-GLDBAG).
- Em 29.8.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Ofício nº 258/2013-GLPMDB).
- Em 25.9.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 275/13-GLPMDB).
- Em 25.9.2013, vago em virtude de o Senador Sérgio Petecão ser designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 275/13-GLPMDB).
- Vago, em 17.12.2013, em razão de o Senador Roberto Requião não pertencer mais à Comissão (Of. sn GSRR).

3) CPI DA INVESTIGAÇÃO DO ASSASSINATO DE JOVENS NEGROS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.255, de 2013, da Senadora Lídice da Mata e outros Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a, no prazo de cento e oitenta dias, investigar o assassinato de jovens negros no Brasil.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 25/10/2013

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Sérgio Souza (PMDB-PR) (2)	1. Sérgio Petecão (PSD-AC) (2)
Paulo Davim (PV-RN) (2)	2.
	3.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT-RS) (1)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP) (1)
Lídice da Mata (PSB-BA) (1)	2. Angela Portela (PT-RR) (1)
Ana Rita (PT-ES) (1)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (3)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
	1.

Notas:

1. Em 22.11.2013, os Senadores Paulo Paim, Lídice da Mata e Ana Rita são designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy e Ângela Portela são designados membros suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 137/2013 - GLDBAG)

2. Em 03.12.2013, os Senadores Sérgio Souza e Paulo Davim são designados membros titulares; e o Senador Sérgio Petecão é designado membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 318/2013-GLPMDB).

3. Em 04.12.2013, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 180/2013-GLPSDB).

Secretário(a): Guilherme Brandão

Telefone(s): 61 33033508

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

4) CPI DOS TRANSPORTES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.467, de 2013, do Senador Roberto Requião e outros Senadores, composta por treze titulares e sete suplentes, destinada a, no prazo de seis meses, investigar (i) as razões das elevadas tarifas e os custos dos transportes rodoviários coletivos urbanos; (ii) a legalidade dos processos de licitação das concessões; (iii) a condução dos contratos de concessão; e (iv) legalidade e eficácia dos atos de definição tarifária e dos subsídios públicos (tributários e tarifários) às empresas detentoras das respectivas concessões.

Número de membros: 13 titulares e 7 suplentes

Leitura: 18/03/2014

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) CT - MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PLS 281, 282 E 283/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

Designação: 15/08/2012

Instalação: 30/08/2012

Apresentação de Emendas - prazo final: 07/08/2013

Relatórios Parciais - prazo final: 02/10/2013

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 30/10/2013

Parecer Final da Comissão - prazo final: 31/03/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Renan Calheiros (PMDB)	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Senador Jorge Viana (PT) ^(7,16)
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ^(9,15)	3. Senador Pedro Taques (PDT) ^(12,16)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB) ^(2,11,13,14)
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Senador Paulo Paim (PT)
	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Gim (PTB) ⁽⁶⁾
Senador Fernando Collor (PTB)	2. VAGO ^(8,10)
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR) ^(1,3,4)	

2) CPI DA ESPIONAGEM

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 811, de 2013, da Senadora Vanessa Grazziotin e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a, no prazo de cento e oitenta dias, investigar a denúncia de existência de um sistema de espionagem, estruturado pelo governo dos Estados Unidos, com o objetivo de monitorar emails, ligações telefônicas, dados digitais, além de outras formas de captar informações privilegiadas ou protegidas pela Constituição Federal.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁶⁾

Leitura: 10/07/2013

Instalação: 03/09/2013

Prazo final: 11/04/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO ^(1,8,11)	1. Eunício Oliveira (PMDB-CE) ^(1,8)
Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽¹⁾	2. VAGO ^(1,10)
Benedito de Lira (PP-AL) ^(1,5)	3.
Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁹⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽²⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP) ^(2,7)
Walter Pinheiro (PT-BA) ⁽²⁾	2. Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾
Anibal Diniz (PT-AC) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁴⁾	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) ⁽³⁾

Notas:

- Em 20.8.2013, os Senadores Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço e Francisco Dornelles são designados membros titulares, e os Senadores Roberto Requião e Sérgio Petecão, membros suplentes, do Bloco da Maioria na Comissão (Of. nº 248/13-GLPMDB).
- Em 20.8.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Walter Pinheiro e Anibal Diniz são designados membros titulares, e os Senadores Pedro Taques e Lídice da Mata, membros suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 111/13-GLDBAG).
- Em 20.8.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular, e o Senador Antônio Carlos Rodrigues, membro suplente, do Bloco União e Força na Comissão (Of. nº 159/13-BLUFOR).
- Em 21.8.2013, o Senador Pedro Taques é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida ao PDT pelo PSDB (Ofício de 21.8.2013, do Gabinete da Liderança do PSDB e Ofício nº 12/2013-GLDPDT).
- Em 21.8.2013, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Of. nº 253/2013-GLPMDB).
- Em 03.09.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Pedro Taques e Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado.
- Em 03.09.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Ofício nº 115/2013-GLDBAG).
- Em 29.8.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Ofício nº 258/2013-GLPMDB).
- Em 25.9.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 275/13-GLPMDB).
- Em 25.9.2013, vago em virtude de o Senador Sérgio Petecão ser designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 275/13-GLPMDB).
- Vago, em 17.12.2013, em razão de o Senador Roberto Requião não pertencer mais à Comissão (Of. sn GSRR).

7. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
8. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
9. Em 20.03.2013, vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
10. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 110/2013-BLUFOR).
11. Em 15.05.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GLDBAG nº 82/2013).
12. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
13. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
14. Em 20.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em vaga cedida temporariamente ao Bloco União e Força (Of. 54/2014-BLUFOR e 29/2014-GLDBAG).
15. Em 25.03.2014, o Senador Vital do Rêgo é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (Of. 59/2014-GLPMDB).
16. Em 25.03.2014, os Senadores Jorge Viana e Pedro Taques são designados membros suplentes na Comissão, em vagas cedidas pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. GLDBAG nº 30/2014 e Of. GLPMDB nº 60/2014).

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues Martins

Telefone(s): 61 33033501

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

2) CT - REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador José Pimentel (PT) ⁽⁴⁾	1. Senador João Capiberibe (PSB) ⁽⁵⁾
Senador Aníbal Diniz (PT) ⁽⁴⁾	2. Senadora Angela Portela (PT) ⁽⁵⁾
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁴⁾	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB) ⁽¹⁾	1. Senador Clésio Andrade (PMDB) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽¹⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP) ⁽¹⁾
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽¹⁾	3. Senador Sérgio Petecão (PSD) ⁽¹⁾
Senador Francisco Dornelles (PP) ⁽¹⁾	4. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	1.
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Senador Gim (PTB) ⁽²⁾	1.
	2.

Notas:

1. Em 04.02.2014, os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Jader Barbalho e Francisco Dornelles são designados membros titulares e o Senador Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia e os Senadores Sérgio Petecão e Benedito de Lira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 322/2013-GLPMDB).
2. Em 11.02.2014, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 6/2014-BLUFOR).
3. Em 14.02.2014, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 12/2014-GLPSDB).
4. Em 11.03.2014, os Senadores José Pimentel, Aníbal Diniz e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/2014-GLDBAG).
5. Em 11.03.2014, o Senador João Capiberibe e a Senadora Angela Portela são designados membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/2014-GLDBAG).

3) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴⁾

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

4) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE)

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012

Designação: 04/04/2012

Instalação: 13/11/2012

Prazo final prorrogado: 22/12/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	1. Senador Inácio Arruda (PCdoB) ⁽³⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Davim (PV) ⁽⁴⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

*. Em 13.11.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Cícero Lucena para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Humberto Costa (Of. nº 001/2012-CEE-São Francisco).

**. Em 13.11.2012, foi lido o Requerimento nº 961, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2013.

***. Em 12.12.2013, foi lido o Requerimento nº 1.456, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2014.

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 48/2012-GLDBAG).

4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB Nº 093/2012).

5. Em 12.11.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 234/2012-GLPSDB).

Secretário(a): Guilherme Brandão

Telefone(s): 61 33033508

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

**5) CT - ACOMPANHAMENTO DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA
EM PORTO VELHO, NOVA MAMORÉ E GUAJARÁ MIRIM**

Finalidade: Acompanhar a situação de emergência nos municípios de Porto Velho, Nova Mamoré e Guarajá Mirim, nos Estados de Rondônia e Acre, em decorrência das enchentes causadas pelas fortes chuvas
(Requerimento nº 141, de 2014, do Senador Valdir Raupp)

Número de membros: 6

MEMBROS

Senador Aníbal Diniz (PT)

Senador Jorge Viana (PT)

Senador Sérgio Petecão (PSD)

Senador Acir Gurgacz (PDT)

Senador Ivo Cassol (PP)

Senador Valdir Raupp (PMDB)

Notas:

*. Em 27.02.2014 foi aprovado o Requerimento nº 141, de 2014, que cria a presente Comissão e indica os senadores Aníbal Diniz, Jorge Viana, Sérgio Petecão, Acir Gurgacz, Ivo Cassol e Valdir Raupp para compor o colegiado.

6) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 20/06/2014

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figuerêdo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

**7) CT - DESTINADA A DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES
PARA O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL**

Finalidade: Debater e propor soluções para o financiamento da educação no Brasil, no prazo de 90 dias.
(Atos do Presidente n°s 36 e 55, de 2013)

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

RELATOR: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

Instalação: 01/10/2013

Prazo final prorrogado: 28/04/2014

MEMBROS

Senador Cyro Miranda (PSDB)

Senador Cristovam Buarque (PDT)

Senadora Angela Portela (PT)

Senadora Ana Amélia (PP)

Senador Ciro Nogueira (PP)

Senador Vital do Rêgo (PMDB)

Senador Eduardo Amorim (PSC)

Senador Paulo Paim (PT)

Senador Acir Gurgacz (PDT)

Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 30.9.2013, o Senador Paulo Bauer é indicado para compor a Comissão (Ato do Presidente n° 40, de 2013).

Secretário(a): GUILHERME BRANDÃO

Telefone(s): 61 33033508

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

8) CT - DESTINADA A DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

Finalidade: Analisar os projetos em tramitação no Senado Federal que tratam de Segurança Pública no Brasil, bem como debater e propor soluções para o seu financiamento, no prazo de 90 (noventa) dias.

(Atos do Presidente n.ºs 37 e 39, de 2013)

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

Instalação: 02/10/2013

Prazo final prorrogado: 10/05/2014

MEMBROS

Senador Vital do Rêgo (PMDB)

Senador Pedro Taques (PDT)

Senador Lindbergh Farias (PT)

Senador Eduardo Braga (PMDB)

Senador Lobão Filho (PMDB) ⁽¹⁾

Senador Armando Monteiro (PTB)

Senador Eunício Oliveira (PMDB)

Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)

Senador Humberto Costa (PT)

VAGO ⁽²⁾

Senador Flexa Ribeiro (PSDB)

Senador João Capiberibe (PSB)

Senador Delcídio do Amaral (PT)

Notas:

*. Em 26.9.2013, foi publicado o Ato do Presidente n.º 39, de 2013, em aditamento ao Ato do Presidente n.º 37, de 2013.

**. Em 10.10.2013, foi publicado o Ato do Presidente n.º 46, de 2013, em aditamento ao Ato do Presidente n.º 37, de 2013, designando os Senadores Humberto Costa, Sérgio Souza e Flexa Ribeiro para integrarem a Comissão.

***. Em 23.10.2013, foi publicado o Ato do Presidente n.º 47, de 2013, em aditamento aos Atos do Presidente n.ºs 37 e 39, de 2013, designando os Senadores Lobão Filho e João Capiberibe para integrarem a Comissão.

****. Em 28.11.2013, foi publicado o Ato do Presidente n.º 51, de 2013, em aditamento aos Atos do Presidente n.ºs 37 e 39, de 2013, designando o Senador Delcídio do Amaral para integrar a Comissão.

*****. Em 18.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente n.º 53, de 2013, prorrogando o prazo final de funcionamento da Comissão até o dia 9.2.2014.

*****. Em 10.2.2014, foi publicado o Ato do Presidente n.º 2, de 2014, prorrogando o prazo final de funcionamento da Comissão até o dia 10.5.2014.

1. Em 21.10.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão, nos termos do Of. 174/2013-GLPSDB.

2. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. n.º 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

Secretário(a): KENY CRISTINA RODRIGUES MARTINS

Telefone(s): 61 33033501

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ^(89,58,86)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(13,68)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT) ^(10,14,61)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) ⁽³³⁾
José Pimentel (PT) ^(9,10)	3. Anibal Diniz (PT) ^(41,42)
Gleisi Hoffmann (PT) ⁽⁹⁰⁾	4. Humberto Costa (PT) ^(57,90)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT) ^(34,35,46,47,70)	6. Acir Gurgacz (PDT) ^(8,70)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(62,65)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(62,66)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	8. Inácio Arruda (PCdoB)
	9. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁹⁾	
Eduardo Braga (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	1. Casildo Maldaner (PMDB) ⁽⁶⁰⁾
VAGO ^(60,87)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(17,22,60)
Valdir Raupp (PMDB) ^(36,37,49,50,60,73)	3. Lobão Filho (PMDB) ^(60,83)
Roberto Requião (PMDB) ^(60,64)	4. Eunício Oliveira (PMDB) ^(60,63)
Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	5. Waldemir Moka (PMDB) ⁽⁶⁰⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(60,63)	6. Clésio Andrade (PMDB) ^(3,7,16,26,27,60)
Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	7. Ana Amélia (PP) ⁽⁶⁰⁾
Ivo Cassol (PP) ⁽⁶⁰⁾	8. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁰⁾
Francisco Dornelles (PP) ^(11,12,18,20,60)	9. Benedito de Lira (PP) ^(5,60)
Kátia Abreu (PMDB) ^(23,25,43,44,55,59,60,82)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(1,56)	1. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵⁶⁾
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁶⁾	2. Aécio Neves (PSDB) ^(2,56)
Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁵⁶⁾	3. Paulo Bauer (PSDB) ⁽⁵⁶⁾
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) ^(30,31,32)
Jayme Campos (DEM) ^(30,79,81,85,88)	5. Wilder Morais (DEM) ^(4,15,40)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(29,45)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁶⁷⁾	1. Gim (PTB) ^(67,74)
João Vicente Claudino (PTB) ^(67,74,78)	2. Alfredo Nascimento (PR) ^(48,67,75,78)
Cidinho Santos (PR) ^(26,27,28,53,67,91,92)	3. Eduardo Amorim (PSC) ^(38,39,51,52,67,71,72,76)

Antonio Carlos Rodrigues (PR) (6,54,67)

4. VAGO (21,67,77,80,84)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

5. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

6. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

7. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

8. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).

9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

10. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).

11. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

12. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

13. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

14. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of. nº 060/2011-GLDEM).

16. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 271/2011 - GLPMDB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
22. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
23. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
24. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
28. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
26. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
27. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 32/2012).
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
31. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. Nº 027/12-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
33. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
34. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
35. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 089/2012-GLDBAG).
36. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
37. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
38. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
39. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 075/2012/BLUFOR/SF).
40. Em 29.08.2012, é lido o Of. nº 046/12-GLDEM, designando o Senador Wilder Moraes como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, a partir de 10.09.2012, em substituição ao Senador Clovis Fecury.
41. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
42. Em 14.09.2012, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 109/2012-GLDBAG).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 139/2012 - GLDBAG).
48. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
49. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
50. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 361/2012).
51. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.

52. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 213/2012-BLUFOR).
53. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
54. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciou-se-a nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
55. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (OFÍCIOS nºs 012 e 013/2013-GLPSD).
56. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 007/13-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 012/2013 - GLDBAG).
59. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
58. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lindbergh Farias e Sérgio Souza Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 007/2013 - CAE).
60. Em 26.02.2013, foram lidos os Ofícios GLPMDB nº 36 e 64/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Sérgio Souza, Jader Barbalho, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu como membros titulares e os Senadores Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, Waldemir Moka, Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 26.02.2013, o Senador Pedro Taques é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Zeze Perrella (Of. nº 17/2013-GLDBAG).
63. Em 27.02.2013, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 074/2013).
62. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar sua suplência (Of. GLDBAG nº 023/2013).
64. Em 12.03.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. GLPMDB nº 113/2013).
65. Em 14.03.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 46/2013).
66. Em 14.03.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. GLDBAG nº 46/2013).
67. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Gim, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores João Vicente Claudino, Eduardo Amorim, João Costa e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 42/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 07.02.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é confirmado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. 0012/2013-GLPDSB).
70. Em 27.03.2013, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Acir Gurgacz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 57/2013-GLDBAG).
71. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
72. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 88/2013-BLUFOR)
73. Em 24.04.2013, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Jader Barbalho (Of. 165/2013-GLPMDB).
76. Em 7.5.2013, o Senador Eduardo Amorim passa a ocupar a terceira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
75. Em 7.5.2013, o Senador João Vicente Claudino passa a ocupar a segunda suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
74. Em 7.5.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Gim, que passa a ocupar a primeira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
77. Em 7.5.2013, o Senador Vicentinho Alves passa a ocupar a quarta suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
78. Em 08.05.2013, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, que passa a ocupar a vaga de membro suplente (Of. 104/2013BLUFOR).
79. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
80. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 172/2013-BLUFOR).
81. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
82. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
83. Em 10.10.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 286/2013-GLPMDB).
84. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.

85. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
86. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
87. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
88. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
89. Em 11.02.2014, a Comissão reunida elegeu o Senador Luiz Henrique Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2014 - CAE).
90. Em 11.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Humberto Costa, que passa a integrar a Comissão como membro suplente, no lugar do Senador Eduardo Lopes (Of. nº 13/2014 - GLDBAG).
91. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
92. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 16/2014-BLUFOR).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

Instalação: 09/07/2013

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Walter Pinheiro (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Benedito de Lira (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Kátia Abreu (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Wilder Moraes (DEM) ⁽¹⁾	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
João Vicente Claudino (PTB)	1. Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

1. Em 30.4.2013, o Senador Wilder Moraes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. 90/2013-CAE)

2. Em 09.07.2013, a Senadora Ana Amélia e o Senador Waldemir Moka foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, na Subcomissão (Of. nº 183/2013-CAE).

3. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

4. Em 25.03.2014, vago em virtude de o Senador Jader Barbalho não pertencer mais à Comissão de Assuntos Econômicos (Of. nº 32/2014 - CAE).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 85/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Walter Pinheiro, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues, como titulares, e dos Senadores Delcídio do Amaral, Acir Gurgacz e Eduardo Lopes, como suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo; da Senadora Ana Amélia e dos Senadores Casildo Maldaner e Waldemir Moka, como titulares, e da Senadora Kátia Abreu e dos Senadores Benedito de Lira e Jader Barbalho, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; dos Senadores Alvaro Dias e José Agripino, como titulares, e da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Aloysio Nunes Ferreira, como suplentes, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador João Vicente Claudino, como membro titular, e do Senador Eduardo Amorim, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽¹⁾	
Delcídio do Amaral (PT) ^(5,6)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(3,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Benedito de Lira (PP) ⁽⁸⁾	1. VAGO ⁽⁹⁾
Luiz Henrique (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁷⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 3. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
 4. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CAE (Of. nº 089/2012 - GLDBAG).
 5. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
 6. Em 12.03.2013, vago em virtude da solicitação contida no OF. nº 014/2013 -CAE.
 7. Em 23.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 87/2013-CAE).
 8. Em 25.06.2013, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Domelles (Of. nº 165/2013-PRESIDÊNCIA/CAE).
 9. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimental para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.
- ***. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 82/2013-CAE, que comunica a designação do Senador Delcídio do Amaral como membro titular e do Senador Antonio Carlos Valares como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, dos Senadores Francisco Domelles e Luiz Henrique como membros titulares e dos Senadores Sérgio Souza e Roberto Requião como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Flexa Ribeiro como membro titular e do Senador Aloysio Nunes Ferreira como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Antonio Carlos Rodrigues como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO (1)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Wilder Morais (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Cidinho Santos (PR) (23)

Notas:

1. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

2. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.

3. Em 25.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente na Subcomissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (Of. nº 35/2014 - CAE).

*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 83/2013-CAE, que comunica a designação do Senador José Pimentel e da Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares e do Senador Rodrigo Rollemberg como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, do Senador Sérgio Souza como membro titular e dos Senadores Ciro Nogueira e Eunício Oliveira como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Paulo Bauer como membro titular e do Senador Wilder Morais como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Blairo Maggi como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽²⁾

Instalação: 25/06/2013

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB)
	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹⁾	1. Osvaldo Sobrinho (PTB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. João Costa (PPL)

Notas:

1. Em 23.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. 88/2013/CAE).

2. Em 25.6.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cristovam Buarque e Eduardo Suplicy, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 167/2013 - Presidência/CAE).

3. Em 24.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. nº 254/2013/CAE).

*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 84/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Eduardo Suplicy e Cristovam Buarque, como titulares, e do Senador Pedro Taques, como suplente, do Bloco de Apoio ao Governo; do Senador Vital do Rêgo, como titular, e dos Senadores Ricardo Ferraço e Ivo Cassol, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; do Senador Cyro Miranda, como titular, e do Senador Jayme Campos, como suplente, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador Alfredo Nascimento, como titular, e do Senador João Costa, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽³⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽³⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(8,42)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT) ⁽²⁶⁾
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) ⁽¹⁸⁾
Ana Rita (PT) ⁽⁵⁷⁾	4. Wellington Dias (PT) ⁽⁵⁷⁾
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Waldemir Moka (PMDB) ^(23,35)	1. VAGO ^(6,17,23,30,35,55)
Roberto Requião (PMDB) ^(2,23,35,37)	2. VAGO ^(23,30,35,49)
Casildo Maldaner (PMDB) ^(3,4,23,35)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(23,30,35)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(23,35)	4. Eunício Oliveira (PMDB) ^(23,30,35,37)
João Alberto Souza (PMDB) ^(23,35)	5. Romero Jucá (PMDB) ^(23,30,35)
Ana Amélia (PP) ^(14,15,16,21,23,35)	6. Benedito de Lira (PP) ^(10,23,30,35)
Paulo Davim (PV) ^(23,25,30,35)	7. Sérgio Petecão (PSD) ^(23,30,35)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁴⁾	1. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ⁽³⁴⁾	2. Cyro Miranda (PSDB) ^(9,11,13,34)
José Agripino (DEM) ^(7,9,34,40,43,44)	3. Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁴⁾
Jayme Campos (DEM) ^(50,52,54,56)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(22,27)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(31,38,41,45,46)	1. Armando Monteiro (PTB) ⁽⁴¹⁾
Eduardo Amorim (PSC) ^(1,5,41)	2. João Vicente Claudino (PTB) ^(24,41)
Gim (PTB) ^(28,29,32,39,41,47,48,51,53,58)	3. VAGO ^(19,20,33,41)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

5. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

6. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

10. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

11. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

13. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

14. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

15. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

16. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

17. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).

18. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

20. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.

24. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. Nº 024/2012/GLBUF/SF).

25. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 166/2012).

26. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

27. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
28. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
29. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 099/2012/BLUFOR/SF).
30. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que passa a ocupar a vaga de primeiro suplente do Bloco, remanejando os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira para as demais suplências, respectivamente (Of. GLPMDB nº 345/2012).
31. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
32. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
33. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
34. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 008/13-GLPSDB).
35. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 37/2013, designando os Senadores Waldemir Moka, Eunício Oliveira, Casildo Maldaner, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, a Senadora Ana Amélia e o Senador Paulo Davim, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Pedro Simon, Eduardo Braga, Roberto Requião, Romero Jucá, Benedito de Lira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
36. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Vanessa Grazziotin, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 002/2013 - CAS).
37. Em 7.3.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. GLPMDB nº 102/2013).
38. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 028/2013).
39. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 59/2013).
40. Em 19.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de compor a Comissão (Of. nº 97/2013-GLPSDB).
41. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Eduardo Amorim e João Costa, e membros suplentes os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 43/2013).
42. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
43. Em 26.03.2013, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Ofícios nºs 21/2013-GLDEM e 103/2013-GLPSDB).
44. Vaga cedida pelo PSDB ao DEM (Of. Nº 103/2013-GLPSDB).
45. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
46. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 80/2013-BLUFOR).
47. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
48. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 85/2013-BLUFOR).
49. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (Of. nº 192/2013-GLPMDB).
50. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
51. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 173/2013-BLUFOR).
52. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
53. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.
54. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
55. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
56. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
57. Em 11.2.2014, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Wellington Dias, que passa a integrar a Comissão como membro suplente (Of. 14/2014-GLDBAG).
58. Em 24.02.2014, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 11/2014-BLUFOR).

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽⁷⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) ⁽⁷⁷⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(23,82)	
José Pimentel (PT)	1. Angela Portela (PT) ^(9,87,89)
Gleisi Hoffmann (PT) ^(54,55,110)	2. Lídice da Mata (PSB) ^(9,55,56)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT) ^(7,9,75)
Anibal Diniz (PT) ^(6,74)	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(24,25,49,51,60,61)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Walter Pinheiro (PT) ^(8,78)
Inácio Arruda (PCdoB)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB) ^(32,33,114,115)	7. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁸⁶⁾	8. Paulo Paim (PT) ^(91,93,108)
Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁸⁷⁾	9. Ana Rita (PT) ^(92,116)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁸⁾	
Eduardo Braga (PMDB) ^(39,50,76)	1. Ciro Nogueira (PP) ^(2,4,16,20,27,39,50,76,94,98)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(1,15,39,50,76)	2. Roberto Requião (PMDB) ^(3,16,36,39,46,50,76)
Pedro Simon (PMDB) ^(39,50,76)	3. VAGO ^(13,16,39,50,52,53,63,64,76)
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(39,50,76,109,111)	4. Clésio Andrade (PMDB) ^(14,16,39,50,76)
Luiz Henrique (PMDB) ^(20,39,50,76)	5. Valdir Raupp (PMDB) ^(39,76)
Eunício Oliveira (PMDB) ^(26,39,76,103,105)	6. Benedito de Lira (PP) ^(39,76)
Francisco Dornelles (PP) ^(39,76)	7. Waldemir Moka (PMDB) ^(39,76,106,107)
Sérgio Petecão (PSD) ^(40,41,43,70,73,76)	8. Kátia Abreu (PMDB) ^(29,30,31,37,40,41,43,57,58,68,69,73,76,104)
Romero Jucá (PMDB) ⁽⁹⁴⁾	9. Lobão Filho (PMDB) ^(88,95,96,97,102)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB) ⁽⁷¹⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB) ^(22,71)
Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽⁷¹⁾	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(71,72,99,100)
Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁷¹⁾	3. Cícero Lucena (PSDB) ^(11,71,85)
José Agripino (DEM) ^(17,42)	4. Paulo Bauer (PSDB) ^(18,42,44)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁸⁵⁾	5. Cyro Miranda (PSDB) ^(85,100)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(38,59)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁸¹⁾	1. Gim (PTB) ^(5,45,65,80,81)
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(62,81,83,84)	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(10,45,79,81)
Magno Malta (PR) ⁽⁸¹⁾	3. Cidinho Santos (PR) ^(19,21,34,35,66,67,81,112,113)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽⁸¹⁾	4. Alfredo Nascimento (PR) ^(47,48,81,90,101)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Domelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

*****. Em 17.04.2013, publicada no D.O.U. a Resolução nº 11, de 2013, que amplia para 27 o quantitativo de vagas da Comissão, distribuídas em obediência à proporcionalidade partidária.

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

1. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

3. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)

6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

5. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

7. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

10. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).

13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).

14. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

15. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
17. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
19. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
20. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).
21. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
22. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
23. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
24. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
25. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
26. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
27. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
33. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 45/2012).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
39. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
40. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
41. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
42. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
45. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
46. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. GLPMDB nº 106/2012).

47. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
48. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (Of. Nº 009/2012/GLBUF/SF).
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (Of. GLPMDB nº 168/2012).
51. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 092/2012-GLDBAG).
52. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
53. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
54. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
55. Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 110/2012-GLDBAG), e deixa de ocupar a suplência.
56. Em 14.09.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular (Of. nº 110/2012-GLDBAG).
57. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
58. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
59. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
60. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
61. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 142/2012 - GLDBAG).
62. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
63. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
64. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2012).
65. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
66. Em 20.12.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. Nº 237/2012-BLUFOR).
67. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
68. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
69. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
70. Em 07.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é confirmado membro titular do PSD na Comissão (Of. Nº 0013/2013-GLPSD).
71. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cássio Cunha Lima, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 009/13-GLPSDB).
72. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 32/13-GLPSDB).
73. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme Of. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
76. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 39/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Domelles e Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
75. Em 26.02.2013, o Senador Jorge Viana é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
74. Em 26.02.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
77. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Vital do Rêgo e Aníbal Diniz Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 01/2013 - CCJ).

78. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 35/2013 - GLDBAG).
79. Em 12.03.2013, volta a pertencer ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao PP (Of. nº 55/2013 - BLUFOR).
80. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 029/2013).
81. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro, Magno Malta e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores Gim, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 44/2013).
82. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
83. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Morazildo Cavalcanti.
84. Em 15.04.2013, o Senador Morazildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 81/2013- BLUFOR).
85. Em 18.04.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa a suplência e passa a ser membro titular; os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro são designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. 122/2013-GLPSDB).
86. Em 23.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 72/2013-GLDBAG).
87. Em 23.04.2013, o Senador Eduardo Suplicy deixa a suplência e passa a ser membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 73/2013- GLDBAG).
88. Em 24.04.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 166/2013-GLPMDB).
89. Em 07.05.2013, a Senadora Angela Portela é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 078/2013-GLDBAG).
90. Em 14.05.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (Of. nº 112/13 - BLUFOR).
91. Em 23.05.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 086/2013-GLDBAG).
92. Em 04.06.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 088/2013-GLDBAG).
93. Em 01.07.2013, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 096/2013-GLDBAG).
94. Em 09.07.2013, o Senador Romero Jucá deixa a suplência e passa a ser titular do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão (Of. 217/2013- GLPMDB).
95. Em 10.07.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. 225/2013-GLPMDB).
96. Em 11.07.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. 243/2013-GLPMDB).
97. Em 06.08.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. 243/2013-GLPMDB).
98. Em 06.08.2013, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Ofício nº 236/2013- GLPMDB).
99. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
100. Em 15.08.2013, os Senadores Flexa Ribeiro e Cyro Miranda são designados como suplentes na Comissão (Ofício nº 158/2013-GLPSDB).
101. Em 17.09.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 171/2013 - BLUFOR).
102. Em 24.09.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Paulo Davim (Ofício nº 274/2013 - GLPMDB).
103. Em 02.10.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Ofício nº 278/2013-GLPMDB).
104. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
105. Em 09.10.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Ofício nº 284/2013-GLPMDB).
106. Em 30.10.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Waldemir Moka (Ofício nº 298/2013-GLPMDB).
107. Em 14.11.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. GLPMDB nº 308/2013).
108. Em 11.12.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. GLDBAG nº 141/2013).
109. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
110. Em 11.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 11/2014 - GLDBAG).
111. Em 12.2.2014, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 29/2014).
112. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.

113. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 17/2014-BLUFOR).

114. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

115. Em 18.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Lopes e cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 24/2014 - GLDBAG e Of. nº 44/2014 - BLUFOR).

116. Em 18.03.2014, a Senadora Ana Rita é designada suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 028/2014-GLDBAG).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Pedro Taques (PDT)	1.
Lindbergh Farias (PT)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
VAGO ⁽²⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ⁽¹⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1.
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. nº 18/2012-GLDEM).

3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (Of. nº 56/2012-CCJ).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽⁶³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(15,68)	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁶⁾
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT) ⁽⁴⁷⁾
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(13,23)
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁹⁾	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁶⁾
Inácio Arruda (PCdoB)	8. Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(30,82)
João Capiberibe (PSB) ^(80,82)	9.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁹⁾	
José Sarney (PMDB) ^(41,60,88)	1. Eduardo Braga (PMDB) ^(2,19,41,44,60)
Roberto Requião (PMDB) ^(26,27,28,38,41,60)	2. Vital do Rêgo (PMDB) ^(41,44,54,60)
Romero Jucá (PMDB) ^(6,12,25,41,60)	3. Valdir Raupp (PMDB) ^(41,60)
João Alberto Souza (PMDB) ^(29,31,37,41,60)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(41,44,60,87,88)
Eunício Oliveira (PMDB) ^(17,41,60,74,84)	5. Pedro Simon (PMDB) ^(41,44,75)
Ana Amélia (PP) ^(41,44,60)	6. VAGO ^(20,41,44)
Benedito de Lira (PP) ^(41,44,45,46,52,53,60)	7. VAGO ^(10,41)
Ciro Nogueira (PP) ^(41,44,60)	8. ⁽⁴¹⁾
Kátia Abreu (PMDB) ^(41,44,60,81)	9. ⁽⁴¹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ^(3,59)	1. Cícero Lucena (PSDB) ^(32,59)
Alvaro Dias (PSDB) ^(14,22,59)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(5,59,70)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽⁵⁹⁾	3. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(4,59)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) ^(18,51,59)
José Agripino (DEM) ⁽⁷⁾	5. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(8,42,43,59,61,62,76,78)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(39,48)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁶⁶⁾	1. Eduardo Amorim (PSC) ^(55,64,66)
Gim (PTB) ^(66,71,72,73,77)	2. João Vicente Claudino (PTB) ^(1,40,66,67)
VAGO ^(11,24,66,79,86)	3. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(34,35,57,66,73)
VAGO ^(24,58,66,83,85)	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) ^(49,50,56,65,66,83)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).

3. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

9. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)

10. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)

11. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

12. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

13. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

14. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 060/2011-GLDEM).

19. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
23. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
31. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 330/2011).
32. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 008/2012-GLBUF).
41. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
42. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
43. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
44. Em 22.05.2012, foi lido o Of. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.
45. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
46. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
49. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
50. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 102/2012/BLUFOR/SF).
51. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

52. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
53. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 356/2012).
54. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2012).
55. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
56. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
59. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 010/13-GLPSDB).
60. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 38/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Valdir Raupp e Luiz Henrique, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 27.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente na Comissão (Ofício nº 58/2013-GLPSDB).
62. Em 27.02.2013, foi lido o Of. nº 10/2013-GLDEM, comunicando a cessão da vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. nº 10/2013-GLDEM).
63. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 05/2013 - S.CE).
64. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 030/2013).
65. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 60/2013).
66. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro e Sodré Santoro, e membro suplente o Senador Eduardo para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 45/2013).
67. Em 19.03.2013, o Senador Jão Vicente Claudinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 67/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro Of. nº 53/2013-GLDBAG).
70. Em 11.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira (Of. 118/2013-GLPSDB)
71. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti
72. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 82/2013-BLUFOR).
73. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 111/13 - BLUFOR).
74. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (Of. nº 190/2013-GLPMDB).
75. Em 11.06.2013, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 197/13 - GLPMDB).
76. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
77. Em 26.8.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 163/2013-BLUFOR).
78. Em 23.9.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 169/2013-GLPSDB).
79. Em 24.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 178/2013-BLUFOR).
80. Em 26.9.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 121/2013-GLDBAG).
81. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
82. Em 6.11.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Capiberibe, que passa a compor a Comissão como membro titular (Of. nº 133/2013-GLDBAG).
83. Em 25.11.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular e o Senador Antonio Carlos Rodrigues membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 203/2013-BLUFOR).
84. Em 26.11.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 314/2013-GLPMDB).
85. Em 28.11.2013, vago em virtude de o Senador Alfredo Nascimento deixar de integrar a Comissão (Of. 204/2013 - BLUFOR).
86. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
87. Em 19.02.2014, vago em virtude de o Senador Luiz Henrique declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão (Of. GLPMDB nº 40/2014)
88. Em 3.4.2014, o Senador José Sarney é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. nº 72/2014-GLPMDB).

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi ^(58,81)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁵⁸⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(11,64)	
Aníbal Diniz (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ^(63,67)
Acir Gurgacz (PDT) ^(8,12,35,36,43,44)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(77,3,76)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Ana Rita (PT) ⁽⁶²⁾	4. Cristovam Buarque (PDT)
Humberto Costa (PT) ^(77,80)	5. Delcídio do Amaral (PT) ^(78,60,76)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³³⁾	
Romero Jucá (PMDB) ^(13,55)	1. VAGO ^(79,37,38,47,48,55)
Luiz Henrique (PMDB) ^(16,17,34,55)	2. Eduardo Braga (PMDB) ⁽⁵⁵⁾
Garibaldi Alves (PMDB) ^(85,55,57)	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(17,18,55)
Valdir Raupp (PMDB) ^(4,55)	4. Vital do Rêgo (PMDB) ^(14,55,61,68)
Ivo Cassol (PP) ⁽⁵⁵⁾	5. Eunício Oliveira (PMDB) ^(28,29,31,57)
Kátia Abreu (PMDB) ^(9,10,19,21,55,75)	6. VAGO ^(6,25,26,27,32)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB) ^(50,52,72,73)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁵⁰⁾
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7,50,53)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(50,54)
José Agripino (DEM) ^(15,23,24)	3. Mário Couto (PSDB) ^(84,23,45,74)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(33,40)	
Blairo Maggi (PR) ^(82,1,22,46,59,65)	1. Gim (PTB) ^(2,56,59,65)
Eduardo Amorim (PSC) ^(41,42,49,51,59,65)	2. Cidinho Santos (PR) ^(83,39,59,65,69,70,71)
Fernando Collor (PTB) ⁽⁶⁵⁾	3. Armando Monteiro (PTB) ^(65,66)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (Of. nº 046/2011 - GLPTB / Of. nº 057/2011-GLPMDB).

2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (Of. nº 052/2011 - GLPTB).

3. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. nº 36/2011 - GLDBAG).

4. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 196/2011 - GLPMDB).

5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

6. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (Of. nº 210/2011 - GLPMDB).

7. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 143/11-GLPSDB).

8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

12. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).

13. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. nº 255/2011 - GLPMDB).

14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme Of. Nº 208/2011-GSJALB.

15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 059/2011-GLDEM).

16. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

17. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 289/11-GLPMDB)

18. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).

22. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. nº 125/2011 - GLPTB).

23. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 - GLDEM).

24. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDEM).

25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

26. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 331/2011).

30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

31. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.

32. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

33. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
34. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF nº 154/2012-GLPMDB).
35. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
36. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 087/2012-GLDBAG).
37. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
38. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
39. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 105/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 138/2012 - GLDBAG).
45. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
46. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
47. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
48. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 357/2012).
49. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
50. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias e Flexa Ribeiro, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes (Ofício nº 16/13-GLPSDB).
51. Em 07.02.2013, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº. 13/2013-BLUFOR).
52. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Ofício nº 31/13-GLPSDB).
53. Em 21.02.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
54. Em 21.02.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
55. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 40/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Valdir Raupp, Ivo Cassol e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Eduardo Braga, João Alberto Souza e a Senadora Ana Amélia, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
56. Em 26.02.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Vicente Claudino (Of. nº 27/2013-BLUFOR).
57. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que assume a suplência (Of. 069/2013 -GLPMDB).
58. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 33/2013 - CMA).
59. Em 27.02.2013, os Senadores Eduardo Amorim e Blairo Maggi são designados membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição aos Senadores Gim e Fernando Collor, que passam a ocupar a suplência na Comissão (OF. BLUFOR nº 37/2013).
60. Em 04.03.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. 040/2013 -GLDBAG).
61. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (Of nº 87/2013 - GLPMDB).
62. Em 07.03.2013, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. 041/2013 -GLDBAG).

63. Vago, em virtude de a Senadora Ana Rita ter sido designada membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 41/20113 - GLDBAG).
64. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
65. Em 20.03.2013, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Fernando Collor são designados como membros titulares, e os Senadores Gim e João Costa membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 46/2013-BLUFOR).
66. Em 08.04.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 78/2013-BLUFOR).
67. Em 11.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 64/2013 - GLDBAG).
68. Em 18.04.2013, o Senador Vital do Rego é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 154/2013-GLPMDB).
69. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
70. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 89/2013-BLUFOR).
71. Vago em virtude do desligamento do Senador Vicentinho Alves da Comissão (Of. nº 103/2013 - BLUFOR).
72. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
73. Em 12.08.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 155/2013-GLPSDB).
74. Em 27.08.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente na Comissão (Of. nº 161/2013 - GLPSDB).
75. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
76. Em 31.10.2013, os Senadores Wellington Dias e José Pimentel são designados como membros suplentes, em substituição aos Senadores Delcídio do Amaral e João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 129/2013-GLDBAG).
77. Em 06.11.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a vaga de suplente (Of. nº 132/2013 - GLDBAG).
78. Em 06.11.2013, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. nº 132/2013 - GLDBAG).
79. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
80. Em 11.2.2014, o Senador Humberto Costa é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 15/2014 - GLDBAG).
81. O Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
82. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
83. Em 19.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.19/2014-BLUFOR).
84. Em 25.3.2014, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 21/2014 - GLPSDB).
85. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 26.03.2014, conforme Requerimento nº 267, de 2014, aprovado no dia 26.03.2014.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽³⁾	
Jorge Viana (PT)	1. VAGO ⁽¹³⁾
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Aníbal Diniz (PT) ^(2,6)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁰⁾	
VAGO ⁽⁹⁾	1. Eduardo Braga (PMDB)
VAGO ^(7,15)	2. VAGO ^(4,9,11)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(1,8)	1. VAGO ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Eduardo Amorim (PSC) ^(5,14)	1. VAGO ⁽¹³⁾

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 5. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
 7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. nº 34/2012/CMA).
 6. Em 27.2.2012, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 8. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 9. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 11. Vago, em 13.06.2012, em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. nº 154/2012-GLPMDB).
 12. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
 13. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares e João Vicente Claudino deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
 14. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013/CMA).
 15. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.
- ****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ^(18,22,21)

VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) ⁽¹⁸⁾

RELATOR: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽¹⁸⁾

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽²⁾	
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁷⁾	1. VAGO ^(7,16)
VAGO ⁽¹⁶⁾	2. Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(1,5)
Anibal Diniz (PT)	3. VAGO ^(7,9,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁶⁾	
VAGO ^(7,21,22)	1. Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹¹⁾
Ivo Cassol (PP) ⁽²⁰⁾	2. Vital do Rêgo (PMDB) ^(8,19)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Eunício Oliveira (PMDB) ^(16,20)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ⁽⁶⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(3,7,12)	1. Eduardo Amorim (PSC) ^(7,13,14,15,17)

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
4. Vago em razão de o Senador Jayme Campos não pertencer mais à Comissão (OF. GLDEM 74/2011).
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
8. Vago em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. GLPMDB nº 154/2012).
9. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
10. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CMA (Of. nº 087/2012 - GLDBAG).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

14. Em 19.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 279/2012/CMA).

15. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

16. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares, Lobão Filho e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

17. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

18. Em 16.04.2013, os Senadores Sérgio Souza e Aníbal Diniz foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, e designado relator o Senador Cícero Lucena, na Subcomissão (Of. nº 86/2013-CMA).

19. Em 08.05.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 155/2013-GLPOMDB).

20. Em 08.05.2013, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passará a exercer a suplência (Of. nº 153/2013-GLPOMDB).

21. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

22. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentino Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹³⁾

RELATOR: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽¹³⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽²⁾	
Jorge Viana (PT) ⁽⁶⁾	1. Anibal Diniz (PT) ^(6,9)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. VAGO ⁽¹⁴⁾
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁸⁾	
VAGO ^(1,3,4,7,15)	1. Ivo Cassol (PP) ⁽¹⁰⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹¹⁾	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ⁽⁸⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(5,9,12)	1. VAGO ⁽¹⁴⁾

Notas:

1. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
4. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
5. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
6. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 16.04.2012, os Senadores Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).
10. Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CMABMONTE, que comunica a eleição dos Senadores Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, para Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente.

14. Em 19.03.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

15. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 33, de 2013, com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a implantação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(1,3)

Instalação: 01/10/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Anibal Diniz (PT) ⁽²⁾	1. Jorge Viana (PT) ⁽²⁾
VAGO ^(2,4)	2. Vanessa Grazziotin (PCdoB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾	1. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC) ⁽²⁾	1. Blairo Maggi (PR) ^(2,5)

Notas:

1. Em 01.10.2013, foi instalada a Subcomissão; foram eleitos os Senadores Cícero Lucena e Eduardo Amorim, como Presidente e Vice-Presidente, respectivamente; e designado o Senador Rodrigo Rollemberg, como Relator (Of. 179/2013-CMA).

2. Em 01.10.2013, os Senadores Anibal Diniz, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Cícero Lucena e Eduardo Amorim, foram designados membros titulares; a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Jorge Viana, Vital do Rêgo, Flexa Ribeiro e Blairo Maggi, foram designados membros suplentes na Subcomissão (Of. 179/2013-CMA).

3. Em 19.02.2014, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Relatora da Subcomissão, em virtude do desligamento do Senador Rodrigo Rollemberg (Memo. nº 2/2014/CMARS).

4. Em 19.02.2014, o Senador Rodrigo Rollemberg deixa de compor a Subcomissão (Of. nº 4/2014-GLPSB).

5. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽⁶⁰⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁰⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(14,66)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB) ^(47,50,59)	2. Eduardo Suplicy (PT) ^(12,23)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁸⁾	4. Aníbal Diniz (PT) ^(13,24,26)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Wellington Dias (PT) ^(10,37,38,72)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(21,59,77)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴¹⁾	
Roberto Requião (PMDB) ^(58,67,75)	1. VAGO ^(6,8,25,32,58,75,81)
VAGO ^(2,11,27,28,29,40,58,70)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(36,58)
Paulo Davim (PV) ^(31,33,39,58)	3. VAGO
Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(16,30,58,62,74,76)	4. VAGO ⁽¹⁹⁾
Sérgio Petecão (PSD) ^(18,58)	5. VAGO ⁽¹¹⁾
Lídice da Mata (PSB) ^(74,76,78)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(3,7,15,34,44,61,71)	1. VAGO ^(5,22,57)
VAGO ⁽⁴⁾	2. VAGO ⁽⁵⁶⁾
VAGO ^(17,35,43,52)	3. Wilder Moraes (DEM) ⁽⁴⁶⁾
	4.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(41,49)	
Magno Malta (PR) ^(1,54,65)	1. João Vicente Claudino (PTB) ^(45,53,65,79)
Gim (PTB) ^(9,42,64,65,69)	2. VAGO ^(63,65,79,80)
Marcelo Crivella (PRB) ^(65,73,82,83)	3. VAGO ^(48,51,55,65)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).

4. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

9. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

10. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).

11. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB)

12. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

13. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

17. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

18. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

19. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

21. Em 17.10.2012, vago em razão da designação da Senadora Lídice da Mata como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 133/2012-GLDBAG).

22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

23. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

24. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

26. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

27. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

28. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

30. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)

29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)
33. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 324/2011).
34. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
35. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
36. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
37. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
38. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
39. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
40. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
41. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
42. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 10/2012-GLBUF).
43. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 16/2012-GLDEM).
44. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
45. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012/BLUFOR).
46. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. GLDEM nº 48/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
49. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
50. Em 17.10.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 133/2012-GLDBAG).
51. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 100/2012/BLUFOR/SF).
52. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
53. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
56. Em 07.02.2013, o Senador Cyro Miranda deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Cássio Cunha Lima deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
58. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 41/2013, designando os Senadores Casildo Maldaner, Pedro Simon, Paulo Davim, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Roberto Requião e Ricardo Ferraço como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
59. Em 27.02.2013, o Senador João Cabipiribe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar a suplência em vaga destinada ao Bloco (Of. nº 30/2013 - GLDBAG).
60. Em 28.02.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Rita e o Senador João Cabipiribe para ocuparem os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 04/2013 - CDH).
61. Em 1º.03.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 59/2013- GLPSDB).
62. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (Of. nº 88/2013 - GLPMDB).
63. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 61/2013).
64. Em 19.03.2013, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor a Comissão (Of. nº 66/2013-BLUFOR).

65. Em 19.03.2013, é designado membro titular o Senador Magno Malta para integrar o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 47/2013).
66. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
67. Vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
68. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 52/2013-GLDBAG).
69. Em 26.03.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 71/2013).
70. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (Of. nº 191/2013-GLPMDB).
71. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
72. Em 12.09.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Lopes (Of. nº 120/2013-GLDBAG).
73. Em 17.09.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 139/2013-BLUFOR).
74. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 289/2013-GLPMDB).
75. Em 17.10.2013, o Senador Roberto Requião deixa a suplência e passa a ser titular e o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Ofs. 287 e 288/2013-GLPMDB).
76. Em 18.10.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo em vagas cedidas pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 125/2013-GLDBAG).
77. Em 25.10.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 127/2013-GLDBAG).
78. Em 25.10.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, em vaga cedida (Of. nº 126/2013-GLDBAG).
79. Em 5.11.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Osvaldo Sobrinho são designados membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 194/2013-BLUFOR).
80. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
81. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
82. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
83. Em 17.03.2014, o Senador Marcelo Crivela é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Lopes (Of. nº 29/2014-BLUFOR).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Paulo Paim (PT) ⁽⁷⁾
Lídice da Mata (PSB)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,6)	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

6. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. nº 16/2012-GLDEM).

7. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 52/2013-CDH, que comunica a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria; e a eleição das Senadoras Lídice da Mata e Ângela Portela, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. TEMP. DE COMB. À PEDOFILIA, PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Instalação: 05/04/2013

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Eduardo Suplicy (PT)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	1.

Notas:

1. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.48/2013-CDH, que comunica a designação dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e Anibal Diniz como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

***. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 62/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria; a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular no Bloco Parlamentar Minoria; e a eleição dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

Finalidade: Examinar e esclarecer as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽¹⁾

Instalação: 03/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Randolfe Rodrigues (PSOL)	1. Paulo Paim (PT)
João Capiberibe (PSB)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1.

Notas:

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.46/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; e a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Lídice da Mata (PSB)	2. Anibal Diniz (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Paulo Davim e a Senadora Lídice da Mata como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

2. Em 10.04.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. 64/2013-CDH).

3. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.45/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata como membros titulares e do Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁴¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) ⁽⁴¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(7,48)	
Jorge Viana (PT) ⁽⁴³⁾	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL) ^(43,44,49)
Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(4,6)	3. Gleisi Hoffmann (PT) ^(3,60)
Aníbal Diniz (PT) ^(5,8,9,44)	4. Marcelo Crivella (PRB) ^(17,18,61,62)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) ⁽¹⁶⁾
Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴²⁾	6. João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(40,57)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	2. João Alberto Souza (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Pedro Simon (PMDB) ^(23,24,27,40)	3. Roberto Requião (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	4. Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	5. Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁰⁾
Francisco Dornelles (PP) ⁽⁴⁰⁾	6. Sérgio Petecão (PSD) ^(12,13,14,21,28,32,33,40)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB) ^(38,39)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁸⁾
Paulo Bauer (PSDB) ^(2,38)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁸⁾
José Agripino (DEM)	3. Jayme Campos (DEM) ^(10,30,45,55,56,58,59)
Cyrol Miranda (PSDB) ⁽⁵⁰⁾	4. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(22,29)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(47,51,52)	1. Gim (PTB) ^(34,46,47)
Fernando Collor (PTB) ^(31,47)	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(1,47)
Magno Malta (PR) ^(25,26,35,36,47)	3. Armando Monteiro (PTB) ^(19,20,37,47,54)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyrol Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular, e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

3. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

6. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

9. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

10. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 060/2011-GLDEM).

11. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

12. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

13. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

14. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

15. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)

16. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)

17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

18. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

20. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

24. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).

25. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

26. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).

27. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).
28. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 191/2012).
29. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
30. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
31. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
32. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
33. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2012).
34. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
35. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
36. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 217/2012-BLUFOR).
37. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciou-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
38. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
39. Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 55/2013-GLPSDB).
40. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
41. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CRE).
42. Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
43. Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLDBAG nº 29/2013).
44. Em 07.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
45. Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 14/2013-GLDEM).
46. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 033/2013).
47. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
48. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
49. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).
50. Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 110/2013-GLPSDB).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 83/2013-BLUFOR).
53. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 127/2013-GLPDSB).
54. Em 06.08.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 155/2013-BLUFOR).
55. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
56. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
57. Em 14.11.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. GLPMDB nº 309/2013).
58. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
59. Em 04.02.2014, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
60. Em 12.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (OF. GLDBAG nº 16/2014).
61. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
62. Em 18.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Lopes e cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 26/2014 - GLDBAG e Of. nº 46/2014 - BLUFOR).

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽³⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR) (8,9,10,11,12)
Lindbergh Farias (PT)	2. Marcelo Crivella (PRB) (2,4,13,15)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁷⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. VAGO (5,6,14)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PCdoB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (1)

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
5. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
6. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
8. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
9. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
10. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro suplente da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
11. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
12. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

13. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

14. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

15. Em 20.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. 51/2014-CRE).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

****. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

*****. Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(8,9,10,6,7)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Marcelo Crivella (PRB) ^(11,12,3,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

- Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
- Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
- Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
- Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
- Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).
- Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
- Em 20.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. 51/2014-CRE).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

****. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽⁶⁾	
Blairo Maggi (PR) (15,16,18,21,22)	1. Marcelo Crivella (PRB) (11,12,24,25)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO ⁽¹⁰⁾
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB) (4,7)	4. VAGO (1,5,9,23)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹³⁾	
VAGO (14,17,19)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2)	1. VAGO (3,8)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ⁽¹³⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (20)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

- Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
- Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
- Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
- Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
- Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

15. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

16. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).

17. Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. Nº 257/2012-CRE/PRES).

18. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).

19. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

20. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

21. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.

22. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

23. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

24. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

25. Em 20.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. 51/2014-CRE).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽⁵²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(59,8)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB) ^(80,82,19,20)
Acir Gurgacz (PDT) ^(43,44,30,31)	5. Pedro Taques (PDT)
VAGO ^(77,18)	6. Lídice da Mata (PSB) ⁽⁶⁷⁾
Inácio Arruda (PCdoB)	7. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁴⁾	
Clésio Andrade (PMDB) ^(33,46,47,54,25,32)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(54,25)
Lobão Filho (PMDB) ^(54,25)	2. VAGO ^(54,75,2,3,10,25)
Eduardo Braga (PMDB) ^(54,25)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(54,25)
Valdir Raupp (PMDB) ^(54,25)	4. Roberto Requião (PMDB) ^(54,9,25)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(54,58,25)	5. Waldemir Moka (PMDB) ^(54,11,21,22,25)
Jader Barbalho (PMDB) ^(54,64,25)	6. Ivo Cassol (PP) ^(54,25)
Ciro Nogueira (PP) ^(54,25)	7. Francisco Dornelles (PP) ^(54,15,16,17,23,25)
Sérgio Petecão (PSD) ^(38,39,49,50,53,54,26,29)	8. Kátia Abreu (PMDB) ^(50,53,54,71,5,6,12,14,26,27,29)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ^(51,55,65)	1. Aécio Neves (PSDB) ⁽⁵¹⁾
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵¹⁾	2. Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁵¹⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ^(51,1,4)	3. Ruben Figueiró (PSDB) ^(51,61,72,4,7)
Wilder Moraes (DEM) ^(36,28)	4. Jayme Campos (DEM) ^(37,68,70,74,76,28)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(40,24)	
Fernando Collor (PTB) ⁽⁶⁰⁾	1. Gim (PTB) ⁽⁶⁰⁾
Cidinho Santos (PR) ^(35,45,57,60,78,79)	2. João Vicente Claudino (PTB) ^(60,66,81)
VAGO ^(34,60,62,63,69,73)	3. Eduardo Amorim (PSC) ^(41,42,48,56,60)
Alfredo Nascimento (PR) ⁽⁶⁰⁾	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽⁶⁰⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

1. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.
2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
3. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
4. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
7. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
9. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
10. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 272/2011 - GLPMDB).
11. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
12. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
16. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
18. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).
21. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
22. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 36/2012).
23. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

24. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
25. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
26. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
27. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
28. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 19/2012-GLDEM).
29. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
30. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
31. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 088/2012-GLDBAG).
32. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
33. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
34. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
35. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Of. Nº 093/2012/BLUFOR/SF).
36. Em 03.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. Nº 045/12-GLDEM).
37. Em 03.09.2012, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em decorrência da designação do Senador Wilder Moraes como titular (Of. Nº 045/12-GLDEM).
38. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
39. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 104/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 140/2012 -GLDBAG).
45. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
46. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
47. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2012).
48. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
49. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
50. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de titular (Of. nº 013/2013-GLPSD).
51. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 014/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros titulares, e os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros suplentes, para compor a Comissão.
52. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Sérgio Petecão Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2013 - CI).
53. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme Of. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.

54. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 63/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Lobão Filho, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Casildo Maldaner, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Francisco Domelles e a Senadora Kátia Abreu, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
55. Vago em razão de o Senador Aloysio Nunes Ferreira não pertencer mais à Comissão (Of. 90/2013-GLPSDB).
56. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 62/2013).
57. Em 13.03.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim (Of. BLUFOR nº 63/2013).
58. Em 13.03.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Casildo Maldaner (Of. GLPMDB nº 114/2013).
60. Em 20.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Fernando Collor, Blairo Maggi, João Costa e Alfredo Nascimento, e como membros suplentes os Senadores Gim, Armando Monteiro, Eduardo Amorim e Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 49/2013).
59. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
61. Vago em 09.04.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. nº 115/2013-GLPSDB).
63. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 86/2013-BLUFOR).
62. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
64. Em 24.04.2013, o Senador Jader Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. 164/2013-GLPMDB).
65. Em 20.05.2013, o Senador Cicero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 134/2013-GLPSDB).
66. Vago, em 6.8.2013, em virtude de o Senador Armando Monteiro não pertencer mais à Comissão (Of. 154/2013-BLUFOR).
67. Em 13.08.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg (Of. nº 112/2013-GLDBAG).
68. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
69. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 174/2013-BLUFOR).
70. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
71. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
72. Em 24.10.2013, o Senador Rubem Figueiró é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 175/13-GLPSDB).
73. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.
74. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
75. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
76. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
77. Em 19.02.2014, vago em virtude de o Senador João Capiberibe deixar de integrar a Comissão (Of. nº 18/2014 - GLDBAG).
79. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 18/2014-BLUFOR).
78. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
80. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
82. Em 18.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Lopes e cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 25/2014 - GLDBAG e Of. nº 45/2014 - BLUFOR).
81. Em 18.03.2014, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 40/2014-BLUFOR).

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Clésio Andrade (PMDB-MG) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Inácio Arruda (PCdoB)	1. Lindbergh Farias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
VAGO ⁽²⁾	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Clésio Andrade (PMDB)	1.
Valdir Raupp (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Antonio Carlos Rodrigues (PR)	1. Alfredo Nascimento (PR)

Notas:

1. Em 5.11.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Inácio Arruda e Clésio Andrade, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 171/2013-CI).

2. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 29.10.2013, foi lido o Ofício nº 160/2013-CI/PRES, designando os Senadores Inácio Arruda, Walter Pinheiro e Eduardo Lopes como titulares e os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); os Senadores Clésio Andrade e Valdir Raupp como titulares (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); o Senador Cícero Lucena como titular e o Senador Flexa Ribeiro como suplente (pelo Bloco Parlamentar da Minoria); e os Senadores Antonio Carlos Rodrigues como titular e o Senador Alfredo Nascimento como suplente (pelo Bloco Parlamentar União e Força) para comporem a Subcomissão.

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

Instalação: 16/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) (1,2)	2. VAGO (5,6,10)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Osvaldo Sobrinho (PTB) (12,13)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
	1. VAGO (3,4,7,8,9,11)

Notas:

1. Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).
2. Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº058/2012 - CI).
3. Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
4. Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
5. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
6. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
7. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
8. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.
9. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 067/2012-PRES/CI).

10. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

11. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

12. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.

13. Em 25.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 146/2013-CI).

*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.

***. Em 10.05.2012, foi lido o Of. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Inácio Arruda (PCdoB)
Wellington Dias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Clésio Andrade (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Vital do Rêgo (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁾	1. Osvaldo Sobrinho (PTB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Fernando Collor (PTB)

Notas:

1. Em 02.10.2013, os Senadores José Pimentel e Eduardo Amorim foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-presidente da Subcomissão (Ofício 154/2013-CI).

2. Em 02.10.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 155/2013-CI).

3. Em 09.10.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular na Subcomissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 157/2013-CI).

*. Em 15.05.2013, foi lido o Ofício nº 56/2013-CI, designando os Senadores José Pimentel e Wellington Dias como titulares e o Senador Inácio Arruda como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo; o Senador Clésio Andrade como titular e os Senadores Ciro Nogueira e Vital do Rêgo como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; o Senador Flexa Ribeiro como titular e o Senador Jayme Campos como suplente do Bloco Parlamentar Minoria; o Senador Eduardo Amorim como titular e o Senador Fernando Collor como suplente na Comissão.

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) ⁽⁴⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(10,49)	
Wellington Dias (PT) ⁽¹⁾	1. João Capiberibe (PSB) ⁽⁴⁴⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁴³⁾	2. Zeze Perrella (PDT) ^(7,11)
Inácio Arruda (PCdoB) ⁽⁴⁵⁾	3. Walter Pinheiro (PT) ^(2,47)
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(32,33,38,39)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁹⁾	
Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴²⁾	1. Eduardo Braga (PMDB) ^(14,42)
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(20,21,22,28,31,42)	2. Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴²⁾
Ana Amélia (PP) ⁽⁴²⁾	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(3,37,42)
Ciro Nogueira (PP) ^(15,34,42)	4. Ivo Cassol (PP) ^(26,42)
Benedito de Lira (PP) ⁽⁴²⁾	5. VAGO ^(8,9,16,18)
Kátia Abreu (PMDB) ^(42,57)	6. VAGO ^(23,24,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(5,12,19,41)	1. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁴¹⁾
Ruben Figueiró (PSDB) ⁽⁴¹⁾	2. Lúcia Vânia (PSDB) ^(6,41)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Wilder Moraes (DEM) ^(4,35)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(29,36)	
Armando Monteiro (PTB) ^(40,48,50)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(50,59)
Eduardo Amorim (PSC) ^(30,50,51,52,55,58,61,62)	2. VAGO ⁽⁵⁰⁾
VAGO ^(50,53,54,56,60)	3. (50)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular, e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).

2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

5. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).

6. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

7. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

8. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

9. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

11. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).

12. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

13. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).

14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

15. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

16. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

18. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

19. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)

20. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

21. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

22. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

23. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

24. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).

25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

26. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

27. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.

28. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.

30. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).

31. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB nº 151/2012).

32. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

33. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 091/2012-GLDBAG).

34. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 277/2012-GLPMDB).
35. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. nº 049/12-GLDEM).
36. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
37. Em 19.10.2012 o Senador Romero Jucá é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 329/2012).
38. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
39. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 141/2012 - GLDBAG).
40. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
41. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ruben Figueiró, como membros titulares; e Senador Cícero Lucena e Senadora Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 15/13-GLPSDB).
42. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 44/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Ricardo Ferraço, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, João Alberto Souza e Ivo Cassol, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
43. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 27/2013 - GLDBAG).
44. Em 27.02.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 031/2013).
45. Em 04.03.2013, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 34/2013 - GLDBAG).
46. Em 05.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 003/2013 - PRES/CDR).
47. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. nº 36/2013 - GLDBAG).
48. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 034/2013).
49. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
50. Em 20.03.2013, os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro e João Costa são designados como membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 50/2013-BLUFOR).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 84/2013-BLUFOR).
53. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
54. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 87/2013-BLUFOR).
55. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 108/2013-BLUFOR).
56. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 175/2013-BLUFOR).
57. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
58. Em 06.11.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 197/2013-BLUFOR).
59. Em 06.11.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 197/2013-BLUFOR).
60. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.
61. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
62. Em 17.02.2014, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 009/2014-BLUFOR).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽¹⁾	
Wellington Dias (PT)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC) ^(2,3,4,6,7)	1.

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
3. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
4. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB nº 140/2012).
7. O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. Nº 119/2012-PRES/CDR).
8. Em 2.4.2014, o Presidente da CDR comunica que os Senadores José Pimentel e Magno Malta não integram mais a Subcomissão (Of. nº 18/2014-PRES/CDR).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽³⁾	
VAGO ⁽⁹⁾	1. VAGO ^(6,7)
VAGO ⁽⁵⁾	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Ivo Cassol (PP) ^(8,11)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽¹⁰⁾

Notas:

1. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
5. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
6. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
7. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CDR (Of. nº 091/2012 - GLDBAG).
8. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
9. Em 2.4.2014, o Presidente da CDR comunica que a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Lobão Filho não integram mais a Subcomissão (Of. nº 18/2014-PRES/CDR)
10. Em 2.4.2014, o Presidente da CDR comunica que o Senador Mozarildo Cavalcanti foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (OF. Nº 18/2014-PRES/CDR)
11. Em 2.4.2014, o Presidente da CDR comunica que o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (OF. Nº 18/2014-PRES/CDR).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
	1.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
	1.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽²⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(1,4)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁷⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(3,6,8)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
	1.

Notas:

1. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
 4. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
 5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
 6. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
 7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 8. Em 2.4.2014, o Presidente da CDR comunica que os Senadores José Pimentel e Cássio Cunha Lima não integram mais a Subcomissão (Of. nº 18/2014-PRES/CDR).
- *. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(15,65)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT) ^(7,10,22,23,57,80)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁶⁷⁾
Zeze Perrella (PDT) ^(11,16)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(38,47)	4. João Durval (PDT)
Eduardo Suplicy (PT) ^(4,67)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁷⁾	
Clésio Andrade (PMDB) ⁽⁶²⁾	1. Romero Jucá (PMDB) ^(28,29,35,52,62)
VAGO ^(62,78)	2. Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁶²⁾
Casildo Maldaner (PMDB) ^(25,26,27,36,49,62)	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(39,40,51,53,62)
Ana Amélia (PP) ⁽⁶²⁾	4. Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶²⁾
Sérgio Petecão (PSD) ^(12,13,19,21,62,76)	5. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶²⁾
Benedito de Lira (PP) ⁽⁶²⁾	6. Ivo Cassol (PP) ^(17,62,76)
Kátia Abreu (PMDB) ^(31,59,61,62,75)	7. Garibaldi Alves (PMDB) ^(32,43,44,58,59,61,63,83)
Waldemir Moka (PMDB) ^(24,33,34,46,66,68,69)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,60,71,73)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁶⁰⁾
Ruben Figueiró (PSDB) ⁽⁶⁰⁾	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(3,9,14,60)
Jayme Campos (DEM) ^(72,74,77,79)	3. Cícero Lucena (PSDB) ^(5,18,48,70)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(37,45)	
Gim (PTB) ^(1,8,49,50)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(6,54)
	2. Cidinho Santos (PR) ^(24,41,42,55,56,81,82)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões

Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (Of. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.

4. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).

5. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).

7. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

8. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).

9. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

10. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).

11. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

14. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme Of. Nº 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).

22. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).

23. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).

24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

26. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 329/2011).

30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).

32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).

33. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

34. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

35. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
39. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
40. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
41. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
42. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 082/2012/BLUFOR/SF).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (OF. Nº 163/2012-BLUFOR).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
48. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
49. Em 06.11.2012, retorna ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao Bloco Parlamentar da Maioria, e seu ocupante, o Senador Sérgio Souza, fica designado como membro titular deste Bloco na Comissão (Of. GLPMDB nº 338/2012).
50. Em 06.11.2012, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. Nº 167/2012/BLUFOR).
51. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
52. Em 23.11.2012, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2012).
53. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 358/2012).
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
56. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 216/2012-BLUFOR).
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
59. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de suplente (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
60. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 011/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Ruben Figueiró, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
62. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 45/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Sérgio Souza, Casildo Maldaner, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
63. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 070/2013).
64. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 19/2013-CRA).
65. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
66. Em 20.03.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 68/2013-BLUFOR).
67. Em 26.03.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 56/2013-GLDBAG).
68. Vaga cedida provisoriamente ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 75/2013-BLUFOR).

69. Em 04.04.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco União e Força (Ofício nº 138/2013-GLPMDB).
70. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 128/2013-GLPDSB).
71. Vago, em 11.9.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. 163/2013-GLPSDB).
72. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
73. Em 16.09.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 166/2013-GLPSDB).
74. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
75. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
76. Em 23.10.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria em substituição ao Senador Ivo Cassol, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. 290/2013-GLPMDB).
77. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
78. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
79. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
80. Em 11.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antônio Russo (Of. nº 12/2014 - GLDBAG).
81. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
82. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 20/2014-BLUFOR).
83. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 26.03.2014, conforme Requerimento nº 267, de 2014, aprovado no dia 26.03.2014.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Notas:**

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3303 3506**Fax:** 3303 1017**E-mail:** marcello@senado.gov.br**10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA
BRASILEIRA**

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3303 3506**Fax:** 3303 1017**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ⁽³⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Alfredo Nascimento (PR-AM) ⁽³⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(7,38)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT) ⁽³²⁾	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(33,40)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) ^(10,12)
João Capiberibe (PSB) ^(8,9,17)	4. Lídice da Mata (PSB)
Aníbal Diniz (PT) ⁽⁴⁰⁾	5. Marcelo Crivella (PRB) ^(1,19,20,44,45)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²¹⁾	
Lobão Filho (PMDB) ⁽³¹⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(2,4,11,31)
João Alberto Souza (PMDB) ^(22,23,27,28,31)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³¹⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽³¹⁾	3. Ivo Cassol (PP) ⁽³¹⁾
Luiz Henrique (PMDB) ^(31,36)	4. Benedito de Lira (PP) ^(26,31)
Ciro Nogueira (PP) ⁽³¹⁾	5. VAGO ^(5,6,13,15,35,43)
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³¹⁾	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(30,37)	1. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(30,37,46)
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁰⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁰⁾
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(21,24)	
Gim (PTB) ^(25,39)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽³⁹⁾
Alfredo Nascimento (PR) ^(3,16,39)	2. VAGO ^(16,29,39,41,42)
Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁹⁾	3. (39)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular, e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 026/2011-GLDBAG).
2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
3. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDDB).
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
9. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
10. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).
11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDDB).
12. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).
13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDDB nº 294/2011).
16. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
17. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).
18. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).
21. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
22. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
23. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDDB nº 181/2012).
24. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
25. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
26. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDDB nº 346/2012).
27. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

28. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 360/2012).
29. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
30. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 012/13, da Liderança do PSDB, confirmando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes, para compor a Comissão.
31. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 46/2013, designando os Senadores Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
32. Em 27.02.2013, o Senador Zezé Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz (Of. GLDBAG nº 032/2013).
33. Em 05.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 033/2013).
34. Em 06.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Zeze Perrella e Alfredo Nascimento, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 005/2013-CCT).
36. Em 07.03.2013, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. GLPMDB nº 075/2013).
35. Em 07.03.2013, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (Of. GLPMDB nº 093/2013).
37. Em 11.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. GLPSDB nº 087/2013).
38. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
39. Em 20.03.2013, são designados os Senadores Gim, Alfredo Nascimento e Eduardo Amorim e como suplente o Senador Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 52/2013).
40. Em 26.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 55/2013-GLDBAG).
41. Em 17.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 170/2013-BLUFOR).
42. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
43. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
44. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
45. Em 18.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Lopes e cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 27/2014 - GLDBAG e Of. nº 47/2014 - BLUFOR).
46. Em 1.4.2014, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente pelo Bloco da Minoria na Comissão (Of. nº 22/2014-GLPSDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**Notas:**

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3303-1120**E-mail:** scomcct@senado.gov.br**11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ELABORAÇÃO DO MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO EM TERRAS RARAS NO BRASIL**

Finalidade: Subcomissão Temporária para elaboração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de terras-raras no Brasil criada pelo RQT nº 22/2012, com a finalidade de discutir ações para os minerais estratégicos para o país, com a criação de um novo marco regulatório, que possibilite o desenvolvimento de uma cadeia produtiva para o setor, com o prazo até a conclusão da tarefa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Anibal Diniz (PT-AC) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽¹⁾**Instalação:** 03/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Anibal Diniz (PT)	1. Angela Portela (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. Gim (PTB)

Notas:

1. Em 03.04.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Anibal Diniz e Aloysio Nunes Ferreira Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, desse colegiado (OF. 020/2013-CCTSTTR/SF).

*. Em 26.03.2013 foi lido o OF. nº 19/2013-CCT designando os Senadores Anibal Diniz, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Aloysio Nunes Ferreira e Alfredo Nascimento como titulares e os Senadores Angela Portela, Lobão Filho, Ivo Cassol, Flexa Ribeiro e Gim como suplentes na Subcomissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3303-1120**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**PRESIDENTE:** Senador Luiz Henrique (PMDB-SC)**RELATOR:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁾	
Luiz Henrique (PMDB) ⁽²⁾	1.
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾	2.
Ana Amélia (PP) ⁽²⁾	3.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽¹⁾	
Cristovam Buarque (PDT) ⁽³⁾	1. Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾
Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	2. Inácio Arruda (PCdoB) ⁽³⁾
Walter Pinheiro (PT) ^(3,8)	3. Pedro Taques (PDT) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁾	1.
Wilder Moraes (DEM) ⁽⁷⁾	2. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Cidinho Santos (PR) ^(4,9,10)	1.
Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾	2.

Notas:

1. Vaga adicional compartilhada entre os dois Blocos.

2. Em 27.08.2013, foram designados os Senadores Luiz Henrique, Ricardo Ferraço e Ana Amélia, como membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 254/2013-GLPMDB).

3. Em 27.08.2013, foram designados os Senadores Cristovam Buarque, Humberto Costa e Paulo Paim, como membros titulares; a Senadora Lídice da Mata e os Senadores Inácio Arruda e Pedro Taques, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 95/2013-GLDBAG).

4. Em 27.08.2013, os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim são designados como membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 113/2013-BLUFOR).

5. Em 27.08.2013, o Senador Cyro Miranda é designado como membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 162/2013-GLPSDB).

7. Em 27.08.2013, o Senador Wilder Moraes é designado como membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, de acordo com fala da Presidência da sessão deliberativa ordinária de 27.08.2013

6. Em 27.08.2013, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 29/2013-GLDEM).

8. Em 17.10.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 124/2013-GLDBAG).

9. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.

10. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 21/2014-BLUFOR).

Secretário(a): Flávio Roberto de Almeida Heringer**Telefone(s):** 3303-3487 (ou 2024)**E-mail:** csf@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR (Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/09/2013

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 17.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)***Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
VAGO (3)		1.	VAGO
Valdir Raupp (RO)		2.	VAGO
João Alberto Souza (MA)		3.	VAGO
Romero Jucá (RR)		4.	VAGO
PT			
Wellington Dias (PI)		1.	Jorge Viana (AC)
Ana Rita (ES)		2.	Paulo Paim (RS)
Anibal Diniz (AC)		3.	Angela Portela (RR)
PSDB			
Mário Couto (PA)		1.	Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)		2.	VAGO
PTB			
Gim (DF)		1.	João Vicente Claudino (PI)
PP			
Ciro Nogueira (PI)		1.	
PDT			
Acir Gurgacz (RO)		1.	
PSB			
Lídice da Mata (BA)		1.	Antonio Carlos Valadares (SE)
DEM			
Jayme Campos (MT) (2)		1.	Maria do Carmo Alves (SE)
PR			
Antonio Carlos Rodrigues (SP)		1.	VAGO
PSD			
Sérgio Petecão (AC)		1.	Kátia Abreu (PMDB-TO)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)			
VAGO			

Atualização: 03/02/2014**Notas:**

*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.

1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

2. O Senador Jayme Campos licenciou-se a partir do dia 13.09.2013, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme Requerimento nº 1.047/2013, aprovado em 10.09.2013.

3. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

SENADOR	CARGO
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) ⁽²⁾	COORDENADOR

Atualização: 05/11/2013

Notas:

1. Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado para ocupar a vaga do PR em 21.02.2013
2. O Senador Antonio Carlos Rodrigues foi designado Coordenador conforme Ato do Presidente nº 34, de 2013, publicado no Boletim Administrativo do Senado Federal nº 5312, de 12.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260
E-mail: scop@senado.leg.br

4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 06/03/2013

Notas:

1. Designada pelo Presidente do Senado Federal na sessão de 06.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): (61) 3303-5255 **Fax:** (61) 3303-5260
E-mail: scop@senado.leg.br

5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 05/11/2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260
E-mail: scop@senado.leg.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 11/02/2011**5ª Designação:** 11/03/2013**6ª Designação:** 12/02/2009**MEMBROS****PMDB**

Pedro Simon (RS)

PT

Angela Portela (RR)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PTB

VAGO

PP

Ciro Nogueira (PI)

PDTJoão Durval (BA) ⁽³⁾**PSB**

Lídice da Mata (BA)

DEM

Maria do Carmo Alves (SE)

PR

VAGO

PSD

Kátia Abreu (PMDB-TO)

PCdoBVanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRBVAGO ⁽⁴⁾**PSC**

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 21/02/2014**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPB n° 004/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitas na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.
3. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GLD PDT n° 005/2014, datado de 18.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 21.02.2014.
4. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. n° 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258**E-mail:**scop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁴⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

Waldemir Moka (MS)

PT

Delcídio do Amaral (MS)

PSDB

Cyro Miranda (GO)

PTB

Armando Monteiro (PE)

PP

Ivo Cassol (RO)

PDTAcir Gurgacz (RO) ⁽²⁾**PSB**

Rodrigo Rollemberg (DF)

DEM

José Agripino (RN)

PR

Antonio Carlos Rodrigues (SP)

PSD

Sérgio Petecão (AC)

PCdoBInácio Arruda (CE) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRBVAGO ⁽³⁾**PSC**

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 26/03/2014

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPB n° 001/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GLPDT n° 007/2014, datado de 17.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 21.02.2014.
3. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. n° 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
4. Eleitos na 1ª reunião do Conselho, realizada em 26.03.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA*(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾**1ª Designação:** 30/11/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 21/03/2012**4ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

Jarbas Vasconcelos (PE)

PT

Paulo Paim (RS)

PSDB

Cícero Lucena (PB)

PTBVAGO ⁽²⁾**PP**

Ana Amélia (RS)

PDTCristovam Buarque (DF) ⁽⁴⁾**PSB**

João Capiberibe (AP)

DEM

José Agripino (RN)

PR

VAGO

PSD

Sérgio Petecão (AC)

PCdoBVanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRBMarcelo Crivella (RJ) ⁽⁵⁾**PSC**

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 17/03/2014

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GLPCB nº 005/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
3. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 16/04/2013.
4. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GLDPDT nº 006/2014, datado de 17.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 21.02.2014.
5. Designado para ocupar a vaga do PRB, anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Lopes, conforme Of. nº 30/2014-BLUFOR, datado de 17.03.2014, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

MEMBROS**PMDB**

Casildo Maldaner (SC)

PT

Anibal Diniz (AC)

PSDB

VAGO

PTB

VAGO

PP

Ciro Nogueira (PI)

PDT

Cristovam Buarque (DF) ⁽³⁾

PSB

João Capiberibe (AP) ⁽⁵⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE)

PR

Cidinho Santos (MT)

PSD

Sérgio Petecão (AC)

PCdoB

VAGO ⁽¹⁾

PV

Paulo Davim (RN)

PRB

VAGO ⁽⁴⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

SDD

Vicentinho Alves (TO)

PROS**Atualização:** 01/04/2014**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPB n° 002/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 17.04.2013.
3. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GLPDT n° 008/2014, datado de 17.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 21.02.2014.
4. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. n° 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
5. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of.GLPB n° 0012/2014, datado de 31.03.2014, lido na sessão do Senado Federal de 1º.04.2014

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽²⁾**1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

Luiz Henrique (SC)

PT

Jorge Viana (AC)

PSDB**PTB**

João Vicente Claudino (PI)

PP

Ivo Cassol (RO)

PDT**PSB**

Rodrigo Rollemberg (DF)

DEM

Wilder Moraes (GO)

PRCidinho Santos (MT) ⁽⁵⁾**PSD**

Kátia Abreu (PMDB-TO)

PCdoBVanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRBVAGO ⁽⁴⁾**PSC**

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Representante da sociedade civil organizadaAndré Lima ⁽³⁾**Pesquisador com produção científica relevante**Paulo Sérgio Bretas de Almeida Salles ⁽³⁾**Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente**Rui Carlos Ottoni ⁽³⁾**Atualização:** 17/03/2014**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 003/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 24.04.2013.
3. Designado conforme Of.º 130, de 2013/CMA, datado de 10.07.2013, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
4. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
5. Designado para ocupar a vaga do PR, anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi, conforme Of. nº 027/2014-BLUFOR, datado de 13.03.2014, lido na sessão do Senado Federal de 17.03.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258 **Fax:** 3303.5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

11) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 22/08/2013**MEMBROS****PMDB**Luiz Henrique (SC) ⁽¹⁰⁾**PT**Paulo Paim (RS) ⁽¹¹⁾**PSDB**Lúcia Vânia (GO) ⁽⁸⁾**PTB****PP**Ana Amélia (RS) ⁽⁶⁾**PDT**João Durval (BA) ⁽⁷⁾**PSB**Lídice da Mata (BA) ⁽¹²⁾**DEM**Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁵⁾**PR****PSD**Kátia Abreu (PMDB-TO) ⁽³⁾**PCdoB**Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾**PV****PRB**VAGO ^(2,13)**PSC**Eduardo Amorim (SE) ⁽⁹⁾**PSOL**Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁴⁾**Atualização:** 06/09/2013

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GSINAR nº 169/2013, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
2. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme Of.nº 0235/2013-GSEL, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
3. Designada para ocupar a vaga do PSD, conforme Of.nº 0032/2013-GLPSD, datado 16.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
4. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.GSRR nº 00134/2013, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
5. Designada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº34/2013-GLDEM, datado 19.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº55/2013-GLDPP, datado 22.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 23.08.2013.
7. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of. nº 11/2013-GLDPDT, datado de 21.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 26.08.2013.
8. Designada para ocupar a vaga do PSDB, conforme Of. nº 160/2013-GLPSDB, datado de agosto de 2013, lido na sessão do Senado Federal de 27.08.2013.
9. Designado para ocupar a vaga do PSC, conforme nº 218/2013, datado de 16.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 28.08.2013.
10. Designado para ocupar a vaga do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 256/2013, datado de 29.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 29.08.2013.
11. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme Of. GLDPT nº 033/2013, datado de 27.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 29.08.2013.
12. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 0091/2013-GLPSB, datado de 27.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 06.09.2013.
13. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP****Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br

12) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁴⁾**1ª Designação:** 20/12/2013**MEMBROS****PMDB**Ricardo Ferraço (ES) ⁽⁸⁾**PT**Paulo Paim (RS) ⁽⁹⁾**PSDB****PTB****PP****PDT**Acir Gurgacz (RO) ⁽¹⁾**PSB**Lídice da Mata (BA) ⁽²⁾**DEM****PR**Cidinho Santos (MT) ⁽¹²⁾**PSD**Sérgio Petecão (AC) ⁽³⁾**PCdoB**Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾**PV**Paulo Davim (RN) ⁽¹¹⁾**PRB**VAGO ^(5,13)**PSC**Eduardo Amorim (SE) ⁽⁶⁾**PSOL**Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁷⁾**SDD**

Vicentinho Alves (TO) ⁽¹⁰⁾

Atualização: 19/03/2014

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of. GLDPDT nº 017, datado de 17.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
2. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. GLPSB nº 111, datado de 09.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
3. Designado para ocupar a vaga do PSD, conforme Of. GLPSD nº 0039, datado de 06.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of. GSINAR nº 313, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
5. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme Of. GSEL nº 0315, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
6. Designado para ocupar a vaga do PSC, conforme Of. nº 324, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
7. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of. GSRR nº 212, datado de 11.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
8. Designado para ocupar a vaga do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 322, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 002/2014-GLDPT, datado de 17.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 18.02.2014.
10. Designado para ocupar a vaga do SDD, conforme Of. GSVALV nº 176, datado de 10.03.2014, lido na sessão do Senado Federal de 11.03.2014.
11. Designado para ocupar a vaga do PV, conforme Of. GSPDAV nº 007, datado de 13.03.2014, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi, conforme Of. nº 028/2014-BLUFOR, datado de 13.03.2014, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
14. Eleitos na 1ª reunião do Conselho, realizada em 19.03.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO (Resolução nº 1/2006-CN)

Processado referente à **composição de 2014: OFN nº 10/2014**

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados ²

COMPOSIÇÃO ³

Presidente: Deputado Devanir Ribeiro (PT/SP) ⁵
1º Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA) ⁵
2º Vice-Presidente: Deputado Luiz Fernando Machado (PSDB/SP) ⁵
3º Vice-Presidente: Senador Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP) ⁵

Relator do PLDO / 2015:

Relator do PLOA / 2015:

Relator da Receita:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
Eunício Oliveira (PMDB/CE)	1. João Alberto Souza (PMDB/MA)
Romero Jucá (PMDB/RR)	2. Vital do Rêgo (PMDB/PB)
Waldemir Moka (PMDB/MS)	3. Valdir Raupp (PMDB/RO) ⁴
Ana Amélia (PP/RS)	4.
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PSOL)	
Gleisi Hoffmann (PT/PR)	1. João Capiberibe (PSB/AP)
Jorge Viana (PT/AC)	2. Angela Portela (PT/RR)
Zeze Perrella (PDT/MG)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO)	1. Ruben Figueiró (PSDB/MS)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PRB)	
Antonio Carlos Rodrigues (PR/SP)	1. Gim (PTB/DF)
Marcelo Crivella (PRB/RJ)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)
SDD ¹	
Vicentinho Alves (SDD/TO)	1. Ataídes Oliveira (PROS/TO)

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

3- Designação na Sessão do Senado Federal de 19-3-2014.

4- Designado o Senador Valdir Raupp, como membro suplente, em substituição ao Senador Luiz Henrique, em 24-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 58 de 2014, da Liderança do PMDB.

5- Mesa eleita em 25-3-2014.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Beto Faro (PT/PA)	1. Assis Carvalho (PT/PI)
Devanir Ribeiro (PT/SP)	2. Márcio Macêdo (PT/SE)
Luiz Alberto (PT/BA)	3. Cláudio Puty (PT/PA) ⁹
Pedro Uczai (PT/SC)	4. Reginaldo Lopes (PT/MG)
Waldenor Pereira (PT/BA)	5. Ronaldo Zulke (PT/RS)
PMDB	
Alexandre Santos (PMDB/RJ)	1. Alceu Moreira (PMDB/RS)
Geraldo Resende (PMDB/MS)	2. João Magalhães (PMDB/MG) ⁶
Gastão Vieira (PMDB/MA) ⁶	3. Hermes Parciannelo (PMDB/PR) ¹¹
Sandro Mabel (PMDB/GO) ⁶	4.
Lucio Vieira Lima (PMDB/BA) ¹¹	5.
PSDB	
Luiz Fernando Machado (PSDB/SP)	1.
Nilson Leitão (PSDB/MT)	2.
Rodrigo de Castro (PSDB/MG)	3.
PSD	
Eduardo Sciarra (PSD/PR)	1. Eliene Lima (PSD/MT)
Jaime Martins (PSD/MG)	2. Roberto Dornier (PSD/MT)
Urzeni Rocha (PSD/RR) ⁵	3. Moreira Mendes (PSD/RO) ⁵
PP	
Betinho Rosado (PP/RN)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
João Leão (PP/BA) ¹⁰	2. Lázaro Botelho (PP/TO)
Vilson Covatti (PP/RS)	3. Sandes Júnior (PP/GO)
PR	
Luciano Castro (PR/RR)	1. João Carlos Bacelar (PR/BA)
Milton Monti (PR/SP)	2. João Maia (PR/RN)
PSB	
Alexandre Toledo (PSB/AL)	1. Alexandre Roso (PSB/RS)
Sandra Rosado (PSB/RN)	2. Paulo Foletto (PSB/ES)
DEM	
Felipe Maia (DEM/RN)	1.
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	2.
SDD	
Henrique Oliveira (SDD/AM) ⁸	1. Benjamin Maranhão (SDD/PB) ⁸
PTB	
Wilson Filho (PTB/PB)	1. Arnon Bezerra (PTB/CE)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Eurico Júnior (PV/RJ)	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP)
PROS	
Givaldo Carimbão (PROS/AL) ⁷	1. Dr. Jorge Silva (PROS/ES) ⁷
PDT	
Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)	1. Marcos Rogério (PDT/RO)
PCdoB	
Daniel Almeida (PCdoB/BA)	1. João Ananias (PCdoB/CE)
PSC	
Silvio Costa (PSC/PE)	1.

PRB	
Cleber Verde (PRB/MA)	
PSOL ¹	
Ivan Valente (PSOL/SP) ⁴	Chico Alencar (PSOL/RJ) ⁴

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

3- Designação na Sessão do Senado Federal de 19-3-2013.

4- Designados, como membro titular, o Deputado Ivan Valente e, como membro suplente, o Deputado Chico Alencar em vagas existentes, em 19-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 10 de 2014, da Liderança do PSOL.

5- Designados, o Deputado Urzeni Rocha, como membro titular, em substituição ao Deputado Moreira Mendes, que passa à condição de suplente, em 26-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 197 de 2014, da Liderança do PSD.

6- Designados os Deputados Sandro Mabel e Gastão Vieira, como titulares, e o Deputado João Magalhães, como suplente, em vagas existentes, em 27-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nos 241 e 242, de 2014, da Liderança do PMDB.

7- Designado o Deputado Givaldo Carimbão, como membro titular, em vaga existente, e o Deputado Dr. Jorge Silva, como membro suplente, em substituição ao Deputado Miro Teixeira, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PROS.

8- Designados os Deputados Henrique Oliveira, como membro titular, e Benjamin Maranhão, como suplente, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 90 de 2014, da Liderança do SDD.

9- Designado o Deputado Cláudio Puty, como membro suplente, em substituição ao Deputado Marco Maia, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 307 de 2014, da Liderança do PT.

10- Designado o Deputado João Leão, como membro titular, em substituição ao Deputado Dimas Fabiano, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 182 de 2014, da Liderança do PP.

11- Designados o Deputado Hermes Parciannelo, como membro suplente, e o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 278 e 279, de 2014, respectivamente, da Liderança do PMDB.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893

Fax: (61) 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relator do PLDO / 2014:

Relator do PLOA / 2014:

Relator da Receita:

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I – Infraestrutura	
II – Saúde	
III – Integração Nacional e Meio Ambiente	
IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	
V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano	
VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	
VII – Justiça e Defesa	
VIII – Poderes do Estado e Representação	
IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário	
X – Trabalho, Previdência e Assistência Social	

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS****COMPOSIÇÃO**

Coordenador:

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR****COMPOSIÇÃO**

Coordenador:

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI****COMPOSIÇÃO**

Coordenador:

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE****COMPOSIÇÃO**

Coordenador:

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados ²¹**COMPOSIÇÃO**

Presidente: 15, 20 27 39
Vice-Presidente: 15, 20 27 39
Relator: 16, 20 27 39

Instalação: 27-2-2013 ^{15, 20 e 27}**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 13 e 17}	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Blairo Maggi (PR/MT) ^{7, 23, 26 e 37}	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷	4. ^{7 e 17}
Inácio Arruda (PCdoB/CE) ^{22 e 36}	5. ²²
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Valdir Raupp ^{3, 14, 28, 33 e 35}	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ^{3 e 28}
Eduardo Braga (PMDB/AM) ^{3 e 29}	2. Romero Jucá (PMDB/RR) ^{3 e 29}
Ciro Nogueira (PP/PI) ^{3, 11, 12 e 29}	3. ^{3, 29}
Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{9, 18 e 29}	4. ^{3, 19 e 29}
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. Jayme Campos ^{2, 24 e 34}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{6, 10 e 25}	2. ^{6, 10, 28, 30, 31 e 32}
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI) ^{4 e 29}	1. ^{8, 9 e 12}
Cidinho Santos (PR/MT) ³⁸	2.
PSOL ¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ^{5 e 29}	1.

Notas:**1-** Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.**2-** Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.**3-** Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.**4-** Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.**5-** Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.**6-** Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.**7-** Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.**8-** Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.**9-** Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.**10-** Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.**11-** Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.**12-** Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.**13-** Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.**14-** Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.**15-** Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.**16-** Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.**17-** Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

- 18-** Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.
- 19-** Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.
- 20-** Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.
- 21-** Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 22-** Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 23-** O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.
- 24-** Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.
- 25-** Designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.
- 26-** Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).
- 27-** Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Sarney Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.
- 28-** Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.
- 29-** Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).
- 30-** O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.
- 31-** Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.
- 32-** - Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 13-1-2014.
- 33-** Vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann, em 3-2-2014.
- 34-** Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em vaga existente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 2, de 2014, da Liderança do Democratas – DEM.
- 35-** Designado o Senador Valdir Raupp, como membro titular, em vaga existente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 22, de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 36-** Designado o Senador Inácio Arruda, como membro titular, em vaga existente, em 19-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 19, de 2014, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 37-** O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 127 dias, a partir de 13-3-2013, conforme os Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na Sessão do Senado Federal de 11-3-2012.
- 38-** Designado o Senador Cidinho Santos, como membro titular, em vaga existente, em 13-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 22, de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
- 39-** Vago (arts. 5º e 6º da Resolução nº 4, de 2008-CN).

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. ^{2 19}
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2, 5 e 6}	1. Colbet Martins (PMDB/BA) ^{2 e 22}
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2, 9 e 10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) ^{14 e 15}	1. ¹⁴
¹⁴	2. ¹⁴
PSDB	
Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ^{2, 11 e 20}	1. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ^{2 e 20}
PP	
Gladson Cameli (PP/AC) ^{2 e 21}	1. Luís Carlos Heinze (PP/RS) ^{2 e 21}
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. ^{2 e 8}
PR	
Gorete Pereira (PR/CE) ^{2, 16 e 24}	1. ^{2, 12 e 18}
PSB	
Alfredo Sirkis (PSB/RJ) ^{2, 17 e 23}	1. Janete Capiberibe (PSB/AP) ^{2, 7, 13, 17}
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Sarney Filho (PV/MA) ^{2 16}	1. ^{2 16}
PTB¹	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ^{2 e 3}	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.

14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

16- Designado como membro titular o Deputado Sarney Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV.

17- Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.

18- Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.

19- Vago em virtude do desligamento do Deputado Francisco Praciano (PT/AM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2013, da Liderança do PT.

20- Em 22-5-2013 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, o Deputado Ricardo Tripoli, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy; e como membro suplente, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em substituição ao Deputado Ricardo Tripoli, conforme os Ofícios nos 535 e 536, de 2013, da Liderança do PSDB.

21- Designado o o Deputado Gladson Cameli, como membro titular, em substituição ao Deputado José Otávio Germano; e o Deputado Luís Carlos Heinze, como membro suplente, em substituição à Deputada Rebecca Garcia, em 4-6-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 278, de 2013, da Liderança do PP.

22- Designado o Deputado Colbert Martins, como membro suplente, em substituição ao Deputado Celso Maldaner, em 9-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 634, de 2013, da Liderança do PMDB.

23- Designado o Deputado Alfredo Sirkis, como membro titular, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 5, de 2014, da Liderança do PSB.

24- Em 26-3-2014 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, a Deputada Gorete Pereira, em substituição ao Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, conforme o Ofício nº 84, de 2014, da Liderança do PR.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone: (61) 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR DAS AMÉRICAS – FIPA

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados¹

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD)	
Roberto Requião (PMDB/PR) ⁵	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Wilder Moraes (DEM/GO) ³	1. Jayme Campos (DEM/MT) ^{3, 6, 7, 8 e 9}
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
	1.
	2.
PSOL ²	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁴	1.

Notas:

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

3- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Moraes e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.

4- Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.

5- Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.

6- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.

7- Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.

8- Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 13-1-2014.

9- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 002, de 2014, da Liderança do Democratas.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

(Resolução nº 2, de 2013-CN)

COMPOSIÇÃO**Presidente:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ^{4, 10}**Vice-Presidente:** Deputado Eduardo Barbosa (PSDB/MG) ^{4, 10}

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) ⁶	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> RICARDO FERRAÇO (PMDB-ES) ¹
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> VICENTINHO (PT-SP)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB-CE) ²
<u>LÍDER DA MINORIA</u> DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u> WILDER MORAIS (DEM-GO) ^{3 e 7}
<u>DEPUTADO INDICADO PELA LIDERANÇA DA MAIORIA</u>	<u>SENADOR INDICADO PELA LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> WALDEMIR MOKA (PMDB-MS) ⁵
<u>DEPUTADO INDICADO PELA LIDERANÇA DA MINORIA</u> LUIZ CARLOS HAULY (PSDB/PR) ⁹	<u>SENADOR INDICADO PELA LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u>
<u>DEPUTADO ELEITO PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u>	<u>SENADOR ELEITO PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> MOZARILDO CAVALCANTI (PTB/RR) ⁸

Notas:

1- Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (Of. nº 001/2013 – CRE).

2- Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.

3- Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

4- O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.

5- Em 13.2.2014, o Senador Waldemir Moka é indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal, conforme Of. GLPMDB nº 033/2014.

6- Eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados em 26.02.2014.

7- Em 12.03.2014, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Wilder Moraes como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

8- Em 17.3.2014, o Senador Mozarildo Cavalcanti é indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no Senado Federal, conforme Ofício nº 038/2014 - CRE.

9- Em 19.3.2014, o Deputado Luiz Carlos Hauly é indicado pela Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme o Ofício nº 7, de 2014.

10- Em 20-3-2014 o Senador Ricardo Ferraço assume a presidência, e o Deputado Eduardo Barbosa a vice-presidência, nos termos do art. 7º da Resolução nº 2, de 2013-CN, conforme Ofício nº 1, de 2014, do Presidente da CCAI.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Comissões (SCOM)
Diretor: Flávio Roberto de Almeida Heringer
Telefones: (61) 3303-3487 / 3303-4440
E-mail: scomgab@senado.gov.br
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/ccai

COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER – CMCVM

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Número de membros: 12 Senadores e 31 Deputados ¹

COMPOSIÇÃO

Presidente:

Vice-Presidente:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV)	
Kátia Abreu (PMDB/TO) ⁵	1. Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE) ⁵
Ana Amélia (PP/RS) ⁵	2. Sérgio Petecão (PSD/AC) ⁵
Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ⁵	3.
Paulo Davim (PV/RN) ⁵	4.
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL)	
Ana Rita (PT/ES) ⁴	1. Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁴
Angela Portela (PT/RR) ⁴	2. João Capiberibe (PSB/AP) ⁴
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ⁴	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) ⁴
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
	1. Lúcia Vânia ³
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB)	
Eduardo Amorim (PSC/SE) ⁶	1. Gim (PTB/DF) ⁶
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) ⁶	2.
PROS ²	
	1.

Notas:

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e quatro vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

3- Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em 25-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 14 de 2014, da Liderança do PSDB no Senado Federal.

4- Designadas as Senadoras Ana Rita, Angela Portela e Vanessa Grazziotin, como membros titulares; e os Senadores Cristovam Buarque, João Capiberibe e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, em 26-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 21 de 2014, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal.

5- Designadas as Senadoras Kátia Abreu e Ana Amélia e os Senadores Ricardo Ferraço e Paulo Davim, como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos e Sérgio Petecão, como membros suplentes, em 12-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PMDB e do Bloco da Maioria no Senado Federal.

6- Designados como membros titulares, os Senadores Eduardo Amorim e Mozarildo Cavalcanti e, como membro suplente, o Senador Gim, em 18-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PMDB e do Bloco da Maioria no Senado Federal.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

COMISSÃO MISTA DE ASSUNTOS RELACIONADOS À COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CMCPLP

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

Número de membros: 4 Senadores e 6 Deputados ¹

COMPOSIÇÃO

Presidente:

Vice-Presidente:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV)	
	1.
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL)	
	1.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) ²	
	1.

Notas:

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e quatro vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

PRESIDÊNCIA DO PARLAMENTO

(para efeito de participação brasileira na AP-CPLP - parágrafo único do art. 5º da Resolução nº 2, de 2014-CN)

Presidente: Senador Renan Calheiros

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Vice-Presidente: Deputado André Vargas

Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) ¹	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) ⁵	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) ⁵
Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁵	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) ^{5, 13}
Clésio Andrade (PMDB/MG) ⁵	3. ^{5 e 11}
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB) ¹	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) ²	1. Pedro Taques (PDT/MT) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ²	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Paulo Paim (PT/RS) ^{2 e 7}	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) ⁷
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO) ²	1. ^{6 e 10}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{2 e 8}	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Alfredo Nascimento (PR/AM) ³	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) ³
Gim (PTB/DF) ³	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) ³
PSD ⁴	
Sérgio Petecão (PSD/AC) ²	1. ^{2, 8, 9 e 12}

Notas:

1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.

2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.

3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.

4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.

5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.

6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofícios nº 50/2012, da Liderança do DEM.

7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.

9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofícios nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.

10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.

11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.

12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

13- Em 26-3-2014, o Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 26-3-2014, conforme RQS nº 267/2014, deferido na sessão de 26-3-2014.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
	1.
	2.
PMDB	
Leandro Vilela (PMDB/GO) ¹	1. Geraldo Resende (PMDB/MS) ¹
Luiz Pitiman (PSDB/DF) ¹	2. Sandro Mabel (PMDB/GO) ¹
PSDB	
	1.
PP	
Roberto Britto (PP/BA) ¹	1. Toninho Pinheiro (PP/MG) ¹
DEM	
Augusto Coutinho (SDD/PE) ¹	1. João Bittar (DEM/MG) ¹
PR	
	1.
PSB	
	1.
PDT	
	1.
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Augusto Carvalho (SDD/DF) ¹	1.
PTB	
	1.

Notas:

1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 1, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza ¹
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro ¹
Relator: Senador Romero Jucá ¹

Instalação: 12-3-2013 ¹

Prazo Final: 11-5-2013

Prazo Final Prorrogado: 11-7-2013 ²

Prazo Final Prorrogado: 9-9-2013 ³

Prazo Final Prorrogado: 23-12-2013 ⁴

Prazo Final Prorrogado: 22-12-2014 ⁵

Senado Federal	Câmara dos Deputados
Romero Jucá (PMDB/RR)	Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Lobão Filho (PMDB/MA)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Walter Pinheiro (PT/BA)	Mendonça Filho (DEM/PE)
Jorge Viana (PT/AC)	Júlio Delgado (PSB/MG)
Ana Amélia (PP/RS)	Jô Moraes (PCdoB/MG)

Notas:

- 1- Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRC.
- 2- Nos termos no Ato Conjunto nº 3, de 13 de maio de 2013.
- 3- Nos termos no Ato Conjunto nº 6, de 16 de julho de 2013.
- 4- Nos termos no Ato Conjunto nº 8, de 9 de setembro de 2013.
- 5- Nos termos no Ato Conjunto nº 15-A, de 18 de dezembro de 2013.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 2, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza¹
Relator: Senador Romero Jucá²

Instalação: 2-4-2013²
Prazo Final: 30-9-2013⁴
Prazo Final Prorrogado: 23-12-2013⁶
Prazo Final Prorrogado: 22-12-2014¹³

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes ⁷
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	Reinaldo Azambuja (PSDB/MS) ⁹
Edinho Araújo (PMDB/SP)	Moreira Mendes (PSD/RO) ¹⁰
Eduardo Barbosa (PSDB/MG) ³	Esperidião Amin (PP/SC) ¹²
Sergio Zveiter (PSD/RJ)	Júlio Delgado (PSB/MG) ¹⁴
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	Rodrigo Maia (DEM/RJ) ¹⁴
Miro Teixeira (PDT/RJ)	Antonio Britto (PTB/BA) ¹⁴
João Maia (PR/RN) ^{5 e 9}	Geraldo Simões (PT/BA) ¹⁴

Senado Federal

Titulares	Suplentes ⁷
Romero Jucá (PMDB/RR)	Kátia Abreu (PMDB/TO) ^{7 e 8}
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	Waldemir Moka (PMDB/MS) ⁷
Walter Pinheiro (PT/BA) ¹²	Ruben Figueiró (PSDB/MS) ¹¹
Pedro Taques (PDT/MT)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)	
Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)	
Ana Amélia (PP/RS) ^{5 e 7}	

Notas:

- 1 - Alínea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.
- 2 - Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.
- 3 - Designado o Deputado Eduardo Barbosa, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, nos termos do Ato Conjunto nº 4, de 21 de maio de 2013.
- 4 - Prazo recontado em virtude do disposto no § 2º do art. 57 da Constituição Federal.
- 5 - Acrescentado um membro do Senado Federal e um membro da Câmara dos Deputados, nos termos do Ato Conjunto nº 7, de 2013.
- 6 - Nos termos do Ato Conjunto nº 9, de 26 de setembro de 2013.
- 7 - Nos termos do Ato Conjunto nº 10, de 26 de setembro de 2013, ficam criadas vagas de suplentes na Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2013, bem como fica designada a Senadora Ana Amélia, como membro titular, em vaga existente, e, como membros suplentes, a Senadora Kátia Abreu e o Senador Waldemir Moka.
- 8 - Em 8-10-2013, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Partido da Social Democrático- PSD, e filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, conforme Ofício nº 0800/2013 – GSKAAB.
- 9 - Nos termos do Ato Conjunto nº 11, de 22 de outubro de 2013 (DSF 22-10-2013), ficam designados os Deputados João Maia, como membro titular, e Reinaldo Azambuja, como membro suplente.
- 10 - Nos termos do Ato Conjunto nº 12, de 5 de novembro de 2013 (DSF 6-11-2013), fica designado o Deputado Moreira Mendes, como membro suplente.
- 11 - Nos termos do Ato Conjunto nº 13, de 13 de novembro de 2013 (DSF 13-11-2013), fica designado o Senador Ruben Figueiró, como membro suplente.
- 12 - Nos termos do Ato Conjunto nº 14, de 3 de dezembro de 2013 (DSF 3-12-2013), ficam designados o Deputado Esperidião Amin, como membro suplente, e o Senador Walter Pinheiro, como membro titular, em substituição ao Senador Jorge Viana.
- 13 - Nos termos do Ato Conjunto nº 15-B, de 18 de dezembro de 2013.
- 14 - Nos termos do Ato Conjunto nº 2, de 11 de março de 2014.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

CONSELHOS E ÓRGÃO

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>PRESIDENTE</u> Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> André Vargas (PT-PR)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Jorge Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Fábio Faria (PSD-RN)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Romero Jucá (PMDB-RR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Marcio Bittar (PSDB-AC)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Simão Sessim (PP-RJ)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Angela Portela (PT-RR)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Biffi (PT/MS)	<u>4º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Vicentinho (PT/SP)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> Eunício Oliveira (PMDB-CE)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Domingos Sávio (PSDB-MG)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u> Wilder Moraes (PSDB-PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Vicente Candido (PT/SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Vital do Rêgo (PMDB-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Eduardo Barbosa (PSDB/MG)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 25.03.2013)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: 3303-4561 e 3303-5258

scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL(13 titulares e 13 suplentes)¹

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA**²Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA**²

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CEL SO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSÉ CATARINO NASCIMENTO	VAGO ³
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	VAGO ⁴
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 13.03.2013

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

Notas:

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.

2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.

3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.

4- Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
 Senado Federal - Anexo II - Térreo
 Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
ssccn@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES TEMÁTICAS**

Aprovada na 3ª Reunião do CCS, realizada em 06.05.2013

I. COMISSÃO DE MARCO LEGAL E REGULATÓRIO DO SETOR DAS COMUNICAÇÕES**Coordenador:** Miguel Angelo Cançado.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruehl Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
13. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
14. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
15. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
16. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

II. COMISSÃO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**Coordenador:** Ronaldo Lemos.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruehl Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**III. COMISSÃO DE CONTEÚDOS EM MEIOS DE COMUNICAÇÃO**

Coordenador: José Catarino do Nascimento.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
11. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
12. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
13. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
14. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
15. Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
16. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
17. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
18. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
19. Wrana Panizzi (Representante da sociedade civil)
20. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

IV. COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Coordenador: Alexandre Kruel Jobim.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
10. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
16. Wrana Panizzi (Representante da sociedade civil)
17. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**V. COMISSÃO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA**

Coordenador: Gilberto Carlos Leifert.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruehl Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
10. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
11. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Maria José Braga (Representante da sociedade civil)
16. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL**Resolução nº 1/2011-CN****COMPOSIÇÃO ¹****37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)****Presidente:** Deputado Newton Lima ²**Vice-Presidente:** Senador Paulo Bauer ²**Vice-Presidente:** Deputado Renato Molling ²**Designação:** 07.05.2013**DEPUTADOS**

TITULARES	SUPLENTES
PT	
BENEDITA DA SILVA	BOHN GASS
DR. ROSINHA	IARA BERNARDI
FERNANDO MARRONI	MÁRCIO MACÊDO
NEWTON LIMA	TAUMATURGO LIMA
PMDB	
ANDRÉ ZACHAROW	LELO COIMBRA
ÍRIS DE ARAÚJO	OSMAR SERRAGLIO
MARÇAL FILHO	RONALDO BENEDET
RAUL HENRY	VALDIR COLATTO
PSDB	
ANTONIO CARLOS MENDES THAME	CARLOS SAMPAIO ^{3, 10}
Vago ¹²	
Vago ⁴	
PSD	
GERALDO THADEU	ÁTILA LINS
HUGO NAPOLEÃO	DR. LUIZ FERNANDO
RAUL LIMA	ELEUSES PAIVA
PP	
DILCEU SPERAFICO	LUIS CARLOS HEINZE
RENATO MOLLING	RENATO ANDRADE
PR	
WELLINGTON FAGUNDES	HENRIQUE OLIVEIRA
PSB	
JOSÉ STÉDILE	BETO ALBUQUERQUE
VAGO ⁶	LEOPOLDO MEYER
DEM	
JÚLIO CAMPOS	
PDT	
VIEIRA DA CUNHA	SEBASTIÃO BALA ROCHA
PTB	
PAES LANDIM	JORGE CORTE REAL
BLOCO PV / PPS	
ROBERTO FREIRE	ANTÔNIO ROBERTO
PSC	
NELSON PADOVANI	TAKAYAMA
PCDOB	
JOÃO ANANIAS	CHICO LOPES
PRB	
GEORGE HILTON	VITOR PAULO
PTDOB	
LUIS TIBÉ	

Senadores

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
PEDRO SIMON	CASILDO MALDANER
ROBERTO REQUIÃO	VALDIR RAUPP
ANA AMÉLIA	GIM ³
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
EDUARDO SUPLICY	ACIR GURGACZ ⁵
PAULO PAIM	INÁCIO ARRUDA
ANTONIO CARLOS VALADARES ⁹	HUMBERTO COSTA
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
PAULO BAUER	CÁSSIO CUNHA LIMA
WILDER MORAIS	JAYME CAMPOS ⁷
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)	
MOZARILDO CAVALCANTI ¹¹	FERNANDO COLLOR
LUIZ HENRIQUE ⁹	EDUARDO AMORIM

(Atualizada em 20.12.2013)

- 1- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 25, de 07.05.2013.
- 2- Eleitos na reunião realizada em 21.05.2013.
- 3- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 29, de 23.05.2013.
- 4- Vago em virtude de o Deputado Luiz Carlos Hauly ter comunicado seu desligamento, conforme Of. GAB nº 018/2013.
- 5- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 33, de 03.06.2013.
- 6- A Dep. Luiza Erundina renunciou ao mandato de membro titular da vaga ocupada pelo PSB, conforme Of. B/156/13, datado de 21.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
- 7- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.
- 8- O Senador Gim foi designado para ocupar a vaga de suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios GLPMDB nºs 260 e 265/2013, e Of. N° 168/2013-BLUFOR, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 9- O Senador Luiz Henrique foi designado para ocupar a vaga de titular do Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios nºs 167/2013- BLUFOR e Of. GLPMDB nº 266/2013, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 10- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 58, de 07.11.2013, para ocupar a vaga de membro suplente do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, em substituição ao Deputado Urzeni Rocha, nos termos do Of. nº 948/2013/PSDB, datado de 24.09.2013.
- 11- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 2, de 19.02.2014, para ocupar a vaga de membro titular do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, de acordo com anuência expressa de S. Ex^a apostada no Ofício nº 002/2014-BLUFOR.
- 12- Vago em virtude do recebimento do Ofício nº 227, de 2014, do Presidente da Câmara dos Deputados, lido na Sessão do Senado Federal de 26.02.2014, comunicando a declaração de renúncia ao mandato de Deputado Federal do Senhor Eduardo Azeredo.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
 Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
 e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: Deputado Ruben Martinez Huelmo (Uruguai)
Vice-Presidente: Senadora Beatriz Rojkes de Alperovich (Argentina)
Vice-Presidente: Senador Roberto Requião (Brasil)
Vice-Presidente: Senador Tomás Enrique Bittar Navaro (Paraguai)

Designação: 02.12.2013

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
 Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
 e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Legislação Eleitoral e Política



Nova Edição, agora acrescentando as Leis nºs 9.504/97, 4.737/65 e 9.096/95, a Lei Complementar nº 64/90, todas imprescindíveis à compreensão do processo eleitoral brasileiro.

Código de Trânsito Brasileiro



Este trabalho apresenta o Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503/1997, acrescido da Lei nº 11.705/2008 e do Decreto nº 6.489/2008, normas disciplinadoras da comercialização de bebidas alcoólicas em rodovias federais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 412 páginas
(O.S. 11442/2014)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

